



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
(UNIRIO)

**MARIANE AMBRÓSIO COSTA**

REDES FEMINISTAS ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS *MULHERIO* E *LA CACEROLA* – BRASIL E URUGUAI (1981-1988)

RIO DE JANEIRO  
2020



MARIANE AMBRÓSIO COSTA

REDES FEMINISTAS ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS *MULHERIO* E *LA CACEROLA* – BRASIL E URUGUAI (1981-1988)

Tese apresentada ao Programa da Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Doutora.  
Área de concentração: Cultura, poder e representações.

Orientadora: Prof. Dra. Maria da Conceição Francisca Pires

Rio de Janeiro  
2020

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

C837 Costa, Mariane Ambrósio  
Redes feministas através dos periódicos Mulherio e La Cacerola - Brasil e Uruguai (1981-1988) / Mariane Ambrósio Costa. -- Rio de Janeiro, 2020.  
209f

Orientadora: Maria da Conceição Francisca Pires.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Feminismo latino-americano. 2. Periódicos feministas. 3. Redes. 4. Brasil. 5. Uruguai. I. Pires, Maria da Conceição Francisca, orient. II. Título.

MARIANE AMBRÓSIO COSTA

REDES FEMINISTAS ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS *MULHERIO* E *LA CACEROLA* – BRASIL E URUGUAI (1981-1988)

Tese apresentada ao Programa da Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Doutora. Área de concentração: Cultura, poder e representações.

Aprovada em: 26/11/2020.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Maria da Conceição Francisca Pires (orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Profa. Dra. Cíntia Lima Crescêncio  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Profa. Dra. Soraia Carolina de Mello  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Profa. Dra. Miriam Cabral Coser  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof. Dr. Daniel Eveling da Silva  
Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)  
(Suplente)

*À Terezinha, Glória, Helena, Vera e Luciana,  
as mulheres da minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

O processo de escrita de uma tese é demorado, sofrido, solitário, desgastante e, por vezes, coloca em cheque nossa saúde física e mental. Não digo isto para assustar aqueles que se aventurarão na jornada do doutoramento, mas não há como romantizar o processo. Assim como tudo na vida, existem os momentos de êxito e os de desespero, nos quais variamos na empolgação com um elogio e temos certeza do fracasso em pouquíssimo espaço de tempo. Apesar disto, finalizar esta etapa traz consigo não apenas a sensação de alívio, mas também um delicioso sentimento de dever cumprido, de finalizar algo que se dispôs a fazer e por muitas vezes, não acreditamos que daremos conta de finalizar. Para que este ciclo se encerrasse, muitas pessoas foram fundamentais.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da Unirio e todos e todas que nele trabalham, por acolher tão bem os “forasteiros” como eu, atender às solicitações sempre de forma tão compreensiva e com tamanha presteza.

À todas as professoras que aceitaram participar das bancas de qualificação e defesa, para mim, foi e é uma honra ter aquelas que fazem parte das minhas referências bibliográficas analisando e discutindo meu trabalho. A potência intelectual e política que emana do trabalho de vocês inspira a novas pesquisadoras, como eu, a esperança de dias melhores.

Aos meus amigos, que souberam compreender as inúmeras ausências nestes últimos anos, sempre esperando o dia em que eu teria tempo de voltar a passar dias agradáveis de ócio e risadas ao lado de vocês. Mesmo distante, saber que vocês não desistiriam de mim foi fundamental. Dentre eles, destaco aqueles que possuem participação direta na construção deste trabalho: a professora doutora Daiana Pereira Neto, os professores doutores Daniel Eveling e Pedro Henrique Leite, e a professora Amanda Assis, integrantes do grupo Ibérico de pesquisas sobre narrativas e América Latina. Para mim, Dadá, Dani, PH e Mandy, são mais que companheiros, cúmplices, companheiros, ouvintes pacientes, terapeutas, irmãos, que deram conselhos, broncas e muito amor em tantos anos de parceria e tantas memórias construídas. Às professoras doutoras Bruna Oliveira e Júlia Junqueira, pela capacidade de me fazer rir de mim mesma e por sempre acreditarem em mim, quando eu mesma duvidava. Não há palavras que possam definir a importância de vocês neste processo, da força que vocês me passaram e na importância do amparo nos momentos mais difíceis. Sem vocês, não haveria nada!

À minha família, em especial, à minha mãe, Vera, minhas tias, Helena e Luciana, mulheres negras que sofreram com toda a exploração social que lhes foi imputada socialmente, sem as quais minha história jamais teria sido escrita. Nunca conseguirei retribuir a vocês o investimento que fizeram em mim. Vocês representam o poder da sobrevivência advinda da construção racista e classista da nossa sociedade, e é por vocês que lutei para chegar até aqui e que luto, diariamente, para honrar suas trajetórias até que mais nenhuma menina negra passe pelo que vocês passaram. É tudo por vocês! Ao meu pai, Robson, e meus irmãos, Diego e Gabriel.

Ao meu amor, Thiago, que participa desta jornada ao meu lado desde quando ela era apenas um projeto. Por ser meu interlocutor, meu consultor para assuntos geográficos, por ter me ouvido falar tanto sobre minha pesquisa que já saberia defendê-la quase como eu mesma. Por compreender que se casar com feminista é viver uma desconstrução diária, e topor esta viagem buscando sempre a nossa felicidade. Nosso amor é forte e sempre será.

À minha orientadora, professora Conceição Pires, a qual eu nutro um grande carinho para além das questões burocráticas. Nunca imaginaria que eu poderia acertar tanto na escolha daquela que seria minha norteadora no doutorado. Conceição, você soube compreender os momentos mais difíceis que passei neste processo, os bloqueios de inspiração, as crises de ansiedade, sempre me apoiando com respeito, carinho e incentivo. Aprendi e aprendo todos os dias contigo. Até as (várias) broncas eram dadas com amor e compreensão à realidade de uma doutoranda sem bolsa de estudos, professora em duas escolas, de outro estado. Obrigada por ter acreditado neste trabalho e pelos deliciosos bolinhos nas reuniões de orientação!

Por fim, gostaria de dedicar e agradecer às minhas avós, Terezinha e Glória, que me deixaram durante o tempo em que este trabalho estava sendo construído e foram prosseguir suas caminhadas de luz em outro plano espiritual. Elas nunca entenderam muito bem o que eu fazia, sabiam que eu estava sempre estudando e sempre muito cansada, mas o colo, as risadas, o cuidado e amor eram suficientes para mim. São minha saudade diária, e este trabalho é todinho feito para elas. Que um dia eu possa vir a ser a inspiração de alguém da forma que elas foram e são para mim.

*“Feminism is the radical notion that women are human beings.”*  
*Cheris Kramarae*

COSTA, Mariane Ambrósio. **Redes feministas através dos periódicos *Mulherio* e *La Cacerola* – Brasil e Uruguai (1981-1988)**. 2020. 206 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

## RESUMO

Essa pesquisa desenvolve uma análise sobre as formas de organização e circulação de ideias, discursos, teorias de grupos de mulheres feministas organizadas em centros de pesquisa no Brasil e no Uruguai durante a década de 1980. Partimos da premissa que havia entre os grupos feministas latino-americanos um esforço para compor redes de articulação em torno das ações e temáticas comuns que as mobilizava. Para alcançar nosso objetivo, analisamos os periódicos organizados por tais centros de pesquisa com o propósito de dar visibilidade ao conhecimento produzido internamente, a saber: *Mulherio* (1981-1988), periódico brasileiro organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), situado em São Paulo, e *La Cacerola* (1984-1988), projetado pelo *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer Uruguaya* (GRECMU) e estabelecido em Montevideú. A partir do exame dos respectivos periódicos parece-nos plausível defender a existência de uma rede, ainda que não formal, fundada no interesse mais amplo de criar um feminismo próprio, latino, que desse conta das questões vividas e pensadas nos contextos sociais, políticos e econômicos locais. Rede composta por pontos (feminismo), por sua vez unidos por linhas (teorias feministas, leituras, opressões, o patriarcado, a repressão sexual, a invisibilidade) em um plano (a América Latina, especificamente, o Cone Sul, e neste caso em particular, Brasil e Uruguai) entrelaçando-se em um contexto político e social que propiciou que estas intersecções se estabelecessem.

**Palavras-chave:** Feminismo latino-americano. Periódicos feministas. Redes. Brasil. Uruguai.

COSTA, Mariane Ambrósio. **Feminist Networks through the journals *Mulherio* and *La Cacerola* – Brazil and Uruguay (1981-1988)**. 2020. 206 f. Doctoral Thesis (Doctorate degree in History) – Graduate Program in History, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

### ABSTRACT

This research develops an analysis on forms of organization and circulation of ideas, speeches and group theories by feminist women organized in research centers in Brazil and Uruguay during the decade of the 1980s. It is assumed that there was an effort among Latin American feminist groups to articulate networks around actions and themes of interest. With our objective in mind, journals organized at those research centers were analyzed aiming at giving visibility to the knowledge produced internally, that is, *Mulherio* (1981-1988), Brazilian journal organized by the *Fundação Carlos Chagas* (FCC), situated at São Paulo, and *La Cacerola* (1984-1988), projected by the *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer Uruguaya* (GRECMU) and established in Montevideo. By analyzing the journals, it is plausible to assume the existence of a network, although not formal, founded with a wider purpose of creating their own feminism, a Latin American one, which would be able to appreciate their issues according to the social, political and economic contexts, locally. A network composed of points (feminism), connected by lines (feminist theories, readings, oppressions, patriarchy, sexual repression, invisibility) in a plane (Latin America, specifically the Southern Cone, and Brazil and Uruguay, in this particular case), intertwining at a political and social context that allowed these intersections to be established.

**Keywords:** Latin American Feminism. Feminist journals. Networks. Brazil. Uruguay.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Capa do jornal Brasil Mulher.....	82
Figura 2: Capa do jornal Nós Mulheres. ....	83
Figura 3: Capa do jornal <i>ChanacomChana</i> . ....	84
Figura 4: Capa do periódico <i>Mulherio</i> . ....	84
Figura 5: Capa do periódico <i>La Cacerola</i> . ....	88
Figura 6: Capa da revista Cotidiano <i>Mujer</i> . ....	89
Figura 7: <i>Cacerolazo</i> contra Allende no Chile.....	94
Figura 8: : Primeiro <i>cacerolazo</i> no Uruguai contra a ditadura militar, na noite de 25 de agosto de 1983.....	96
Figura 9: informativo sobre a falta de periodicidade de <i>La Cacerola</i> .....	100
Figura 10: Formulário para retorno de impressões de leitores. ....	101
Figura 11: Oficina de mulheres promovida pelo GRECMU.....	104
Figura 12: cupom para feedback das leitoras. ....	110
Figura 13: matéria de <i>La Cacerola</i> . ....	111
Figura 14: glossário sobre termos envolvendo a sexualidade feminina para embasar as discussões da edição. ....	112
Figura 15: explanação sobre o aparelho reprodutor feminino.....	112
Figura 16: quadro sinóptico de métodos contraceptivos. ....	113
Figura 17: ilustração de <i>La Cacerola</i> , sem autoria definida. ....	114
Figura 18: cartum de Henfil, <i>La Cacerola</i> . ....	115
Figura 19: Capa do editorial de <i>Mulherio</i> . ....	118
Figura 20: folheto para solicitação de assinatura do periódico NEXO. ....	119
Figura 21: folheto para solicitação de assinatura do periódico <i>Mulherio</i> .....	120
Figura 22: Coluna “Mulheres em ação” de <i>Mulherio</i> . ....	123
Figura 23: Charge de Ciça presente em <i>Mulherio</i> . ....	124
Figura 24: fotografia de <i>Mulherio</i> . ....	125
Figura 25: fragmento da coluna Cozinha de <i>Mulherio</i> . ....	127

Figura 26: fragmento da coluna “Para Fora” de <i>Mulherio</i> . .....	127
Figura 27: fragmento da coluna “Cocina Internacional” de <i>La Cacerola</i> . .....	128
Figura 28: fragmento da coluna Centro de Documentación, de <i>La Cacerola</i> . .....	129
Figura 29: comparação de charge usada em <i>Mulherio</i> e em <i>La Cacerola</i> . .....	130
Figura 30: comparação de charge usada em <i>Mulherio</i> e em <i>La Cacerola</i> . .....	130
Figura 31: comparação de charge usada em <i>Mulherio</i> e em <i>La Cacerola</i> . .....	131
Figura 32: fragmento da coluna Sal y Pimenta, de <i>La Cacerola</i> . .....	134
Figura 33: ilustração retirada de material escolar reproduzida em <i>Mulherio</i> . .....	144
Figura 34: ilustração presente em <i>La Cacerola</i> . .....	144
Figura 35: mulheres participando de manifestações políticas. ....	158

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: doações do escritório do Brasil por tema e por período (em dólares de 2001). .....	64
Tabela 2: Características de um boletim informativo.....	71
Tabela 3: estrutura de um boletim informativo. ....	72
Tabela 4: Características de um boletim informativo.....	72
Tabela 5: organização temática de <i>La Cacerola</i> . ....	101
Tabela 6: indicação de seções fixas e variáveis de <i>La Cacerola</i> .....	102
Tabela 7: número de edições por ano de publicação. ....	117

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de páginas por exemplar de <i>La Cacerola</i> .....	99
Gráfico 2: número de publicações de <i>La Cacerola</i> por ano.....	100
Gráfico 3: Número de páginas por edição de <i>Mulherio</i> . ....	121

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 - QUEM FAZ O FEMINISMO NA AMÉRICA LATINA? UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS FEMINISMOS BRASILEIROS E URUGUAIOS.....</b>	<b>35</b>
1.1. Duas ou três palavras sobre os feminismos no Brasil.....	40
1.2 Notas sobre o feminismo uruguaio: <i>en la calle y codo a codo</i> .....	45
1.3 O feminismo latino americano e a formação de redes feministas: pelos entrelaces dos fios de uma rede. ....	50
<b>CAPÍTULO 2 - OS CENTROS PRIVADOS DE PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ACADÊMICOS PARA O FEMINISMO .....</b>	<b>61</b>
2.1 Construindo novos espaços: os boletins informativos.....	70
2.2 Pensando a imprensa alternativa.....	75
2.2.1 O caso brasileiro.....	75
2.2.2 O caso uruguaio.....	85
<b>CAPÍTULO 3 - LA CACEROLA E MULHERIO: BOLETINS INFORMATIVOS FEMINISTAS .....</b>	<b>92</b>
3.1 <i>La Cacerola</i> : “símbolo de subordinación, que hoy es de liberación!” .....	93
3.2 Mulherio: uma grande, consciente e organizada “porção de mulheres”.....	115
3.3 <i>Mulherio e La Cacerola</i> : entre aproximações e afastamentos.....	125
<b>CAPÍTULO 4 - AS REDES SE MOSTRAM ATRAVÉS DOS TEMAS .....</b>	<b>137</b>
4.1 Trabalho Doméstico: o debate sobre a institucionalização e a naturalização da divisão sexual do trabalho.....	139
4.2 “O Trabalho Dignifica o Homem. Já a Mulher, Quem Dignifica?”: mulheres e legislação trabalhista.....	148
4.3 “Política é Assunto de Mulher?” Redemocratização e o pleito pela ampliação da participação política feminina.....	156
4.4 Educar para Emancipar: por uma educação não sexista. ....	163
4.5 <i>Nosotras e Nuestros Corpos</i> : a sexualidade feminina em pauta. ....	171
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>188</b>
<b>FONTES CONSULTADAS.....</b>	<b>195</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>199</b>

## INTRODUÇÃO

A temática desta tese perpassa a análise dos boletins informativos criados por dois grupos feministas que se desenvolveram tanto no Brasil, quanto no Uruguai na década de 1980. Especificamente, analiso a existência de afinidades nos temas tratados nos dois grupos estudados e que se expressam através de suas publicações para mostrar a existência de redes que interligavam os periódicos. No Brasil, meu foco é analisar a publicação da Fundação Carlos Chagas (FCC), intitulada *Mulherio*, que circulou por todo o país entre os anos de 1981 e 1988. No Uruguai, minha atenção se voltou para o periódico *La Cacerola*, boletim informativo do *Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya* (GRECMU), que teve os anos entre 1984 e 1988 como seu período de circulação.

A problemática principal deste trabalho é pensar estas publicações ligadas entre si por fios invisíveis que são o pano de fundo para as temáticas neles contidas, como mesmas indicações de leituras, temáticas semelhantes das matérias, charges que foram usadas em ambas as publicações, sendo estes fios as preocupações feministas que estavam em voga nas décadas de 1970 e 1980, influenciadas pela “segunda onda feminista” que existia na América Latina neste período<sup>1</sup>, percebendo os periódicos como veículos de transmissão de ideias pelo Cone Sul de forma geral, e entre brasileiras e uruguaias, de forma particular. Acredito que as intelectuais envolvidas na criação dos boletins experienciaram questionamentos e angústias sociais muito similares, mesmo estando geograficamente separadas. Através da análise das temáticas com mais relevância em suas páginas, observo as semelhanças e diferenças nos discursos e consigo traçar, desta forma, um panorama, sob a ótica destas autoras, da situação das mulheres nos respectivos países durante o período analisado.

Meu contato com as fontes se deu de forma separada. Primeiramente, tive contato com o acervo de *Mulherio*, que atualmente encontra-se digitalizado e disponível no site da Fundação Carlos Chagas. As edições de *La Cacerola*, no entanto, não foram tão fáceis de encontrar, fazendo com que eu me deslocasse à Biblioteca Nacional do

---

<sup>1</sup> Utilizo aqui a expressão “feminismo de segunda onda” para me referir ao momento no qual o movimento ganhou novas indagações a partir da década de 1960. Mas concordo com Hemmings (2009) que engessar o movimento em “ondas” cria uma ideia de progressismo e generalização. Porém, o termo será usado neste trabalho por ser comumente encontrado em escritos acadêmicos e facilitar a compreensão do leitor com a época trabalhada.

Uruguai, na capital Montevidéu, em 2018, para que pudesse ter contato com as publicações originais.

Desta forma, quando pude sistematizar as fontes, já havia lido algumas edições de *Mulherio*, sendo inevitável o olhar de comparação ao ler com atenção o periódico uruguaio. Não busquei fazer um trabalho que se baseasse na metodologia da história comparada, mas sim, me utilizar da comparação como uma ferramenta de análise das fontes, uma vez que foi a partir dela que pude iluminar um periódico a partir do outro, identificando as semelhanças e as diferenças, analisando as variações de problemas semelhantes em realidades distintas.

Desta forma, foi a partir da análise dos periódicos que me voltei a pensar naquelas que eram as responsáveis por suas existências: as intelectuais envolvidas nos projetos. Uma breve análise inicial das fontes trouxe-me a memória Bourdieu (2004), e enxerguei que as relações estabelecidas por estas mulheres estavam inseridas em campos autônomos, em microcosmos sociais dotados de leis próprias e que interagem com o macrocosmo, nos quais elas eram as produtoras, reprodutoras e difusoras de ideias feministas.

O apreço pela análise de intelectuais latino-americanas e suas construções teóricas sob um olhar e vivência do Sul global me acompanha por toda a minha trajetória acadêmica, iniciando nas pesquisas de minhas duas iniciações científicas, nas quais me dediquei a estudar as bases da cultura ibero-americana no século XIX, e em meu trabalho de conclusão de curso na graduação, no qual busquei analisar o Congresso Regionalista de 1926 e a figura de Gilberto Freyre como articulador de um movimento em contraponto ao modernismo paulista. Minha pesquisa de mestrado focou em analisar a influência da produção intelectual de Gilberto Freyre nas obras do norte-americano Richard Morse através de entrevistas de Morse em jornais brasileiros, buscando inverter a lógica “tradicional” de um intelectual do Norte influenciador, elevando o intelectual do Sul a esta categoria.<sup>2</sup>

O trabalho com jornais despertou em mim a vontade de voltar a trabalhar com este tipo de fonte e em outras abordagens da imprensa na América Latina. Baseei-me a ideia de Luca (2005) de que os jornais e revistas são projetos coletivos que agregam pessoas em torno de concepções, crenças e valores que podem ser difundidos através da

---

<sup>2</sup> COSTA, Mariane Ambrósio. *Um diálogo imaginário: Richard Morse e Gilberto Freyre em perspectiva comparada*. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ppghistoria/dissertacoes/dissertacoes/defendidas-em-2013/>. Acesso em 15 set. 2020.

escrita. Esta ideia ficou guardada até meu contato com o livro *Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós luta armada o Brasil (1975-1980)* (LEITE; TELES, 2013), enquanto cursava uma disciplina sobre feminismo brasileiro como ouvinte, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2014. O contato tardio com a temática feminista em meus estudos acadêmicos muito se deu pela invisibilidade que o tema possuía no programa da pós-graduação no qual estive inserida por muitos anos. Não havia sequer uma professora ou um professor que ofertasse disciplinas ou pesquisas que evocassem o gênero como categoria de análise, o que consequentemente era estendido a seus bolsistas e orientandos. Meu encontro com as fontes e o rico universo feminista da América do Sul se deu através de pesquisas individuais, e não de um esforço institucional.

O deleite da leitura se misturou com encanto da descoberta: até aquele momento, eu sequer sabia da existência de periódicos feministas como forma de resistência durante a ditadura militar brasileira, muito menos que tantas mulheres se empenharam em projetos como os periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Interessou-me, particularmente, descobrir mais sobre a aliança feita por estas mulheres entre o enfrentamento da ditadura militar e o debate feminista que trazia a tona a luta das mulheres por temas como vagas em creches, políticas de controle de natalidade, entre outros.

Foi este livro que me despertou para a existência de feminismos, no plural, coexistindo no Brasil na década de 1970, àquela altura, o feminismo vivido por mulheres de esquerda que permaneceu no Brasil durante os anos de repressão, e o feminismo vivido por mulheres que permaneceram exiladas durante anos, e que puderam retornar ao país antes da lei da anistia.

Neste momento, pareceu-me, ainda de forma instintiva, que este movimento de mulheres até então desconhecido para mim não deveria ser um fenômeno isolado na realidade brasileira, visto que diversos países da América Latina foram afetados por golpes militares a partir da década de 1960. Não me furtei à curiosidade de pesquisar sobre como se deu a chamada segunda onda feminista no Uruguai, país vizinho ao Brasil, o qual eu já era uma grande admiradora da literatura e da música. O que me levou ao artigo “O trabalho dignifica o homem, mas e a mulher? O riso na imprensa feminista do cone sul”, assinado por Cíntia Crescêncio e Soraia de Mello (CRESCÊNCIO; MELLO, 2013), que serviu como porta de entrada para tudo que hoje está escrito nas páginas desta tese.

Foi a partir desta leitura que duas coisas fundamentais me ocorreram. Primeiro, eu descobri que o Uruguai possuía, sim, um forte movimento feminista e um interessante periódico chamado *La Cacerola*, o qual eu não conseguia maiores informações do que as apresentadas pelas autoras, ao contrário de seu contemporâneo brasileiro, *Mulherio*, que me espantou com a já enorme gama de estudos existentes à época sobre sua história e suas temáticas. Segundo, eu descobri, através daquele artigo, a existência de um feminismo latino-americano enorme, plural, potente, ativo e criativo. Foi ali que eu decidi que aqueles dois periódicos, contemporâneos, seriam os objetos de um estudo que eu queria fazer.

Refletir sobre os feminismos latino-americanos durante o século XX pressupôs pensar sobre as causas e consequências que os golpes militares e suas posteriores ditaduras causaram no Brasil e no Uruguai e em suas sociedades, com efeitos ainda mais fortes naquelas que formam suas bases: as mulheres. Uma vez que quando se instaurou o período ditatorial no Uruguai, a ditadura já estava consolidada no Brasil há quase uma década, coaduno com a opinião de Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro, quando afirmam que os movimentos de mulheres na América Latina oferecem diversas possibilidades de análise de forma comparativa (PEDRO; WOLFF, 2010).

No Brasil, setores da sociedade aliados a um Congresso Nacional com tendências conservadoras geraram um ambiente de desconfiança com as propostas de Reformas<sup>3</sup> do então Presidente João Goulart. O medo de que tais reformas levassem o Brasil para o lado comunista, como ocorreu com Cuba anos antes, garantiu que setores importantes da sociedade brasileira clamassem por mudanças no governo. Nas palavras de Daniel Aarão Reis,

Todos sentiam obscuramente um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista iria atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e de valores, inclusive os religiosos. A ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências (REIS, 2005, p. 27).

---

<sup>3</sup> As reformas de base propostas pelo presidente Goulart tinham como objetivo reformar os sistemas bancário, fiscal, urbano, administrativo, agrário e universitário, além de propor a possibilidade de voto aos analfabetos, e uma maior intervenção do Estado na vida econômica do país. Para outras informações, ver:

<[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base)>. Acesso em: 6 abr. 2015.

O fracasso da articulação política de Goulart para execução do plano de reforma defendido por seu governo consolidou seu isolamento político, favorecendo que no ano de 1964 eclodisse o golpe que deu origem ao período de governos militares.

No Uruguai, a década de 1960 foi marcada por um processo de abertura de mercado, causando a redução do salário real das trabalhadoras e dos trabalhadores, e, conseqüentemente, o descontentamento popular. Com isso, diversos movimentos de guerrilha surgiram pelo país, em defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, sendo o Movimento de Libertação Nacional (MLN) o mais importante.<sup>4</sup> No ano de 1972, foi eleito o presidente Juan Maria Bordaberry, que já em seus primeiros meses de governo sofria com a ausência de apoio político no parlamento.

Com um parlamento enfraquecido, sem condições de frear os avanços de autoritarismo do poder executivo e as ameaças cada vez mais frequentes do MLN, Bordaberry lançou como prioridade o combate à subversão, abrindo espaço para o protagonismo das forças armadas no governo. Em 1972, em decorrência da onda de violência que devastava o país, foi promulgado o *Estado de Guerra Interno*, que suspendia as liberdades individuais e legitimava toda ação repressiva às formas de oposição ao governo.

Vitoriosos na luta contra os guerrilheiros do MLN, os militares ganharam cada vez mais força, aliada ao enfraquecimento quase total do sistema político democrático teoricamente vigente no Uruguai. Enrique Padrós afirma que:

abriram-se, aos militares, as portas da administração e direção de entes autônomos e serviços descentralizados, assim como ministérios, configurando a implantação de um regime que, formalmente, governavam os civis, entretanto, de fato, os militares se haviam aquinhoado de boa parte do poder (PADRÓS, 2005, p. 360).

Desta forma, em junho de 1973, com o apoio das Forças Armadas, o presidente dissolveu o parlamento e deu um golpe de Estado iniciando, assim, uma ditadura civil-militar que vigorou até o ano de 1985.

Nos dois países, a influência norte-americana da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) adicionou ainda mais endurecimento nas relações entre o Estado e seus

---

<sup>4</sup>Também chamados de Tupamaros, o MLN nasceu no Uruguai nos anos de 1960 como uma reunião de grupos e movimentos de esquerda que se preparavam para lutar contra movimentos golpistas e de orientações fascistas. Tinha como fontes ideológicas o socialismo e o liberalismo que, apesar de contraditórios, convergiam em um ponto (e que era o mote do movimento): ambos haviam conseguido importantes mudanças no mundo através da violência, para se combater a opressão. Ver: CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIII, n. 2, dez. 2007.

opositores políticos. Apesar de, segundo Padrós (2012), a DSN não ter sido a única matriz doutrinária vigente no Cone Sul durante a ditadura, foi ela a de maior impacto e a que aglutinou diversas outras correntes ideológicas conservadoras que foram absorvidas e retransmitidas em toda a região. Em linhas gerais, o cerne da Doutrina consistia na ideia de que a URSS utilizava o comunismo internacional como instrumento de agressão e de subversão dentro dos países. A isto os EUA contrapunham com uma guerra total e permanente, propagando-se como defensores de um “mundo livre”.

No Uruguai, apesar do contato com as teses da DSN remontar a fins da Segunda Guerra, foi em 1968 que o fator militar foi incorporado ao projeto autoritário. Aliada às ideias do catolicismo nacionalista de ultradireita, corrente que ganhou destaque a partir de sua influência na reestruturação do sistema educativo após o golpe em 1973, a DSN praticada no Uruguai tinha como premissa a suspensão dos direitos civis, a subordinação do poder civil ao militar e a dissolução de partidos políticos. Foi neste contexto que aconteceu um aumento na repressão aos opositores do sistema, com prisões, torturas e mortes.

No Brasil, a influência da DSN também se fez presente em fins da década de 1960 com a promulgação do AI-5 durante o governo do presidente-general Costa e Silva. Também chamado de “golpe dentro golpe”, o ato ampliou os poderes do executivo ao fechar o Congresso Nacional, promover a suspensão do *habeas corpus*, aumentar a repressão a todas e todos que fossem suspeitos de atos de subversão, com indiscriminado emprego de violência a pessoas de todas as classes. Segundo Maria Helena Moreira Alves,

O Ato Institucional Nº 5 (AI-5) marcou o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Ambos os partidos políticos foram seriamente enfraquecidos por sucessivos expurgos, embora o MDB sofresse perdas mais pesadas. Os parlamentares do ARENA que votaram com o MDB foram sumariamente privados de seus mandatos eleitorais, passando a integrar o campo do “inimigo interno”. O movimento estudantil debandou após a prisão de 800 de seus líderes num congresso clandestino realizado em Ibiúna, São Paulo, no final de 1968. Os sindicatos sofreram novas intervenções e severa repressão. De maneira geral, os setores de oposição que preconizavam a reforma mediante resistência não violenta foram grandemente enfraquecidos, entrando em um período de desorganização e falta de perspectivas (ALVES, 1984, p. 141).

Embora exista um extenso debate sobre a real influência da DSN durante o período ditatorial no Brasil<sup>5</sup>, tal qual a literatura nos mostra de forma mais clara no caso uruguaio, é inegável que a doutrina foi um conjunto de ideias que ajudou a moldar a racionalidade política do período. Suas bases ajudaram a justificar uma série de decisões tomadas pelos governantes para conter alguma espécie de “inimigo interno” que poderia nascer dentro do país. O aumento da repressão em ambos os países gerou não apenas o terror social, mas também diversas prisões, torturas e mortes. A luta armada, na forma de guerrilhas ou organizações clandestinas, se tornou ainda mais perigosa, uma vez que, além da possibilidade de prisão, quase não havia apoio da população em geral.<sup>6</sup> Com isso, no decorrer das décadas, os grupos e organizações revolucionárias foram perdendo força de atuação por meio da violência e tiveram que buscar outras formas de expressão de suas ideias.

Em fins da década de 1970 começou no Brasil o processo de abertura política para a democracia, com diversos eventos que culminariam com a extinção do regime em 1985. O fim do AI-5 em 1978, a promulgação da Lei de Anistia em 1979, a supressão do bipartidarismo, entre outras, foram decisões que abriram espaço para um maior diálogo social envolvendo diretamente a discussão sobre os direitos das cidadãs e dos cidadãos.

No Uruguai, o período para a transição democrática se deu na mesma época, quando em 1976 ocorreu a suspensão da ajuda militar por parte dos EUA, passando por um plebiscito que instituiu uma democracia tutelada em 1980 (além de determinar anistia política restrita e diálogos com a oposição) e culminando com a chegada de um

---

<sup>5</sup> Os debates sobre a ditadura militar brasileira são inúmeros e a questão da DSN faz parte de uma grande parte destes trabalhos, como é o caso do trabalho de Andreia França, *Doutrina e Legislação: os bastidores da política dos militares no Brasil (1964-1985)*, que se propõe a pensar a formulação de leis durante o período ditatorial, destacando a relação com os Estados Unidos como um ponto fundamental no processo. Outro trabalho que também trata da questão é o de Taiara Alves - *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às leis de segurança nacional (1964-1978)* - que analisa o julgamento de pessoas acusadas de infringir as leis de segurança nacional no sul do país. Por fim, destaco o trabalho de Ananda Fernandes - *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai ((1964-1973)* no qual a autora analisa não apenas a aplicação das diretrizes de segurança nacional nos dois países, mas também a exportação de técnicas de combate à subversão a outros países do Cone Sul. A tese de doutorado de Vitor Amorim de Angelo, intitulada *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*, defendida em 2011, traz outro olhar a respeito do endurecimento das políticas pós AI-5 no Brasil, atribuindo à luta armada esquerdista a verdadeira razão para justificar políticas de repressão.

<sup>6</sup> Segundo Reis (2005), no Brasil, a população entendia a luta das guerrilhas e os enfrentamentos com a política política como uma espécie de guerra civil, algo que não conseguiam compreender e nem participar de forma direta. Viviam uma dualidade de situações: por um lado, não compartilhavam com os ideias da esquerda, mas também não compactuavam com a violência vinda por parte do governo. Este, porém, possuía a capacidade e os meios de deixar seus atos de repressão fora das vistas da grande massa.

presidente democraticamente eleito ao poder em 1985 (CHIRICO, 2000). Vários fatores – internos e externos – contribuíram para que o sistema se fragilizasse, fazendo com que a transição para a democracia no país se desse através de um jogo de forças mais ou menos equilibrado entre instâncias políticas, sociais, econômicas, etc.

Esta conjuntura política, que se estendeu nos dois países até a década de 1980, ocorreu paralelamente à institucionalização do movimento feminista nos dois países. Como veremos no decorrer deste trabalho, a presença de mulheres nas universidades foi aumentando gradativamente com o passar dos anos – mesmo ainda sendo muito inferior a de homens, e praticamente restrita a mulheres das classes mais altas - , aliada ao trânsito de ideias que propiciou que brasileiras e uruguaias tivessem contato com teorias feministas que estavam sendo produzidas no Norte do mundo e suas vivências de realidades autoritárias. Os contextos históricos bastantes semelhantes nos dois países me levou ao entendimento sobre como as estruturas nas quais as sociedades latino-americanas se organizaram, como colônias de Estados europeus que promoveram submissão e violências aos povos originários, usurpando suas riquezas e solapando suas culturas e vivências. É errado pensar que estes povos, que se tornaram de fato países a partir do século XIX, enfrentaram todo o período de colonização de forma passiva: a resistência dos povos tradicionais e sua luta por reconhecimento são, ainda hoje, importantes pautas de nossa sociedade.

E este pano de fundo foi crucial para que eu pensasse na problemática desta pesquisa: estariam estes periódicos interligados por uma rede feminista, devido ao contexto geral muito semelhante vivido por estas mulheres? Teriam estas mulheres buscado constituir tal rede, movidas por um sentimento comum de pertencimento a uma realidade que não era totalmente explicada pelas teorias feministas que chegavam até elas, vindas do Norte do mundo? Estariam estas mulheres criando uma forma própria de fazer feminismo, que aliasse as teorias que circulavam em um movimento Norte-Sul, com as experiências que circulavam em um movimento Sul-Sul?

Uma análise detalhada das fontes, os periódicos *La Cacerola* e *Mulherio*, me possibilitou construir a hipótese de que estes periódicos estavam unidos por laços que se entrelaçavam e formavam uma rede, que poderia ser identificada através das temáticas que interessavam as feministas brasileiras e uruguaias pertencentes aos grupos estudados. Ao perceber que temas semelhantes eram abordados nas páginas dos periódicos, para além das naturais diferenças que existem de um país para o outro, percebi que estar inseridas em um contexto supranacional aproximava as vivências e

experiências destas mulheres intelectuais, que se articularam em grupos objetivando socializar suas opressões e realidades com outras mulheres.

A experiência latino-americana segue sendo a da mistura de etnias, povos, línguas e culturas, nas quais como resultado temos países que foram inseridos de forma violenta no capitalismo que, em sua busca pela acumulação de capital, explora até a última gota de seus habitantes. O resultado disto são sociedades nas quais as bases da pirâmide social, a saber, as mulheres, em especial as “mulheres de cor”, são as mais prejudicadas por este sistema (LUGONES, 2008). Durante séculos, mulheres foram silenciadas e exploradas em nome de uma modernidade que para muitas delas jamais chegou. E foi a ascensão do movimento feminista que possibilitou dar visibilidade às questões deste grupo que sofre com marginalização social.

Joana Maria Pedro afirma que mulheres identificadas com o feminismo nos países do Cone Sul – Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile e Uruguai – entre os anos de 1960 e 1989, relatam em entrevistas narrativas muito parecidas sobre o desenvolvimento dos feminismos, influenciados pelo feminismo de segunda onda, cada um se desenvolvendo no seu tempo, mas todos igualmente influenciados pelo impacto das ditaduras militares, dos movimentos de resistência (nos quais incluo a organização em centros privados de pesquisa para produção de conhecimento), da luta armada, guerrilhas e movimentos pelos direitos humanos (PEDRO, 2010).<sup>7</sup> Estas jovens mulheres, ligadas por uma rede tal qual definida por Veiga (2009), colocaram nas páginas de seus periódicos os relatos destas experiências na década de 1980, inseridas em uma América Latina politicamente agitada, promovendo, tal qual afirma Cypriano (2013), a construção de uma teoria política feminista a partir do terceiro mundo.

Não desconsidero a influência que os debates originados pela segunda onda feminista provocaram nas feministas latino-americanas<sup>8</sup>, mas neste trabalho, optei por examinar estes periódicos através de uma visão que as insira no referencial teórico que escolhi para analisar as fontes: enxergá-las como intelectuais pós-coloniais.

---

<sup>7</sup> Outros textos sobre este assunto foram lidos por mim na confecção desta tese: ALVARES, Gustavo Alberto Carrera. Movimentos sociais e ditadura no Uruguai. *Anais do IV Simpósio Lutas sociais na América Latina*. Londrina, 2010; MORAES, Maria Lygia Quartim de. O feminismo político e a luta contra a ditadura civil-militar. *Coletiva*. Recife, n.12, set/out/nov/dez. 2013. Disponível em: <http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/o-feminismo-politico-e-a-luta-contra-a-ditadura-civil-militar/>. Acesso em 13 mar. 2015; BROQUETAS, Magdalena. Entre la reacción y la restauración. Derechas y violências en Uruguay en los inicios de la crisis de la década de 1960. *Estudios Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 142-166, jan.-abr. 2016.

<sup>8</sup> Não pretendo desconsiderar a importância de trabalhos de Simone de Beauvoir, de Betty Friedman, Kate Millet ou Shulamith Firestone, entre muitas outras, na concepção das feministas brasileiras e uruguaias.

Minha escolha por analisá-las através de um olhar influenciado pelas teorias pós-coloniais se baseia na localização destas intelectuais como produtoras de conhecimento a partir de uma parte do mundo que simbolicamente apenas absorvia o conhecimento e as teorias vindas de um Norte criado por uma visão eurocêntrica do conhecimento.

Tenho ciência da pluralidade existente nas teorias surgidas advindas de um pensamento pós-colonial, como os estudos subalternos, inicialmente liderados por intelectuais sul-asiáticos em fins da década de 1970, e os estudos decoloniais, surgidos a partir do grupo Colonialidade/Modernidade, fundado por intelectuais latino-americanos na década de 1990.<sup>9</sup> Porém, escolho não limitar meu olhar às especificidades locais de cada um desses grupos, antes, escolho pensar suas propostas em diálogo com minhas fontes, dialogando com Jórissa Aguiar:

as sínteses dessas teorias são fecundas para se compreender a realidade latino-americana ao passo que promovem a renovação crítica do conhecimento desde uma perspectiva política e intelectual, de emancipação de situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais e, fundamentalmente, de classe. Trazer a teoria pós-colonial e os estudos subalternos para o contexto da América Latina nos permite pensar na cumplicidade da maioria da cultura ocidental com as atitudes e valores ideológicos da expansão capitalista e as implicações desse processo no saber (AGUIAR, 2016, p. 275).

Enxergo estas mulheres, brasileiras e uruguaias, como reivindicadoras do direito de produção de conhecimento, uma espécie de solicitação de fala pelos subalternos, clamando a ideia de Spivak (2010). Isto posto, nesta tese, busco inspiração no conceito de “colonialidade do poder” cunhado por Aníbal Quijano em 1989<sup>10</sup>, que defende que as relações de colonialidade não se encerraram nas esferas econômica e política com a destruição do colonialismo, mas sim, se manifestavam nas esferas da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (BALLESTRIN, 2013). Percebo estes resquícios coloniais agindo de forma incisiva na vida das mulheres latino-americanas,

---

<sup>9</sup> Muitos são os trabalhos que se dedicam a pensar as teorias pós-coloniais, desta forma, indico duas referências que ajudam a ter uma visão geral sobre o tema: AGUIAR, Jórissa Danilla Nascimento. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? *Estudos Sociológicos*. Araraquara, v. 21, n. 41, p. 273-289, jul-dez, 2016; BROCARD, Daniele; TECCHIO, Caroline. Olhares para a História: pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade. *RELACult – Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V. 03, ed. Especial, dez, 2017.

<sup>10</sup> O conceito cunhado pelo autor foi discutido em diversos outros textos desde então, como no texto a seguir: QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em 01 out. 2020.

submetidas ao capitalismo patriarcal que as elencava como sujeito de segunda categoria das sociedades estudadas.

Observo que as teorias pós-coloniais podem servir de base para pensarmos na atuação destas mulheres à época, e mesmo que não houvesse influência direta das teorias de outros países, o pensamento de autonomia de grupos historicamente silenciados, seja em uma perspectiva geral – como a possibilidade de criação de conhecimento vindos do Sul global –, quanto em uma perspectiva local – negros, mulheres, homossexuais, indígenas – já eram uma realidade na vivência acadêmica destas mulheres.

Corroborar com minha perspectiva a importância dada por Alvarez (2003) aos Encontros Latino-americanos e do Caribe, que tiveram início em 1981 e funcionaram como espaço de criação de laços de solidariedade, possibilidade de pensamento de novas formas de articulação política e enfrentamento de opressões de gênero sofridos por estas mulheres, tudo isso sob uma perspectiva de se trazer as questões vividas pelas feministas latino-americanas para o centro do debate sobre as relações intra-regionais existentes, e apesar de experimentarem as situações peculiares de seus países, a marginalização política e as opressões de gênero que se deslocam entre raças e classes distintas eram comuns a maioria destas mulheres.

Portanto, percebo desde o início da década de 1980 há o afloramento do desejo de se fazer um feminismo que desse conta das realidades múltiplas das mulheres latinas, e é com esse viés teórico que enxergo minhas fontes. Conforme será observado no trabalho, com o passar dos anos, novas demandas vão sendo introduzidas nos debates dos periódicos analisados.

Brasileiras e uruguaias estão inseridas na lógica política e de pensamento que as colocam na periferia do mundo, no chamado Terceiro Mundo, à época aqui analisada. Isto faz com que suas vivências sejam profundamente influenciadas pelo passado colonial de seus países, e conseqüentemente, a todas as formas possíveis de violência que sofreram, mesmo que a realidade colonial de ambos seja distante.

Na construção da observação dos objetos deste trabalho, tendo a concordar com Gebran (1998) ao afirmar que a história das mulheres latino-americanas confunde-se com a própria história do continente, marcada por um histórico de opressão e dominação, discriminação e preconceito. Foram subjugadas pelos conquistadores europeus e, após os processos de independência, permaneceram sendo exploradas pelo capitalismo patriarcal que tem como premissa básica a hierarquização, deixando as

mulheres distantes do topo da pirâmide, com consequências que se estenderam ao longo dos séculos e ainda mostravam fortes reflexos no período em que os periódicos foram escritos. Este histórico fica bastante claro ao folhearmos as páginas dos periódicos e verificarmos que estas questões são pautas permanentes dos grupos aqui estudados.

É preciso que as leitoras e leitores desta tese tenham em mente um ponto fundamental para a construção de minha argumentação deste trabalho, a saber: a minha hipótese de que as feministas brasileiras e uruguaias estavam inseridas em uma rede de pensamento feminista, que se manifestava através das páginas dos periódicos por elas produzidos. Este trabalho tem como objetivo analisar a construção teórica e prática de mulheres (em sua grande maioria) brancas, pertencentes a classe média alta e com acesso a cursos superiores nas décadas de 1970 e 1980, portanto, inseridas em um contexto de privilégio social em detrimento de milhões de outras mulheres que compunham as sociedades brasileira e uruguaia.

Esta informação é fundamental para que não se exija mais das fontes do que elas se propõem a oferecer. Explico. É visível que tanto *La Cacerola* quanto *Mulherio* buscam trazer o recorte de classe para suas páginas, problematizando as questões vivenciadas pelas mulheres mais pobres, inseridas no mercado de trabalho informal, sem acesso a saúde e educação de qualidade por questões financeiras, entre outras questões. Até mesmo porque as mulheres já se organizavam nas periferias, nos grupos de bairros, nas igrejas, antes mesmo dos grupos aqui estudados. Mesmo sem a alcunha de “feministas”, é preciso reconhecer que os movimentos de mulheres por melhor qualidade de vida sempre existiram, como o caso do “Movimento Custo de Vida”, em São Paulo, que levou milhares de mulheres ao centro da cidade para protestar contra a política econômica do governo militar.

O recorte racial não pertence, de fato, às principais pautas dos periódicos. Concordo com Gonzalez (2020, p. 44) que “o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região”. De fato, os feminismos com os quais esta tese trabalha não se debruçam nas causas raciais de forma efetiva, mas não posso deixar de defender os periódicos nesta questão, amparada pelo fator histórico de cada país. *Mulherio* tenta minimizar esta questão ao dar espaço para a produção de intelectuais negras e ao dar proeminência, em diversas ocasiões, para ações de coletivos de mulheres negras e candidatas políticas negras. A coluna assinada por Lélia Gonzalez

é destaque em diversas edições do periódico<sup>11</sup>, assim como alguns artigos assinados por outras mulheres negras. A pauta racial não é o foco do periódico, mas o mesmo não refuta o tema, até mesmo pelas mulheres negras, no Brasil, serem talvez a mais efetiva “maioria minorizada”<sup>12</sup> da sociedade e possuem demandas próprias que seriam trazidas a tona pelo feminismo negro algum tempo depois.

*La Cacerola* não destaca a questão das mulheres negras ou indígenas em suas páginas, o que me leva a pensar, novamente, amparada por Gonzalez (2020), em uma prática de invisibilidade e silenciamento da pequena parcela de negros na sociedade uruguaia, sendo diluídos nas questões sociais que envolviam outras raças minoritárias do país, como os indígenas, por exemplo.<sup>13</sup> E mesmo que não haja destaque prioritário para as mulheres negras, ao tratar da realidade de mulheres periféricas, trabalhadoras informais, acredito que estas mulheres estejam sendo retratadas, por comporem a base da pirâmide social. Este é, portanto, o fator que mais afasta as duas publicações: o enfoque dado a feministas negras em suas páginas, mesmo não sendo este o objetivo das publicações.

Esta reflexão leva a outro aspecto da tese, a saber, o recorte temporal. Para compreender a estruturação dos feminismos aqui analisados nos periódicos, as fontes me levaram a escolher os anos de 1981 e 1988 como balizadores da pesquisa, por serem as datas de inauguração do periódico mais antigo (*Mulherio*, fundado em 1981, enquanto *La Cacerola* foi fundado em 1984), e a data de finalização dos dois periódicos, o ano de 1988. Este recorte temporal ajuda a compreender a questão colocada anteriormente, sobre o apagamento das questões das mulheres negras do periódico uruguaio, e a pouca representação deste grupo no periódico brasileiro. No Uruguai, é no final da década de 1980 que intelectuais negras e negros se articulam para

<sup>11</sup> Reflexões sobre a atuação intelectual de Lélia Gonzalez nas páginas de *Mulherio* podem ser encontradas nas seguintes publicações: SILVA, Pâmela Guimarães da. Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio*. *Revista Dispositiva*. v. 9, no. 15, p. 194-214, jan/jul. 2020; SANTOS, Luana Diana dos. Por um feminismo plural: escritos de Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio*. *Gênero na Amazônia*. no. 4, jul/dez, 2013; TOLENTINO, Luana. Por um feminismo plural: o ativismo de Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio*. *Geledés*. São Paulo, Jul. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-um-feminismo-plural-o-ativismo-de-lelia-gonzalez-no-jornal-mulherio/>. Acesso em 18 set. 2020.

<sup>12</sup> O termo cunhado por Richard Santos nos permite compreender como grupos sociais numericamente superiores são percebidos como minorias, como o que acontece com pessoas negras, por exemplo. O autor expõe a mídia tradicional como perpetuadora de padrões éticos e estéticos de manutenção da estrutura racista e desigual da sociedade. Apesar do autor dedicar sua análise a população negra, acredito que o mesmo também possa ser compreendido para a categoria das mulheres. Para maiores informações, ver: SANTOS, Richard. *Maiorias minorizadas*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

<sup>13</sup> O Uruguai também foi um país que esteve na rota da diáspora africana e, mesmo sendo uma pequena parcela da população, possui um movimento negro atuante desde aproximadamente a década de 1930, reunindo intelectuais negros e que culmina com a criação da *Mundo Afro*, na década de 1990.

a construção de uma ação coletiva para a construção de uma agenda própria de reivindicações em âmbito nacional (FERREIRA, 2003), enquanto no Brasil, considero a publicação original de *Por um feminismo afro-latino-americano*, de Lélia Gonzalez, em 1988, como um ponto de partida para se analisar a situação das mulheres negras latinas, em especial, as brasileiras.

Metodologicamente, trabalho as fontes através de uma perspectiva comparada, compreendendo os periódicos como fonte e como objetos de pesquisa, e inseridos em uma rede feminista na qual circulavam temáticas e propostas de ação política e social.

Ao se fazer um trabalho que busca analisar dois ou mais objetos, o ato da comparação se torna um método, e não apenas uma ferramenta. É a partir dela que ilumino um objeto a partir de outro, identifico semelhanças ou diferenças, analiso as variações de um mesmo problema em duas realidades distintas, me inspirando em Prado (2005, p. 12) na ideia de que “a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes”.

Não há como fugir da especulação de que *Mulherio* exerceu certa influência em *La Cacerola*, o que faz com que a comparação deva ser feita com cuidado para evitar anacronismos ou inferências que originalmente não configuram como intenções das autoras dos boletins.

O uso de jornais como fontes históricas adquire uma nova forma de abordagem com o advento da Nova História Política, devido, em grande parte, ao alargamento das possibilidades de temáticas de estudo. Afirma Tânia Regina de Luca que:

a face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História. Outras menos visíveis, apesar de talvez mais profundos, apontavam para a “passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica era primordial para uma História que focaliza os sistemas culturais”, a fragmentação da disciplina, o esmaecer do projeto de uma História total e o interesse crescente pelo episódio e pelas diferenças (LUCA, 2005, p. 113).

Neste trabalho, não utilizo a categoria “jornal” para tratar de *Mulherio* e *La Cacerola*, mas acredito que a definição acima seja pertinente para a análise das publicações aqui estudadas, que nasceram como boletins informativos e foram tendo diversos formatos em suas trajetórias. Nesta perspectiva, fica claro que tais publicações estavam inseridas na seara dos periódicos alternativos que circularam em diversos

países da América Latina antes, durante e após os anos de censura instaurados pelos militares, uma vez que sua existência possibilita verificar e conhecer práticas culturais e comportamentos sociais de determinada parcela da população, assim como as manifestações ideológicas e, especificamente no caso desta pesquisa, na visibilidade de gênero, configurando-se, assim, nos objetos desta pesquisa. Cardoso (2004) e Kucinski (1991) são referências no que se refere ao estudo do cenário alternativo brasileiro, sendo o segundo voltado para uma análise ampla do quadro, e a primeira dedicada a pensar exclusivamente nos periódicos feministas.

Mais do que simplesmente narrar as opressões vividas pelas mulheres de seus países e demais, as publicações aqui estudadas buscavam produzir sentido para as situações, baseadas na produção acadêmica das intelectuais responsáveis por suas criações. Concordo com Ormundo (2010) quando a mesma afirma que os mecanismos de construção de discursos são estrategicamente movidos por interesses de mudanças nas atividades, instituições sociais, formas de governo, valores culturais e de identidades, uma vez que percebo que a escolha dos temas abordados nas páginas dos periódicos não foi feita de forma aleatória; antes, as temáticas trabalhadas pelas feministas estavam “na pauta do dia” dos debates dos grupos feministas interligados por fios de uma rede que buscava soluções práticas, legais e políticas para suas demandas. Portanto, a produção de sentido está intimamente ligada a linguagem, capaz de criar estímulos entre os interlocutores através de seus discursos, sendo a história a responsável por fornecer ferramentas que gerem significados semelhantes entre quem emite a informação e quem a recebe, gerando, assim, identificação entre autor-receptor (ORLANDI, 1994). É através do poder do discurso que os indivíduos expõem suas ideias, realidades e vivências, e foi através desta alternativa que as intelectuais envolvidas na formação dos periódicos encontraram um caminho de diálogo com diversas outras mulheres, abrindo assim maiores possibilidades de circulação para as ideias feministas por elas defendidas.

Portanto, é através do entrecruzamento entre os dois periódicos que procuro observar como ambos desenvolveram as temáticas principais dos feminismos latino-americanos da década de 1980. É através da análise detalhada e profunda dos periódicos que percebo os danos que os resquícios colonialistas, personificados por um capitalismo patriarcal, causaram nas sociedades brasileira e uruguaia. Valores ancorados na hierarquização que colocam as mulheres sempre em posição desfavorável em relação

aos homens em qualquer contexto social, justificando desigualdades e violências não apenas no campo físico, mas também no campo simbólico.

Por conta disto, é fator primeiro em ambas as publicações o viés feminista acerca da categoria de gênero como uma “construção social, cultural e histórica, sempre relacional, e que define hierarquias e estratégias de poder, territórios e comportamentos para homens e mulheres” (WOLFF, 2007, p. 21). Atribuições e funções específicas para homens e mulheres nas oportunidades no mercado de trabalho, nos contextos educacionais e de lazer, no interior dos partidos políticos e nas organizações de esquerda foram situações corriqueiras vivenciadas por estas mulheres ao longo de suas vidas (e mesmo com todos os avanços alcançados nas últimas décadas, ainda profundamente presentes em nosso tempos atuais), e que foram uma das forças motrizes para a criação de espaços próprios de ação social, política e intelectual. Sabemos que estes locais criados por e para mulheres não passavam incólumes a hierarquizações, silenciamentos e conflitos internos, como a já abordada ausência de mulheres negras, indígenas e homossexuais em muitos contextos.

A possibilidade de lidar com duas publicações feministas, uma muito conhecida e estudada pela historiografia como é *Mulherio*, e outra que ainda não foi analisada em sua particularidade, me entusiasmou com a perspectiva de trazer luz a um assunto que vem ganhando cada vez mais espaço nos debates acadêmicos. Encontrar poucas referências a respeito de *La Cacerola* – que eventualmente apareciam em artigos, dissertações, teses ou livros que tratavam do movimento feminista uruguaio, mas sem muito aprofundamento – foi um desafio que me tirou da zona de conforto de pensamento pela falta de interlocutores diretos, mas ao mesmo tempo me possibilitou ter a liberdade de confiar em minhas impressões pessoais acerca do projeto que foi construído por estas mulheres durante os anos em que esteve em circulação.

Muitos trabalhos foram caros para a construção do problema desta pesquisa, sendo, desta forma, fundamentais para minhas reflexões a respeito das formas de resistência às ditaduras militares no Cone Sul, os movimentos feministas latino-americanos, as teorias pós-coloniais, a imprensa alternativa em tempos de ditadura e redemocratização e suas publicações, a especialização dos feminismos na década de 1980, suas pautas, mobilizações e ações concretas em sua luta contra as opressões de gênero, e as redes feministas que surgiram deste contexto.

Em relação aos movimentos feministas no Brasil e nos países do Cone Sul, destaco os trabalhos produzidos pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História

(LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), referência principal a qualquer estudante que deseja refletir sobre relações de gênero e movimentos feministas latino-americanos em tempos de ditaduras, com vasta produção neste campo. Destaco como fundamental para minhas primeiras impressões sobre o assunto, o livro *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff e publicado em 2010 pesquisas que se dedicam a pensar a presença feminina em várias esferas das sociedades brasileira, uruguaia, chilena e paraguaia com depoimentos de mulheres que atuaram ativamente nos processos de luta pela democracia.

Ainda no campo do feminismo brasileiro, destaco os livros *Breve história do feminismo no Brasil*, de Maria Amélia de Almeida Teles, de 1999 e *Uma história do feminismo no Brasil*, de Céli Regina Jardim Pinto, de 2003, que para mim foram manuais fundamentais para a compreensão do movimento no Brasil, com ênfase especial para o renascimento do momento nas décadas de 1960 e 1980.

No Uruguai, considero decisiva a coletânea organizada por Lílian Celiberti, *Notas para la memoria feminista – Uruguay 1983-1995*, publicado em 2018, no qual os textos escritos por diversas mulheres, inclusive que estavam presentes na institucionalização do movimento no país, me inseriram no contexto local. Destaco também todos os textos que li de autoria de Graciela Sapriza, a meu ver, representante máxima desta geração, e que a cada trabalho nos contempla com ricas memórias sobre a época.

Sobre a imprensa alternativa, destaco o livro *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, de Bernardo Kucinski, publicado em 1991, como fundamental para se compreender o contexto das publicações alternativas (apesar do pouco destaque dado para a imprensa feminista), e especificamente sobre a imprensa alternativa feminista, a dissertação de Elizabeth P. Cardoso, de 2004, intitulada *Imprensa feminista brasileira pós-1974*, aquele que foi minha inspiração inicial, o já citado *Da Guerrilha à imprensa feminista*, escrito por Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite, publicado em 2013, e a tese de doutorado de Cíntia Lima Crescêncio, de 2016, *Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988)*. Acredito que ter lido trabalhos com um considerável distanciamento temporal foi fundamental para meu entendimento sobre a questão social, intelectual e política dos periódicos alternativos.

Compreender o feminismo latino-americano com suas especificidades, teorias e práticas foi um fator fundamental para a construção dessa pesquisa, sendo os trabalhos de Sonia Alvarez, publicado em 2003, *Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos*, e de Marlise Matos, *Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?*, de 2010, essenciais para a construção de minha tese. Porém, eu só consegui enxergar as demandas da intelectualidade feminista após compreendê-las como parte de uma periferia do mundo que até então era vista como incapaz de criar suas próprias teorias para entender suas estruturas sociais, cabendo a contribuição com suas experiências no conhecimento criado no Norte global.

Para que eu conseguisse visualizar as intelectuais brasileiras e uruguaias estudadas neste contexto, retomei as ideias de Aníbal Quijano, *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, de 1992, para compreender sobre as profundas marcas deixadas pelo colonialismo em sociedades como a americana. Essas implicações nas práticas feministas foram trabalhadas por Chandra Talpade Mohanty ainda em 1984 no texto *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*, e retomadas e repensadas por diversas outras intelectuais que pensam o movimento feminista na pós-colonialidade e na decolonialidade reunidas na coletânea *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, organizado por Heloísa Buarque de Hollanda, recém publicado neste ano de 2020.

Todo este pensamento foi amarrado pela premissa primeira deste trabalho, a saber, de que *Mulherio* e *La Cacerola* estavam inseridos neste contexto de produção de conhecimento vindo do Sul do mundo, e pertencentes a uma rede feminista perceptível por suas temáticas, problemáticas e estratégias de ação. Para pensar o contexto de periódicos integrados em redes feministas, a dissertação de Ana Maria Veiga, *Feminismos em Rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970 – 1985)*, do ano de 2009, é uma referência irrefutável.

A tese é dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, “Quem faz os feminismos na América Latina? Uma breve discussão sobre os feminismos brasileiros e uruguaios”, recupero o histórico do feminismo nos dois países, abordando a ascensão do chamado feminismo de segunda onda na América Latina, e a formação do feminismo latino através das redes feministas, olhando para este movimento sob a perspectiva pós-colonial. No capítulo 2, “Os Centros Privados de Pesquisa e a Constituição de Espaços Acadêmicos para o Feminismo”, exponho a criação dos centros privados de investigação como lócus de produção de conhecimento, com foco nas pautas feministas

nos casos estudados, assim como analiso a criação de boletins informativos como suporte para a divulgação dos trabalhos criados nestes centros de investigação. Além disto, analiso o local ocupado pela imprensa feminista na circulação de ideias e seu contraponto com as pautas defendidas pela imprensa tradicional. No capítulo 3, “*La Cacerola e Mulherio: boletins informativos feministas*”, analiso de forma particular e detalhada os dois periódicos, tentando oferecer as leitoras e leitores uma compreensão de sua estrutura, componentes, seções e objetivos. Também identifico os pontos de intercessão entre eles, buscando pistas deixadas que possam confirmar alguma relação entre ambos, percebendo os fios que os unem. No capítulo 4, “*As Redes se Mostram Através dos Temas*”, mergulho nas temáticas que tiveram maior destaque nas páginas das publicações, a saber: trabalho doméstico, mercado de trabalho, participação política, educação e sexualidade, analisando, de forma comparada, como cada periódico trata do mesmo tema, observando suas aproximações e afastamentos, compreendendo estas temáticas como comuns à época, mas também assinalando as especificidades das mulheres do “terceiro mundo” ao tratar destas questões.

## **CAPÍTULO 1 - QUEM FAZ O FEMINISMO NA AMÉRICA LATINA? UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE OS FEMINISMOS BRASILEIROS E URUGUAIOS**

Falar sobre o feminismo – este movimento de organização de mulheres que ganhou força e corpo ao longo do século XX – é compreender que, em sua natureza, o mesmo é tão plural quanto as mulheres que o compõe. Assim como Pinto (2010), acredito que exista uma forma dupla de se conhecer e compreender a gênese e estabelecimento do movimento: uma, através do estudo da sua história; outra, através de sua produção teórica nos mais diversos campos do conhecimento, como a História, a Sociologia, as Ciências Políticas, entre outras. Nesta pesquisa tento realizar um misto das duas formas para compreender o movimento, pois acredito que ambas são complementares e fundamentais.

Ao longo da história, inúmeras foram as mulheres que questionaram e desafiaram o *status quo* social, indivíduos que buscaram dar luz a suas insatisfações, por vezes desafiando as regras sociais de suas épocas e, em diversos casos, pagando com a própria vida por isto. Porém, o movimento feminista deve ser compreendido como um fenômeno da modernidade, em um contexto histórico de transformações políticas, econômicas e sociais que começou a agitar o mundo a partir do século XVIII. Ao longo do século XIX, o movimento se alastrou e se avolumou como instrumento crítico e reivindicatório da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Marca deste período é a luta das *sufrajetes*, grupo de mulheres na Inglaterra que, através de greves e passeatas, lutou pelo direito das mulheres ao voto.

No Brasil, a fase inicial do feminismo se deu a partir do início do século XX, também tendo foco a luta das mulheres por direitos políticos, tendo a figura de Bertha Luz, sufragista brasileira que trouxe consigo de volta ao Brasil as ideias de luta pelo voto das mulheres, após temporada de estudos no exterior como a representante mais emblemática – porém não a única – deste período.<sup>14</sup>

As movimentações pelo direito à participação feminina na política existiram no Brasil desde fins do século XIX. A proclamação da República trouxe, por um lado, um aumento gradual na urbanização do país, presenciando o aparecimento de camadas

---

<sup>14</sup> Céli Pinto ainda destaca outros grupos de mulheres que, até a década de 1930, buscavam a inserção das mulheres na sociedade brasileira, como as mulheres ligadas ao anarquismo que buscavam a liberação da mulher de uma forma radical, tendo as questões do trabalho como foco central das críticas, e ainda grupos de mulheres intelectuais que defendiam a educação da mulher. Para mais informações, ver: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

médias e operárias, criando um ambiente propício para o aparecimento de novos atores sociais e organização da sociedade.

Céli Pinto afirma que este ambiente propiciou o aparecimento de grupos de mulheres, que buscavam formar uma opinião pública a favor de sua causa referente ao voto. Em 1910, foi criado o Partido Republicano Feminino, formado por indivíduos que não possuíam direitos políticos e, desta forma, se tornavam representantes dos direitos das mulheres na política. O partido, embora pequeno, já adiantava pautas que seriam levantadas novamente anos depois por feministas brasileiras:

O estatuto do partido dá uma ideia muito clara do que pretendiam estas mulheres: não defendiam apenas o direito ao voto, mas falavam de emancipação e independência. Atribuía à mulher qualidades para exercer a cidadania no mundo da política (o patriotismo) e no do trabalho. E explorando a questão dos direitos, propugnavam o fim da exploração sexual, adiantando em mais de 50 anos a luta das feministas da segunda metade do século XX (PINTO, 2003, p. 18).

A articulação destas mulheres, ativistas pela causa política, culminou com a permissão do voto e participação política das mulheres com o Código Eleitoral de 1932, fossem pertencentes às classes mais abastadas com acesso a educação ou às classes mais pobres e trabalhadoras. Assim, é possível compreender que o ambiente de início de século foi propício para a propagação das ideias feministas no Brasil.

No Uruguai, os debates em torno do papel político das mulheres também tiveram início ainda no século XIX, especificamente entre os anos de 1870 e 1880, quando vários setores populares e políticos discutiram sobre a inserção de mulheres no mercado de trabalho e as condições de vida das trabalhadoras, inclusive com a criação de uma *Escuela de Artes y Oficios para Señoritas*, visando a qualificação de mulheres para o mercado de trabalho (RAGO, 2000). Com isso, as mulheres uruguaias incorporaram a ideia da luta pela igualdade perante os homens, o que fez com que diversos movimentos de resistência ou oposição as explorações eclodissem desde o começo do século XX.

Data do ano de 1911 a primeira organização feminista uruguiaia: a chamada *Emancipación*, que contava como membro Maria Colazzo, militante anarquista que atuava na organização de greves e manifestações que denunciavam a situação das trabalhadoras não apenas no Uruguai. Militou também na Argentina, onde criou, em Buenos Aires, um centro feminino libertário no qual discursava sobre questões como o direito ao aborto, ao divórcio e a ampliação da participação política (RAGO, 2000).

Maria Abella de Ramirez<sup>15</sup> também foi uma das inspirações para o nascimento do movimento feminista no Uruguai. Forte atuante nas denúncias sobre as condições de vida das mulheres uruguaias e inspirou, através de seus livros e colunas em jornais e revistas, uma geração de mulheres. Foi a criadora do primeiro grupo de consciência uruguaio, chamado *Club de Señoras*. Em 1916, foi fundado o *Consejo Nacional de Mujeres de Uruguay*, que trazia consigo pautas que se aproximavam do feminismo liberal, dialogando com o pensamento que igualmente emergia na Europa e nos EUA. Sobre esse feminismo nascente no Uruguai, afirma Margareth Rago que:

Mais próximas das reivindicações colocadas pelo feminismo liberal, as feministas buscavam a igualdade de direitos civis e políticos entre mulheres e homens, assim como o acesso à educação, e ao contrário do que ocorria com as feministas das camadas médias e das elites, no Brasil, reivindicavam melhores salários e condições de trabalho para as trabalhadoras, questionavam o casamento e reivindicavam o direito ao prazer também para o "sexo frágil" (RAGO, 2000, p. 231).

Entende-se que, desta forma, que o feminismo uruguaio nasceu com as pautas femininas interligadas às questões sociais, associadas à luta da esquerda por melhores condições de vida e trabalho para as classes mais pobres. Porém, evidencia também uma realidade que divide em dois grupos as mulheres uruguaias da primeira metade do século XX: de um lado, as militantes que possuíam acesso a cursos superiores, trabalhavam fora, organizavam encontros, militavam em portas de fábricas e escolas e, mesmo com dificuldades, tinham uma vida pública; de outro, aquelas que só ouviam falar de tal mobilização: donas de casa, que se dedicavam as tarefas domésticas, condenadas ao enclausuramento da vida privada.

A figura de Paulina Luisi<sup>16</sup> também foi crucial para o desenvolvimento do feminismo no país. No fim da década de 1910 ela se tornou a principal peça na absorção das ideias feministas que circulavam na Europa e nos EUA em solo uruguaio. Através

---

<sup>15</sup> Maria Abella de Ramirez nasceu em San José, em 1863. Professora, iniciou sua carreira de escritora em 1900 no jornal *El Dia*. Em 1908, publicou *En pos de la justicia*, reunindo seus Ensaio Feministas nos quais reivindicava os direitos da mulher. Crítica contundente da domesticação feminina, tem como objeto de análise principal a *mujer latina*, que é percebida pejorativamente desde o momento em que nasce, uma vez que os pais sempre estão esperando por um filho homem, e assim passa durante sua vida, suportando a “escravidão” do casamento, o desprezo do marido, os cuidados com os filhos e a constante preocupação com a cozinha. Fundou em 1909 a *Liga Nacional de Mujeres Librepensadoras*. Morreu em 1926, na Argentina.

<sup>16</sup> Primeira mulher a obter o título de Bacharel no Uruguai, no ano de 1899, e a primeira mulher formada em Medicina em Montevideu, em 1909. É considerada uma das pioneiras do movimento feminista uruguaio por seu trabalho com medicina obstétrica, planejamento familiar, e saúde da mulher.

de sua atuação no *Consejo Nacional de Mujeres*, recrutava mulheres para trabalhar pelo melhoramento moral, intelectual, material, econômico e jurídico de seu sexo.

Declarado como apertidário e não religioso, o *Consejo* buscava os princípios elementares de igualdade e justiça entre homens e mulheres, com o objetivo de estabelecer a equivalência entre os sexos em todas as esferas sociais. Buscava, ainda, conscientizar mulheres das classes alta e média a refletir e lutar por aquelas das classes mais baixas, trabalhadoras, para que os sistemas político e econômico não as assolassem com constantes explorações (LAVRIN, 2005).

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pela consolidação do *Consejo* como o grande articulador do movimento de mulheres no Uruguai. Associado ao pequeno Partido Socialista, lutou pelo sufrágio feminino, pauta que desde o início dos anos de 1900 estava em discussão no congresso nacional. Seguindo o caminho dos feminismos dos outros países do cone sul na luta pelo voto, pela educação e por melhores condições nos ambientes de trabalho, o feminismo uruguaio também tomou para si outras pautas políticas.

Centrado nas experiências de Luisi – então presidenta da *Alianza Uruguaya de Mujeres* – na Europa no período entre guerras, as pautas do movimento militavam também por questões como o pacifismo, a oposição ao fascismo e a agressão militarista.

Foi também neste período que as feministas uruguaias conseguiram um importante passo em sua luta: a aprovação, em 1932, da lei do sufrágio feminino. O voto foi adotado pelas feministas como uma possibilidade ainda maior de participação política, e em 1935 foi criado o *Partido Independiente Democrático Feminista* (PIDF), que lutaria por melhores condições econômicas para as mulheres, a busca por uma distribuição mais justa das riquezas, assim como a educação e da proteção às crianças, além da ideia de que as mulheres não deveriam desperdiçar suas forças dentro de partidos masculinos (LAVRIN, 2005).

A criação do partido reforça a ideia de que as feministas uruguaias não militaram exclusivamente por causas femininas, mas por uma aliança entre estas e as questões políticas nacionais e internacionais do momento. O trecho abaixo, escrito por Asunción Lavrin, é deveras elucidativo:

Según las fundadoras, las partidarias del feminismo mundial no estaban obligadas a limitarse a asuntos femeninos. Procuraban cumplir las aspiraciones “de todos los elementos productores del país, ya sea en el orden intelectual, industrial, comercial, administrativo o manual, con la finalidad de realiar el equilibrio económico y la armonía social”. PIDF se autodefinió

como partido exclusivamente para mujeres, que iniciaba su vida sin ataduras, alejado totalmente de cuanto se consideraba malo en el sistema político. Se apoyó también en el concepto de que la mujer inyectaría honradez y conciencia social en la política. En materia ideológica, se declaró contrario al comunismo y al fascismo, y procuró alcanzar un entendimiento entre todos los trabajadores. Era trabajador todo aquél que derivaba sus ingresos de sus propias actividades físicas, ya fuera como pequeño comerciante o como empleado industrial (LAVRIN, 2005, p. 435).

O partido durou seis anos e neste período conquistou importantes causas para a vida das mulheres uruguaias, tais como a reforma do Código Civil, a abolição da prostituição regulamentada no país e os debates sobre o aborto e melhores condições de trabalho. Mesmo com sua dissolução, vários partidos políticos (liberais ou conservadores) adotaram em seus quadros seções exclusivamente compostas por mulheres e o movimento foi se tornando cada vez mais forte e organizado. Resultado disto foi a organização, em 1936, do *Congresso Nacional de Mujeres*, que reuniu feministas e ativistas de diversas tendências e interesses políticos.

Os feminismos brasileiro e uruguaio, portanto, estavam neste momento, primeira metade do século XX, alinhados com as lutas de norte-americanas e europeias que exigiam participação política e direitos básicos de cidadania. Mulheres foram às ruas, se organizaram em partidos políticos para que suas existências como indivíduos fossem validadas e, finalmente, estivessem em situação de igualdade (ao menos neste aspecto) com os homens. Neste momento, não havia por parte das feministas contestações acerca dos privilégios masculinos que os colocava no topo da sociedade, mas sim uma vontade de participação e inserção mínima na vida política das cidades.

Após este período de efervescência inicial do feminismo nos países analisados, os grupos de mulheres começaram a perder força de ação e movimento, gerando um hiato que perdurou até a década de 1970, muito influenciado pela deflagração dos golpes militares nos dois países, e do contexto de repressão e perseguição a ideias libertárias de todas as naturezas. Porém, nos Estados Unidos e na Europa, o caminho seguido pelos movimentos feministas não cessaram, pelo contrário, foram ganhando contornos mais definidos e novas formas de se pensar a questão da mulher no mundo ocidental.

Como teoria que critica a subordinação das mulheres a uma sociedade e a um sistema patriarcal, o feminismo adotou aportes teóricos distintos como o existencialismo, o marxismo, o anarquismo e o liberalismo, por exemplo, diversificando as investigações e os posicionamentos políticos e filosóficos acerca dos caminhos

plausíveis para a emancipação feminina. Todos estes aportes foram importantes para a consolidação do movimento em todo o mundo e nos países estudados, fazendo com que ao longo do século XX o feminismo tenha sido um movimento plural, permeado por diversas vertentes.

O lema que virou a marca do feminismo que se difundiu a partir dos anos 1960, “o pessoal é político”, foi cunhado pela fundadora do *New York Radical Women*, Carol Hanisch, que buscava dar visibilidade às pautas defendidas pelo movimento: direito à contracepção, direito ao aborto, ao divórcio, busca pelos direitos morais e sexuais, luta contra todas as formas de opressão, entre outras. O patriarcado moldou as instituições e os conceitos sociais de acordo com a lógica masculina, criando um espaço social público no qual as mulheres não tinham vez, pois a elas seria destinado um local social de menor importância política, como o ambiente doméstico, por exemplo. Para se livrar desta realidade, caberia às mulheres lutar pelo fim do patriarcado, ressignificando seu papel social, e tornarem-se agentes da reconstrução de conceitos sociais e instituições.

As vertentes feministas que existiram e ajudaram a moldar a ação de mulheres de todo o mundo são inúmeras e, com o passar dos tempos, foram crescendo mais e mais para dar conta da multiplicidade de realidades de grupos de mulheres existentes em todo o mundo. Conforme será visto nas próximas seções, na constituição do campo feminista dos dois países, elementos de diversas vertentes foram sendo apropriados pelas feministas, o que me faz acreditar que os debates acerca das diferenças profundas entre ambas, naquele momento, não eram ainda tão claros e delimitados quanto sabemos nos dias de hoje.

### **1.1. Duas ou três palavras sobre os feminismos no Brasil**

De acordo com Pedro (2006), existe uma disputa acerca da narrativa que explique o ressurgimento do movimento feminista no Brasil na década de 1970, o que nos faz perceber os conflitos internos entre os feminismos no país. A promulgação da década da mulher pela ONU, a partir do ano internacional da mulher, em 1975, é um destes marcos de fundação do feminismo organizado no país. No mesmo ano, aconteceu na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, a constituição do Centro da Mulher Brasileira (CMB), dando o pontapé inicial para o aparecimento de diversos outros espaços de união em vários locais do Brasil. Pedro destaca, ainda, a importância de haver uma década promovida pela ONU repercutindo nos países latino-

americanos que, em grande parte, estavam passando por ditaduras militares desde a década anterior. A possibilidade de se promover reuniões, em um momento histórico nos qual a perseguição a grupos de pessoas era intenso e comum, é um fato de destaque.

Promovido pelo Centro de Informação da ONU, foi realizado em 1975 o evento denominado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que marcou a organização feminista no Brasil, e do qual nasceu o CMB com a proposta de “combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais, para que ela possa exercer o seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento” (PINTO, 2003, p.58).

Em São Paulo, no mesmo ano de 1975, também há a criação de um evento semelhante ao do Rio de Janeiro, chamado de “Encontro para o diagnóstico da mulher paulista”, igualmente patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana. Deste evento, nasceu o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, no mesmo ano. Pedro utiliza uma citação de Maria Lígia Quartim de Moraes (1990) para nos mostrar quais as intenções deste centro e do novo papel destinado às mulheres a partir de então:

[seria necessário] traçar, em conjunto com os representantes das sociedades amigos de bairros, sindicatos, entidades de pesquisa, associações em geral e pessoas interessadas, um programa específico para cada entidade, cujo objetivo principal será o de estimular a mulher a participar cada vez mais da vida associativa (MORAES, 1990, p. 14 *apud* PEDRO, 2006).

É também na década de 1970 que há uma grande efervescência dos movimentos feministas na Europa, principalmente em Paris, local de grande concentração de ideias sobre movimentos de contestação após os eventos de 1968. Não obstante, foi em Paris que várias intelectuais e militantes de esquerda brasileira se refugiaram em seus exílios e estudos acadêmicos, criando grupos compostos por dissidentes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), do Partido Comunista Brasileiro e mulheres autônomas, que ao retornar para o Brasil, são responsáveis pelo aparecimento do periódico brasileiro, o *Nós Mulheres* (LEITE, 2003). A grande concentração de feministas latinas fez surgir na cidade francesa dois grupos: O *Nosotras* e o *Círculo de Mulheres Brasileiras*.

O primeiro era liderado pela brasileira Danda Prado, exilada na Europa devido a sua relação com o Partido Comunista Brasileiro e após a prisão de seu pai, Caio Prado Júnior. Buscava a vivência feminina como forma de construção de uma nova realidade, através da noção de uma teoria separatista que deveria somente reunir mulheres em

busca de uma identidade única feminina, sem conotações políticas. Já o segundo grupo era formado por mulheres que tinham relação direta com os partidos e movimentos de esquerda, as lutas armadas e buscavam fazer um feminismo que estivesse preocupado com luta de classes, disposto a pensar soluções para o retorno à democracia e pela anistia no Brasil.<sup>17</sup>

Esta visão de que o ano de 1975 é considerado o marco inicial da retomada do feminismo no Brasil é bastante forte, mas não unânime àquelas que analisam o movimento. Existe outro grupo que se afirma feminista antes deste ano, como é o caso de Rose Marie Muraro, intermediadora da publicação da edição brasileira de *A mística feminina* de Betty Friedman para o português em 1971. Também convém destacar a organização de um encontro para a discussão da “situação da mulher” em 1972 organizada por Romy Medeiros, que já em 1949 havia fundado o Conselho Nacional de Mulheres, que tinha o objetivo de lutar por direitos das mulheres.

Os grupos de consciência, ou grupos de reflexão, no contexto das ideias propostas por feministas radicais, nasceram nos EUA e aos poucos foram sendo trazidos para o Brasil, reunindo mulheres que encontraram nestes lugares um espaço para poder falar e refletir sobre suas próprias vidas e angústias. Ao compartilhar experiências e perceber que, por serem mulheres, passavam por opressões muito parecidas, criaram um ambiente horizontalizado, sem a presença masculina e sem líderes definidos, no qual todas possuíam direito a opinião e participação nas decisões. Muitos grupos feministas nasceram a partir desta experiência de grupos organizados de mulheres.

Pinto (2003) localiza desde 1972 grupos de reflexão corridos na cidade de São Paulo, no qual se reuniam mulheres das camadas médias e intelectuais de esquerda para debater sobre transformação social e pessoal. Pedro (2006) afirma que, na memória de Maria Odila Leite da Silva Dias, estes grupos já ocorriam em 1971, data de seu retorno dos Estados Unidos, nos quais mulheres se reuniam semanalmente para leituras de textos feministas.

Algumas mulheres, como Albertina Costa e Branca Moreira Alves (esta que, após morar e estudar nos Estados Unidos, onde teve contato com grupos de discussão feminista, trouxe esta ideia para o Rio de Janeiro, em 1972, se tornando um dos primeiros grupos de reflexão da cidade) iam do Rio de Janeiro para São Paulo para

---

<sup>17</sup> Para outras informações sobre os círculos de mulheres exiladas em Paris e que desenvolveram importantes discussões e a formação de grupos, ver: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. ArtCultura. Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.*

participar destes “grupos de conscientização feminista”. Leite também destaca, nas palavras de Pedro, o caráter internacionalizado destes grupos, nos quais muitas membras eram fluentes em inglês e francês e traziam muitas obras feministas de suas viagens aos EUA e à França, principalmente.

Pedro (2007) ressalta que foi a partir da interação entre grupos de reflexão feminista do Rio de Janeiro que se formou o contexto para o evento na ABI, em 1975, que não se utilizou da palavra feminista para não assustar as pessoas, inclusive convidando alguns homens para participar do evento. A maioria das mulheres dos movimentos feministas organizados – incluindo as integrantes do CMB – estava ligada aos partidos de esquerda que atuavam na clandestinidade durante a ditadura militar. No Rio de Janeiro a maioria das mulheres era filiada ao Partido Comunista Brasileiro, enquanto em São Paulo, a maioria estava ligada ao Partido Comunista do Brasil.

Em seu artigo, Pedro mostra uma entrevista de Maria do Espírito Santo na qual afirma que entrou para o movimento feminista para levar mulheres para o interior do partido. Porém, o interior dos partidos de esquerda não oferecia um ambiente propício para o desenvolvimento de ideias feministas. Nas palavras de Pinto (2003, p. 58), “evocando a primazia da luta de classes ou da luta pela democracia, esses grupos viam o feminismo como uma luta menor ou uma ameaça a unidade”. A ação dos grupos de esquerda na resistência deu espaço para a tentativa de construção de um discurso feminista. Os partidos políticos de esquerda não eram caros à discussão de ideias feministas em suas pautas, e a justificativa repousava no fato de que desviar o foco da luta contra a ditadura desestabilizaria o movimento da esquerda e, portanto, mesmo dentro de espaços que lutava por mudanças, as mulheres ainda eram silenciadas e subjugadas em muitas situações.

O próprio Centro da Mulher Brasileira (CMB) era um local extremamente plural no que tange à ação feminista: o mesmo reunia feministas marxistas, que tinham como base a luta de classes, as feministas liberais, que baseavam suas lutas em conquistas individuais, em um contexto de associação partidária, e as feministas radicais, que possuíam maior dificuldade de organização pois não possuíam nenhuma vinculação política e colocavam a opressão das mulheres como o centro necessário das discussões, defendiam seus posicionamentos de forma ampla e sem pudor e não precisavam de apoio político para reivindicarem suas práticas (PINTO, 2003).

Este microcosmo do CMB pautava uma questão real para as feministas do período: criar um movimento com base nas opressões que unificaria todas as mulheres

ou focar em questões da luta de classes e na emancipação das mulheres das classes mais baixas.

A lei da Anistia em 1979 foi um marco na consolidação do feminismo no Brasil. A disseminação das ideias do feminismo que estavam na pauta do dia na Europa e nos EUA foi proporcionada, em grande parte, como já dito, pelo retorno de militantes exiladas, ou mesmo por estudantes que tinham a oportunidade de terminar seus estudos fora do Brasil. Este período de exílio – político ou acadêmico – foi crucial para que estas mulheres tomassem consciência das opressões que sofriam exclusivamente por serem mulheres (GOLDBERG, 1987). Afinal, vivendo em outro país e livres do privilégio de classe, convivendo com outras mulheres que se rebelavam por questões que as brasileiras ainda consideravam normal, como a dupla jornada de trabalho, por exemplo, a tomada de consciência de gênero foi fundamental para delinear o que seria desenvolvido por elas quando de sua volta ao Brasil. A união entre as feministas vindas do exterior e as que já estavam se organizando aqui, foi crucial para a consolidação do feminismo no Brasil.

Considero que os decisivos eventos que marcaram a autonomia do movimento feminista brasileiro ocorreram nos anos de 1980 e 1981, com o II e III Congresso da Mulher Paulista, ocorridos na cidade de São Paulo, eventos que marcaram a ruptura do movimento feminista com as questões exclusivas de classe e com os partidos de esquerda, assim como a adoção do conceito de gênero nos debates.

No evento de 1980, durante o II Congresso, houve uma confusão entre as feministas e membros dos partidos de esquerda. Enquanto as feministas usariam o espaço para difundir o resultado de sua militância, os novos conceitos que estavam adotando – como gênero, por exemplo –, as lideranças de esquerda tinham como objetivo cooptar mulheres para a luta contra a ditadura militar, alegando que o feminismo era separatista e não contribuía para uma sociedade mais justa para homens e mulheres. Após o Congresso, que terminou com atritos físicos entre os participantes, as feministas romperam com os partidos de esquerda. O III Congresso, em 1981, confirmou de forma definitiva essa separação (CARDOSO, 2004).

Com a ruptura com os partidos políticos, o movimento feminista brasileiro se consolidou em um período de abertura política, quando o surgimento de novos atores sociais incorporou outros debates na agenda política deste novo Brasil que estava para ser construído. Pensar políticas públicas para as mulheres e reconhecê-las como sujeitos ativos e atuantes na sociedade era a pauta das feministas nos anos da redemocratização.

A partir da década de 1980, desta forma, diversos grupos feministas se espalharam pelo país, difundindo a ideia da mulher como um sujeito ativo e dotado de capacidades políticas. Fora dos ambientes de partidos políticos, o movimento começou a se institucionalizar e a se constituir na forma de organizações não governamentais que buscaram analisar pautas específicas relacionadas a vida das mulheres. É neste ínterim que nascem grupos tal qual o grupo de mulheres da Fundação Carlos Chagas.

O feminismo no Brasil se inseriu em um momento dual: de um lado, o chamado “milagre econômico” proporcionava condições para que mulheres entrassem no mercado de trabalho, se matriculassem em universidades e conseguissem determinada colocação na sociedade; por outro, haviam de conviver com as restrições impostas pelo regime de exceção. Este contexto favoreceu a disseminação do movimento feminista liberal, pois aproximou as mulheres das lutas da esquerda e as colocou na linha de frente de projetos que pleiteavam uma sociedade mais justa e igualitária a todos.

## **1.2 Notas sobre o feminismo uruguaio: *en la calle y codo a codo***

Assim como ocorrido no Brasil, a luta das mulheres uruguaias não cessou durante os períodos que interligaram os momentos de ápice do movimento. Ainda colhendo os frutos de suas conquistas políticas, as mulheres do país não recuaram na luta contra outras formas de opressão. Assim como no Brasil, mulheres que se reconheciam como feministas e outras que não se denominavam feminista, como as integrantes de grupos da Igreja Católica, permaneceram unidas durante muito tempo, afastando-se apenas em questões pontuais como liberação do aborto e outras causas polêmicas.

Desse modo, as mulheres uruguaias em geral estiveram imersas, entre as décadas de 1940 e 1950 em incessantes debates sobre sua condição como sujeito ativo na sociedade e a divisão sexual do trabalho. A partir daí começaram a ser eleitas para cadeiras no Congresso Nacional articulando pautas dos movimentos feministas com a do movimento de mulheres. Compreendo, desta forma, que mesmo com os avanços conquistados pelas mulheres ao longo do século, a ideia de que a mulher estava destinada ao matrimônio e a maternidade nunca deixou de vigorar socialmente.

A década de 1960 marcou os combates iniciais com as políticas de repressão governamentais cada vez mais fortes e atuantes. Uma crise econômica, social e política

assolou o país e as propostas de reformas estruturais levaram a uma reação imediata de grupos sociais, tais quais os estudantes e os trabalhadores uruguaios (SAPRIZA, 2009).

Uma das alternativas encontradas pelo governo para tentar burlar a crise econômica foi a implantação de políticas de ajustes financeiros. O fim da Segunda Guerra Mundial e o contexto de Guerra Fria marcou, como dito anteriormente, a presença dos EUA nos países latino-americanos em uma contundente luta contra o avanço comunista no continente.

A eleição para o *Consejo Nacional de Gobierno*<sup>18</sup> em 1958 levou ao poder, pela primeira vez no século XX, o Partido Nacional, gerando mudanças drásticas no sistema econômico do país, que substituiu o protecionismo econômico por um modelo liberal (BROQUETAS, 2016). O novo governo, com orientação conservadora, dominou durante toda a década de 1960 com fortes políticas de repressão e perseguição a grupos de esquerda, criando, inclusive, as “*escuadras de castigo*”, organizadas pelo braço uruguaio da *Central Intelligence Agency* (CIA) para conter manifestações de trabalhadores, estudantes e partidos políticos de esquerda em Montevidéu, gerando um clima de terror e constante violência política aos cidadãos uruguaios. Mesmo neste período ainda democrático, várias manifestações eram feitas com o objetivo de demonstrar a insatisfação das mulheres com os rumos políticos do país, como o ocorrido em 1968, chamado de *Movimiento Femenino por la Justicia y Paz Social* (RUIZ, 2014).

A implantação do terrorismo de Estado, com a ditadura militar instaurada em 1973, e a deterioração das condições de vida e salário da população afetaram profundamente a vida das mulheres uruguaias, que passaram a lutar tanto nos grupos organizados opositores ao sistema (como os estudantis e de trabalhadores), como nas guerrilhas urbanas, sendo a mais importante delas, o grupo dos Tupamaros<sup>19</sup>. Mais uma

---

<sup>18</sup> Na escolha dos membros do governo, depois de nove décadas de predomínio do Partido Colorado, o Partido Nacional consegue eleger a maioria dos membros do conselho, abocanhando 6 das 9 cadeiras disponíveis. No Parlamento os *Blancos* também conseguiram eleger a maioria dos deputados e senadores. Dos 31 postos para senadores, o Partido elegeu 17 membros; e dos 99 postos para deputados, elegeu 51. Desta forma, o país entrava, pela primeira vez, em um regime com tendências direitistas intimamente ligados aos interesses norte-americanos na região. Para maiores informações sobre a eleição de 1958, ver: <https://www.elpais.com.uy/especiales/elpais100/victoria-blanca-despues-llano.html>. Acesso em 12 out 2019.

<sup>19</sup> A atuação de mulheres nos grupos de guerrilha tem um duplo significado. De um lado, os grupos difundiam a ideia de que as guerrilheiras deveriam “perder” seu gênero e evitar a maternidade como forma de fazer jus aos valores da revolução. Ao mesmo tempo, a esquerda política uruguaia – assim como a população em geral – concebia que a razão primeira de existência feminina era a maternidade e o casamento. Desta forma, a mulher uruguaia vivia sob a dicotomia de gênero que restringia sua participação política. Para maiores informações sobre a atuação de mulheres nas guerrilhas urbanas da

vez, o movimento de mulheres uruguaio encontrou nas lutas políticas sua maior forma de atuação.

Apesar da política de medo espalhada pelo governo ditatorial, a década de 1970 no Uruguai foi marcada pela saída das mulheres pobres do ambiente familiar para ocupar diversos outros espaços, como o mercado de trabalho, ainda que de forma discreta, devido aos desdobramentos da crise econômica que se desenvolvia no país. Para as mulheres de classe média, “*la política estaba en la calle*” (SAPRIZA, 2005, p. 42), resultante do aumento significativo de matriculadas em cursos superiores, participação nos movimentos estudantis e de trabalhadores, ingressos nos partidos comunistas ou em outros partidos políticos que logo foram colocados na clandestinidade, fazendo uma revolução própria no interior da esquerda no contexto ditatorial, sem, no entanto, romper com os partidos políticos de oposição.

Com o endurecimento da ditadura militar e o aumento da possibilidade de serem presas e torturadas, as mulheres uruguaias que não se inseriram na luta armada tiveram que encontrar outras formas de atuação. Com isso, ganharam forças as associações de bairros, nas quais eram arquitetadas formas legítimas de se lutar contra a ditadura.

A organização de grupos de consciência é um herança das propostas do feminismo radical, que não encontrou lugar de atuação no Uruguai na década de 1970, uma vez que, com o sucesso destas organizações de mulheres, estes grupos de consciência formados nos bairros de Montevideu começaram a discutir outras questões, tais como a participação política efetiva de mulheres, a saúde, o trabalho e a educação, temas que sempre fizeram parte da agenda feminista do país, mas que durante os períodos de repressão política dividiram o protagonismo com a necessidade de uma luta maior já que, ao mesmo tempo, denunciavam os efeitos do caráter patriarcal do Estado e dos âmbitos tradicionais de participação política como os partidos políticos, viam na busca pelo retorno da democracia a oportunidade de reconstrução social e possibilidades de mudanças.

Ao contrário do ocorrido no Brasil, a luta das feministas uruguaias esteve, durante toda a década de 1970 e 1980, ligada com a atuação dos partidos de esquerda do país.

---

América do Sul, ver: ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrázaga. Subjetividades sexo-genéricas en mujeres militantes de organizaciones político-militares de izquierda en el Cono Sur. *Revista Estudios de Género La Ventana*. Guadalajara, n.41, pp. 7-34, enero-junio de 2015.

Una vertiente fundamental del feminismo en el Uruguay de los 80, la mayoritaria, de ningún modo cambió una lucha por otra, renunció a la discusión y a la acción política o se dedicó a construir una agenda que desaccumulaba. Fue un feminismo muy cercano a los espacios partidarios y tributario de las ideas de la izquierda, aún en un ambiente de prácticas políticas tremendamente hostiles (GIORGI, 2017, recurso on-line).

Esta perspectiva é endossada por Ruiz (2014), ao afirmar que a atuação das mulheres na redemocratização uruguaia foi dupla: ao mesmo tempo em que se uniam aos demais setores sociais e políticos em torno do processo restaurador da democracia, foi também o único grupo social que se reinventou a si próprio, se organizando de forma a buscar novas formas de conquista de protagonismo dentro da nova realidade, tornando-se as líderes da chamada “*la resurrección de la sociedad civil*”.

Não quero com esta explanação transparecer que a ditadura uruguaia propiciava a resistência das mulheres contra o regime que estava em vigor no país. Ao contrário disto, muitas foram as pessoas perseguidas e presas no período, diversas outras obrigadas a se exilar fora do Uruguai. Os partidos políticos entraram na ilegalidade, assim como toda atividade com potencial “subversivo” era asfixiada pelos militares. Além disto, as mulheres uruguaias se tornaram vítimas diretas e indiretas da ditadura, sofrendo com a repressão e, indiretamente, vendo seus maridos e filhos sendo perseguidos e mortos. Isto foi importante para que se desdobrassem duas conseqüências movimentos de mulheres: a da cena pública, com a criação de organizações de direitos humanos para buscar justiça para seus familiares, e a da cena privada, com a luta pela subsistência familiar e adaptação às mudanças em função do novo sistema político (SAPRIZA, 2015).

Apesar de a ditadura ter gerado um ambiente de medo e terror, a ruína nas condições de vida e nos salários da população foram os combustíveis para que as mulheres tomassem as ruas com manifestações que exigiam o retorno democrático. Neste contexto, outras questões também começaram a ser questionadas pelas mulheres uruguaias, como as diferenças de poderes no interior das famílias, nas quais “las luchas de algunos grupos de mujeres por recuperar la democracia se acompañaron del reclamo por democracia en el hogar” (SAPRIZA, 2015, p. 944), gerando discussões sobre a dicotomia público/privado e sobre qual lugar a mulher ocuparia no Uruguai a partir e então.

A promulgação da Década da Mulher, em 1975, também foi um importante momento para a difusão do feminismo no país, uma vez que, a partir daí, materiais,

encontros, simpósios e todo o tipo de divulgação começaram a circular de forma mais aberta e acessível para um número cada vez maior de mulheres uruguaias:

La agenda de discusión de la transición política atravesada por la resignificación de la democracia, la revalorización de la política como espacio de encuentro y el discurso de los derechos, fueron especialmente importantes para la visibilización de las mujeres en el espacio público, para el ejercicio de una nueva voz y para la elaboración de una agenda generizada que tenía el respaldo de los derechos. Así se reclamó desde el derecho a la participación política de las mujeres al derecho de la sexualidad. Las transiciones fueron el momento específico en el que se demandó por “otra política”, que superara no sólo la no política de las dictaduras, sino aquella de la etapa previa (GIORGI, 2015, p.4).

Após seguidos anos de crise econômica, com o golpe militar, uma nova política econômica com vieses liberais dá traços de uma leve recuperação nas condições de vida da população, como se vê na citação abaixo.

A partir del nombramiento como ministro de Economía de Alejandro Végh Villegas en 1974 por parte del presidente Juan María Brodaberry – ya en su época de gobierno dictatorial - , con algunas reformas de tinte liberal con la liberación del Sistema financiero y la desregularización del sector ganadero – que había estado décadas estancado también por límites alcanzados por las praderas naturales - , entre otras, Uruguay revirtió aunque de forma parcial, su economía dirigista que se había consolidado a partir de la década de 1940, para apuntar a un horizonte más aperturista. Desde entonces, la economía uruguaya mejoró en el frente fiscal hasta 1980 (FALCO, 2018, recurso on-line).

As uruguaias o recebem em um momento em que a ditadura começa a perder força e os debates sobre redemocratização ganham espaço entre os mais variados setores sociais. Esse debate possibilitou que as mulheres se tornassem e, sobretudo, se percebessem como sujeitos ativos na construção do país e protagonistas de suas histórias. Corroborava com a ideia de uma nova política, menos dogmática, hierárquica e orgânica, e mais participativa, plural e dinâmica.

O movimento feminista uruguaio nas décadas de 1970 e 1980 se construiu com base no cooperativismo entre as mulheres, uma verdadeira união movida por pelas emoções coletivas vivenciadas por elas, como podemos perceber pelo depoimento de Lilian Abrascinskas: “Era un momento de euforia, ¡los tiempos de los que disponíamos! Vivíamos reunidas, discutiendo, mezclando los debates políticos con las historias de vida. Todo era mucho más colectivo. Yo no sé si eso se puede repetir” (SAPRIZA, 2003). O privado e o público se misturaram formando os novos anseios políticos do

país. A democracia deveria voltar no país e se inserir no ambiente doméstico também (GIORGI, 2018).

### **1.3 O feminismo latino americano e a formação de redes feministas: pelos entrelaces dos fios de uma rede.**

As mulheres aqui estudadas, organizadas em grupos feministas e dotadas de vivências para pensar um feminismo que as envolvesse, pertencem a uma rede que reunia diversas feministas latino-americanas ligadas por questões políticas semelhantes – estar na contramão do mundo, vivendo sob ditaduras militares enquanto se discutiam em outras regiões liberdades individuais e coletivas, contracultura, etc. – e com formas de atuação e interesses pessoais comuns.

Para estas mulheres, participar de partidos de esquerda e de oposição ao regime ditatorial já não bastava, uma vez que dentro dos partidos políticos, não eram ouvidas. Coube a elas articularem formas de participação política sob o recorte do gênero: trazer as demandas e questões vividas pelas mulheres (com ressalvas às questões de classe e raça) à tona, valorizar o conhecimento produzido por e para mulheres, criar um espaço no qual o lugar de fala das mulheres estivesse garantido. Pensar em ações e estratégias de inserir a mulher nos debates da redemocratização: quais as demandas das mulheres seriam colocadas nos debates das Constituintes? Que mulher estaria no renascimento democrático destes países?

O desenvolvimento dos movimentos feministas brasileiro e uruguaio que analiso neste capítulo são frutos de um feminismo latino-americano que começou a clamar por seu espaço na agenda ocidental a partir da ascensão do chamado feminismo de “segunda onda”, na década de 1960. Enquanto o lema “o privado é político” ecoava em grupos de mulheres no chamado “centro”, os EUA e Europa, mulheres latinas, “periféricas”, eram vistas como uma unidade do “terceiro mundo” por aquelas a quem cabia criar teorias universalistas, que contemplariam todas as mulheres do mundo. Seguindo este pensamento, concordo com Pedro (2010) que, antes de inserir os países latinos na discussão sobre “ondas” feministas, é necessário problematizar o conceito.

Se durante a década de 1960 os países do Norte estavam diversificando os debates acerca do papel da mulher na sociedade ocidental, as mulheres do Sul estavam imersas em contextos ditatoriais que cerceavam não apenas seus direitos políticos, mas também podavam as possibilidades de diálogo em conjunto sob o olhar da suposta subversão. Desta forma, a circulação das ideias da segunda onda feminista ocorreu nos

países do sul de uma maneira distinta do que nos países do norte. A disputa sobre qual vertente feminista se encaixaria no contexto local de cada país e como cada mulher (ou grupo de mulheres) faria sua apropriação de tais ideias é o que deve pautar as análises sobre o feminismo latino.

O sucesso do chamado feminismo de vertente liberal nos países latino-americanos mascarou durante tempos a pluralidade de questões que envolviam as mulheres do chamado terceiro mundo<sup>20</sup>, e neste ponto, diálogo com Françoise Vergès (2020) quanto a existência de um “feminismo civilizatório”, que adotou os objetivos da missão civilizatória colonial, dando às mulheres direitos que servem apenas aos interesses capitalistas. As feministas civilizatórias contribuiriam para a manutenção de um sistema de exploração racial ao tratar da situação das mulheres de forma universal.

Esta característica social do feminismo não escaparia ao campo epistemológico que por muito tempo não iluminou a possibilidade de mulheres periféricas de gerar conhecimento, em consonância com que Costa (2005) chamou de um binarismo perverso, no qual caberia às feministas do Norte criar as teorias, enquanto às feministas do Sul caberia o local da experiência.

Nelly Richard observou que, na divisão global do trabalho, o trânsito da teoria entre os centros metropolitanos e as periferias se faz a partir de uma troca desigual: enquanto o centro acadêmico teoriza, espera-se da periferia o fornecimento de estudos de caso. Em outras palavras, a periferia é reduzida ao lado prático da teoria (ou, usando uma outra oposição binária perversa, a periferia torna-se o corpo concreto em oposição à mente abstrata do feminismo metropolitano) (COSTA, 2005, p. 696).

A este respeito, Chandra Mohanty (1984) afirma que a produção ocidental feminista criou uma interpretação muito específica sobre quais seriam os tipos de apropriação que a “mulher do terceiro mundo” faria das teorias criadas no norte. Criticando esta visão, a autora demonstra a divisão feita entre os termos “mulher” e “mulheres”: “mulher” seria um discurso construído referente ao “outro”, observando as diferenças ideológicas e culturais que separaria as nascidas ao Norte das nascidas ao Sul do globo; “mulheres” seria usado para se referir a sujeitos reais, estudos de caso quase antropológicos sobre as vivências dos indivíduos desta porção do continente.

---

<sup>20</sup> A expressão Terceiro Mundo era utilizada para designar os países da América Latina, África e Ásia, enquanto Segundo Mundo era utilizado para tratar dos países socialistas industrializados, e Primeiro Mundo para países economicamente desenvolvidos. Com o fim da Guerra Fria, estes termos entram em desuso, passando a ser usada a expressão “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”. Utilizo aqui o termo “terceiro mundo” por era a forma utilizada durante o período das fontes analisadas.

Para Mohanty, uma análise feminista latino-americana pós-colonial deveria desconstruir esta visão da “mulher do terceiro mundo”, que não passaria de uma ideia estereotipada, que não refletiria a real situação da mulher latina, uma vez que as pautas defendidas pelas feministas ocidentais, um discurso universalista que supostamente incluiria “todas as mulheres”, não as contemplava, pelo contrário, as homogeneizava, planificava e banalizava as questões locais destas mulheres (MOHANTY, 1984). A ideia de “mulher do terceiro mundo” já não caberia mais no trato das mulheres latinas, por mais que o termo, na década de 1980, ainda fosse geopoliticamente utilizado. Esta ideia é compartilhada por Karina Felitti, que afirma:

En la academia feminista latinoamericana la interseccionalidad se ha vuelto imperiosa: el género se combina con la clase, la raza/etnicidad, la edad, la sexualidad, las religiones y las creencias, para visibilizar experiencias particulares, identidades que cuestionan la existencia de un solo tipo de mujer y con ello, de un solo modo de ser y estar feminista. Se habla de "mujeres de color", de "subalternas" y se resiste la categoría "mujeres del tercer mundo", aclarando que no se trata de un grupo homogéneo con intereses y deseos idénticos, y mucho menos víctimas universales a la espera de ser "salvadas" por un feminismo etnocéntrico y colonizador (FELITTI, 2015, p. 231).

Este feminismo latino, de acordo com Paula e Galheira (2019), ao analisar o livro de Korol (2016), tem como premissa:

o diálogo não hierárquico; a interação a partir dos níveis micro (pessoas, famílias e vizinhanças) e meso (comunidades, vilas, Estado), ainda que em diálogo com o nível macro (culturas civilizacionais, empresas multinacionais e outros organismos do global) e a universalidade de experiências (PAULA e GALHEIRA, 2019, p. 1).

Junto a isto, na construção do feminismo latino, outros fatores deveriam ser considerados: “En América Latina deberíamos agregar dictaduras, desaparecidos, paramilitares, guerrillas, genocidios, hambre, desocupación, desesperanza. Y las mujeres deberíamos agregar aún feminización de la pobreza, violencia, abortos clandestinos, violaciones, prostitución y asesinatos impunes” (MAFFIA, 2004, p. 173).

Desta forma, de acordo com Breno Cypriano,

pensar do ponto de vista e da perspectiva da América Latina em um projeto teórico político feminista e de gênero conforma-se com a necessidade de se formatar uma outra "teoria política feminista" (que ainda permanece entre aspas), visto que a experiência vivida pelo movimento feminista latino-americano reflete-se em um processo complexo de interseções que se deu a partir de um conjunto diferenciado de opressões, pois combina o colonialismo francês, espanhol e português, com os governos ditatoriais e populistas, com dinâmicas específicas da globalização econômica, cultural e política. A América Latina seria um dos lugares de nosso planeta, bem como

a Ásia e a África, onde as desigualdades se manifestam de modo muito acirrado e específico, por isso a indiscutível necessidade de novas teorias e enquadramentos que falem, a partir de uma dimensão totalmente localizada, da justiça social - uma importante demanda coletiva. Dessa forma, problematizar "o" político e "a" política a partir deste continente pode ser retraçado a partir da própria experiência dos movimentos feministas e de mulheres, quando estes travam seus frequentes embates contra o Estado e também quando começam a lutar e disputar pela presença na esfera política, pois este foi um lugar onde as mulheres estavam forjadas na militância (CYPRIANO, 2013, p. 20).

Assim, coube ao feminismo latino-americano gerar formas de entrelaçar as teorias ocidentais criadas no Norte com a realidade das experiências das mulheres do Sul, forjando um novo modo de se pensar e conceber feminismo na América do Sul, fazendo da experiência a sua forma efetiva de construção do saber. Não apenas instituir novas formas de ação e pensamento, mas também implementar canais de diálogo entre os diversos países. Às feministas sul-americanas, esta foi a oportunidade de escrever sobre suas vivências, com seus pares, dando voz a sujeitos até então apagados das grandes teorias, validando e reconhecendo os saberes locais nascidos nas lutas enfrentadas pelas mulheres do Sul desde os confrontos com os colonizadores.

Questionar as consequências que séculos de colonização tiveram sobre os continentes americano, africano e asiático se tornou um campo de conhecimento específico a partir da década de 1970, sendo chamado de estudos pós-coloniais e sendo desenvolvido por diversos intelectuais nascidos nestes locais.<sup>21</sup> A crítica destes intelectuais do terceiro mundo repousava na “modernidade eurocentrada, na análise da construção discursiva e representacional do Ocidente e do Oriente e suas consequências para a construção das identidades pós-independência” (HOLLANDA, 2020, 15).

Se a modernidade do século XVI foi embasada no pilar raça, gênero e trabalho, o colonialismo foi o contraponto obscuro, porém necessário, da modernidade. E para além das questões econômicas e políticas, a colonialidade também se expressa no campo do saber, conforme demonstra Aníbal Quijano:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que

---

<sup>21</sup> Dentre os estudiosos do pós-colonialismo, reafirmo a existência de diversos grupos distintos, voltados a pensar tais questões sob o ponto de vista de suas realidades. Destaco nomes como Edward Said, Stuart Hall, e o grupo de estudos subalternos, criado por Ranajit Guha. Na América Latina, no final dos anos 1990 é fundado o Grupo Modernidade/Colonialidade, composto de intelectuais latinos que rompem com a vertente dos estudos subalternos culturais e pós-coloniais vigentes até então, no que Ballestrin (2013) chamou de “giro decolonial” na América Latina. A este respeito, ver: BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. No.11, Brasília, May/Aug., 2013.

demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 9).

Seria o momento propício para o aparecimento de um novo feminismo, no qual mulheres buscam compreender a forma como a imposição colonial determinou o modo de organização entre os gêneros, como viabilizar a as reivindicações que partiam do ponto de vista da subalternidade feminina e, de que forma seria fundamental desafiar os discursos hegemônicos ocidentais e eurocêntrico. Um feminismo pós-colonial, antirracista e anticapitalista, que se fizesse a partir da escuta das vivências das mulheres mais exploradas, as negras, indígenas, trabalhadoras, periféricas não-ocidentais. Um feminismo que existiria “privilegiando a contestação à colonialidade do saber, [...], que propõe uma revisão epistemológica radical das teorias feministas eurocentradas, o que inclui o fim da divisão entre teoria e ativismo, característica do nosso feminismo desde sempre” (HOLLANDA, 2020, p. 15).

Defendo, portanto, a ideia de que o feminismo latino-americano não deve ser encarado como uma simples apropriação ou adaptação das teorias desenvolvidas pelas mulheres do Norte, mas antes disso, deve ser enxergado como um movimento pós-colonial, anticapitalista, plural, diverso e inclusivo, trazendo a farta cultura da porção sul do continente para os debates, envolvendo a realidade das mulheres que nele habitam e fazendo da experiência das mulheres da periferia do mundo a sua fonte de saber.

De acordo com Bidaseca (2019, p. 260): “El Feminismo postcolonial habla de feminismo del “Tercer Mundo” y englobaría tanto a las mujeres oprimidas por la raza/género/sexo en el “Primer Mundo” como a las mujeres de los países descolonizados o neocolonizados”. Ora, esta forma de pensamento em nenhum momento visa excluir ou desconsiderar a influência exercida pelas autoras feministas europeias e norte-americanas na consolidação do feminismo do sul, mas dar visibilidade às questões próprias e a capacidade das mulheres do Sul de produzirem conhecimento. A pluralidade de vivências que perpassam a parte sul do continente, envolvendo

mulheres indígenas, negras, pobres, mestiças, foi o contexto para que as feministas do sul produzissem saber sobre suas realidades e atuações feministas em seus países de origem, porém, as experiências logo se tornaram transnacionais.

Fator fundamental para a divulgação das ações de cada país foram as conferências propostas pela ONU: a primeira, em 1975, ano internacional da mulher, realizada na Cidade do México, tinha como tema central a eliminação da discriminação da mulher e seu avanço social; a segunda, em 1980, em Copenhague, com lema “educação, emprego e saúde”; a terceira, em 1980, em Nairóbi, teve como tema central “estratégias orientadas ao futuro, para o desenvolvimento da mulher até o ano 2000”.

Acredito que a condição de reconhecimento da especificidade latino-americana tenha sido o motor fundamental para os Encontros Latino-americanos e do Caribe, que ocorreram em diversas cidades da América do Sul entre as décadas de 1980 e 1990, e que foram cruciais para que o feminismo latino-americano ganhasse um caráter cada vez mais transnacional.<sup>22</sup> Como afirma Sonia Alvarez,

Enquanto os feminismos na região surgiram de uma grande diversidade de lutas políticas e localidades sociais, os Encontros permitiram que as militantes pudessem compartilhar suas diferentes perspectivas e construir significados políticos e culturais alternativos. Apesar de muitas vezes serem politicamente marginalizadas em seus países, as participantes dessas conversas regionais periódicas puderam se engajar com outras cujos feminismos emergem de condições sociopolíticas e heranças coloniais e neocoloniais análogas. Em uma região em que a Esquerda inicialmente via o feminismo como uma ‘importação burguesa e imperialista’ que dividia a luta de classes, e em que a Direita e a Igreja o denunciaram como uma afronta às normas culturais nacionais e aos valores da família cristã, nós argumentamos que os Encontros provaram ser arenas transnacionais fundamentais onde identidades e estratégias especificamente latino-americanas têm sido constituídas e contestadas. Mais do que apenas um fértil espaço de confluência, esses Encontros regionais têm ajudado a ‘imaginar’ comunidades feministas latino-americanas. Eles têm sido cruciais ao desafiar normas culturais nacionalistas masculinistas e ao criar uma gramática política feminista comum (mesmo que sempre contestada) (ALVAREZ, 2003, p. 543).

Os encontros foram locais nos quais as fronteiras entre os países se diluíam a medida que temas em comum eram debatidos e pensados por mulheres de diversos locais do continente, com a possibilidade de chegar a propostas e soluções que poderiam ser efetivas no país de todas as participantes. Um dos produtos gerados por estes encontros foi a formação de redes intra-regionais, amparadas na tomada de consciência destas mulheres sobre a importância do feminismo na construção das

---

<sup>22</sup> Os encontros ocorreram na Colômbia (1981), Peru (1983), Brasil (1985), México (1987), Argentina (1990), El Salvador (1993), Chile (1996).

sociedades. Estas redes, formadas no entrelaçamento entre mulheres, leituras, influências, formas de atuação política, se tornaram o cerne da construção feminista do sul do continente.

Os encontros foram um marco na articulação feminista da década de 1980 e contaram com a participação de diversos grupos organizados de toda a América Latina. Alguns periódicos como o *Brujas*, da Argentina, e o *Mujer ILET*, do Chile, deram destaque aos encontros, assim como os periódicos aqui estudados. Em *Mulherio*, houve cobertura dos três primeiros encontros. No I Encontro, realizado em Bogotá, na Colômbia em 1981, o periódico destaca a pouca participação brasileira, contando com apenas alguns grupos participantes, como o SOS Mulher, Centro de defesa dos direitos das mulheres, Coletivo de Mulheres, Associação de Pesquisas e Estudos da Mulher (SILVERSTEIN, 1981, p. 5). O II Encontro, realizado em Lima, no Peru em 1983, é destacado na publicação que a cidade de Bertioga, no interior de São Paulo, foi a escolhida como sede da próxima edição, assim como há pedidos de sugestões para a organização do evento (S/A, 1984, p. 23). O III Encontro foi aquele que teve mais destaque na publicação, obviamente por conta de sua realização no Brasil. A publicação destaca a presença de mais mil mulheres de todas as partes da América Latina em quatro dias de vivência feminista. O evento, que havia sido fechado para a imprensa afim de evitar boatos e a disseminação de notícias falsas como havia ocorrido em Lima, teve como destaque um ônibus de mulheres oriundas do Rio de Janeiro que não haviam se inscrito no evento e queriam participar sem pagar. Impedidas pela organização, a situação gerou um intenso debate acerca do classismo e o racismo existente no seio do movimento feminista (LEON, 1985, p. 9).

De forma mais discreta, *La Cacerola* destacou o envio de 9 uruguayias para o III Encontro, ocorrido no Brasil, e suas excelentes impressões acerca do evento (S/A, 1985, p. 15). O que as duas publicações destacam, em relação aos eventos, é a importância destes encontros na articulação do movimento feminista latino-americano e no levantamento de pautas em comum que existiam entre os países.

É comum vermos nas publicações feministas o clamor pela existência de uma rede que articulasse mulheres de distintos locais em torno de ações e temáticas semelhantes que as mobilizava. Mais do que uma rede específica e estabelecida, concordo com Ana Maria Veiga de que havia uma vontade por parte destas mulheres de fazer com que ela fosse real:

A existência efetiva desta rede pode ser questionada mas, a meu ver, o que não se questiona é o desejo de dar corpo a esta imagem complexa, que exprime solidariedade pela causa comum e coloca cada mulher lado a lado, horizontalmente, já que a imagem de uma rede ou uma teia não dá margens ao mundo das hierarquias (VEIGA, 2009, p. 68).

Antes de analisar se a tentativa de definição de uma rede feminista no Cone Sul foi exitosa, cabe uma breve explicação sobre o que define uma rede em uma sociedade. O conceito de rede é, antes de tudo, interdisciplinar, uma vez que sua utilização pode se dar a diversas áreas do conhecimento. Desde a revolução nos meios de comunicação com o advento da imprensa no século XVIII ao nascimento das redes sociais digitais em fins do século XX, a ideia de seres humanos conectados por interesses em comum perpassa as sociedades.

De acordo com Portugal (2007), o conceito de rede social apareceu na Sociologia e na Antropologia por volta das décadas de 1930 e 1940, época na qual o conceito de rede era usado em um sentido metafórico: não se buscava estabelecer relações entre redes, nem o comportamento dos indivíduos que as constituía. Na segunda metade do século XX, porém, foi-se criando formas de análises que deram sentido analítico ao conceito, através de duas correntes distintas: “uma, que emerge da Antropologia Social britânica do pós II Guerra Mundial, e se preocupa fundamentalmente com uma análise situacional de grupos restritos; outra, sobretudo americana, que se prende com o desenvolvimento da análise quantitativa, no quadro de uma abordagem estrutural” (PORTUGAL, 2007, p. 4).

O modelo britânico propunha uma mudança na perspectiva tradicional que se limitava às análises de grupos sociais restritos, para uma forma de análise que deslocava o foco dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais. Já o modelo norte-americano buscava compreender a forma dos sistemas sociais, fazendo com que métodos de análises quantitativas fossem desenvolvidos para descrever o estabelecimento das relações entre os indivíduos. Destas teorias, o que nos interessa é o caráter de articulação entre os níveis micro e macroestruturais que o conceito de rede nos propicia compreender os fenômenos sociais tanto coletivos quando individuais. Segundo Silvia Portugal,

A sua abordagem [das redes] tenta responder, simultaneamente, a duas ambições: explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem e explicar a estruturação das redes a partir da análise das interações entre os indivíduos e das suas motivações (PORTUGAL, 2007, p. 7).

Parece-me plausível compreender, desta forma, que a vontade e a tentativa de articular uma rede social entre as feministas de Brasil e Uruguai foi exitosa, como veremos com mais detalhes nos próximos capítulos. Assim como também verificaremos se a mesma existiu efetivamente. A ideia de uma rede ser composta por pontos unidos por linhas distribuídas em um plano remete-me as atrizes sociais envolvidas nesta pesquisa: os pontos (feminismo) unidos por linhas (as teorias feministas, leituras, opressões, o patriarcado, a repressão sexual, a invisibilidade) em um plano (a América Latina, especificamente, o Cone Sul, e neste caso em particular, Brasil e Uruguai) entrelaçam-se em um contexto político e social que propiciou que estas relações se estabelecessem.

De acordo com Sônia C. Vermelho, Valdecir Velho e Ana Paula M. Bertoncello, o conceito de rede traz em si um significado ambíguo:

Se, por um lado, ele permite colocar em contato entes localizados em locais distintos, uma vez que a rede possibilita estabelecer “relações entre dois pontos”, definição que está associada a estrutura de comunicação e transporte, por outro lado, o conceito também permite que seja utilizado em contextos nos quais o que está posto é a limitação de movimentos e, portanto, a não comunicação (VERMELHO, VELHO e BERTONCELLO, 2015, p. 867).

Para esta pesquisa, interessa o primeiro significado: a possibilidade de colocar em contato indivíduos distantes geograficamente, mas com ideias e pensamentos semelhantes. Apesar de trabalhar com grupos de mulheres organizadas em centros de pesquisa, não me refuto a pensar em cada uma das participantes de forma individual, com aspirações próprias, porém comuns a outras mulheres, que geraram assim os fios na tessitura de uma rede feminista de âmbito tanto nacional, quanto transnacional. A escritora argentina Maria Cristina Ravazzola (apud VEIGA, 2009) nos auxilia a compreender como se deu o processo de tomada de consciência individual para a construção das redes feministas:

Do aprendizado a partir das experiências dos grupos de mulheres ao incorporar os erros e os fracassos como fonte de correções e novas inspirações, foi produzindo-se um modelo de participação das mulheres em suas organizações coletivas, e um conhecimento particular das dinâmicas da interação entre elas, fato possível a partir de sua capacidade para se autodefinir e analisar as definições de mulher propostas pelos homens (RAVAZZOLA, 2002, p. 199 apud VEIGA, 2009, p. 68).

Veiga (2009) afirma, ainda segundo a autora argentina, a existência de algumas características fundamentais da estruturação de uma rede feminista:

Disponibilidade para a autorreflexão; expressão aberta dos sentimentos de todos; participação ativa de todos os integrantes do grupo; todos se sentem atores e produtores de cada projeto; as diversidades são aceitas e os objetivos de todos são integrados e respeitados. De acordo com Ravazzola, nas redes, as diferenças e as diversidades são conceituadas como enriquecimentos possíveis; há tentativas de integrações e novas articulações, além da aceitação das multiplicidades (VEIGA, 2009, p. 69).

Os centros de pesquisa, assim como seus boletins informativos – que são o foco de análise desta pesquisa – são, a meu ver, um caso de teia de ideias feministas que foram se entrelaçando e constituindo uma possível rede interligada por múltiplos fatores. Tais fatores não se baseiam no fato de estas mulheres se conhecerem pessoalmente ou terem algum tipo de relação social direta. Estas linhas invisíveis, porém poderosas, são compostas por motivos semelhantes, nos quais destaco o deslocamento das teorias feministas de forma transnacional, muito relacionado à prática da tradução de livros feministas produzidos na América do Norte e na Europa.

Os periódicos/revistas/jornais, principalmente os marginais, são o elemento fundamental para esta viagem entre localidades e países de teorias e ideias, sendo caracterizados por Costa (2003) como “mediadores culturais” neste processo, por serem o principal aparato material de deslocamento de teorias no eixo norte-sul, e, como defendo nesta tese, também no eixo sul-sul. Conforme destacado pela autora, este material é constituído e constitutivo pelos diferentes contextos de recepção, “influencia [ndo] de forma significativa quais teorias/textos serão traduzidos, ressignificados e readaptados para um melhor ajuste a agendas locais” (COSTA, 2003, p. 255). As mulheres responsáveis por estes jornais também podem ser inseridas na ideia de “intelectuais mediadoras”, tal qual cunhado por Gomes e Hansen (2016), ao afirmarem ser uma categoria sociocultural marcada pela especialização que lhes confere capital cultural e poder simbólico na produção de conhecimento e comunicação de ideias, sendo atores estratégicos nas áreas da cultura e política e vinculados à intervenção político-social. Estas intelectuais, organizadas em grupos, tinham como objetivo produzir conhecimento feminista e difundi-los para outras mulheres, organizadas ou não.

Desta forma, trato nesta pesquisa as fontes materiais – os periódicos – como um dos elementos fundamentais para o entrelaçamento das ideias feministas entre Brasil e Uruguai em meados dos anos 1980. Sem perder de vista fatores que são importantes na composição de uma rede feminista, como relatos de viagem, notícias de egressas do

exílio, textos, leituras e traduções<sup>23</sup>, incluo os dois periódicos como outra opção de análise da tentativa de criação desta rede, uma vez que todos os elementos supracitados são encontrados em suas páginas, sendo assim uma fonte que reúne os mais diversos elementos para minha análise.

Observar o feminismo por uma perspectiva pós-colonial é abrir um campo fértil que aponta para a diversidade de olhares para a situação das mulheres latinas, reconceitualizar suas opressões a partir dos conceitos e vivências das mulheres do Sul. É dar voz a estas mulheres não apenas em assuntos relacionados ao gênero e ao patriarcado, mas também a assuntos relacionados ao poder, ao Estado, a economia, aos direitos humanos, pois este enfoque constitui uma forte crítica ao capitalismo e à colonialidade. Tal qual propõe Spivak (2010), que as intelectuais subalternas<sup>24</sup> levem a cabo a tarefa de criar espaços e condições de autorrepresentação e de questionar qual o seu próprio lugar de enunciação e sua cumplicidade com o trabalho intelectual. Este feminismo, criado a partir das demandas das mulheres do Sul, é o tecido pronto após um longo processo de criação.

Para compreendermos como se deu o estabelecimento deste processo de criação, a partir do próximo capítulo, volto meu olhar para pensar no estabelecimento destes espaços de autorrepresentação criados pelas brasileiras e uruguaias aqui estudadas, a saber, os centros de pesquisa e sua forma de atuação no contexto proposto acima. Ainda na próxima seção desta pesquisa, busco também incluir as duas fontes principais deste trabalho, *La Cacerola* e *Mulherio* – periódicos uruguaio e brasileiro que desenvolveram este papel de mediadores culturais das ideias feministas circulantes em seus países e em seu continente – no contexto da chamada “imprensa alternativa” que vigorou em diversos países latino-americanos durante a ditadura militar.

---

<sup>23</sup> Estes elementos foram trabalhados de forma muito completa por Ana Maria Veiga em sua dissertação de mestrado, no ano de 2009 e já citada nesta pesquisa, porém, abordando a relação entre Brasil e Argentina.

<sup>24</sup> A subalterno, no pensamento de Spivak, definem-se “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Foreword: upon reading the Companion to Postcolonial Studies. In: Schwarz, Henry; Ray, Sangeeta (orgs.) *A Companion to Postcolonial Studies*. Malden: Blackweel Publishing, 2000.

Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/arena-attachments/2628548/a0aee555ef5acf51f2e307feb327e93f.pdf?1535663391>. Acesso em 30 ago. 2020.

## **CAPÍTULO 2 - OS CENTROS PRIVADOS DE PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ACADÊMICOS PARA O FEMINISMO**

Os institutos de pesquisa são centros – públicos ou privados - nascidos fora do ambiente universitário que desenvolvem sua ação na investigação de temas gerais ou aplicados, nas áreas das ciências naturais e também das ciências sociais. No Brasil, a história dos centros privados de pesquisa está inserida na esfera do desenvolvimento da pesquisa acadêmica, surgimento das universidades e no desenvolvimento das ciências no país.

De acordo com Suzigan & Albuquerque (2008), até fins do século XIX, a pesquisa científica brasileira se desenvolvia em alguns poucos institutos nas áreas de mineralogia, química, ciências naturais, e problemas bacteriológicos e microbiológicos, vinculados muitas vezes à instituições como o Museu Nacional e outros institutos regionais, como Instituto Agrônomo de Campinas (1887), o Instituto Vacinogênico de São Paulo (1892), o Instituto Bacteriológico de São Paulo (1893), e o Instituto Soroterápico de Butantã (1899). O contexto colonial e a situação de escravidão foram obstáculos à acumulação científica, fazendo com que o país entrasse de forma tardia no contexto da pesquisa científica e de difusão de conhecimento.

Os autores defendem que a ciência no Brasil se desenvolveu através de “ondas”: a primeira onda consiste no período posterior ao importante ano de 1808, com a criação de institutos de educação superior, como os cursos de anatomia e cirurgia do Rio de Janeiro, no ano supracitado e a Academia Militar de Salvador, em 1810. Além destes centros, as criações do Jardim Botânico na capital do império e da Biblioteca Nacional foram importantes pontos de inserção de locais para pesquisa. A segunda onda teria ocorrido entre 1870 e 1900, com a criação de centros de pesquisa em diversos locais do Brasil, como a Escola de Minas de Ouro Preto em 1875, o Museu Arqueológico e Etnográfico do Pará em 1866, a Escola Politécnica de São Paulo em 1894, entre outros. A terceira onda é identificada entre 1920 e 1934, marcada pelo aparecimento das Universidades, culminando com a formação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Mesmo com o estabelecimento das universidades, de acordo com os autores, o vínculo com a pesquisa ainda é muito frágil, situação que começa a mudar com a chamada quarta onda, no período do pós guerra. Neste ínterim, são criadas importantes agências financiadoras que trabalham dando suporte financeiro para os estudantes universitários, como o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 1951. A criação destes órgãos seria o primeiro passo para o financiamento de pesquisas científicas acadêmicas. A quinta e última onda ocorreu durante os anos de ditadura militar, quando há a criação de diversos centros privados de pesquisa, alguns vinculados à estatais, como o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás (CENPE) e a fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ambos em 1973. É neste período que são criados fundos de financiamento para a ciência e tecnologia, com planos de desenvolvimento social, científico e tecnológico.

É neste contexto de quinta onda, no qual as universidades estão sob o controle dos governos militares, que se tem a ampliação dos centros privados de pesquisa. A maioria desses centros funcionava como organizações não governamentais (ONG's), com caráter acadêmico, que reuniam profissionais de diversas áreas tanto das ciências naturais como das sociais com o objetivo de realizar tarefas de investigação, ensino superior, a difusão de conhecimentos e sua aplicação no desenvolvimento das sociedades aos quais estavam vinculados. A sua organização interna se dava de forma autônoma: os próprios membros decidiam, através de votação, os estatutos, a organização, os planos e programas, a distribuição de recursos e todos os demais assuntos relativos a seu funcionamento e organização. A proposta central era refletir sobre a realidade de seus países e aliar a teoria científica, através da participação de intelectuais e acadêmicos especialistas, com a aplicação prática dos resultados nos setores sociais os quais suas pesquisas se destinavam.

De acordo com Alice Barrios e José Joaquin Brunner,

Los centros que aquí nos ocupan tienen una primera característica que los distingue de fenómenos académicos-políticos similares: se inscriben en el campo de las ciencias sociales y adquieren su específica connotación como centros *independientes* durante el período de los regímenes militares autoritarios, sea que hayan sido creados bajo esos regímenes o con anterioridad a su instalación adaptándose posteriormente a las nuevas circunstancias (BARRIOS e BRUNNER, 1987, p. 90).

Inúmeros foram os centros de pesquisa que desenvolveram suas atividades na América Latina a partir da década de 1960 e vários deles tiveram um ponto em comum: a ajuda financeira de grupos norte-americanos como as Fundações Ford e Rockefeller que tinham como objetivo aliar o desenvolvimento científico dos EUA com a mão de obra disponível nos países do hemisfério sul. Essa atuação das fundações norte americanas foi uma das estratégias utilizadas durante a Guerra Fria para a expansão ideológica norte americana.

O escritório da Fundação Ford chegou ao Brasil no ano de 1962, no mesmo ano da instalação no México e no Chile. Inicialmente, tinha como função principal mapear a situação política dos países e criar estratégias de modernização para os mesmos (CANEDO, 2016). A escolha dos países para a implantação dos escritórios não era aleatória: os eleitos eram aqueles que poderiam, de alguma forma, ter contato com ideias “comunistas”, principalmente as difundidas pela Revolução Cubana.

O foco de atuação da Fundação nos países do Cone Sul foi o social e o político, através de investimentos na educação superior. Vários cursos de pós-graduação e pesquisas de distintas naturezas foram financiados e a aproximação com as ciências sociais foi se dando de forma gradual. Esta aproximação se deu por duas vias cruciais. Desde sua implantação na América do Sul, a Fundação objetivava não apenas pesquisas sobre o desenvolvimento dos países, mas também, questões relacionadas diretamente com os direitos humanos.

Com a promulgação dos golpes militares, a Fundação enxergava na especialização de mão de obra científica uma possibilidade de criar uma comunidade de cientistas sociais que ajudasse a pensar as dimensões políticas e sociais e sua relação com estratégias de desenvolvimento econômico. Por outro lado, os golpes trouxeram consigo a violação dos direitos humanos de diversos cidadãos na América Latina e a perda de direitos políticos e sociais poderia ser um entrave para o esperado desenvolvimento.

Sérgio Adorno e Nancy Cardia afirmam que

Foi decisivo o papel da Fundação, nesse período, para a sobrevivência do pensamento crítico no país em um contexto sociopolítico bastante adverso, por meio de investimentos estratégicos na formação de uma comunidade de pesquisadores e cientistas sociais. Conquanto não houvesse uma clara orientação no sentido estrito de promover os direitos humanos, isso esteve presente nas propostas para estimular a formação de recursos humanos com o propósito de analisar os problemas sociais brasileiros – como os decorrentes das desigualdades sociais – bem como nos projetos de fomento à educação, como, por exemplo, aqueles voltados para a capacitação de professores secundários e para a reforma do ensino secundário. Esses investimentos contribuíram para que a Fundação, no final dessa fase, acabasse por direcionar os investimentos para a reconstrução do Estado de direito e da sociedade democrática no Brasil. Essa foi, em verdade, uma porta de entrada para a incorporação definitiva dos direitos humanos como uma prioridade de financiamento por direito próprio (ADORNO e CARDIA, 2002, p. 204).

É possível compreender, então, que o papel da Fundação durante o período de redemocratização foi primordial no estabelecimento de apoio a grupos sociais marginalizados.

A tabela 1 mostra as principais áreas contempladas com verbas da Fundação no Brasil ao longo dos anos:

**Tabela 1:** doações do escritório do Brasil por tema e por período (em dólares de 2001).

Período	Temas			
	Desigualdade Racial	Desigualdade de Gênero	Populações Indígenas	Direitos Humanos em geral
1966-1979	-	-	-	2 571 133
1980-1984	809 575	723 550	130 194	3 799 767
1985-1989	1 166 648	651 983	657 430	2 067 798
1990-1994	3 077 099	1 946 037	267 687	843 251
1995-1999	4 521 569	3 401 351	-	1 034 350
2000-2001	2 496 574	1 323 787	-	882 910
Total	12 070 465	8 046 708	1 055 311	11 199 209

**Fonte:** Brooke e Witoshynsky (2002, p. 225).

Os dados mostram que nos primeiros anos da Fundação Ford no Brasil, seus investimentos não eram destinados a causas específicas, fato justificado pela ditadura militar e pelo silenciamento forçado de diversos grupos durante os anos de maior repressão e perseguição política.

Com a chegada da década de 1980, que interessa particularmente a esta pesquisa, e a gradual abertura política, as reivindicações específicas de cada grupo social foram ganhando espaço e verba. As demandas de pesquisas sobre gênero, que nas primeiras décadas sequer apareciam na destinação de recursos, teve um aumento considerável durante os anos de 1980, possivelmente influenciado pela ascensão dos movimentos feministas e a promulgação do decênio 1975-1985 como a década da mulher pela ONU.<sup>25</sup>

Foi este movimento, que aliava a teoria à prática de ações pelos grupos sociais, que tornou perceptível a mudança do enfoque da Fundação no Brasil. A maior parte dos recursos começou a ser destinada não para as pesquisas exclusivamente, mas também para as ONG's, que combinavam a mão de obra especializada em pensar as demandas

<sup>25</sup> Em 1975 reuniu-se na Cidade do México a Conferência Mundial do ano internacional da Mulher, patrocinada pela ONU. Os temas principais de debate da conferência foram a igualdade entre os sexos e a integração da mulher no desenvolvimento e promoção da paz. Com isso, estabeleceu-se que os anos entre 1976-1985 seria a Década da Mulher.

específicas de cada grupo e a criação de políticas públicas capazes de levar tais demandas para o campo prático.

Vários foram os grupos, centros de investigação e fundações que receberam as verbas destinadas a estudos sobre gênero e condições das mulheres no Brasil<sup>26</sup>. Um deles foi a Fundação Carlos Chagas, que possuía em seu quadro de pesquisadores algumas mulheres que discutiam as questões de gênero de forma interdisciplinar, uma vez que cada uma possuía uma formação em uma área. Em 1978, este grupo organizou com recursos da Fundação Ford o *Programa de Dotações para Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero*, com o objetivo de incentivar estudos tanto de pesquisadoras consagradas, quanto de jovens acadêmicas sobre as questões relacionadas a mulher/gênero.

Sob a liderança de Carmem Barroso<sup>27</sup>, este grupo de mulheres organizava reuniões informais em uma praça próxima ao prédio da instituição. Posteriormente, algumas pesquisadoras que tinham o gênero como tema comum de interesse se reuniram para fazer dessas reuniões um grupo de estudos e práticas voltado exclusivamente para essa temática.

Nas palavras de Carmem Barroso:

Éramos um grupo bem variado, que se reunia para discutir pesquisas sobre a mulher, em andamento ou já publicadas. Num ambiente acadêmico de painelinhas fechadas e acirrada competição, esse grupo era um oásis para as jovens pesquisadoras que começavam a enfrentar a resistência aos estudos de mulher, como eram então chamados. Foi também um espaço de crítica construtiva e colaboração, e de criação de uma mentalidade extraordinariamente aberta à diversidade de enfoques teóricos, metodologias e interesses temáticos, que veio a caracterizar a área de estudos de mulher da Carlos Chagas e seus concursos. Nós nos levávamos muito a sério - talvez até demasiadamente -, mas conseguimos manter uma atmosfera de atividade lúdica (BARROSO, 2012, p. 245).

Fizeram parte desta primeira geração de pesquisadoras do Coletivo da FCC acadêmicas de diversas áreas de ensino, tais como: Cristina Bruschini<sup>28</sup>, Fulvia

---

<sup>26</sup> Brooke e Witoshynsky (2002) mostram em uma tabela aproximadamente 12 donatários que receberam valores acima de cem mil dólares para pesquisas e que tratavam exclusivamente sobre questões de gênero no Brasil.

<sup>27</sup> Cientista Social com destacado trabalho na área de população e desenvolvimento. Atualmente integra o Grupo Independente de Especialistas da Estratégia Global da ONU sobre Saúde da Mulher, das Crianças e dos Adolescentes.

<sup>28</sup> Cientista Social pela Universidade de São Paulo, com atuação nos estudos sobre as divisões sexuais do trabalho. Pesquisadora sênior da FCC, coordenou o programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira. Faleceu no ano de 2012.

Rosemberg<sup>29</sup>, Anna Maria Poppovic<sup>30</sup>, Bernadette Gatti<sup>31</sup>, entre outras que trabalhavam como assistentes na Fundação<sup>32</sup>.

No Uruguai, os centros de investigação tiveram ligação direta com o desenvolvimento das ciências sociais no âmbito das universidades. Estas, por sua vez, passaram por reformas profundas ao longo das décadas de 1950 e 1960, ampliando a capacidade de absorção de pessoas, mas ainda distante em relação aos campos acadêmicos dos vizinhos latino-americanos (BARRIOS; BRUNNER, 1987). Poucos eram os professores que se dedicavam exclusivamente à carreira docente, o que gerou atraso na criação de centros de pesquisa dentro e fora da academia.

A *Universidad de la República* foi, desde a sua criação, o maior e mais importante centro universitário do Uruguai, concentrando um grande número de alunos que se dedicava, em sua maior parte, às carreiras tradicionais. Com o adentrar da década de 1960 e as tensões políticas aumentando, a universidade se tornou um centro de oposição às práticas políticas cada vez mais repressoras, gerando assim uma tensão entre a universidade e o governo federal. Neste período, através de algumas reformas, novos cursos relacionados às humanidades e às ciências sociais foram criados, aumentando, desta forma, as tendências esquerdistas no ambiente universitário. Com isso, em 1973, ocorreu uma intervenção militar na *Universidad*, garantindo ao governo o controle das atividades que ali ocorriam.

As ciências sociais apareceram apenas nos anos de 1970 no Uruguai, uma vez que as investigações e pesquisas neste âmbito eram circunscritas às ciências econômicas, departamento mais antigo na *Universidad* e que concentrava a maior parte dos estudantes. Fora da universidade, também foram poucos os centros de pesquisa que se desenvolveram com foco nas questões sociais. Isto porque as carreiras tradicionais sempre se destacavam em uma sociedade que tendia a não aprofundar os

---

<sup>29</sup> Psicóloga com doutorado em Paris, Fúlvia foi responsável pela inserção de vários ideais feministas franceses no grupo da FCC. Nos anos de 1970, chegou à Fundação como pesquisadora sênior e foi trabalhar na área de crítica à literatura infantil. Faleceu em 2014.

<sup>30</sup> Psicóloga e educadora, foi pesquisadora sênior da FCC, idealizadora do Programa Alfa de alfabetização. Faleceu no ano de 1983.

<sup>31</sup> Pedagoga pela Universidade de São Paulo, foi diretora do Departamento de Pesquisas Educacionais e Superintendente de Educação e Pesquisa. Atualmente, é Diretora Vice Presidente da Fundação Carlos Chagas.

<sup>32</sup> Várias foram as pesquisadoras que se dedicavam ao Coletivo em fins dos anos de 1970. Aquelas que chegavam à Fundação com doutorado eram pesquisadoras sênior, enquanto as que ainda estavam cursando a pós-graduação atuavam como assistentes nas pesquisas e departamentos. Destaco aqui Guiomar Namó de Mello, Maria Malta Campos, Elba Siqueira de Sá Barretto, entre outras, que com o passar dos anos também atingiram a categoria de pesquisadoras sênior, ou se destacaram na carreira acadêmica em outras instituições.

questionamentos sociais de sua realidade. Apenas com o golpe de 1973 esta situação foi trazida à tona e começou a despertar o interesse dos uruguaios.

Com institutos acadêmicos universitários fechados e diversos profissionais destituídos de seus cargos, os centros privados de investigações proliferaram pelo Uruguai, em uma rápida resposta ao arrocho político que havia se estendido ao mundo acadêmico. Surgem então, em 1975, o *Centro de Informaciones y Estudios Del Uruguay* (CIESU) e *Centro de Investigaciones Económicas* (CINVE), ambos formados por profissionais que haviam abandonado a universidade. Em 1977, se criou o *Centro Interdisciplinario Estudios sobre el Desarrollo* (CIEDUR), e no mesmo ano o *Centro Latinoamericano de Economía Humana* (CLAEH), e o *Centro de Investigación y Experimentación Pedagógica* (CIEP). Estes cinco grupos formaram o chamado “*las cinco hermanas*”, grupos que nasceram com o objetivo de continuar no país a tradição das disciplinas excluídas da universidade, e assim, manter viva a análise crítica da realidade nacional.

De acordo com Alice Barrios e José Joaquín Brunner,

Los CAI [**Centros Autônomos de Investigación**] se encuentran básicamente comprometidos en este "juego de la investigación"; sus miembros pertenecen a comunidades disciplinarias y muchos entre ellos, como veremos más adelante, gozan de reconocimiento dentro de ellas; su trabajo principal está orientado hacia la producción de conocimientos que se incorporan al "archivo" público de la disciplina o del campo: por tanto, son actores competentes que comunican los resultados de su trabajo y que esperan respuestas competentes, sea de la comunidad local, regional o internacional; habitualmente los CAI publican series de documentos (*papers*), a veces una revista y en ocasiones libros y sus miembros aprovechan, además, otras revistas especializadas del país o buscan publicar fuera del mismo (BARRIOS e BRUNNER, 1987, p. 86).

Estes grupos integraram a rede regional do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO), órgão fundado em 1967 e que ajudava na manutenção de centros privados na América Latina, através do financiamento de projetos e concessão de bolsas de estudos. A Fundação Ford também foi um importante órgão de financiamento para os grupos do Uruguai, assim como os brasileiros.

No ano de 1979 a brasileira Suzana Prates e outras ativistas e intelectuais que estavam no Uruguai, como Graciela Sapriza e Silvia Villamil, fundaram mais um grupo que viria a integrar a rede CLACSO: o *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer Uruguaya* (GRECMU). Inicialmente, o grupo se formou com um viés

multidisciplinar, orientado à investigação da situação das mulheres, sobretudo no âmbito do trabalho.

Em 1982, o grupo se declarou feminista com viés marxista e o foco dos estudos passou a ser a subordinação das mulheres uruguaias em relação aos homens, articulado ao debate acerca da condição feminina em suas mais variadas esferas. O GRECMU se tornou uma referência ao trazer as ideias feministas que circulavam pelo mundo para os debates das mulheres uruguaias, ainda que de forma “tardia”.

Em recente entrevista, a deputada uruguaia Margarita Percovich narra que, a partir de 1984, com o início da redemocratização no Uruguai, mulheres de todos os partidos políticos se organizavam no sindicato dos trabalhadores têxteis para discutir o lugar que ocupariam nos novos rumos que o país estava tomando. Neste contexto, começaram os contatos com as integrantes do GRECMU. Nas palavras de Percovich, então deputada no Uruguai, em entrevista concedida no ano de 2015:

Ellas sabían de la década de la mujer de las Naciones Unidas, algo que las demás no teníamos ni idea. No sabíamos lo que estaba pasando en el resto del mundo porque se recibía poca información y no teníamos los medios que tenemos ahora. Ellas venían trabajando, haciendo diagnósticos y habían creado ese centro de estudios -como habían hecho otros universitarios porque en dictadura no se dejaba funcionar la Universidad. Fueron quienes nos trajeron las reivindicaciones propias que teníamos que tener como mujeres. Y fue ahí que algunas empezamos a descubrir lo que era la discriminación y a unirla con nuestro marco ideológico, que la injusticia de un proyecto de desarrollo estaba basado en otras formas de subordinación que no eran solamente las de clase (PERCOVICH, 2015, recurso on-line).

As fundadoras do GRECMU estavam intimamente ligadas as discussões que envolviam o momento político do país, no qual uma nova sociedade democrática estava prestes a nascer e demandava por novos atores sociais para construir suas bases. O grupo era formado, basicamente, por jovens acadêmicas, muitas vezes ligadas ou dissidentes de partidos de esquerda (principalmente do *Frente Amplio*), por vezes presas e/ou exiladas durante o período de repressão política.

Conforme Ana Laura de Giorgi,

GRECMU se transformó en un lugar de referencia donde se producían materiales, debates y encuentros a partir de la dedicación de sociólogas, historiadoras, economistas que articularon su producción académica con el activismo. A su vez muchas transitaban por los espacios partidarios como es el caso del rol que desempeñaba Silvia Rodríguez Villamil como militante política (GIORGI, 2015, p. 21).

O exílio, aliás, foi um importante instrumento de socialização e produção de conhecimento, que se transformaria em estudos que seriam posteriormente divulgados pelo grupo. De acordo com Rollemberg (2007), o exílio é uma experiência heterogênea, que varia não apenas de indivíduo para indivíduo, mas também de várias formas na mesma pessoa, dependendo das circunstâncias históricas e subjetivas as quais aqueles que estão em situação de exílio estão submetidos.

Em relação aos exilados da ditadura militar brasileira, as memórias variam entre o estranhamento, o desenraizamento, sofrimento, perdas, dor, luto, mas também de aprendizagem, enriquecimento, resistência e descobertas, o que possibilitou ao exilado uma nova oportunidade de reformular sua atuação política. E é exatamente esta dicotomia cheia de diversidades e contradições abordada pela autora que permeia a ideia deste trabalho.

Afirma Denise Rollemberg que

A história do dia-a-dia no exílio é, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era - ou se pretendia ser -, e o que se acabou sendo de fato. É a história da desorientação, da crise de valores que significou, para uns, o fim de um caminho e, para outros, a descoberta de outras possibilidades. É a história do esforço inútil e inglório para manter a identidade. É a história da sua redefinição e da sua reconstrução, que se impunham num processo que se estendeu ao longo das fases do exílio e que continuou para muitos, mesmo depois da volta ao Brasil (ROLLEMBERG, 2007, p. 06).

Mesmo com a análise tendo sido feita para a realidade dos exilados brasileiros, não seria errôneo adaptá-la à realidade uruguaia. Ainda mais analisando a atuação das intelectuais que produziram parte de suas obras nos anos em que estavam impedidas politicamente de retornar ao seu país. Não nos seria estranho se observássemos que estas mulheres, que passaram parte de suas vidas fora de seus países, absorvendo conhecimento e experiências, se propusessem a buscar formas de compartilhar tais ideias com outras mulheres, ampliando assim uma rede feminista sem fronteiras físicas. Ao dedicarem-se a criar os centros de pesquisa, caberia a elas criar mecanismos de divulgação que cumprissem a função de levar conhecimento para fora de seus muros e de servir como fonte de informação e inspiração para outras mulheres. Neste sentido, as formas de disseminação de informação encontradas pelos centros estudados são fundamentais para conhecermos as estratégias de ação destas intelectuais.

## 2.1 Construindo novos espaços: os boletins informativos

A comunicação pode ser compreendida como o processo de transferir a informação selecionada de uma fonte a um destinatário. E para que este processo alcance êxito é necessário que seja feita a escolha de um meio adequado para que esta informação seja plenamente compreendida por seu receptor, afinal, o objetivo final sempre será que a informação seja lida e entendida. A este meio de transmissão informacional dá-se o nome de veículo. Cada veículo de comunicação possui uma estratégia e abordagem específica para que se cumpra seu objetivo de levar as informações até seu público-alvo, sendo este fator determinante para a estrutura e para o próprio funcionamento de cada organização social. De acordo com Eduardo Amadeu Dutra Moresi,

a informação é universalmente aceita, constituindo, senão o mais importante, pelo menos um dos recursos cuja gestão e aproveitamento estão diretamente relacionados com o sucesso desejado. A informação também é considerada e utilizada em muitas organizações como um fator estruturante e um instrumento de gestão (MORESI, 2000, p. 14).

Os centros de pesquisa aqui analisados trabalhavam com uma quantidade enorme de informação, seja pela própria formação e vivência das intelectuais ali atuantes, seja pelos resultados das pesquisas desenvolvidas por elas no contexto dos centros. Coube a elas, em um momento de tomada de consciência coletiva, escalonar, selecionar e sistematizar as informações de todas as envolvidas para definir quais seriam levadas ao público. Este processo foi necessário para que um dos objetivos principais, gerar conhecimento através da informação, fosse alcançado. A comunicação pressupõe a transferência da informação selecionada de uma fonte a um destinatário. Este caminho deve ser feito com a utilização de um veículo adequado aos objetivos que a mensagem quer passar e ao público ao qual ela será transmitida, dando possibilidades para que este altere a sua percepção inicial sobre determinado assunto.

A meu ver, os centros de pesquisa estudados, inseridos em um contexto de repressão política e censura aos canais oficiais de transmissão de informação, buscaram na criação de ferramentas próprias de comunicação o caminho para divulgar seus trabalhos e seus pontos de vista sobre a realidade dos países em que se encontravam de forma autônoma, utilizando-se de capital privado através dos financiamentos das fundações estrangeiras. Tanto o GRECMU quanto o grupo de estudos da FCC escolheram um tipo de veículo de transmissão de informação que atendessem às suas

demandas, que entregassem suas informações de forma clara e precisa para seu público-alvo e que lhes garantisse o *feedback* necessário para as ações posteriores: o boletim informativo.

O boletim informativo é um tipo de jornal, porém com dimensões menores e com restrita quantidade de informação. Seu objetivo é fazer a ponte entre as informações produzidas por uma organização e o público externo, permitindo que haja debate entre as duas partes (PICCOLO, 2003).

A tabela 3 demonstra as principais características que um boletim informativo deve ter para ter credibilidade tanto de seus pares, quanto de seus leitores.

**Tabela 2:** Características de um boletim informativo.

<b>ELEMENTO</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>
Periodicidade	Pequenos intervalos entre as edições
Atualidade	Próprio para as informações imediatas
Universalidade	Por ter poucas páginas, apresenta poucos temas
Difusão	Exige que seja rápida

**Fonte:** Piccolo (APUD Antunes, 2003, p. 20).

De acordo com Piccolo (apud ANTUNES, 2003), um boletim informativo pode ter a estrutura tanto de uma revista, com cadernos agrupados, quanto de um jornal, com folhas separadas. É necessário que seja criado para atender a um público amplo, que tenha seus interesses atendidos e que possua espaço para a troca de impressões dos leitores. A periodicidade do boletim pode variar de acordo com cada organização e deve ser escolhida de acordo com os objetivos, os conteúdos e os meios logísticos de distribuição dos boletins. A apresentação gráfica deve ser atrativa, porém, deve-se buscar homogeneidade nas edições e nas formas adotadas.

O boletim deve adotar um tom informativo, mas com uma mensagem a ser transmitida e ressignificada pelo leitor. Os temas devem ser escolhidos de acordo com o direcionamento de cada grupo que o produz, e independente deles, as matérias devem ser redigidas por profissionais da área da comunicação, recusando-se linguagem publicitária, persuasiva e de teor unicamente persuasivo. Deve haver um planejamento antecipado de cada edição e deve-se nomear responsáveis para cada função na construção do boletim. Estas funções devem ser fixas em uma edição, mas podem variar

de edição para edição. A tabela 3 demonstra como devem ser estruturados os boletins informativos.

**Tabela 3:** estrutura de um boletim informativo.

<b>ELEMENTOS</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
Formato	Revista (vantagem de maior manuseabilidade)
Conteúdo	Tom informativo com mensagem de fundo
Estrutura da Informação	Conforme objetivos do boletim
Apresentação Visual	Design atrativo e funcional
Duração da edição	Dependendo dos objetivos da organização, porém, buscando regularidade.
Linguagem	Simple e acessível
Função	Existe em função dos leitores

**Fonte:** Piccolo (APUD Antunes, 2003, p. 25).

Boletins informativos, desta forma, são veículos de disseminação da informação que possuem características próprias para atingirem seus objetivos, ou seja, levar tais informações para os leitores. Apesar de haver certa liberdade no que concerne ao formato adotado, algumas características específicas precisam ser levadas em conta para que o objetivo seja plenamente alcançado. A tabela 5 mostra as características indispensáveis para que um veículo seja configurado como um boletim informativo.

**Tabela 4:** Características de um boletim informativo.

<b>ELEMENTO</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>
Identificação do nome	O nome definido cria vínculo com os leitores conferindo uma identidade com o veículo de comunicação.
Periodicidade	Estabelecida em função do objetivo do boletim.
Atualidade	Contendo fatos novos que reduzem incertezas do momento. Ligado à periodicidade do boletim.
Universalidade	A abrangência da notícia, ligada aos objetivos do boletim.
Linguagem	Utilizar termos claros e acessíveis.

Identificação das fontes	Apresentar origem da fonte das notícias quando estas não provierem da organização.
Recurso gráfico	Homogeneidade das cores. Apresentar ilustrações quando pertinente com proporção 70% textos e 30 % ilustração.
Funcionalidade	Informação apresentada de forma estruturada. Facilidade para encontrar a informação.
Mecanismos de <i>feedback</i>	Formas de o público entrar em contato com os responsáveis pelo boletim.

Fonte: Piccolo (APUD Antunes, 2003, p. 34).

Observando as estruturas analisadas acima, não há dúvidas que tanto o GRECMU, quanto a FCC optaram pela estrutura de boletim para difundir as informações das intelectuais envolvidas. São eles: *La Cacerola* (1984-1988) e *Mulherio* (1981-1988). Como veremos no capítulo 3, ambos seguem as estruturas descritas nas tabelas acima e possuem as características específicas de boletins informativos, apesar de a historiografia sobre eles variar em sua forma de tratamento. Por vezes, *La Cacerola* e *Mulherio* são analisadas como jornais, como revistas, boletins, publicações, dentre outras formas. Neste trabalho, a denominação por mim adotada variará entre “boletim informativo” e “periódico”, considerando, para esta situação, ambos como sinônimos. Isto não quer dizer que, em uma literatura específica, não exista diferenciação entre ambos. É uma escolha feita pelo fato de que a periodicidade é um fator presente em todos os veículos de informação, não sendo um problema, a meu ver, a adoção dessa nomenclatura.

Em seu número de inauguração, *Mulherio* deixa claro em seu editorial, que a ideia da publicação nasceu a partir da necessidade encontrada pelas integrantes do grupo da FCC de sistematizar as ideias discutidas internamente e fazê-las chegar até um público mais amplo - constituído, basicamente, dos meios de comunicação, grupos de mulheres e entidades culturais e acadêmicas. Para isto, afirma o editorial, foi abandonada a ideia de um boletim e adotada a ideia da criação de um jornal. Apesar desta passagem, outras referências à publicação tratam do termo “boletim”. A meu ver, por ser um número de inauguração, ainda não havia sido exatamente delimitado pelas envolvidas qual a linha editorial exata que a publicação teria. Tendo acesso e pesquisado todas as edições, creio se tratar de um boletim informativo que contempla todas as características supracitadas.

*La Cacerola* já deixa claro se tratar de um boletim informativo nas fichas técnicas de todas as edições, com exceção em sua última, que foi publicada como uma edição especial, portanto, não entrava na periodicidade regular da publicação. O periódico uruguaio também atende a todas as características supracitadas que realmente o configure como um boletim informativo com objetivos e público alvo extremamente definidos.

Diante do exposto, é compreensível que diversos boletins informativos nasceram nas décadas de 1970 e 1980. Eles se tornaram um veículo indispensável para diferentes grupos que gostariam de fazer suas ideias internas encontrar um número cada vez maior de pessoas. Não há como deslocar este aparecimento de boletins de seu contexto histórico. A situação de censura do período das ditaduras militares da América Latina propiciou a aparição de formas alternativas de disseminação da informação. No caso dos periódicos aqui analisados, a situação também passa por esta questão. Com universidades sitiadas e possibilidade de represálias a discursos considerados “libertários”, coube aos centros de pesquisas ou outras formas de grupos organizados buscarem contar a história sob o seu ponto de vista em veículos próprios.

Desta forma, os boletins informativos se tornaram a ferramenta encontrada pelas mulheres intelectuais dos centros de pesquisa para divulgar, ao maior número de mulheres em âmbito nacional e internacional, os resultados de suas pesquisas sobre a condição de vida das mulheres brasileiras e uruguaias. As principais características dos boletins informativos são sua relativa rapidez de produção e distribuição, um amplo alcance geográfico e a capacidade de reunir em um mesmo veículo matérias com temáticas específicas, criando nichos de leitores que encontram nestes locais a fonte de estudos sobre os assuntos que os interessa.

Outro fator intimamente ligado ao aumento no número de boletins está o fato da especificidade dos grupos tratados. GRECMU e FCC são grupos assumidamente feministas e, de certo, suas publicações eram destinadas, majoritariamente, às mulheres. Mais do que isso, os boletins destes grupos buscavam trazer o viés feminista sobre todos os assuntos que envolvia a vida das mulheres brasileiras e uruguaias, distanciando-se, assim, da abordagem que dominava a imprensa tradicional destinada às mulheres.

Um artigo intitulado “Em busca de espelhos reais” (MULHERIO, ano 2, no. 7, 1982, p. 18), assinado por Adélia Borges, destaca que os meios de comunicação tradicionais reforçam uma ideia estereotipada sobre a mulher, e isto se tornou uma preocupação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

(UNESCO), que chegou a organizar uma proposta de intervenção em uma Nova Ordem Informativa Internacional. Uma pesquisa indicava que a representação feminina pouco variava na América Latina, com reforços na ideia da mulher dona de casa, objetificada sexualmente, insistindo na beleza e na juventude, em uma dicotomia que variava entre a “virgem” e a “prostituta”. Outra pesquisa aponta para o fato da representação de um modelo único de mulher, excluindo toda a diversidade de cores, etnias e corpos das mulheres do continente, sempre mostrada como consumista, jovem, magra, ocidental e sexualmente atraente. Era urgente, segundo a Unesco, a emergência de veículos alternativos que refletissem mulheres reais, contribuindo para a valorização da diversidade e de demandas específicas dos vários tipos de mulher que habitavam a América.

Em um momento sociocultural no qual a figura da mulher aparece como um ser que, ainda de forma bastante restrita, começa a ocupar espaços nos ambientes públicos – em especial o mercado de trabalho e as universidades, respeitadas todas as dificuldades encontradas nestes locais –, os meios de comunicação tradicionais aproveitaram-se para explorar ao máximo este indivíduo. A forma, porém, como a abordagem era feita, ainda carecia de profundidade e amplitude. Caberia a estes periódicos – aqui chamados de alternativos – ocupar esta lacuna, falando de mulheres para mulheres sobre os assuntos, porém, de forma sistemática e aprofundada e com viés feminista.

Na próxima seção, será analisada a forma como a imprensa brasileira e uruguaia retratavam as mulheres de seu país e os deslocamentos deste ponto de vista quando do aparecimento dos periódicos alternativos.

## **2.2 Pensando a imprensa alternativa**

### **2.2.1 O caso brasileiro**

A imprensa no Brasil teve um desenvolvimento tardio em relação a outros países latino-americanos (OLIVEIRA, 2011), e em sua história contou com inúmeros períodos nos quais a censura delimitou o que poderia ou não circular de forma oficial no país.

No começo do século XX, a imprensa ganhou contornos e características das sociedades burguesas, e a notícia passou a ser considerada como um produto a ser vendido. Com o movimento de implantação industrial nas primeiras décadas do século,

os pequenos jornais ganharam destaque como empresas, com sedes em vários estados do país.

Neste período, a imprensa voltada para o público feminino se desenvolveu de forma bastante tímida, uma vez que a população de mulheres em sua maioria não era alfabetizada. Apesar disso, surgiu em 1827 a primeira revista voltada para mulheres, chamada *O Espelho Diamantino*, escrita por Pierre Placher, mesmo criador do *Jornal do Commercio* no Rio de Janeiro. Voltada para as distintas senhoras, a revista tinha como conteúdo contos europeus, comentários sobre arte e literatura e páginas dedicadas a moda e culinária (KAS, 2002).

Também nesse período temos o surgimento de publicações femininas produzidas e voltadas para mulheres como *O Jornal das Senhoras* (1852), dirigido pela argentina Juana Manso e que tinha como linha editorial “cooperar com todas as forças para o melhoramento social e a emancipação da mulher” (KAS, 2002); *O Sexo Feminino* (1875), fundado pela professora Francisca Diniz e que reivindicava o acesso à educação para a mulher e a autonomia feminina no interior do casamento; e *A Família* (1888), talvez, a pioneira das publicações de cunho feminista na imprensa brasileira. Fundada por Josefina Azevedo – militante abolicionista, feminista e defensora do direito ao divórcio –, o jornal pregava que “com resolução e constância, chegaremos a obter tudo que a sociedade nos deve e a lei não consente” (KAS, 2002, p. 7).

As reivindicações que percebemos nos jornais e revistas femininos do século XIX comprovam a tese de que estes meios de comunicação reverberam o ambiente social no qual seus produtores e leitores estão inseridos. Representantes de uma época, a imprensa é mais do que um espelho da realidade que retrata (tese esta já descartada pela historiografia e os estudiosos do tema há tempos), mas uma atividade que dialoga com o seu tempo, com os acontecimentos e a mentalidade social.

No caso das revistas produzidas por mulheres, percebemos em suas páginas influências fortes das ideias difundidas pelo chamado feminismo de primeira onda, apesar de nenhuma delas terem se autoproclamado feministas. As origens das reivindicações por voto nos Estados Unidos e na Inglaterra e as lutas pela defesa das ideias liberais datam do mesmo período de publicações destas revistas, o que demonstra que as mesmas possuíam conhecimento a respeito do movimento que se delineava no hemisfério norte.

O crescimento destes jornais fez com que surgissem, em fins dos anos de 1920, os grandes conglomerados jornalísticos, como *O Globo*, de Irineu Marinho, e os *Diários*

*Associados*, de Assis Chateaubriand (KAS, 2002). Esses veículos gigantes de comunicação, que produziam não apenas jornais, mas também programas de rádio, revistas e etc., se tornaram ainda mais poderosos e hegemônicos após o golpe do Estado Novo, em 1937, quando da extinção da chamada imprensa nanica político-partidária e o predomínio das grandes corporações.

O período entre o pós II Guerra foi marcado pela ascensão do rádio como meio mais popular de informação, porém, revistas e jornais continuaram a ter papel fundamental no cotidiano das pessoas. Com o aprimoramento das técnicas gráficas, da utilização de fotografias e, principalmente, a ampliação no número de cidadãos alfabetizados, tornando-se naturalmente leitores em potencial, as publicações ganharam contornos cada vez mais especializados. Neste contexto, as revistas e jornais não serviam apenas para informar/entreter, mas também serviram de vitrine para atrair potenciais consumidores, através das estratégias de publicidade que marcaram a consolidação do modelo capitalista no pós-guerra.

A década de 1950 pode ser compreendida como a década de explosão das publicações voltadas especificamente para o público feminino. A revista *Capricho* (1952) nasce com a proposta de abarcar o público adolescente através das fotonovelas; *Manequim* (1959) nasce com a proposta de atender a mulher com modelagens de roupas para se usar no ambiente de trabalho, mostrando que a saída da mulher para o mercado de trabalho era um fato e este movimento deveria ser contemplado por publicações que atendessem ao público feminino que não se dedicava apenas ao trabalho doméstico.

Este período também presencia o aparecimento da revista *Cláudia* (1961), que, apesar de reafirmar constantemente o papel tradicional das mulheres na sociedade brasileira, se diferenciava das demais por ser a primeira revista de grande circulação a tratar de assuntos que evidenciavam assuntos tidos como tabu, como por exemplo, a sexualidade feminina. Apesar de discretas, eram vistas em suas páginas matérias que tratavam sobre liberdade sexual, virgindade e pílulas anticoncepcionais. Essa abertura se deve, principalmente, a presença de uma figura emblemática no jornalismo feminista brasileiro: Carmem da Silva.

Depois de morar durante alguns anos nos vizinhos Argentina e Uruguai, a psicanalista Carmem da Silva se candidatou para o cargo de correspondente da revista *Cláudia*. Em 1963, estreou a lendária coluna “A arte de ser mulher”, e posteriormente, “Carmem da Silva responde”, na qual recebia cartas de mulheres de todos os lugares do país com as mais diversas dúvidas e questionamentos. Seu objetivo principal com a

coluna, inicialmente, era mostrar para as mulheres a necessidade de se reconhecerem enquanto indivíduos (BORGES, 2006). Com um discurso moderado, Carmem inseriu ideias feministas de forma discreta em sua coluna, sem se proclamar enquanto feminista, criando um espaço de mudança e debate em uma publicação tradicional, conservadora e elitista.

Quando da eclosão do golpe militar em 1964, as publicações voltadas para as mulheres já eram um sucesso incontestável. Porém, é indiscutível que o público alvo destas revistas eram as mulheres de classe média, que haviam ganhado recente espaço no mercado de trabalho e certas liberdades antes pouco prováveis. Moças que frequentavam escolas e faculdades, trabalhavam fora, saíam para se divertir, em um ritmo que seguia perfeitamente aquele ditado pelas publicações mais famosas: as roupas da moda, os cabelos tendência, os acessórios e produtos de beleza que enchiam as páginas das revistas nas bem-sucedidas propagandas.

Porém, esta era a realidade de apenas uma parcela das mulheres do Brasil. A parcela mais pobre, geralmente negra, não pertencia aquele mundo mostrado nas páginas das revistas e as demandas das mulheres de classes favorecidas nem sempre correspondiam às suas necessidades.

A organização de periódicos alternativos teve um papel fundamental de oposição a ideias expressas nos meios de comunicação hegemônicos, mas entre 1964-1965, tão logo instaurada a ditadura no Brasil, esta forma de divulgação de ideias se popularizou.

Especialmente após a promulgação do Ato Institucional Nº 5, em dezembro de 1968, e com o aumento da repressão as manifestações opostas ao regime político em vigor, a imprensa alternativa emergiu como uma forma de denunciar a situação instaurada no país e dar voz e visibilidade a grupos e temas que não tinham espaço nos demais meios de comunicação.

Um dos trabalhos mais importantes sobre o tema da imprensa alternativa é o de Bernardo Kucinski (1991), que identificou cerca de 150 publicações das mais diversas naturezas durante a ditadura militar. De acordo com o autor, a alcunha “alternativa” continha todos os significados que compunham esses jornais e revistas: não estavam ligados aos meios de comunicação dominantes, mostravam a luta política como a única saída da situação política que vigorava, e demonstrava o desejo da geração das décadas de 1960 e 1970 de serem protagonistas das transformações sociais que pregavam. Suas pautas destoavam do discurso triunfalista do governo, algo muito visto na imprensa hegemônica, opondo-se ao discurso oficial.

Segundo o autor, existiam basicamente dois tipos de jornais alternativos: aqueles predominantemente políticos, que em suas páginas davam visibilidade aos movimentos populares de reivindicações e protestos, discutindo temas clássicos da esquerda e representando, enfim, o desejo da esquerda de protagonizar as transformações que propunham; e aqueles feitos por jornalistas e intelectuais de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade, inspirados nos movimentos de contracultura, voltados para a crítica dos costumes e investindo contra o autoritarismo na esfera dos costumes e do moralismo que predominava na classe média brasileira. É nesta dupla oposição ao sistema e às limitações de produção intelectual e jornalística que vigorava durante a ditadura que se encontra a articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos.

A respeito da imprensa alternativa, afirma Bernardo Kucinski, que

Com a superposição dos novos jornais alternativos de caráter nacional aos já existentes, circulavam oito grandes alternativos de caráter nacional com uma vendagem total, entre 1975 e 1976, da ordem de 120 mil a 160 mil exemplares. A eles foram se somando nos dois anos seguintes os jornais regionais de tiragens médias, e os jornais de novas temáticas, como os feministas. Tornou-se dominante o padrão alternativo, tanto visualmente, nas bancas de jornais, como nas escolas de comunicação e nas redações de jornais, surpreendidos pela variedade de formas, pela sua multiplicação e capacidade de resistência às perseguições do regime (KUCINSKI, 1991, p. 77).

No que tange a linha feminista dos periódicos alternativos, Kucinski (1991) afirma que estas constituíram uma tendência alternativa dentro da própria imprensa alternativa, dominada por grupos majoritariamente administrados por homens e que não se interessavam pelas questões feministas que estavam em pauta. Dois fatores diferenciavam os periódicos feministas dos demais: o âmbito social das discussões sugeridas, uma vez que a maioria dos demais periódicos se dedicava a pensar apenas questões políticas, e propostas de mudanças que implicavam transformações não apenas nas práticas públicas, mas também em questões privadas, como alterações de hábitos de vida, divisão do trabalho e questões familiares.

Nas palavras do autor:

De um modo geral, os jornais feministas não atingiram graus elevados de desenvolvimento e autonomia conceitual. Começaram como alternativa à própria imprensa alternativa, mas mantiveram-se presos aos seus paradigmas e passaram pelos mesmos processos de “rachas”; só no final da década libertaram-se do universo anterior, mergulhando no feminismo e desenvolvendo um padrão próprio, muito mais ligado ao meio acadêmico, à pesquisa de campo, do que às instituições da sociedade civil (KUCINSKI, 1991, p. 72).

Apesar de reconhecer a importância que a imprensa feminista teve na esfera das publicações alternativas, Kucinski parece não reconhecer, no citado estudo, que a produção feita pelas mulheres feministas da época estava, sim, dotada de autonomia conceitual. Conforme veremos na análise dos periódicos no capítulo 4, o momento histórico de expansão das ideias feministas pela América do Sul, combinada com a questão da participação em movimentos de resistência à ditadura, mostra que as feministas não estavam apenas atentas às suas demandas como sujeitos do gênero feminino, mas também na articulação feminina e feminista com a situação político/social/cultural do Brasil.

A partir da década de 1980, começa a se delinear um momento no qual os periódicos ganham uma esfera institucionalizada e onde o feminismo latino-americano passou para a esfera profissional, com a criação de centros de investigação, delegacias especializadas, pesquisas acadêmicas, etc.

De acordo com Crescêncio (2016), uma série de fatores políticos levaram à mudança dos periódicos feministas nos anos de 1980, como o fim da censura à imprensa em 1978, a década da mulher estabelecida pela ONU em 1975, por exemplo. Aliadas a isso, os atores sociais encontraram espaço para reivindicar mudanças políticas no Estado somadas as demandas de seus grupos, garantindo maior participação política, ou seja, “a emergência da imprensa feminista no Brasil foi, portanto, fruto de um outro cenário que se construía” (CRESCÊNCIO, 2016, p. 61).

Especificamente feministas, apenas entre as décadas de 1970 e 1980 mais de 75 periódicos são conhecidos, cada um lutando por questões pontuais, mas sempre tendo o tema da emancipação feminina como mote principal.

Elizabeth Cardoso (2004) afirma que os periódicos feministas podem ser divididos em duas gerações, que se separam de acordo com suas características principais. Em suas palavras:

Nota-se que, enquanto a primeira geração está marcada pelo debate entre “questão da mulher” versus “questão geral”, feminismo liberal versus feminismo ortodoxo, por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com os homens; pela questão da autonomia partidária e pelo combate a ditadura, a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero, assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONG's e associações voltadas para a questão de gênero (CARDOSO, 2004, p. 68).

Podemos exemplificar as duas fases citadas por Cardoso (2004) e perceber, também, que as publicações feministas dialogam intimamente com a noção de feminismo praticada no Brasil à época. Na primeira fase, ainda temos um feminismo muito ligado as questões dos partidos de esquerda e a luta contra a ditadura, que cerceava as liberdades individuais. Podemos destacar o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* como exemplares desta época.

*Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* possuem como características comuns a defesa de ideias e princípios relacionados ao contexto político do movimento feminista pós luta armada, uma vez que seu corpo editorial era composto por mulheres que, anos antes, haviam participado de grupos de guerrilhas e algumas delas, exiladas pela ditadura. Tinham como objetivo geral e comum a difusão de reivindicações e propostas vinculadas às condições das mulheres e as novas formas de se fazer política no país e no mundo.

O *Brasil Mulher* data sua primeira publicação no ano de 1975, a partir daí teve 17 edições, com uma tiragem regular de 5 mil exemplares, sempre em formato de tabloide e com fotos nas capas. Chegou ao fim em 1980. Com corpo editorial formado em sua maioria por recém-egressas de prisões políticas, mantinha estreito contato com as então enfraquecidas organizações de esquerda.

Sua ideia inicial nasceu do Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo e buscava difundir um feminismo conectado às questões políticas e sociais as quais o Brasil enfrentava. Ou seja, se tornou um veículo social no qual as mulheres poderiam refletir sobre as relações desiguais existentes entre elas e os homens, assim como sobre as relações de desigualdade de classe. Pregava a dupla militância, sugerindo a filiação partidária ou sindical juntamente com a luta pela igualdade de gênero.

O público-alvo do jornal era as mulheres dos meios populares, como estudantes, operárias, residentes nas favelas e no campo. Desta forma, grande parte das matérias abordava as condições de vida nas quais elas estavam inseridas. Com pautas abrangendo assuntos que privilegiavam a “mulher comum”, o *Brasil Mulher* se espalhou pelo Brasil e conquistou um público nacional e diversificado.

Em linhas gerais, o jornal buscava ser um contraponto a tradicional “imprensa feminina” que priorizava uma ideia de mulher erotizada, dependente da presença e do poder masculino. Seu objetivo era desconstruir alguns estereótipos que essas publicações reforçavam e impulsionar um debate feminista entre as mulheres,

despertando-as para uma nova construção social na qual elas seriam protagonistas e onde sua atuação em busca da democracia poderia ser transformadora.

A seguir, a capa da 1ª edição do jornal, que enuncia a pauta principal seguida pelas organizadoras:

**Figura 1:** Capa do jornal Brasil Mulher.

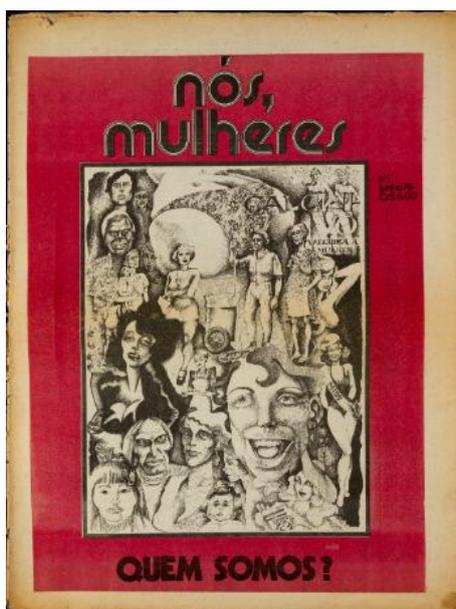


**Fonte:** *Brasil Mulher*, ano 1, no. 0, 1975.

Um ano depois, em 1976, foi publicado o primeiro número do *Nós Mulheres*, tendo em seu corpo editorial uma grande parte de mulheres que já havia vivenciado o feminismo durante o exílio fora do Brasil, além de estudantes universitárias. Tinha como principal linha editorial, assim como o *Brasil Mulher*, a organização popular de mulheres e a luta social feminina contra a sociedade patriarcal.

Sua distribuição se dava nas portas de escolas, fábricas, universidades, sendo feita, basicamente, por suas integrantes. O *Nós Mulheres* teve apenas 8 números editados e não divulgava sua tiragem. Também era escrito em formato de tabloide e suas capas possuíam ilustrações e chamadas dos temas que seriam ali tratados. O jornal chegou ao fim em 1978.

**Figura 2:** Capa do jornal *Nós Mulheres*.



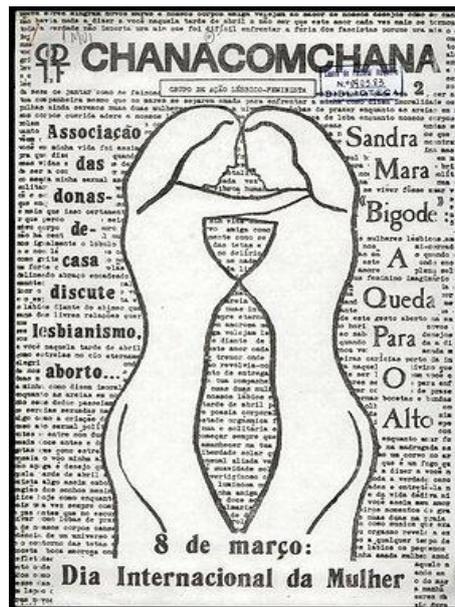
**Fonte:** *Nós Mulheres*, ano 1, no. 1, 1976.

A segunda geração dos jornais alternativos feministas brasileiros, nascidos após o rompimento do movimento com os partidos de esquerda, já apresentava características diferentes dos supracitados. Apoiados por ONG's e contando com financiamento estatal ou de capital privado, os periódicos possuíam objetivos muito específicos ao universo da mulher, aliada a questões políticas e de gênero.

O primeiro jornal alternativo com estas características foi o *ChanacomChana*, periódico voltado para temas relacionados ao universo das mulheres lésbicas. O Movimento Lésbico Feminista (MLF), formado por dissidentes do Grupo Somos, primeiro grupo homossexual organizado do país e responsável pela publicação do primeiro número do jornal, em 1981.

Como jornal, o *ChanacomChana* circulou apenas em seu exemplar de estreia. Após isso, começou a ser difundido como boletim informativo do Grupo Ação Lésbico-Feminista (GALF), com periodicidade e distribuição irregulares, devido a falta de investimentos financeiros e instabilidades internas, como a disputa das pautas e direcionamentos do movimento.

Figura 3: Capa do jornal *ChanacomChana*.



Fonte: *ChanacomChana*, ano 3, no. 2, 1983.

*Mulherio* foi um periódico que ganhou relevância durante o final da ditadura militar e processo de redemocratização. Organizado inicialmente por Fúlvia Rosemberg e Adélia Borges, o jornal tinha como objetivo traçar um panorama da situação da mulher no Brasil, suas pautas de interesse, além de demonstrar discussões de cunho político como as questões de sexualidade, políticas públicas para as mulheres, entre outros assuntos.

Figura 4: Capa do periódico *Mulherio*.



Fonte: *Mulherio*, ano 2, no. 9, 1982.

De acordo com Fúlvia Rosemberg, a publicação foi resultado de muita ousadia “daquele grupo de pesquisadoras e de jornalistas, produzir um jornal feminista, independente, com recursos escassos [...], mantendo-se, se não a irreverência, pelo menos um bom humor” (ROSEMBERG, s/d, recurso on-line).

Outras palavras ainda serão ditas sobre *Mulherio* no capítulo 3 desta tese, no qual procurarei traçar a genealogia da publicação, sua estrutura, corpus editorial, entre outras informações importantes para compreendermos a sua existência na década de 1980. *Mulherio* foi um boletim porta-voz de uma geração de mulheres que estava plenamente inserida nos debates feministas que circulavam pela América Latina a partir da década de 1970. Ao publicar textos que se inseriam nas ainda novas discussões sobre gênero e papel social, que divulgavam o trabalho de mulheres pesquisadoras e, ao mesmo tempo, dialogavam com a realidade de mulheres periféricas e suas demandas, o jornal se torna um aliado a luta das mulheres por representação social e política.

### 2.2.2 O caso uruguaio

No Uruguai, assim como em diversos países do Cone Sul, com exceção do Brasil, a imprensa esteve ativa desde a época do período colonial. Existe circulação de jornais no Peru desde 1594, considerado o primeiro da América Latina, assim como casos da *Gaceta del México y Noticias de Nueva España*, de 1722, a *Gaceta de Goathemala*, de 1729, o *Papel Periódico de Santa Fé de Bogotá*, de 1791 e o jornal bilíngue editado pelas tropas britânicas em solo uruguaio *The Southern Star – La Estrella Del Sur*, que contou com apenas oito exemplares. Porém, somente no século XIX as publicações latino-americanas passaram a ter caráter regular de tiragem e ganharam o teor informativo tal qual os conhecemos atualmente.

*La Estrella Del Sur* nasceu com o objetivo de fazer propaganda para a expulsão do poder espanhol do país e consistiu no primeiro ataque à monarquia vinda de um território hispânico. Este periódico carrega em si diversos traços vanguardistas e, dentre eles, a presença da escritora Maria Theresa que assinava algumas colunas ou a escrita de poemas.

Nas palavras de Daniel Álvarez Ferretjans:

Una mención especial merece la inclusión de versos de una enigmática mujer: "María Theresa", la que de haber existido, hubo de ser, sin lugar a dudas, la primera mujer que escribió en una publicación periodística. en el

Río de la Plata. "Llena de sentido práctico, preocupada de las realidades políticas y mercantiles de la hora, impregnada de positivismo y de utilidad", La Estrella del Sur recoge los versos de la poetisa "María Theresa", destacándose la presencia y la voz de una mujer y la sensibilidad intelectual de la misma (FERRETJANS, 2008, p. 45).

A separação definitiva entre Buenos Aires e Montevideú ocorreu no ano de 1776, e junto com isso veio a necessidade de afirmação de uma unidade identitária. A *Gazeta de Montevideú* surgiu em 1810 com o objetivo de divulgar o ambiente político e social. Era vendido a um preço considerado modesto, para que um grande número de cidadãos pudesse acompanhar seus debates políticos e a renda era revertida para obras sociais de ajuda a desvalidos (FERRETJANS, 2008).

Ainda no século XIX, foram publicados os primeiros periódicos "alternativos" da história do Uruguai. Contrários as tentativas de invasões e dominações portuguesas no território, foram organizados *El Pacífico Oriental de Montevideo*, *El Patriota* e *La Aurora*, periódicos clandestinos que tinham como função orientar a opinião pública da província, desenvolvendo uma crítica agressiva ao governo corrente. As invasões portuguesas e brasileiras (ocorridas antes e depois de 1822) geraram nada menos que vinte e cinco periódicos clandestinos em circulação na província, o que dá indícios de um expressivo número de cidadãos letrados e com engajamento político no cabildo de Montevideú.

Com o país já independente, o nascimento dos partidos políticos se torna inevitável, assim como a presença de *caudillos* por todo o país. A sociedade, recém-saída do conflito de independência, não estava preparada para uma transição democrática pacífica. O processo deveria ser lento e gradual, e as disputas entre Blancos e Colorados e a imprensa gerada a partir deles teve papel fundamental na estruturação social do período.

A ditadura de Rosas, em Buenos Aires, fez com que um grande número de intelectuais migrasse para Montevideú, assim como imigrantes de diversos países europeus, o que fez com que a cidade se tornasse cosmopolita e cheia de vida cultural, algo perceptível através da imprensa do período.

Com a chegada do século XX e o processo de modernização do país prosperando, diversos periódicos se desenvolveram no país, incluindo publicações que começaram a privilegiar setores determinados da população, como a *Revista Rural*, publicada pela forte *Asociación Rural Del Uruguay*.

Também no início deste século nasceram os jornais que sobrevivem até os dias de hoje e influenciam diretamente a sociedade. Em 1918, foi fundado o conservador jornal *El País*, com a proposta de ser patriótico e combativo. Em oposição a este, foi fundado o jornal *El Día*, órgão principal do Partido Colorado e com fortes tendências socialistas.

O nascimento de *La Mañana* em 1917 foi marcado pelo momento político no qual o país debatia a mudança de um sistema político em que o executivo deixaria de ser unipessoal para se tornar um executivo colegiado, se dedicando, também, aos problemas rurais e a temas econômico-financeiros. O único periódico de Montevidéu que se apresentou sem vinculações a partidos políticos, até meados dos anos de 1920, foi *El Diálogo*. Dedicando-se a informações esportivas e policiais, se tornou um sucesso de vendas e popularidade até a década de 1960, do século XX (FERRETJANS, 2008).

O fervor cultural uruguaio, aliado a estabilidade financeira, qualidade de vida e erudição popular foi o ambiente propício para que a imprensa para mulheres também tivesse espaço. Em 1901, Celestina Margain de León publicou *La Defensa de la Mujer*, publicação pioneira da poetisa e periodista que definia a moderna mulher uruguaia, enaltecendo as aspirações legais das mulheres.

Em 1902, Maria Abella de Ramirez publicou a revista *Nosotras*. Com duração de dois anos, a revista se definia como feminista, social e literária e apresentava matérias que elaborassem um plano de compromisso social com as mulheres, com diversas ideias acerca da emancipação feminina (LAVRIN, 2005). Anos mais tarde, Ramirez publicou outra revista, *La Nueva Mujer*, que nasceu como boletim informativo da *Liga Feminista Nacional*, abordando temas considerados inapropriados e ousados para inícios de século XX, tais como liberdade sexual das mulheres e direitos civis e políticos.

Em 1916 foi criado o *Consejo Nacional de Mujeres* e, com ele, o boletim informativo *Acción Femenina*, destinado a informar às mulheres as ações desenvolvidas no *Consejo*. Em 1919, foi lançada a revista *Mundo Uruguaio*, com fotos de artistas de cinema, relatos da sociedade, casamentos e temas considerados tradicionalmente direcionados às mulheres.

Em 1932, foi lançada *America Nueva*, fundada por Zulma Nuñez, definindo sua orientação política como nacionalista, sufragista, pacifista e internacionalista. Defendia que as mulheres haviam alcançado um nível social de desenvolvimento equiparado ao dos homens e, desta forma, poderia gozar dos mesmos direitos políticos. *Ideias y Acción*

nasceu em 1933 como boletim informativo do partido feminista e desenvolveu uma campanha incessante a favor das causas femininas e sociais, defendendo a ideia de que o Estado deveria proporcionar proteção e bem-estar a todos os cidadãos.

Em todos os casos supracitados, percebemos que a ação das mulheres uruguaias na imprensa sempre foi ativa e contestadora. Aproveitando-se de um ambiente privilegiado que garantia a publicação de periódicos, utilizaram-se deste artifício para publicizar suas ideias e fazer com que sua luta se tornasse de todas. Como já dito anteriormente, esta tradição se estendeu até a época do golpe militar em 1973, que colocou na clandestinidade não apenas pessoas, mas muitas publicações consideradas subversivas.

A uruguaia *La Cacerola* nasce como um boletim informativo do *Grupo de Estudios de La Mujer Urugaya* (GRECMU) no ano de 1981, com a ideia de ser a voz das mulheres do grupo, uma forma de expor as pesquisas realizadas por elas e difundir os assuntos mais destacados no feminismo uruguaio.

**Figura 5:** Capa do periódico *La Cacerola*.



**Fonte:** *La Cacerola*, ano 1, no. 1, 1984.

Outra importante publicação feminista uruguaia é a *Cotidiano Mujer*, revista que nasceu de um coletivo de mesmo nome, fundado na cidade de Montevideu em 1985, que se dedicava a acompanhar a agenda política e cultural das mulheres uruguaias através da organização de passeatas, marchas, publicação de livros.

A proposta do coletivo era trabalhar com o desenvolvimento de ações de comunicação política para a promoção de direitos e a melhoria da qualidade de vida das mulheres. A publicação visava disseminar estas ideias, assim como outras ações desenvolvidas pelo coletivo, como programas de rádio, festival de cinema, etc. Atualmente, o coletivo é a sede da *Articulación Feminista Mercosur* (AFM), que une organizações feministas da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai.

Figura 6: Capa da revista Cotidiano Mujer.



Fonte: Cotidiano Mujer, ano 1, no. 1, 1985.

A reportagem que inaugura a revista *Cotidiano Mujer* afirma que a publicação está aberta ao debate com todos os grupos e coletivos de mulheres que existiam na época no Uruguai, como o GRECMU, o *Plenário de Mujeres del Uruguay* (PLEMUU) e a *Asociación Uruguaya de Planificación Familiar e Investigaciones en Reproducción Humana* (AUPFIRH), assim como a todas as mulheres que tenha uma opinião a dar<sup>33</sup>. Este posicionamento demonstra que as integrantes do *Cotidiano Mujer* e as do GRECMU se esforçavam para estabelecer uma relação dialógica e colaborativa, o que nos faz pensar em uma rede colaborativa feminista local da cidade de Montevideu, e que se expandia e se relacionava com grupos internacionais.

<sup>33</sup> Las mujeres no solo queremos dar la vida: queremos cambiarla. *Cotidiano Mujer*, Montevideo, año 1, n. 1, p. 1, set. 1985.

Nesta rede local havia, além de *La Cacerola*, outras publicações feministas que também circularam na década de 1980. Destaco o boletim *Ser Mujer*, que divulgava os trabalhos do projeto *Condición de la mujer* da já citada *Asociación Uruguaya de Planificación Familiar e Investigación en Reproducción Humana* (AUPFIRH) e a também já citada *Cotidiano Mujer*, e o suplemento dominical do jornal *La República*, *La República de las mujeres*, fundado em 1988.

Diversos outros centros de pesquisa podem ser mapeados no Uruguai, com direcionamentos específicos a cada situação social na qual a mulher está inserida, e o movimento feminista nunca esteve em tanto destaque como agora, em todas as suas vertentes. Ana Laura de Giorgi assim definiu as publicações feministas uruguaias:

La Cacerola, otros materiales publicados por GRECMU, la página de La Hora, artículos publicados en la Revista Estudios del Partido Comunista y la publicación de Cotidiano, se transformaron en los recursos de información, divulgación y concienciación que introdujeron una agenda feminista que se articulaba con un proyecto de transformación estructural preocupado por la desigualdad (GIORGI, 2015, p. 22).

Não restam dúvidas que as décadas de 1970 e 1980 marcaram a luta de mulheres para ter mais espaço e voz nas sociedades brasileira e uruguiaia. Mulheres que se organizaram e, aliadas ao contexto em que estavam inseridas, empregaram as publicações como um local para dar visibilidade às causas feministas, mas também para articular um novo tipo de mulher que poderia nascer com a possível reabertura para a democracia nos dois países, após os anos de ditaduras militares. As mulheres aqui analisadas não estavam sozinhas. Inúmeras foram as publicações feministas existentes nos países da América do Sul, diversas delas amplamente estudadas pela historiografia recente.<sup>34</sup>

É preciso ter em mente que o movimento feminista latino americano deveria ser um movimento tão plural e vasto quanto a pluralidade de mulheres e realidades existentes no continente. Porém, nem sempre o movimento foi agregador com as mulheres periféricas – africanas, latinas, asiáticas – ou com aquelas pertencentes a alguma “minoría”: indígenas, negras, pobres. No capítulo seguinte, analiso mais a fundo a organização dos periódicos aqui analisados, os inserindo neste contexto de

---

<sup>34</sup> Diversos periódicos circularam em toda a América Latina nas décadas de 1970 e 1980, e esta explanação não irá, e nem pretende, abarcar a todos. Destaco a *Red de salud de las mujeres latinoamericanas y del Caribe*, da *ISIS Internacional*, no Chile; *FEM*, do México; *Brujas*, da Argentina; *Persona*, da Argentina; *Feminaria*, da Argentina; *Mujer/FEMPRESS*, do Chile, *Nueva Sociedad*, da Venezuela; *Mujer ILET*, do Chile; *Nueva Mujer*, do Equador.

redemocratização e explicitando melhor sua estrutura e formas de organização, difusão e atuação com o objetivo de dar visibilidade às mulheres reais.

### **CAPÍTULO 3 - LA CACEROLA E MULHERIO: BOLETINS INFORMATIVOS FEMINISTAS**

Como dito no capítulo anterior, diversos foram os periódicos alternativos que estavam em circulação no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Em um ambiente de repressão política, prisões, torturas, mortes e desaparecimentos, as manifestações tiveram que encontrar formas distintas de atuação e os periódicos foram uma delas.

Neste capítulo, farei uma exposição na qual serão abordados os aspectos técnicos dos periódicos analisados, quem estava por trás do mesmo, quais as estratégias gráficas, editoriais e discursivas utilizadas por cada um dos grupos para veicular suas ideias e, por fim, analiso os momentos nos quais os periódicos “se tocam”, ou seja, quando identifico citações explícitas de um periódico sobre o outro.

Mesmo sendo um momento mais descritivo que analítico, acredito que conhecer a estrutura básica dos periódicos é fundamental antes de entrarmos necessariamente em suas escolhas temáticas. A escolha de temas por edição, por exemplo, diz muito sobre quais os temas que o grupo estudado dedicava sua atenção. Para além de analisar os temas e estrutura de cada periódico, interessa-me também perceber os silenciamentos e as diferenças fundamentais entre ambos.

A existência desta rede feminista fica evidente quando percebemos, principalmente, as temáticas abordadas por ambos. O contato entre GRECMU e FCC, como será visto, não era comum ou constante. A análise das fontes não revela encontros pessoais entre as integrantes dos grupos, e poucas são as citações nas quais existe sinal do conhecimento de um e de outro. Porém, a rede existente, ancorada nas experiências de cada membra, na circulação de leituras e ideias, garante que exista uma correlação entre ambos, mesmo que não intencional.

Por serem periódicos que nasceram de centros de pesquisas, portanto, criados por mulheres intelectuais que possuíam conhecimento técnico sobre o que era ali publicado, ancoradas por dados científicos, havia o interesse explícito do discurso de autoridade que ali era criado, fazendo com que os periódicos se tornassem um espaço de poder no qual as integrantes buscavam legitimar seus discursos e o feminismo que as unia. Aliado a isso estava o fato das ditaduras militares estarem caminhando para uma abertura gradual, fazendo com que a questão da luta político-partidária não fosse tema recorrente em suas páginas, mas sim, uma atuação política mais ampla, muito ancorada,

após 1985, nos debates sobre a constituinte e sobre qual a nova mulher surgiria nos países no período da redemocratização.

### **3.1 *La Cacerola*: “símbolo de subordinación, que hoy es de liberación!”**

A uruguaia *La Cacerola* nasce como um boletim informativo do *Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya* (GRECMU) no ano de 1981, com a ideia de ser a voz das mulheres do grupo, uma forma de expor as pesquisas realizadas por elas e difundir os assuntos mais destacados no feminismo uruguaio. A escolha do nome do boletim, que pretendia ser publicado trimestralmente, contém um duplo significado para a mulher uruguaia: por um lado, fazia alusão ao utensílio doméstico que tradicionalmente é relacionado as mulheres e que agora é ressignificado.

Por outro, adquire um forte símbolo político ao se relacionar com os protestos promovidos por grupos e associações políticas e populares em vários países da América Latina. Os *cacerolazos* ou panelaços, como são chamados no Brasil, foram manifestações coletivas organizadas, originalmente, no Chile em dezembro de 1971 por um grupo de mulheres para protestar contra a situação econômica do governo de Salvador Allende.

De acordo com Roxana Telechea,

Definimos *cacerolazo* como un tipo de manifestación con características pacíficas. Su particularidad reside en la concentración simbólica en un elemento específico, en este caso, un instrumento de cocina. De esta manera, la portación de *cacerolas* busca darle un sentido específico a una manifestación que alude al derecho a la vida a través de la necesidad de comer (TELECHEA, 2006, p. 143).

Liderado por mulheres de classes altas, o protesto ficou conhecido como a *Marcha de las Cacerolas Vacías*, marcando assim a primeira manifestação do tipo na América Latina. Nestes protestos, as envolvidas utilizaram instrumentos de trabalho cotidiano - panelas, tampas de panelas e outros utensílios metálicos de cozinha - com intuito de produzir barulho e chamar a atenção para suas demandas.<sup>35</sup> Estes protestos se seguiram por diversos dias, ganhando notoriedade e propiciando o aparecimento do grupo *Poder Femenino*, que demonstrava publicamente seu descontentamento com o

---

<sup>35</sup> Para outras informações sobre os *cacerolazos*, ver: BOGADO, Adriana Marcela. As assembleias de Bairro na Argentina: os Laços da Memória. Revista Teoria & Pesquisa, ano 49, n.2, p.165-191, 2006; BETENCOURT, Paulo Ricardo. Memórias Sonoras: micropolíticas de resistência e participação. Monografia de especialização. Universidade de São Paulo –EACH: Cultura e extensão, São Paulo, 2011.

governo (MARTINÉZ, 2019). A figura 7 apresenta a participação das mulheres chilenas nos protestos contra a queda na qualidade de vida durante o governo de Salvador Allende.

**Figura 7:** *Cacerolazo* contra Allende no Chile.



**Fonte:** <http://memoriastierra.blogspot.com/2012/06/cacerolazos-puro-humo.html>. Acesso em 30 nov. 2019.

Com o passar dos tempos, foi sendo apropriado por outros setores da sociedade como uma forma de reivindicação de direitos e liberdade política, principalmente durante as ditaduras militares. O panelaço foi uma saída eficaz de protesto em um ambiente marcado pela repressão, pois se transformou em uma alternativa segura, ruidosa e que possibilitaria a participação de todas as classes sociais na demonstração de suas insatisfações contra o sistema.

Tais práticas se expandiram para outros países da América Latina, e também para países da Europa, sendo muito utilizadas durante as ditaduras militares, dessa vez com o intuito de protestar contra as arbitrariedades e a violência da repressão política, além dos desaparecimentos, torturas e mortes de militantes nas décadas de 1970 e 1980.

Na Argentina, vários grupos de mulheres se organizaram para se utilizar dos *cacerolazos* como forma de chamar atenção para a piora nas condições de vida. As primeiras manifestações ocorreram no ano de 1982 em Buenos Aires, e eram constituídas, em sua maioria, por mulheres da classe trabalhadora, mas também por moradoras de bairros mais ricos, o que demonstra que a piora na qualidade de vida atingiu não apenas a classe proletária, mas também às famílias de classe média (TELECHEA, 2006, p. 145).

As manifestantes se encontravam na Praça de Maio, local que reunia grupos distintos, como o *Bolsas Vacías*, o *Amas de Casa Del País* e *Unión de Mujeres Argentinas*, majoritariamente formados por donas de casa. Batendo panelas, cantando o hino nacional argentino e mostrando sacolas de compras vazias, erguiam cartazes com palavras de ordem como “*Pan y trabajo*”, “*Que bajen los impuestos*”, “*Aumento de sueldos*”, “*El hambre ya no se soporta*”, “*Los niños de las villas ya no comen carne*”, “*No podemos comprar pan y leche*”, “*urgentes aumentos de salarios*”, entre outras (IDEM).

As manifestações que envolviam o bater de panelas se tornou, nos países os quais foram adotados, um ato democrático, e, conforme dito anteriormente, sua origem derivou de uma insatisfação das mulheres chilenas das classes médias com políticas do governo envolvendo preço e escassez de alimentos. Porém, com o sucesso das manifestações e as mudanças dos sistemas políticos, e com os golpes militares instaurando-se em diversos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970, este movimento se tornou uma forma de demonstração de insatisfação de mulheres de todas as classes. A facilidade da participação popular, com pessoas aderindo das janelas de suas casas, bloqueando ruas, acendendo e apagando luzes, fez com que o protesto saísse das casas mais abastadas e se tornasse uma forma de manifestação democrática.

Se a origem chilena dos *cacerolazos* demandava contra um governo democrático, no Uruguai, as primeiras manifestações datam de 1983, momento no qual o país estava sob o domínio dos governos militares ditatoriais. Neste protesto, várias foram as formas de manifestação: ausência no trabalho, escolas e faculdades, boicote aos transportes públicos, não fazer uso de bancos ou órgãos públicos e um panelaço que deveria ocorrer às 20 horas.

**Figura 8:** : Primeiro *cacerolazo* no Uruguai contra a ditadura militar, na noite de 25 de agosto de 1983.



**Fonte:** <https://twitter.com/jptaborda74/status/837108396809682944>. Acesso em 02 dez 2019.

As manifestações uruguaias prosseguiram em diversas outras ocasiões. Segundo Roxana Telechea,

(...) el 1º de enero de 1984, a la madrugada, cientos de miles de uruguayos recibieron el año nuevo manifestándose contra el gobierno militar, con cacerolazos y estribillos antigubernamentales constituyendo la mayor protesta que hubiese vivido ese país (según Clarín), hasta ese momento. Fue convocado por todos los partidos políticos y sectores de la oposición y se cumplió en la mayoría de las ciudades del interior del país (TELECHEA, 2006, p. 143).

Outros *cacerolazos* foram ocorrendo ao longo dos anos no Uruguai, mesmo após o fim da ditadura militar no país, em 1985.

En 1986, en Uruguay, alrededor de tres mil personas se concentraron en Montevideo “caceroleando” frente a la Cámara de Diputados contra una ley del gobierno democrático de Julio Sanguinetti que ponía fin a las acciones de castigo contra policías y militares acusados de violar los derechos humanos durante el régimen de facto. (TELECHEA, 2009, p. 2).

Já no novo século, houve um *cacerolazo* no dia 20 de maio de 2002, quando o Plenário Intersindical dos Trabalhadores convocou uma manifestação contra as políticas de ajustes fiscais propostas pelo governo do presidente Jorge Battle em meio a uma crise econômica. O bater de panelas durou aproximadamente 10 minutos acompanhado por um apagão que tomou as ruas não apenas de Montevideú, mas também das cidades do interior.<sup>36</sup>

Não apenas no Uruguai os *cacerolazos* adentraram no século XXI. Ainda nos dias atuais são usados como forma de manifestação política, como verificado no Brasil

<sup>36</sup> Para maiores informações, ver: [https://www.clarin.com/ediciones-antiores/cacerolazo-uruguay-ajuste-fiscal\\_0\\_Bkuz5Wre0Kx.html](https://www.clarin.com/ediciones-antiores/cacerolazo-uruguay-ajuste-fiscal_0_Bkuz5Wre0Kx.html). Acesso em 2 dez 2019.

durante os governos de Dilma Rousseff em 2016, contra o governo do Partido dos Trabalhadores e as investigações de corrupção; em eventos que antecederam o golpe de Estado de 2016; durante a campanha “Fora Temer” em 2018; e em 2019, para demonstrar a insatisfação popular contra as controversas políticas ambientais e ausência de ações concretas para lidar com as queimadas na floresta amazônica, por parte do governo de Jair Bolsonaro.

A questão brasileira se diferencia das demais latino-americanas devido ao fato das manifestações com painéis serem feitas das varandas e janelas das casas (no caso das manifestações contra o governo Dilma, há de se destacar o caráter classista dos painéis, uma vez que, nas maiores cidades brasileiras, o bater de painéis era mais ouvido em bairros de classe alta e média das cidades), enquanto nos países vizinhos as manifestações eram, em sua maioria, em passeatas pelas ruas das principais cidades, nos moldes dos movimentos da década de 1980.

Na Argentina, em 2001, os *cacerolazos* tomaram as ruas e se deram no contexto do “*corralito*”, confisco bancário que paralisou a economia do país e deixou milhões de pessoas sem dinheiro e se estendeu com manifestações ainda no ano de 2002 por conta da crise econômica. Na Venezuela, em 2013, as manifestações se deram contra a posse de Nicolás Maduro como presidente interino do país após a morte de Hugo Chaves, assim como em 2019, após sucessivos apagões de energia elétrica e distribuição de água no país. Na Colômbia, em 2019, também ocorreram manifestações durante a greve geral contra o governo de Ivan Duque, devido a cortes nos investimentos em saúde e educação, reforma da previdência, aumento de impostos e outros. As manifestações colombianas foram marcadas por forte repressão estatal, com protestos violentos que deixaram mortos e feridos. No Chile, país-mãe dos *cacerolazos* na América Latina, o movimento teve retorno em 2011 com manifestações de estudantes para exigir educação pública, gratuita e de qualidade, e em 2019, com uma revolta social que assolou o país após o anúncio do aumento da tarifa do metrô, abrangendo posteriormente outras pautas sociais.<sup>37</sup>

Interessante perceber que a panela, que até então era um objeto doméstico, reservado ao universo privado das casas – e, conseqüentemente, associada à figura feminina – que tinha na mulher a sua guardiã, foi ressignificado e se tornou um

---

<sup>37</sup> Os *cacerolazos* se tornaram nome e tema de uma música composta pela artista chilena Anita Tijoux em 2019, no contexto das manifestações contra o aumento da tarifa do metrô. Para mais, ver: <https://www.geonoticias.com.br/cacerolazo-a-musica-viral-que-narra-protestos-sociais-no-chilevideo/>. Acesso em 01 dez 2019.

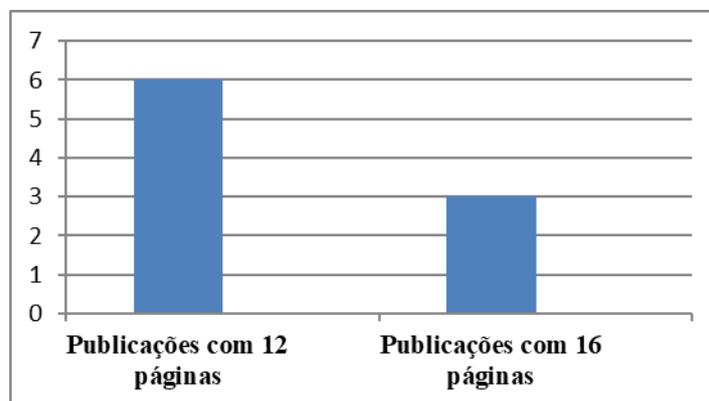
instrumento político e público de reivindicações de direitos. O poder simbólico adquirido através dos anos pelo utensílio doméstico foi fundamental para a escolha do nome do boletim informativo do GRECMU, *La Cacerola*.

O nome do periódico não foi escolhido por acaso. Associar uma publicação científica feita por e para mulheres a um utensílio doméstico que historicamente foi associado à condição feminina de cuidadora do lar e que, em meados da década de 1980, havia sido ressignificado como instrumento de manifestação política, carrega em si a irreverência de subverter a ordem até então estabelecida de que à mulher caberia o domínio e a ocupação do espaço doméstico. O humor contido na escolha do nome é um humor político muito habitual nas publicações feministas contemporâneas a *La Cacerola*. De acordo com Crescêncio (2016, p. 117), “o ato de produzir conteúdo para rir é assumir uma posição de poder e controle, é colocar-se em uma posição de superioridade, é reconhecer que se tem autoridade para falar e ser ouvida, escrever e ter seus textos lidos, desenhar e ter sua arte apreciada, fazer humor e fazer o outro rir”. Ao adotar a ironia como estratégia chamativa para o título da publicação, as autoras trazem para si o discurso de autoridade dos textos ali produzidos, o protagonismo de suas criações, a autoridade de suas pesquisas e conclusões, e acima de tudo, o lugar de fala da mulher para debater as questões que envolvem seu próprio universo, como a desigualdade entre homens e mulheres em que se baseia a estrutura política, social e cultural da sociedade.

Na primeira página da primeira edição da revista, está a frase: “La Cacerola: símbolo de subordinación, que hoy es de liberación!” (*La Cacerola*, ano 1, no. 1, 1984, p. 1). Tradicionalmente foi associada à mulher o trabalho doméstico, e o ato de cozinhar nas *cacerolas* faz parte da aprendizagem sobre o “ser mulher”: dia após dia, meninas são ensinadas a fazer o trabalho doméstico, aprendem a cozinhar, em uma prática social cotidiana de construção de identidade. A cadeia sexista vai se moldando de acordo com que esta estrutura vai sendo passada de geração em geração, normalizando a ideia de que à mulher caberiam apenas alguns determinados lugares na sociedade – um local de subordinação. Porém, sob a luz das ideias feministas, há a tomada de consciência de como funciona este mecanismo que condiciona e treina mulheres a cumprir certo papel social pelo simples fato de serem mulheres, e a luta pelo fim dos privilégios e favorecimentos ofertados pela sociedade patriarcal aos homens deve se tornar a agenda do dia para acabar com tal injustiça social – garantindo assim a libertação desse sistema opressor.

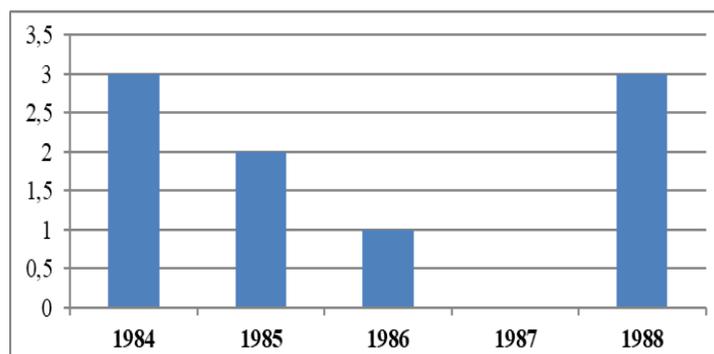
Entre 1984 e 1988, foram publicados oito números do boletim, além de uma edição especial. Das nove edições publicadas, oito foram feitas em papel semelhante ao de jornal, porém um pouco mais espesso. Uma edição, a de número 8 (última), foi impressa em papel *couché*, muito utilizado em revistas, pois possui maior brilho e valoriza desenhos e fotografias. As edições em papel jornal são impressas em formato tabloide, modelo utilizado por publicações que buscam aproveitar uma área maior do papel, aliada à facilidade de transporte e manuseio para o leitor.<sup>38</sup> A maior parte das revistas possuía 12 páginas por edição, sendo poucos números que possuíam 16 páginas, conforme demonstrado no gráfico 1.

**Gráfico 1:** Número de páginas por exemplar de *La Cacerola*.

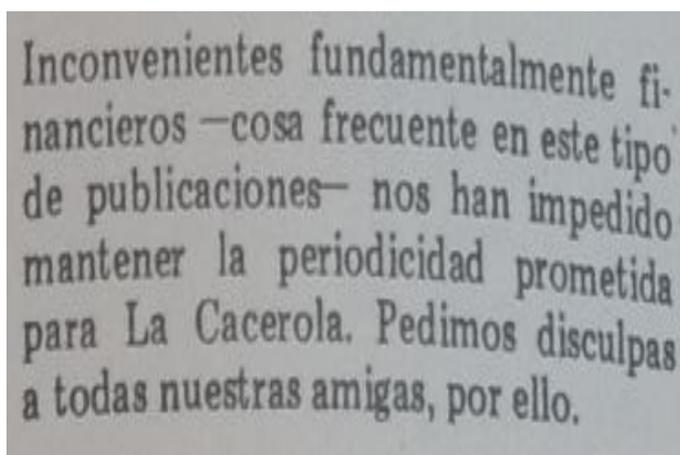


A proposta inicial do grupo consistia em publicar edições trimestrais do boletim. Entre 1984 e 1986 esta tendência se manteve, havendo um hiato durante o ano de 1987, com um retorno para as três edições restantes em 1988.

<sup>38</sup> O formato tabloide possui 56 x 32 cm, e é um dos formatos de impressão mais baratos. Maiores informações, ver: <http://www.tudibao.com.br/2010/07/jornais-papeis-formatos.html>. Acesso em 24 jun 2018.

**Gráfico 2:** número de publicações de *La Cacerola* por ano.

A explicação para a falta de periodicidade da edição é apresentada no exemplar de número seis, de novembro de 1986. A informação se localiza abaixo das referências sobre o corpo editorial da edição, destacando inconvenientes financeiros como a principal causa dos atrasos, seguidos de pedidos de desculpas às leitoras, conforme podemos ver abaixo.

**Figura 9:** informativo sobre a falta de periodicidade de *La Cacerola*

**Fonte:** *La Cacerola*, ano 3, nº 6, 1986, p. 2.

A publicação, inicialmente financiada com recursos da Fundação Ford, não era vendida, mas distribuída a grupos feministas de várias partes da América do Sul, como no Brasil, por exemplo. Apesar de não ter uma seção específica para dialogar com as leitoras, como uma área destinada a cartas, após um ano do lançamento do boletim, especificamente no boletim n. 5, de outubro de 1985, circulou uma folha que pedia as leitoras um retorno crítico sobre a publicação.

**Figura 10:** Formulário para retorno de impressões de leitores.

**La Cacerola**

Ayúdanos con la distribución de La Cacerola.

1) ¿Te interesa leer La Cacerola? .....

2) Este es el ejemplar No. 5. ¿Cuántas has recibido?  
.....

3) ¿Cómo la recibes? ¿A través de algún grupo o personalmente?  
.....

Tus sugerencias o comentarios son importantes y serán bien recibidos  
Si no recibes regularmente La Cacerola y quieres que te llegue, envíanos  
en esta hoja tu nombre y dirección.

GRACIAS

Mi nombre \_\_\_\_\_  
Mi dirección \_\_\_\_\_

**Fonte:** Acervo da autora.

As edições seguem uma estrutura temática, com cada número sendo dedicado a um assunto diferente. As edições da primeira fase (entre os anos de 1984 e 1986) possuíam um caráter informativo a respeito dos mais variados assuntos sob o viés de análise feminista.

A tabela abaixo demonstra a organização temática de cada edição.

**Tabela 5:** organização temática de *La Cacerola*.

Número da Edição	Ano	Tema
1	1984	Mulheres e o trabalho doméstico
2	1984	Mulheres e o mercado de trabalho
3	1984	Mulheres e participação política
4	1985	Mulheres e educação
5	1985	Mulheres e sexualidade
6	1986	Mulheres e a responsabilidade da saúde familiar
Edição Especial	1988	Temas variados
7	1988	Temas variados
8	1988	Temas variados

As primeiras edições do boletim buscaram manter um aspecto editorial comum, com colunas fixas. A tabela 6 demonstra as colunas que apareceram nas nove edições da revista, seguidas da marcação indicando se era uma coluna fixa, ou variável.

**Tabela 6:** indicação de seções fixas e variáveis de *La Cacerola*.

Seção	Conteúdo	Números em que aparecem								
		1	2	3	4	5	6	ES	7	8
IDENTIKIT	Expõe dados científicos sobre o tema abordado na edição.	X	X	X	X	X	X		X	X
Editorial	Apresentação do tema da edição, assinado pela coordenadora.	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ficha Técnica	Apresentação do corpo editorial e demais responsável pela impressão e distribuição.	X	X	X	X	X	X	X	X	X
En alta voz	Matéria que abre a edição.	X	X	X	X	X	X			
Cocina Internacional	Coluna na qual são postados eventos sobre as organizações feministas e seus eventos pela América Latina.	X	X	X	X	X	X			
Platos Típicos	Coluna destinada a divulgar ações e eventos de grupos feministas uruguaios.	X	X	X	X	X	X			
Centro de Documentación	Coluna destinada a divulgar os documentos disponíveis pelo GRECMU: bibliografia, estatísticas e informação.							X		X
Cartillas	Coluna destinada a difundir os livros produzidos pelas							X		

	integrantes do GRECMU.									
Notícias	Coluna destinada a demonstrar as notícias sobre publicações feministas no Uruguai e em outros países da América Latina.									X

*La Cacerola* tem um hiato de publicações no ano de 1987 e não encontrei nas edições subsequentes, explicações sobre o que justificou essa pausa. Neste período, as integrantes do GRECMU se dedicaram a atuar em outra frente de ação feminista. Se a ideia inicial era divulgar o pensamento crítico sobre a realidade das mulheres uruguaias através de um boletim informativo, no ano supracitado o grupo investiu em também levar os conhecimentos, as propostas e estratégias de ação de protagonismo feminino para as mulheres de Montevideu e do interior, através de oficinas em projeto de educação popular. Este projeto foi feito em conjunto com *La Tribuna*, uma organização especializada na criação, difusão e prova de metodologias de ação para mulheres do “terceiro mundo”, contando com a contribuição do *International Development Research Center (IDRC)*<sup>39</sup>.

As próximas duas edições publicadas no ano de 1988, foram resultado destas ações que buscavam unir o conhecimento teórico do grupo e as ações práticas com as mulheres das oficinas promovidas.

<sup>39</sup> O International Development Research Center é uma instituição que oferece concessões, fundos e prêmios a pesquisadores e instituições que se dedicam a encontrar soluções para os desafios de desenvolvimento global. Fundado em 1970, com sede no Canadá, o centro possui escritórios regionais em Nairób, no Quênia; Dakar, no Senegal; Amman, na Jordânia, Nova Deli, na Índia; e Montevideu, no Uruguai. Para maiores informações, ver: [www.idrc.ca](http://www.idrc.ca). Acesso em 02 jan 2020.

**Figura 11:** Oficina de mulheres promovida pelo GRECMU.



**Fonte:** *La Cacerola*, ano 5, nº 7, 1988, p. 14.

*La Cacerola* foi uma publicação colaborativa, escrita a muitas mãos, que contou com diversas profissionais envolvidas em seus artigos e edições. Mulheres que de alguma forma estavam ligadas ao GRECMU e produziam conhecimento acadêmico feminista não apenas no Uruguai, mas também em diversos países. Nas nove edições publicadas, diversas foram as intelectuais que colaboraram nas informações ali contidas. Todas as edições eram assinadas com as iniciais de suas autoras, sendo possível, assim, reconhecer a autoria de quase todos os artigos. Aqueles que não estavam assinados demonstravam que aquela visão correspondia a do corpo editorial que organizara a edição.

Dentre as diversas mulheres que escreveram em *La Cacerola*, percebo a existência de dois grupos em sua configuração: aquele composto pelas fundadoras do GRECMU e que eram fixas na publicação, e outro composto por convidadas<sup>40</sup>, que escreviam eventualmente. A maior parte das matérias foi escrita por aquelas que compunham o núcleo formador: Nea Filgueira, Graciela Saprizza, Silvia Rodrigues Villamil e Suzana Prates.

Nea Filgueira foi socióloga formada pela *Universidad de La República*, professora e investigadora de temáticas que colocavam em debate as diferenças sociais entre homens e mulheres. Foi uma das fundadoras do GRECMU e autora dos livros: *Estudio exploratório sobre un método de alfabetización en el Uruguay* (1980); *La*

<sup>40</sup> As convidadas que contribuíram nos artigos da publicação são: Mercedes Sayagués, Nelly Niedeworok, Carmem Tornaria, Carmem Alvarez, Fanny Puyesky, Martha Agñin, Stella Cerutti, Julia Galzerano, Elvira Lutz, Victória Schumacher, Maria Isabel Miranda, Carina Pereli, Julieta Kirkwood, Gisela Argenti, Amália Alonso, Raquel Carreira, Rosário Beisso, Laura Cavagnaro, Kirai de León, Beatriz Lovesio, Rosalba Oxandabarat e Marisol Santelices.

*Mujer en Uruguay: ayer y hoy* (1983); *Participación política de las mujeres: realidades y obstáculos en el Uruguay de hoy* (1989); *La mujer uruguaya* (1990); *Crisis y cambio en la sociedad uruguaya: la situación de las mujeres* (1991); *Mujeres uruguayas: un futuro incierto* (1992); *Mujeres y trabajo en América Latina* (1993); *Los derechos humanos en perspectiva: la violència sistémica contra las mujeres* (1995).

Em entrevista publicada pelo periódico feminista uruguaio *Cotidiano Mujer*, Filgueira afirma: “las desigualdades entre hombres y mujeres son notorias; en cualquier sociedad y en esta también, y las desventajas que eso significa para las mujeres, son un hecho. En mi caso personal, siempre me resisti a aceptar esas desigualdades” (FILGUERA, 1985, p. 5).

Em suas palavras, com as universidades sitiadas e tomadas pelos censores da ditadura uruguaia, a criação dos centros privados de investigação se tornaram um movimento de resistência de pesquisadores.

En GRECMU, a medida en que nos involucramos con el tema, nos hacemos más militantes en lo que tiene que ver con poner en evidencia la discriminación de la que es victima la mujer en nuestra sociedad. Como mujeres, no nos alcanza con investigar y dar a conocer los resultados, también aparece la necesidad de contribuir al cambio social, en lo que a la mujer se refiere. Esto puede explicar que tuviéramos la necesidad de iniciar un medio de comunicación alternativa, como es La Cacerola, y de colaborar con los movimientos sociales de mujeres que en el 84 se empiezan a organizar por una serie de cuestiones generales de la sociedad, pero también desembocan en plantarse y ocuparse específicamente de la condición de la mujer (IDEM).

Nea Filgueira foi uma importante voz do feminismo uruguaio, tendo seu trabalho reconhecido pelo governo uruguaio através de um convite para incorporar as questões de gênero na criação de políticas públicas para as mulheres durante a transição para a democracia, em 1987 (CELIBERTI, 2018).

Silvia Rodrigues Villamil teve formação em História, atuando como ativista feminista em Montevideú. No ano de fundação do GRECMU, Silvia já era uma pesquisadora uruguaia reconhecida por suas pesquisas sobre a história de seu país, também por sua atuação em partidos de esquerda e por sua militância feminista, principalmente por incorporar a perspectiva do gênero como categoria de análise em suas pesquisas e ações políticas na comissão de mulheres da *Frente Amplio*. Sua produção não se restringia nas ações do grupo, uma vez que Silvia também possuía uma coluna no jornal *La Hora*, escrevia textos para o coletivo *Cotidiano Mujer*, e publicou os livros: *La inmigración europea en el Uruguay* (1982); *Mujer, Estado y política en el*

*Uruguay del siglo XX* (1984); *El voto femenino en el Uruguay : conquista o concesión?* (1984); *Nosotras en la historia* (1988); *Mujeres militantes y conciencia de género* (1990); *Situación y problemática de la mujer uruguaya actual* (1991); *La antesala del siglo XX (1890-1910)* (em coautoria com Susana Antola. 2006); *Las mentalidades dominantes en Montevideo (1850-1900)* (2008), sendo os dois últimos publicados postumamente. A ampla atuação de Silvia foi abordada em um artigo da *Cotidiano Mujer* de 2007:

No se trataba simplemente (si es que esto fuera simple), de compatibilizar la lucha general con la de las mujeres, las reivindicaciones “de clase” con las reivindicaciones “de género” sino más que eso. Silvia colocaba la tesis absolutamente provocadora en ese contexto histórico y político partidario: “La lucha específica de las mujeres es en sí misma transformadora porque cuestiona, a través de su experiencia cotidiana las relaciones sociales que determinan la existencia de la injusticia de género”.<sup>41</sup>

Suzana Prates nasceu no Brasil e se formou em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi selecionada para cursar pós-graduação na Faculdade Latino-americana de Estudos Sociais (FLACSO), foi para o Uruguai com seu então marido Carlos Filgueira, e auxiliou na criação e implantação do *Centro de Investigaciones y Estudios Sociales del Uruguay* (CIESU). Foi ali que se iniciaram as investigações sobre trabalho feminino, participação política e educação (SAPRIZA, 2003). Em entrevista ao semanário uruguaio *Búsqueda*, Sapriza afirma que “importaba tener investigaciones veraces, poder comprobar la desigualdad, tener los datos. Porque si no, te decían ‘no es tan así’. No teníamos ese tipo de información que demostrara la desigualdad, y había que producirla”.<sup>42</sup> Desenvolveu uma bem sucedida carreira na Sociologia uruguaia e foi a pioneira do grupo a defender o viés feminista das investigações.

A expansão da pós-graduação em humanidades na América Latina foi crucial para que estes grupos de intelectuais se organizassem. A FLACSO, com sede em Santiago, no Chile, em sua seleção de estudantes, incorporou diversos brasileiros, como: Carlos Filgueira, Suzana Prates, José Maria de Carvalho, Simon Schwartzman, entre outros (AVRITZER; BRAGA; MILLANI, 2016). Em 1975, Carlos Filgueira fundou no Uruguai o CIESU, onde se desenvolveram teorias sociais sobre o Uruguai, e permitiu a

<sup>41</sup> Silvia Rodríguez Villamil. Historiadora, feminista, militante política y social. Disponível em: <http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/cotidiano-mujer-no-43/344-silvia-rodriguez-villamil-historiadora-feminista-militante-politica-y-social>. Acesso em 2 jan 2020.

<sup>42</sup> <https://www.búsqueda.com.uy/nota/la-cacerola-y-el-feminismo-academico>.

consolidação da sociologia de jovens pesquisadores em diversos campos do conhecimento, como demografia, gênero, movimentos sociais, entre outros.<sup>43</sup> O CIESU serviu também como um local de “exílio” para diversos intelectuais durante a ditadura, por conta da censura e intervenção da *Universidad de la República*.

Graciela Sapriza se reconheceu como feminista na década de 1980, no contexto dos debates pela redemocratização uruguaia, porém, já se considerava “pré-feminista” desde a adolescência, quando teve contato com *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (BORGES, 2009). Seu interesse pelas questões da mulher nos processos históricos se aprofundou quando se licenciou em História pela *Universidad de la República*. Foi através de uma bolsa de estudos concedida a ela e a Silvia Rodríguez Villamil que ambas tiveram a oportunidade de integrar o GRECMU, local no qual iniciaram pesquisas mais voltadas a temas mais tradicionais da História, mas devido ao foco de atuação do grupo, dedicaram suas pesquisas para a análise da situação das mulheres uruguaias do passado.<sup>44</sup>

Sua atuação acadêmica se dirigiu para investigações sobre a participação social, política e cultural das mulheres no Uruguai, assim como ao estudo das memórias da ditadura militar uruguaia por uma perspectiva de gênero. Inúmeros livros foram publicados em sua bem sucedida carreira, dos quais destaco aqueles publicados durante sua atuação no GRECMU, sem a pretensão de abarcar toda a sua imensa e importante obra: *Mujer, Estado y política en el Uruguay del siglo XX* (em parceria com Silvia Villamil) (1984); *El voto femenino en el Uruguay: conquista o concesión?* (1984); *Obreras y sufragistas: Un diálogo imposible?* (1985); *Memorias de rebeldía: siete historias de vida* (1988).

Como fundadoras do GRECMU, é compreensível que fossem aquelas que produzissem a maior quantidade de material para publicação. As primeiras edições do boletim tiveram como coordenadora a jornalista Mercedes Sayagués, que se destacou em sua trajetória por escrever sobre temas relacionados à sexualidade feminina, como no jornal *Búsqueda*, que circulou no país desde 1972.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> <http://www.flacsochile.org/personajes/carlos-filgueira/>.

<sup>44</sup> RISSO, Elena. *Entrevista com Graciela Sapriza*. Disponível em: <https://www.búsqueda.com.uy/nota/el-feminismo-es-la-unica-revolucion-que-ha-triunfado-en-muchos-aspectos-pero-falta-muchisimo>. Acesso em 10 jan 2020.

<sup>45</sup> Ainda em atividade, *Búsqueda* é um semanário uruguaio que desde sempre buscou pela liberdade de expressão e pelo rigor investigativo de suas reportagens. Sayagués trabalhou como *freelancer* no jornal durante os anos 70, chegando a escrever um informe de cinco capítulos sobre o aborto no Uruguai no ano de 1983. Sobre o semanário *Búsqueda*, ver: <https://www.búsqueda.com.uy/acerca-del-semanario-busqueda>. Acesso em 09 set 2018.

Além das fundadoras e principais escritoras de matérias para o boletim, outras pesquisadoras, das mais variadas áreas de atuação profissional, contribuíram como escritoras convidadas e escreveram matérias para as páginas de *La Cacerola*, tais como: Carina Pereli, especialista em ciências políticas e professora da *Universidad de La República*, com trabalhos com foco em relações políticas; Amália Alonso, que participou ativamente das discussões sobre os planos dos militares para a transição democrática no Uruguai, participando inclusive de reuniões do Departamento de Estado Americano com a finalidade de garantir a aplicação dos direitos humanos nos processos<sup>46</sup>; a advogada Fany Puyesky, que escrevia em periódicos, como *Aquí*, *Brecha* e *La República de las Mujeres*, com assuntos que variavam sobre direitos das mulheres, política nacional e internacional.<sup>47</sup> Escreveu diversos livros, dentre eles, *Manual para Divorciadas*, que se tornou um grande sucesso de vendas e foi adaptado como peça de teatro; Laura Cavagnaro, diretora de arte, responsável pelas publicações do GRECMU entre 1984 e 1985 e participante dos seminários propostos pelo grupo, como por exemplo na apresentação de uma comunicação intitulada *Mujer y Comunicación: acercamiento al tema desde un enfoque testimonial*, em 1984 (BARBIERI e OLIVEIRA, 1989, p. 72); a médica Júlia Galzerano, que atualmente é presidenta da Sociedade Uruguia de Endocannabinologia; Rosalba Oxandabarat, escritora e crítica de cinema, uma das escritoras do semanário de esquerda *Brecha*, que estreou em 1985 como um desdobramento de outro semanário, *Marcha*, e que teve sua produção e circulação proibida durante a ditadura militar; a escritora e poeta Rosário Beisso; a médica ginecologista e cientista social, Stella Cerutti, com publicações com foco em educação sexual e sexualidade feminina; a professora da *Universidad de La República* e socióloga Beatriz Lovesio, que atualmente trabalha na área de orientação de trabalhos acadêmicos com temáticas de igualdade de gênero, com tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília, no Brasil; a militante da *Frente Amplio* Victoria Schumacher; a professora e historiadora Carmem Tornaria, presidenta da *Fundación Plenário de*

---

<sup>46</sup> Como parte das ações da década da Mulher, decretada pela ONU em 1975, foi organizado o “The Third World Women’s Project”, iniciativa que buscava conscientizar as pessoas dos Estados Unidos sobre as realidades das mulheres do então chamado “terceiro mundo”. Uma das estratégias utilizadas para levar a realidade até as participantes do projeto foi convidar para participar de reuniões mulheres de diversos países, com atuação profissional que envolvesse justiça socioeconômica e a situação das mulheres em diversos países. Para maiores informações, ver: *U.S Contribution to the U.N. Decade of Women: hearing before the Subcommittee on Human Rights and International Organizations of the Committee on Foreign Affairs, House of Representatives, Ninety-eighth Congress, Second Session, September 18, 1984, volume 4, p. 231.*

<sup>47</sup> Mais informações, ver: *Pioneras del bicentenario*. Comisión de Equidad y Género. Março de 2011, p. 9. Disponível em: <https://issuu.com/bicentariouruguay/docs/mujerespioneras>. Acesso em 15 jan 2020.

*Mujeres del Uruguay*; a antropóloga Kirai de León, que focou seus trabalhos no estudo das mulheres camponesas; a parceira Elvira Lutz, que desenvolvia trabalhos com foco em sexualidade feminina e direitos da mulher; a escritora Marisol Santelices, além de Maria Isabel Miranda, Carmem Alvarez, Nelly Niedworok, Gisela Arsentí, Raquel Carreira e Martha Agñin.

É possível perceber que o núcleo formador do GRECMU, e, por conseguinte, o grupo que articulava *La Cacerola*, assim como as colunistas convidadas, era formado por mulheres atuantes nas mais variadas áreas profissionais, porém, que comungavam do interesse em produzir estudos sobre a situação das mulheres e as questões de gênero. A criação do grupo e desenvolvimento do boletim, desta forma, não se configura como um mero acaso: mostra-se como resultado de um pensamento comum que circulava por vários países latino-americanos, uma rede de reflexões feministas que colocava luz nas questões que até então eram desconsideradas nas pautas políticas, como aquelas relacionadas as diversas formas de opressão às mulheres.

Nas edições publicadas em 1984, ano de estreia, existe em suas fichas catalográficas a informação de que sua venda não era permitida, mas sim feita a distribuição para grupos de mulheres uruguaios. A tiragem dos exemplares não consta em nenhuma edição, e nem é possível determinar exatamente para quais locais eram distribuídos. A partir da edição nº 4, esta informação desaparece das páginas da revista, não havendo nenhum indicativo sobre valores ou formas de distribuição, mas é possível pensar que o sucesso do periódico tenha propiciado uma nova forma de divulgação.

Conforme se vê na figura a seguir, na 1ª edição é possível perceber que as autoras apresentam o interesse em interagir com suas leitoras, assim como compreender quais temas gostariam que fossem abordados nas próximas edições, e outras informações. Este questionário estava localizado na parte inferior da página, com um pontilhado para ser retornado ao grupo com as sugestões das leitoras.

**Figura 12:** cupom para feedback das leitoras.

**La Cacerola**

Danos una mano con la receta de La Cacerola: recorta y llena el cupón, enviándolo a Juan Paullier 1174, Montevideo. Tus sugerencias son importantes. Gracias.

1) ¿Cómo encuentras el lenguaje?

- accesible
- aburrido
- complicado
- entretenido

2) ¿Qué uso le das a La Cacerola?

- reflexión personal
- reflexión en grupo
- reflexión familiar

3) Sugerencias de temas para tratar en próximos números.

4) Una opinión general sobre el boletín.

**Fonte:** *La Cacerola*, ano 1, nº 1, 1984, p. 6.

Os questionamentos 01 e 02, a meu ver, expõem o esforço das *Cacerolas* serem acessíveis para os grupos feministas organizados de Montevideú, arredores e países vizinhos. Uma vez que o boletim era criado por intelectuais e profissionais especializadas nos assuntos tratados, há a preocupação de que a linguagem e as discussões ali propostas se tornassem compreensíveis a todos os tipos de leitoras que recebiam o material. A ampliação das ações do grupo, em 1987, para além das páginas do boletim, através da organização de oficinas variadas para capacitar mulheres para a educação, o mercado de trabalho e a discussão sobre a situação da mulher uruguaia é a parte prática de um projeto pedagógico iniciado três anos antes, com o boletim.

No Uruguai, existem diversas associações de mulheres<sup>48</sup> que trabalham com o intuito de valorização e capacitação feminina e, a meu ver, o objetivo das membras do GRECMU com a publicação do boletim era exatamente este: publicizar seus estudos acadêmicos, buscar dar visibilidade às discussões ali propostas e colocar em prática suas ideias de mudanças da realidade das mulheres. As matérias de *La Cacerola* traziam uma linguagem simples, acessível e didática, baseadas em dados oficiais que amparavam as críticas ali desenvolvidas. A figura seguinte mostra um trecho da última matéria na edição número 02, que tratava sobre as mulheres e o mercado de trabalho. Após diversas matérias mostrando a realidade da desumanização do trabalho fora de casa para mulheres, dupla jornada, diferenças salariais, a revista encerra com uma proposta de

<sup>48</sup> Como exemplos, cito a *Asociación Civil "Abriendo Nuevos Caminos"*, que desenvolve projetos para mulheres em situação de vulnerabilidade social; a *Asociación Civil Mujeres como Vos*, que trabalha com saúde sexual e reprodutiva, gênero e violência doméstica; *Asociación de Mujeres Rurales del Uruguay*, que busca promover mulheres do campo como agentes de mudança para trabalhar com políticas públicas que valorizem o setor, entre diversos outros.

como a situação pode começar a mudar, quais as estratégias que as mulheres podem adotar para melhorar a sua situação no mercado de trabalho.

Figura 13: matéria de *La Cacerola*.



Fonte: *La Cacerola*, ano 1, nº 2, 1984, p. 10.

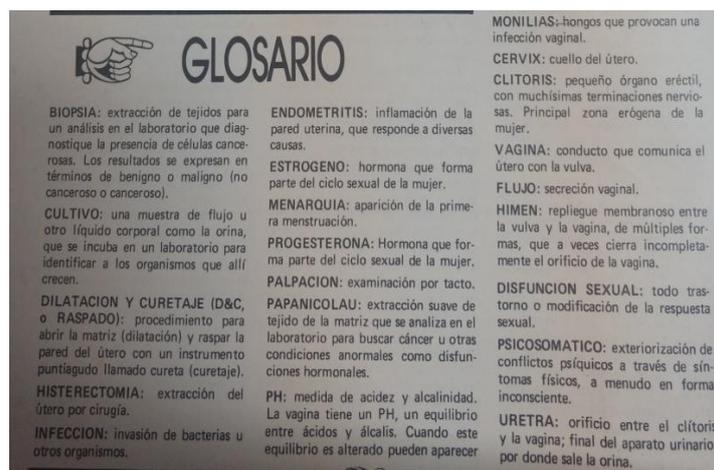
Didaticamente, a matéria acima expõe que a origem da diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho se baseia na diferença social construída entre os gêneros ao longo do tempo, colocando mulheres em um lugar social passivo, destinado a um único espaço: o doméstico. E, sendo invisibilizadas, tal qual somos, é difícil nos integrarmos em lutas coletivas para reivindicar melhores condições laborais. Mesmo deixando claro que não existem fórmulas prontas para mudar a situação, o boletim propõe que o primeiro passo é a tomada de consciência da situação social, integrada a uma luta conjunta com toda a classe trabalhadora. Ampliar a luta sindical e levá-la onde não existem organizações de trabalhadores. A matéria termina afirmando que aí repousa o vínculo do movimento feminista com a luta das trabalhadoras: não haverá mudança nas relações de trabalho se mulheres não conseguirem o respeito e dignidade que merecem enquanto sujeitos.

A meu ver, o trecho acima demonstra, através de uma forma de fácil compreensão, temas caros às integrantes do grupo: bases do feminismo, situação das mulheres no mercado de trabalho, a injustiça da dupla jornada, a importância da organização política e sindical, a tomada de consciência de gênero e a busca por igualdade de direitos, entre outros. Temas que, por vezes, podem se mostrar complexos às pessoas com menor grau de instrução são trazidos de forma clara e acessível para todas as mulheres leitoras.

Esta forma de escrita se estende por todas as edições do boletim, existindo, ainda, na edição de número 05, cuja temática é sexualidade feminina, um glossário logo nas primeiras páginas, seguida de uma imagem do sistema reprodutor feminino e, em sua última página, um guia completo com informações sobre os métodos contraceptivos mais comuns na época, conforme as próximas figuras.

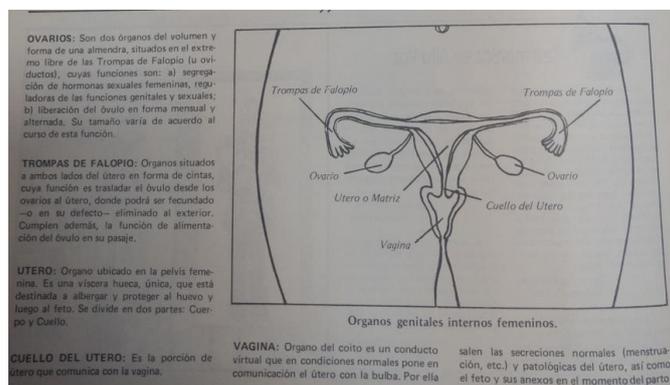
A meu ver, por se tratar de um assunto sempre relegado ao âmbito privado na vida das mulheres, a edição usa de uma linguagem simplificada e informações detalhadas para atingir as leitoras e naturalizar o assunto. É interessante perceber que as questões referentes à sexualidade feminina ainda eram um tabu (ainda nos dias de hoje ainda é), sendo relegada a um âmbito tão íntimo que não deve ser debatido nem mesmo entre mulheres. O glossário só aparece nesta edição, especialmente dedicada as questões envolvendo mulher e sexualidade, o que torna mais evidente o caráter didático que a abordagem do tema envolvia.

**Figura 14:** glossário sobre termos envolvendo a sexualidade feminina para embasar as discussões da edição.



Fonte: *La Cacerola*, ano 2, nº 5, 1985, p. 2.

**Figura 15:** explanação sobre o aparelho reprodutor feminino.



Fonte: *La Cacerola*, ano 2, nº 5, 1985, p. 4.

**Figura 16:** quadro sinóptico de métodos contraceptivos.

NOMBRE	DESCRIPCION	VENTAJAS	DEVENTAJAS/CONTRAINDICACIONES	EFFECTIVIDAD	PRECIO
COCUS INTERRUPTUS	Retira el parte de la vagina antes de la cohabitación.		- Interrupción constante la mujer depende del hombre. - Contraindicación la efectividad del acto sexual. - No que evitar que la mujer se registre al día de un año, para ser al mejor se registre al día de un año.	95%	
DIAPHRAGMA	Capucha de cohabitación del Páso mujer, control en diámetro, momento del acto sexual.	- interrupción de la pareja.	- Interrupción constante la mujer depende del hombre. - Contraindicación la efectividad del acto sexual. - No que evitar que la mujer se registre al día de un año, para ser al mejor se registre al día de un año.	98.5%	
PRESERVATIVO	Funda de goma que se coloca en el pene, para evitar que el semen penetre en la vagina.	- sencillo y fácil de usar. - protege contra enfermedades infecciosas genitales.	- Interrupción constante la mujer depende del hombre. - Contraindicación la efectividad del acto sexual. - No que evitar que la mujer se registre al día de un año, para ser al mejor se registre al día de un año.	80-90%	NS 20 a NS 40
DIAPHRAGMA	Capucha de goma flexible que se coloca en la vagina, cubre el cuello del útero, para impedir la entrada de los espermatozoides.	- sencillo y fácil de usar. - evita la cohabitación.	- Interrupción constante la mujer depende del hombre. - Contraindicación la efectividad del acto sexual. - No que evitar que la mujer se registre al día de un año, para ser al mejor se registre al día de un año.	98%	NS 2,500 a NS 6,000
ESPIRMECIDA	Productos químicos, en forma de espuma, líquido, crema, etc., que se aplican en la vagina, para impedir la entrada de los espermatozoides.	- sencillo y fácil de usar. - evita la cohabitación.	- Interrupción constante la mujer depende del hombre. - Contraindicación la efectividad del acto sexual. - No que evitar que la mujer se registre al día de un año, para ser al mejor se registre al día de un año.	70%	NS 125 a NS 135 (12 pastillas)
TILUDORAS	Medicamentos, tomados por las mujeres, que impiden la entrada de los espermatozoides en la vagina, para impedir la entrada de los espermatozoides.	- es el método más de mayor protección. - evita la cohabitación. - protege contra el embarazo. - evita la cohabitación. - evita la cohabitación. - evita la cohabitación.	- Interrupción constante la mujer depende del hombre. - Contraindicación la efectividad del acto sexual. - No que evitar que la mujer se registre al día de un año, para ser al mejor se registre al día de un año.	99.5%	NS 60-90 a NS 200

Fonte: *La Cacerola*, ano 2, nº 5, 1985, p. 16.

Não obstante as ilustrações, a edição destaca a dificuldade de se falar sobre o tema até mesmo para as autoras do boletim que revelam, no interior da edição, que não dominavam os nomes de parte de seus próprios corpos, apenas tinham acesso a alguns fragmentos de informações e pouco conhecimento de funções biológicas, como a menstruação, por exemplo (*LA CACEROLA*, ano 2, nº 5, 1985, p. 3). Acredito que a presença dos glossários e da tabela sobre métodos contraceptivos venha com o caráter didático de informar e se tornar um espaço para que as próprias leitoras se reconheçam e aprendam sobre si mesmas. Assim, o caráter pedagógico demonstrado nesta edição se repete por todas as outras, levando não apenas à reflexão, mas também ao aprendizado e apropriação de saberes.

Essa é a edição que conta com o maior número de autoras convidadas, como médicas e sexólogas, além de trechos de livros e revistas, para tratar de assuntos que mesmo em ambientes privilegiados, como o GRECMU, ainda não eram comuns. A necessidade de tratar do assunto com seriedade e clareza que uma discussão tão complexa merece é exposta na página inicial: “Y, además, la sexualidad no puede ser considerada sólo e sus aspectos reproductivos. És mucho más que eso y reconocerlo implica tratar de redefinir el erotismo como u aspecto más de nuestra vidas y nuestras relaciones personales.” (*LA CACEROLA*, nº 5, 1985, p. 1).

Quase não foram utilizadas fotografias ou retratos de pessoas reais para ilustrar as edições de *La Cacerola*. Era mais comum o uso de ilustrações, charges e cartuns, todos estabelecendo ligações com as temáticas de cada número do periódico ou para, através do humor, tecer críticas sociais sobre os assuntos abordados, característica comum aos periódicos contemporâneos. A presença de charges e ilustrações nos

periódicos feministas é uma característica observada em diversos periódicos sul-americanos que circularam nas décadas de 1970 e 1980 nos países do Cone Sul, assim como temáticas e pretensões semelhantes. Dialogo, neste ponto, com Crescêncio (2016, p. 21) ao perceber os cartuns, ilustrações e charges do boletim como arma de libertação e de reflexão, fazendo com que o riso feminista assuma, desta forma, um caráter político.

Algumas ilustrações não apresentam assinatura ou, quando há, por vezes se torna incompreensível definir a autoria, conforme mostrado na figura abaixo.

**Figura 17:** ilustração de *La Cacerola*, sem autoria definida.

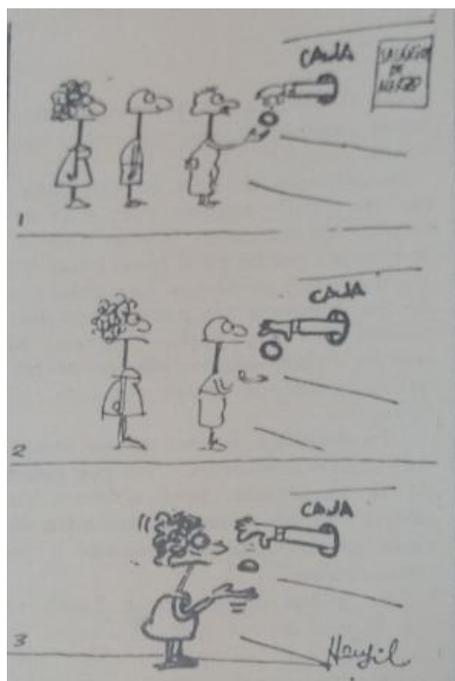


**Fonte:** *La Cacerola*, ano 1, nº 1, 1984, p. 5.

Já a próxima figura exemplifica uma tirinha cuja assinatura é legível, neste caso, é usada uma do renomado cartunista brasileiro Henfil<sup>49</sup>.

<sup>49</sup> Henfil, codinome de Henrique de Souza Filho, foi um dos maiores cartunistas do Brasil. Seu primeiro trabalho como ilustrador foi na revista *Alterosa*, de Belo Horizonte, em 1965, onde criou a coluna “Os Franguinhos”. A partir daí, publicou em diversos outros veículos como *Diário de Minas*, *Jornal dos Sports*, *Realidade*, *Visão*, *Placar*, *O Cruzeiro*, *Jornal do Brasil* e *O Pasquim*. Foi redator da Rede Globo no programa *TV Mulher* e grande ativista contra a ditadura militar brasileira. Henfil morreu em 1988, em decorrência do vírus HIV contraído através de uma transfusão de sangue.

**Figura 18:** cartum de Henfil, *La Cacerola*.



**Fonte:** *La Cacerola*, ano 1, nº 2, 1984, p. 6.

*La Cacerola* não foi um periódico longo, mas durante os anos que circulou no foi fundamental para a divulgação de uma cultura política feminista latino-americana que teve forte presença no Uruguai. A seguir, veremos como se estruturou o periódico *O Mulherio* no Brasil e quais os pontos em que ambos se encontram.

### 3.2 Mulherio: uma grande, consciente e organizada “porção de mulheres”.

A intenção de uma publicação declaradamente feminista pelas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas se consolidou quando Carmem Barroso e Fúlvia Rosemberg, no contexto das comemorações do 08 de março no 3º Congresso da Mulher Paulista, em 1981, distribuíram entre as participantes um boletim informativo contendo não apenas a atividade do grupo, mas quais suas ideias a respeito do tratamento dado pela mídia tradicional sobre e para mulheres (CASTILHO, 1988). Assim, iniciava-se a caminhada de *Mulherio*, bem sucedido periódico que circulou entre os anos de 1981 a 1988 por diversos estados do Brasil e outros países, alcançou milhares de leitoras, compartilhando, através das jornalistas responsáveis, como Adélia Borges, e muitas outras colaboradoras e convidadas, os anseios relacionados a redemocratização, a inserção da mulher no mercado de trabalho, anistia, debates relacionados ao controle político do corpo feminino, entre outras questões.

O humor é uma das principais características presentes no periódico, assim como em *La Cacerola*. E este humor feminista, como já destacado anteriormente, aparece em diversos momentos, a começar pelo título escolhido. Ao vermos a palavra “mulherio” estampada em algum lugar, já nos vem em mente uma construção histórica de um termo associado a histeria e gritaria, características comumente associadas ao gênero feminino e usadas sempre com tom pejorativo. Na gramática brasileira, “mulherio” é definido como uma noção coletiva de reunião de mulheres (GUIMARÃES, 2008, p. 79).

A publicação teve 39 edições, entre os anos de 1981 e 1988. Entre 1981 e 1983, o periódico estava vinculado à Fundação Carlos Chagas e recebia apoio financeiro da Fundação Ford, conforme supracitado neste estudo. Neste período, Fúlvia Rosemberg foi a responsável pela publicação, tendo Adélia Borges como editora.

Nesta fase inicial, *Mulherio* foi uma publicação que dedicava a ser um elo entre as mais diversas instituições de pesquisa sobre a condição das mulheres, no qual as mesmas encontravam lugar para expor o trabalho de seus grupos, assim como se tornou um local para a troca de experiências entre feministas organizadas de todo o país e para a divulgação dos resultados de pesquisas de acadêmicas inseridas ou não na Fundação Carlos Chagas. Isto dava ao periódico, nesta fase inicial, um caráter muito semelhante ao de *La Cacerola*, o de mediador entre práticas, pesquisas e ações de mulheres ao redor do país, demonstrando, através de estatísticas, dados e censos a situação das mulheres reais, em outros termos, trabalhava como uma janela para o conhecimento, teórico e empírico, produzido pelas feministas brasileiras.

A partir do ano de 1984, após desentendimentos a respeito de pautas editoriais, o periódico se desvinculou da Fundação Carlos Chagas, mantendo a mesma equipe de trabalho e fonte de financiamento. Para reestruturar a nova fase, foi criado o *Núcleo de Comunicação Mulherio*, tendo agora como editora-chefe a jornalista Inês Castilho.

Nesta fase, a publicação se propunha a ser “ponto de informação, reflexão e debate sobre a mulher brasileira, lido por homens e mulheres; [...] um contraponto aos outros órgãos de imprensa, que, em geral, tratam a mulher de um modo esquizofrênico” (MULHERIO, ano 4, n. 16, 1984, p. 2). Ou seja, a publicação continuava se colocando como porta voz da mulher brasileira real, com uma diferença fundamental em relação a sua fase anterior: a partir de então, alguns homens, como Fernando Gabeira e Emir Sader começaram a publicar textos na publicação, demonstrando o contraponto da visão masculina sobre assuntos determinados. Mesmo sem abandonar as pautas contempladas até então, como a divisão sexual do trabalho, sexualidade, aborto e questões políticas, a

publicação começa a dar espaço para a produção cultural feita por, para e sobre mulheres, como filmes, músicas, literatura, arte e cinema.

A tabela a seguir demonstra que o número de edições variou ano a ano, tendo seu ápice no ano de 1987, que contou com quase uma edição por mês. O periódico, que pretendia ser bimestral, conseguiu êxito em alguns momentos, variando, como já dito, em edições mensais e até trimestrais.

**Tabela 7:** número de edições por ano de publicação.

<b>Ano de publicação</b>	<b>Número de edições por ano (periodicidade variável)</b>
1981	4
1982	6
1983	5
1984	4
1985	4
1986	3
1987	9
1988	4

Destaco que inseri, no ano de 1981, a edição número 0, pois apesar de ser um material de divulgação, a mesma faz parte do corpus teórico do trabalho, e mesmo tendo tiragem e distribuição reduzida, é nesta edição em que os parâmetros nos quais se baseariam as próximas edições.



Lobo, Eva Alterman Blay, Fulvia Rosemberg, Heleieth Saffiotti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Marisa Corrêa e Ruth Cardoso.

Em 1988 a publicação passa por uma mudança de estruturação. O nome é alterado de *Mulherio* para *Nexo – feminismo, informação e cultura*, e adquire uma agenda mais cultural que política. No editorial, escrito por Inês Castilho, é destacada a trajetória do periódico como porta voz de importantes mudanças e conquistas das mulheres ao longo da década de 1980, como a criação de Conselhos de Direitos da Mulher, o aumento do número de mulheres trabalhando na imprensa, o surgimento de delegacias de defesa das mulheres, a participação de mulheres nos debates da Constituinte, entre outros. A partir daí, porém, a publicação se dedicaria a dar ênfase nas ideias e nas artes, deixando de lado o cunho político que lhe era característico.

Apesar dos avanços, Castilho destaca também outros aspectos que pouco se alteraram com o passar dos anos, como a dupla jornada de trabalho feminina e a desigualdade salarial. A autora afirma que *nexo* manterá sua identidade, porém, se abrirá a uma forma de pensamento mais ampla para englobar as especificidades das mulheres nos novos tempos (CASTILHO, 1988). O periódico, porém, só perdurou por mais duas edições. A presença de um folheto de assinatura na segunda edição de *Nexo* indica que as novas responsáveis pelo projeto pareciam não esperar que o mesmo tivesse uma vida tão curta. Porém a retirada do apoio financeiro da Fundação Ford e ausência de outras formas de manutenção financeira foram os responsáveis pelo fim do projeto.

**Figura 20:** folheto para solicitação de assinatura do periódico NEXO.

**NEXO** UM ESPAÇO PARA VOCÊ SE LIGAR NO QUE É IMPORTANTE

Faça uma assinatura semestral de NEXO, pelo valor de Cr\$ 1.080,00. Envie um cheque nominal e cruzado junto a este cupom preenchido para Núcleo de Comunicações Mulherio, Caixa Postal 11352 CEP 05499 São Paulo SP

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

Indique as áreas de sua preferência:

<input type="checkbox"/> literatura	<input type="checkbox"/> cinema	<input type="checkbox"/> feminismo	<input type="checkbox"/> ecologia
<input type="checkbox"/> ensaios	<input type="checkbox"/> urbanismo	<input type="checkbox"/> economia	<input type="checkbox"/> política
<input type="checkbox"/> artes plásticas	<input type="checkbox"/> TV	<input type="checkbox"/> informática	<input type="checkbox"/> humor
<input type="checkbox"/> música	<input type="checkbox"/> teatro	<input type="checkbox"/> comportamento	<input type="checkbox"/> dança

**Fonte:** NEXO, ano 1, nº 2, 1988, p. 18.

Esta situação não se encontra, por exemplo, durante o tempo em que a publicação circulou como *Mulherio*. Apesar de haver também a possibilidade de assinatura, conforme pode ser visto na figura 14, a renda do periódico vinha, além do apoio da Fundação Ford, da venda de seus exemplares em diversas cidades do país. O preço do periódico variou muito durante seus sete anos de vida, reflexo da hiperinflação vivida pelos brasileiros na década de 1980. Entre 1981 e janeiro de 1986, com a moeda vigente sendo o Cruzeiro, o preço variou entre Cr\$ 50,00 e Cr\$ 7.000,00. Com a mudança do plano Cruzado, em fevereiro de 1986, a publicação variou entre Cz\$ 10,00 e Cz\$ 100,00.

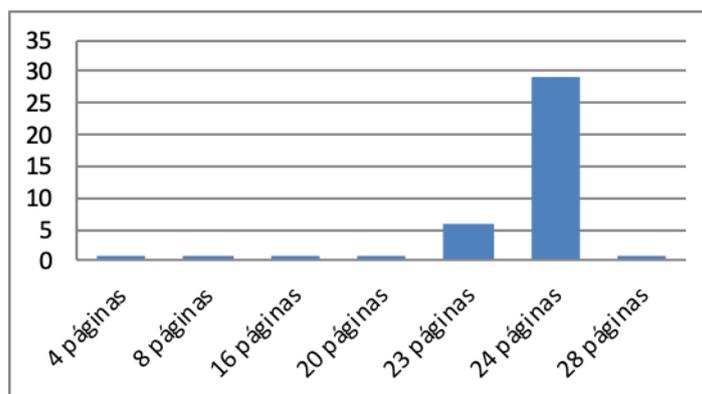
**Figura 21:** folheto para solicitação de assinatura do periódico *Mulherio*.



Fonte: *Mulherio*, ano 2, nº 5, 1982, p. 2.

A distribuição do periódico era feita em livrarias e em coletivos feministas espalhados por todo Brasil, inclusive cidades do interior. Na capital São Paulo, a venda também era feita em bancas de jornal. Instituições de pesquisa, grupos de mulheres e órgãos de imprensa recebiam gratuitamente um exemplar por edição.

As primeiras edições de *Mulherio* foram impressas em papel jornal preto e branco e a primeira a apresentar imagens coloridas foi a de número 23, de outubro/novembro/dezembro de 1985, mas apenas em sua capa, sendo as imagens do interior em preto e branco. A maioria das edições continha 24 páginas, sendo com menos páginas o número 0, de 1981, com 04 páginas, e a maior a edição 27, de 1987, com 28 páginas. O gráfico abaixo mostra que a variação no número de páginas ocorreu pouco ao longo da história do periódico, sendo a estrutura com 24 páginas a mais adotada pelas editoras.

**Gráfico 3:** Número de páginas por edição de *Mulherio*.

Analisando a trajetória do periódico, observamos que, ao longo dos anos, diversas seções se estabeleceram como fixas na publicação, enquanto uma série de outras seções aparecem poucas ou apenas uma vez. Percebo que as seções variam de acordo com o tema principal da edição, exposto sempre na manchete da capa, enquanto as seções fixas trazem sempre assuntos de interesse geral, sem necessariamente dialogar com o tema da capa. Impressiona a quantidade de colunas que o periódico apresentou durante seus anos de circulação. É importante destacar que os nomes das colunas não devem ser confundidos com os temas da edição. Apesar de apresentar uma reportagem de capa, que geralmente versava sobre o tema no qual algumas matérias internas se dedicariam, *Mulherio* não teve uma edição dedicada exclusivamente a um assunto.

Algumas seções do periódico tiveram mais tempo de permanência na publicação do que outras. A assiduidade pode ser explicada por serem partes que tinham mais apelo entre as leitoras ou por darem oportunidade de diálogo com as leitoras. A seção “Cartas” era o espaço no qual as leitoras davam sua opinião sobre a edição anterior, propunham pautas para futuras matérias e recebiam sempre um retorno das editoras. As mensagens eram de mulheres, grupos feministas, religiosos e até mesmo de homens, mesmo que em menor quantidade. Com este nome, a coluna viveu até a edição nº25, de 1986. Deste número até a final, ela passa a se chamar “De Dentro Para Fora”, ocupando menos espaço na página, mas ainda respondendo aos questionamentos das leitoras.

Outras colunas que sobreviveram em diversas edições foram as colunas “Leitura” e “Cinema”. A primeira era uma coluna colaborativa, na qual mulheres contribuíam com indicações de livros que tinham mulheres como temática e como autoras. Eram indicados livros de poesias, acadêmicos, contos, eróticos, enfim, todas as naturezas. As indicações vinham acompanhadas de uma pequena resenha sobre o livro e

sua referência para compra. A coluna “Cinema” seguia a mesma proposta de problematizar filmes nacionais ou internacionais, não necessariamente com temáticas sobre mulheres, mas sempre observando as implicações políticas e sociais das produções cinematográficas.

Não há dúvidas de que *Mulherio* foi um periódico que nasceu como um grito político de mulheres intelectuais que buscavam um espaço para debater, em larga escala, suas angústias e insatisfações com o sistema vigente. E, desde seu nascimento, o viés político foi um dos fortes da publicação, sempre buscando formas de pensar na inserção das mulheres nas demandas de políticas públicas, no mercado de trabalho, na batalha por creches, leis mais igualitaristas, nas discussões sobre saúde pública e outros. Desta forma, a coluna “Política” também foi uma das mais populares, inicialmente buscando as categorias supracitadas, e, com o passar das edições, se tornando uma coluna com viés político institucional, que tratava de sucessões presidenciais, partidos políticos e candidatos.

Outra coluna que atingiu grande sucesso e perdurou por diversas edições foi “Mulheres em Ação”, em que eram dispostas ações de grupos feministas, como a criação da Casa da Mulher do Nordeste, no Recife, em 1980; a presença de grupos feministas baianas no encontro anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para a discussão da violência contra a mulher; a ação do grupo feminista “4 de Janeiro” na condenação de um acusado de violência doméstica e tortura no Ceará; a atuação do grupo “Centro de Valorização da Mulher” em um caso de injustiça com mulheres em um concurso público, entre outros. Com o passar das edições, a coluna passa a se chamar “Mulheres em Movimento”, mas mantém a sua mesma estrutura de disseminação do trabalho de grupos organizados de mulheres espalhados pelo país, além de divulgar fatos diversos envolvendo situação das mulheres, como denúncias de falta de apoio a grupos organizados, casos de ação da justiça contra violência contra a mulher, em suma, um lugar de propagação das ações de mulheres espalhadas pelo Brasil. A existência desta coluna demonstra, a meu ver, que a publicação buscava ter um caráter mediador entre mulheres e grupos de todo país, propulsionando, assim, redes feministas internas que encontrariam ali um local para garantir integração entre pautas comuns e divulgação de suas ações locais.

Figura 22: Coluna “Mulheres em ação” de *Mulherio*.



Fonte: *Mulherio*, ano 1, nº 4, 1981, p. 6.

Uma publicação que adquire o tamanho alcançado por *Mulherio*, durante quase uma década de produção semi-independente e alternativa passa, obviamente, por modificações de escolhas editoriais. A presença ou ausência de seções específicas, suas mudanças de formatos, e mesmo a presença de algumas seções uma única vez na trajetória do periódico reflete, a meu ver, uma consequência natural de um trabalho feito a muitas mãos. Apesar de um conselho editorial formado durante muito tempo pelas mesmas mulheres, a pluralidade de ideias sempre foi uma das premissas da publicação e isso se conjectura também na diversidade de colunas apresentadas. Isto não significa supor que o ambiente do grupo fosse baseado em uma harmonia constante, sem a existência de conflitos e discordâncias tão comuns a grupos que, por mais que dialoguem na maioria dos temas, são compostos por indivíduos heterogêneos com especificidade de pensamentos.

A pluralidade foi fundamental para que a publicação conseguisse cumprir seus objetivos editoriais, a saber, representar a mulher brasileira. Existe uma preocupação em discutir a realidade das mulheres das classes mais baixas, como os debates sobre a ausência de vagas nas creches nas grandes cidades, a situação das operárias das fábricas das grandes cidades, as questões da mulher do campo, entre outras questões. É importante destacar que o foco do periódico não era focar em questões específicas, mas, a meu ver, as integrantes do periódico tinham consciência de que uma ação feminista deveria incluir os recortes de raça e classe em suas análises. Por mais que “Planejamento Familiar” tenha sido apenas uma seção em toda a história do periódico, a temática do planejamento familiar foi uma constante na trajetória do mesmo,

englobando as esferas da sexualidade feminina, políticas públicas, contracepção, e outras, por exemplo, e tendo, inclusive, uma edição na qual era o assunto de capa.

Desde sua primeira edição, *Mulherio* foi uma publicação extremamente ilustrada, fazendo uso de fotografias, desenhos e charges em suas páginas. Muitas vezes se utilizando destes suportes com humor, como forma de crítica a realidade das mulheres brasileiras. As ilustrações são incontáveis, assim como a quantidade de profissionais envolvidos em sua produção. Identificamos charges, cartuns, ilustrações, quadrinhos e tirinhas de Ciça, Marlene, Madá, Arana, Yolanda Husak, Henfil, Mari, Miguel Paiva, entre inúmeros outros. Existiam ainda diversas ilustrações que não possuíam assinatura ou que as assinaturas eram ilegíveis ou, ainda, que compunham o acervo da *Mulherio*, não sendo possível identificar a autoria.

Na figura seguinte temos uma charge publicada em *Mulherio*.

**Figura 23:** Charge de Ciça presente em *Mulherio*.



Fonte: *Mulherio*, ano 1, nº1, 1981, p. 10.

As fotografias também compunham a identidade visual das edições do *Mulherio*. Em suas edições, há registros fotográficos de: Juca Martins, Samuel Iavelberg, Cristina Villares, Nair Benedicto, Carmen Barroso, Iolanda Huzak, John de Souza, Fernanda Pimentel, e outros.

**Figura 24:** fotografia de *Mulherio*.



**Fonte:** *Mulherio*, ano 5, nº 22, 1985, p. 3.

Percebe-se a pluralidade de colaboradores de *Mulherio* e as parcerias para uso das imagens demonstra que a publicação possuía credibilidade e alcance em diversos setores sociais, uma vez que nem todos os colaboradores eram mulheres pertencentes a grupos feministas, mas também acadêmicos, ilustradores e fotógrafos profissionais. A meu ver, o discurso de uma mudança coletiva a ser instaurada com o processo de redemocratização presente nas páginas de *Mulherio* abria portas ao estabelecimento de acordos e redes com intelectuais que também se envolviam nesta nova forma de pensamento. Apesar de possuir um enorme grupo de imagens nas quais a autoria não pode ser identificada, aquelas que puderam ser identificadas confirmam a hipótese de que *Mulherio* ganhou o seu espaço dentre o enorme grupo de periódicos alternativos que circulavam no Brasil na década de 1980.

### **3.3 *Mulherio* e *La Cacerola*: entre aproximações e afastamentos**

A apresentação anterior dos periódicos teve o intuito de demonstrar que, apesar do distanciamento geográfico, *Mulherio* e *La Cacerola* possuem diversos pontos em que se encontram em seus discursos e formas de atuação. Apesar disto, há também pontos de afastamentos e diferenças entre as duas, que considero baseadas nas características locais de produção, na organização interna, na quantidade de profissionais disponíveis, formas de distribuição, entre outros.

*La Cacerola* é um projeto que, a meu ver, foi desenvolvido como uma vitrine para os trabalhos de pesquisa individual que cada uma de suas integrantes participava.

Seu caráter didático e acessível, sua distribuição para grupos de mulheres de diferentes naturezas no Uruguai me parece uma forma de demonstrar na prática estratégias que podem ser usadas para promover o protagonismo feminino. Não localizei registros de que as envolvidas no projeto tenham feito dele sua atividade profissional primeira: o academicismo presente na sua forma de estruturação, se tornando uma janela para a divulgação do feminismo, a escolha dos temas de cada edição, as mulheres convidadas a participar como colaboradoras, me faz perceber o boletim como ápice do trabalho de mulheres que encontraram no GRECMU e em seus financiamentos de pesquisas a oportunidade de produzir e difundir os conhecimentos adquiridos em sua formação e ação política e social.

*Mulherio*, por sua vez, apesar de ter um início muito parecido com *La Cacerola*, nascido como um boletim informativo de um grupo de pesquisas, ganhou proporções talvez não imaginadas por suas idealizadoras. Tanto que o periódico ainda se manteve vivo mesmo após sua desvinculação da Fundação Carlos Chagas, conseguindo recursos próprios para sua manutenção. A meu ver, *Mulherio* foi um periódico que ganhou vida própria e se profissionalizou, assim como às envolvidas em sua criação. Baseio meu argumento em uma entrevista de Adélia Borges, na qual ela destaca o caráter profissional da produção do periódico:

[...] E eu era remunerada pelo meu trabalho. Então não era um projeto simplesmente de militância. Claro que, para mim, era uma forma de juntar à minha vida profissional valores em que eu acreditava, coisas que eu acho sérias, que eu... enfim, coisas que eu considero juntar uma coisa com a outra. Mas não era um grupo de militantes. [...] Só para não confundir: não era uma coisa voluntária, feita por pessoas que estavam fazendo isso no fim de semana ou à noite. Eram pessoas que eram remuneradas para isso. Eu era remunerada. Acho que o conselho não era remunerado, também era uma coisa eventual de ir até lá a cada dois meses se tanto. Mas, por exemplo, a gente comprava isso aqui [mostra a foto da Nair]. Não era uma foto dada, era uma foto comprada; o direito autoral dela era pago. Eram valores pequenos, mas eram valores profissionais; uma coisa de pagar, de ter (KLAUFKE; BRAGA, 2018, p. 243).

A relação entre as publicações não deve ser pautada apenas na quantidade de citações de um periódico pelo outro, pois isto reduziria o espectro possível de análise. Em *Mulherio*, são encontradas apenas duas breves menções ao periódico e ao grupo uruguaio. Na edição 16, de 1984, há uma nota escrita por Adélia Borges na qual ela noticia as comemorações do Dia Internacional da Mulher do referido ano em Montevideu. Nesta notícia, há uma fala de Mercedes Sayágués, que fazia parte do

GRECMU e que viria a ser editora-chefe e responsável por diversas matérias de *La Cacerola*.

**Figura 25:** fragmento da coluna Cozinha de *Mulherio*.

### **No Uruguai, pela primeira vez**

Este ano, pela primeira vez as uruguaias saíram às ruas para comemorar o Dia Internacional da Mulher. E viveram uma história parecida com a nossa, lá pelos idos de 75. Primeiro, foram várias reuniões de preparação do ato, com associações sindicais, partidos políticos de esquerda, entidades religiosas. "Não foi fácil elaborar uma plataforma ao gosto de todas. As feministas tiveram que explicar que o feminismo socialista não é pequeno-burguês", conta a jornalista Mercedes Sayagués, da Fempress-ilet. Uma semana antes do ato, o chefe de Polícia de Montevideo nega autorização para a manifestação. Mesmo assim, na noite de 8 de março, cerca de 400 pessoas fazem uma concentração na Estátua da Liberdade, depositando ali uma flor. Dali, saem numa marcha pela anistia, animadas com os rumores de que o general Liber Seregni, principal preso político uruguaio, havia sido libertado. Pouco depois, uma brigada antichoque dissolve a manifestação. Apesar de tudo isso, "o balanço desta primeira comemoração do dia 8 de março, sob circunstâncias adversas e sem democracia, teve um saldo positivo para as mulheres uruguaias", diz Mercedes Sayagués.

A.B.

Fonte: *Mulherio*, ano 4, nº 16, 1984, p. 21.

Na edição nº 28, de 1987, também há uma pequena menção ao GRECMU, uma nota de agradecimento aos votos de feliz ano novo do *Mulherio* para o grupo uruguaio.

**Figura 26:** fragmento da coluna "Para Fora" de *Mulherio*.

---



**AGRADECEMOS  
OS VOTOS DE  
FELIZ 87:**

Federación de Mujeres  
Cubanas  
Brasília, DF

Padre Fernando  
Altemeyer  
São Paulo, SP

Centro Nacional Bertha  
Lutz  
São Paulo, SP

GRECMU  
Montevideo, Uruguai

Tereza Lajolo  
São Paulo, SP

Nádia Battella Gotlib  
Belo Horizonte, MG

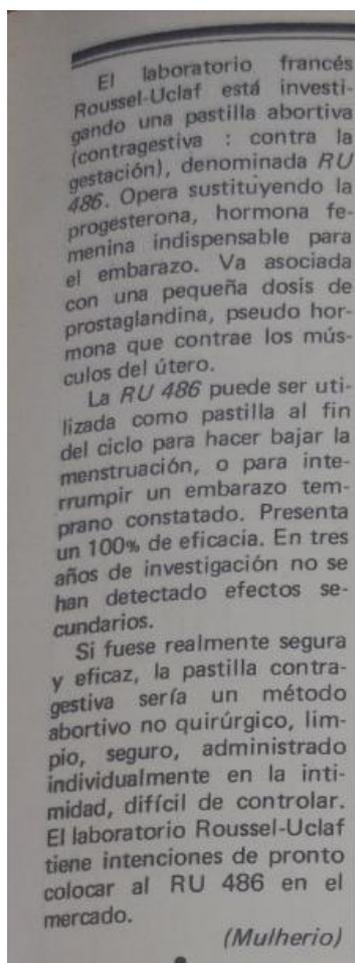
The Union of Womens  
Work Committee's  
Occupied Territories  
Jerusalém, Israel

Movimento de Mulheres  
8 de Março  
Rio de Janeiro, RJ

Fonte: *Mulherio*, ano 7, nº 28, 1987, p. 2.

Já nas páginas de *La Cacerola*, existem mais menções ao periódico brasileiro. A primeira citação direta aparece na coluna “Cocina Internacional”, na edição nº 5, de 1985. Nesta seção, há a reprodução de uma informação dada em *Mulherio* (sem data ou qualquer outra identificação da edição) a respeito de testes sobre uma pílula “abortiva” que estava sendo desenvolvida na França.

**Figura 27:** fragmento da coluna “Cocina Internacional” de *La Cacerola*.

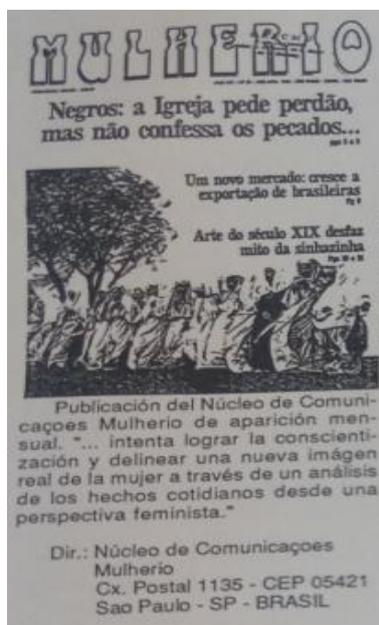


**Fonte:** *La Cacerola*, ano 2, nº 5, 1985, p. 15.

Em outra edição, há uma seção especial chamada de “Centro de Documentación”, na qual são expostas capas de periódicos que compõem o acervo do GRECMU. Nesta seção, há a fotografia de uma capa do *Mulherio*, conforme pode ser visto na figura seguinte, assim como de outras capas de revistas feministas de outros países da América Latina, como *NOS/OTRAS*, do Chile; *La Maga*, do Equador;

*Enfoques de Mujer*, do Paraguai e *VIVA*, do Peru. Há ainda o destaque para a informação de que estes e outros periódicos estão à disposição para as leitoras consultarem no acervo do grupo.

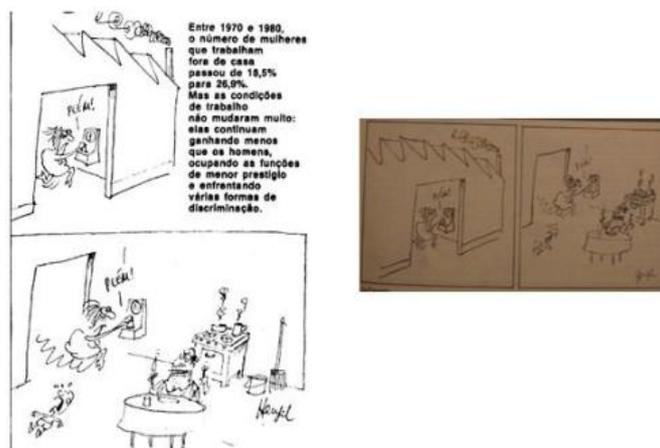
**Figura 28:** fragmento da coluna Centro de Documentación, de *La Cacerola*.



**Fonte:** *La Cacerola*, ano 5, nº 7, 1988, p. 15.

Outro fator que confirma o vínculo entre as publicações aqui analisadas foi analisado na tese de doutoramento de Cíntia Lima Crescêncio (2016). Ao dedicar seus esforços em analisar o humor feminista nas páginas de periódicos no Cone Sul, a autora localizou três tirinhas ou charges em *La Cacerola* que haviam sido inicialmente publicadas em *Mulherio*. Crescêncio afirma que o periódico uruguaio reproduziu o material do brasileiro dois anos após sua publicação, e o fator chave para afirmar que a publicação original da charge foi o brasileiro está no fato de que seus autores foram Henfil e Miguel Paiva, nomes renomados do chargismo brasileiro e com diversas contribuições a imprensa da época (CRESCÊNCIO, 2016, p. 44).

**Figura 29:** comparação de charge usada em *Mulherio* e em *La Cacerola*.



**Fonte:** CRESCÊNCIO, 2016, p. 44.

A segunda charge localizada por Crescêncio não possuía assinatura legível, sendo publicada no periódico uruguaio um ano após a publicação no periódico brasileiro. Segundo a autora, a mesma charge também foi encontrada no boletim *Isis*, publicação em espanhol produzida na cidade de Roma pelo Centro de Investigação e Documentação sobre o Movimento de Liberação das Mulheres (CRESCÊNCIO, 2016, p. 45).

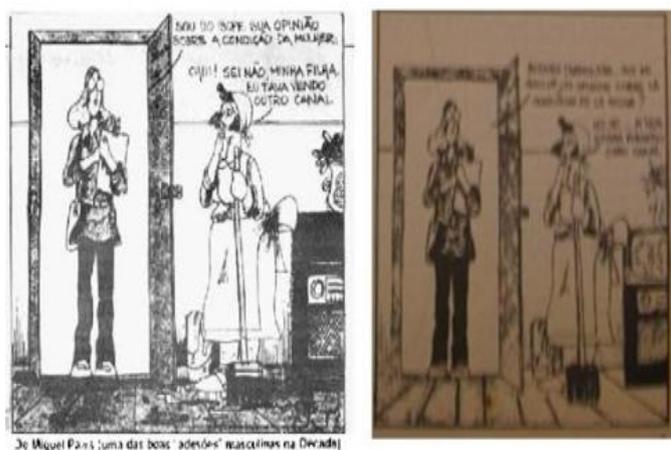
**Figura 30:** comparação de charge usada em *Mulherio* e em *La Cacerola*.



**Fonte:** CRESCÊNCIO, 2016, p. 45.

A terceira e última charge localizada por Crescêncio foi produzida por Miguel Paiva, e foi publicada no mesmo ano de 1982 pelos dois periódicos.

**Figura 31:** comparação de charge usada em *Mulherio* e em *La Cacerola*.



**Fonte:** CRESCÊNCIO, 2016, p. 46.

Ao analisar as imagens comparadas do texto de Crescêncio, percebe-se que *La Cacerola* possuía contato com *Mulherio*, e por que não dizer, se inspirava no periódico brasileiro para criar seu próprio conteúdo. Vale lembrar que o periódico uruguaio foi criado 3 anos após o brasileiro, desta forma, é plausível considerar que a circulação de *Mulherio* rompeu as fronteiras brasileiras não apenas geograficamente falando, mas principalmente no campo das ideias. Não há menção em *La Cacerola* de que as charges já haviam sido utilizadas em outro material e nem da forma com que as suas editoras e colaboradoras tiveram acesso ao material de *Mulherio*. Resta-nos compreender que o periódico brasileiro foi um importante ponto na rede que conduzia o feminismo entre Brasil e Uruguai.

Ao analisar a estrutura dos periódicos e, como farei posteriormente, as temáticas abordadas em *Mulherio* e *La Cacerola*, percebo que a busca pelo protagonismo das mulheres é o grande foco das publicações. Seus anseios, inseguranças, medos e desejos, suas conquistas, pesquisas, trabalho e militância dão o tom dos periódicos, mais unidos do que separados por questões geográficas.

Pensando na questão do gênero como um dos fatores de aproximação entre brasileiras e uruguaias, Carmem da Silva sugere que as mulheres tornem suas angústias e quebrem a barreira de falta de comunicação que faz com que cada uma acredite que tenha problemas insolucionáveis. Em suas palavras,

Ainda que, por vezes, o tom seja um pouco infantil, quando uma mulher pergunta – a mim, a sua amiga, a qualquer outra mulher – “que que eu faço?”, está reconhecendo a possibilidade, mesmo árdua e remota, de fazer algo. Na comunicação solidária entre mulheres e no assumir o próprio destino como um “fazer”, reside o milagre: o milagre possível, o milagre *nosso* (SILVA, 1981, p.4).

A organização dos periódicos demonstra claramente a necessidade de mostrar às mulheres que suas demandas não eram únicas, mas associadas à sua condição de terem nascido “mulher” e as leituras que a sociedade fazem disto. As leituras de Beauvoir foram a base da formação de muitas feministas brasileiras e uruguaias. A primeira tradução de *Segundo Sexo* para línguas castelhanas foi feita em 1954<sup>50</sup>, e os primeiros relatos de leituras do livro por aquelas que iriam compor o movimento feminista uruguaio na década de 1980 datam de anos antes mesmo da ditadura militar eclodir no país (1973-1985). O relato de Elena Fonseca demonstra que a mesma teve contato com o livro ainda na década de 1950, ou seja, nos tempos em que viveu fora do Uruguai (BORGES, 2009). Conforme já citado, Graciela Sapriza relata que, em meados da década de 1960 já havia tido contato com a obra no país.

No Brasil, as primeiras leituras do livro também datam de meados de 1950 por pessoas que tinham contato com leituras estrangeiras, mas sua circulação só se intensificou nas décadas de 1960 e 1970, quando informações sobre o livro começaram a circular com mais ênfase nos clubes literários, círculos acadêmicos, intelectuais e grupos feministas. O retorno das pessoas exiladas e a troca de correspondências ampliou, sem dúvidas, o acesso a Beauvoir e outras escritoras europeias e estadunidenses, como Betty Friedan, Kate Millet, Juliet Mitchell, Virgínia Woolf, entre outras.

Outro forte ponto de aproximação entre brasileiras e uruguaias repousa na luta de muitas mulheres pela retomada democrática em seus países. O feminismo latino-americano é fortemente marcado pelos anos em que os países viveram sob o domínio de ditaduras militares que cercearam direitos, e estas mulheres intelectuais que produziam conhecimento na década de 1980 são sobreviventes diretas deste período. A luta pela retomada democrática e pela inserção das mulheres na nova formulação dos países que estavam sendo gestados é real e profundamente incentivada pelos periódicos, uma vez que a política tal qual sempre foi feita – por homens brancos e burgueses – nunca logrou dar espaço para as demandas femininas.

---

<sup>50</sup> Não há informações disponíveis sobre a circulação da obra no Uruguai, mas acredito que a proximidade geográfica tenha propiciado que o livro obtivesse espaço em território uruguaio com certa facilidade. Sem contar, também, aquelas que liam a obra diretamente do francês. Sobre as traduções e circulação de *O Segundo Sexo* na Argentina, ver: SMALDONE, Mariana. Las traducciones rioplatenses de *Le deuxième sexe* de Simone de Beauvoir: marcas de época en torno a la enunciación de identidades generizadas. *Mutatis Mutandis*. Vol. 8, nº2, 2015, p. 395.

Além dos pontos de contato entre as publicações, as características que os separam também são importantes de serem destacadas. *La Cacerola* nasceu e morreu em um formato de boletim informativo. Sua estrutura pouco variou ao longo dos anos, com exceção da última edição, na qual as matérias de uma determinada temática deram lugar a temas variados, como a necessidade da criação de conselhos de mulheres nos partidos políticos, a existência de grupos autônomos de mulheres no Uruguai além do GRECMU, reflexões sobre os caminhos do movimento feminista, os usos da história oral na construção da história das mulheres, as relações entre feminismo e democracia, entre outros.

O objetivo da publicação, desde seu número de inauguração, sempre foi claro: servir como um instrumento de divulgação dos trabalhos das mulheres envolvidas no *Grupo de Estudios Sobre la Condición de la Mujer Uruguaya*, que contava, entre suas colaboradoras, com mulheres de diversas áreas de formação, mas sempre com um viés feminista para analisar situações cotidianas e problemas estruturais relacionados às mulheres.

Estas intelectuais se aperfeiçoaram em suas áreas de formação, participaram de congressos e encontros nacionais e internacionais, mesmo em um momento de repressão e perseguição política. Apesar de suas atuações terem sido desenvolvidas no período da redemocratização, não se pode perder de vista, conforme já explicitado no capítulo 2 o contexto de criação do GRECMU e de diversos outros centros privados de investigação.

Esta pode ser a razão de, em toda sua trajetória, a publicação ter mantido um formato mais reduzido, poucas utilizações de cores, constância nas colaborações, pois se manteve fiel, ou quase, a sua proposta inicial. Isto também pode ter sido influenciado pelo fato de a publicação ter como financiamento apenas os recursos advindos da Fundação Ford. A falta de uma seção de cartas, por exemplo, dificulta saber como foi a aceitação por parte do público. Em suas páginas, há apenas uma menção acerca de um *feedback* de dois outros grupos feministas uruguaios, a *Plenária de Mujeres del Uruguay* (PLEEMU) e a *Comisión de Mujeres Uruguayas* (CMU), nos quais as autoras agradecem os elogios e as críticas e afirmam que a publicação segue uma receita coletiva, portanto, as colaborações são bem vindas (*LA CACEROLA*, ano 1, nº 2, 1984, p. 12).

Durante todas as suas fases, observamos que *Mulherio* adaptou sua proposta inicial de ser um boletim informativo do grupo da Fundação Carlos Chagas para se

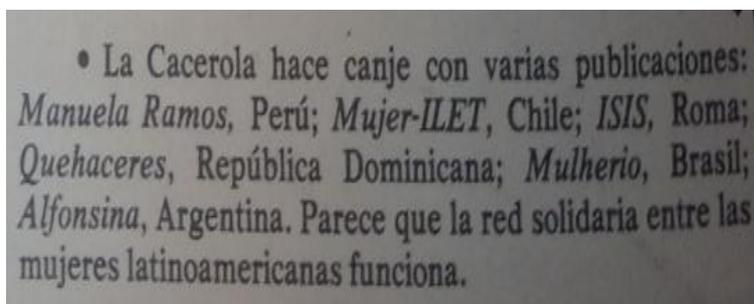
tornar uma publicação que abarcasse o trabalho de diversas brasileiras, estando ou não inseridas no meio universitário, como a própria Adélia Borges, que atuou como jornalista desde 1972, mas não teve atuação como professora ou pesquisadora vinculada a universidade. A ideia de uma publicação colaborativa permitiu a participação de pesquisadoras de diversas áreas e locais do Brasil e garantiu à *Mulherio* uma pluralidade de temáticas e causas abordadas.

Mesmo sem perder algumas características propostas em sua fundação, *Mulherio* se manteve fiel à proposta de falar de e para as mulheres brasileiras, das mais abastadas às mais simples, com foco em temas pontuais do cotidiano de mulheres trabalhadoras (domésticas ou assalariadas), lésbicas, negras, do campo, universitárias, suas formas de ativismo, de luta por novos direitos na constituinte, por delegacias especializadas, por ambientes de trabalho sem assédio, por direito ao aborto, por reivindicação por creches, enfim, por questões que abarcassem a diversidade das mulheres brasileiras.

As estratégias editoriais e de organização do material final são próprias e específicas de cada publicação, não cabendo a eles uma comparação estrita, mas é possível e interessante notar o empenho dos dois grupos em levar as publicações ao interior, no caso uruguaio, e às regiões mais distantes do centro político, cultural e social do país, no caso brasileiro. Mesmo em condições adversas, as duas publicações fazem parte de uma geração que desafiou as barreiras da repressão política e do machismo para fazer valer suas intenções.

Apesar do pequeno número de citações e referências de uma publicação para a outra, estou certa da existência, de fato, de uma rede feminista de transmissão de ideias conectando os dois periódicos. Nas páginas de *La Cacerola* há uma passagem que corrobora com meu ponto de vista neste trabalho.

**Figura 32:** fragmento da coluna Sal y Pimenta, de *La Cacerola*.



**Fonte:** *La Cacerola*, ano 1, nº 2, 1984, p. 12.

Mais que uma relação de admiração mútua, acredito ter havido entre as publicações, tal qual afirma a citação anterior, a existência de uma rede feminista de colaboração, troca de ideias e ação entre mulheres, favorecendo o intercâmbio entre as pesquisadoras, diluindo as fronteiras geográficas. Esta rede não se traduziu apenas em relações físicas e presenciais, mas, principalmente, por conta de um trânsito de ideias propiciado pela existência desta rede, amparada por movimentos estrangeiros, mas ressignificadas pelas latino-americanas em seus estudos e formas de ação.

Este tipo de publicação feminista, que explodiu em diversos países da América do Sul na década de 1980, se tornou fundamental para a promoção de uma esfera pública feminista, ao trazer debates até então feitos apenas por um número reduzido de mulheres para um número maior de pessoas (incluindo homens) e, como veremos no próximo capítulo, dando base para mulheres repensarem as opressões e falta de participação política e social e, a partir disso, poderem criar formas de inserção social e política.

*La Cacerola*, a meu ver, é fruto de um contexto de participação feminina que desde o início do século XX já vinha se desenhando no Uruguai, ganhando força e fôlego a partir da década de 1970, inicialmente com a participação das mulheres na resistência armada contra a ditadura iniciada em 1973, aliada ao aumento do número de mulheres nas universidades. Não restam dúvidas de que a promulgação da década da mulher pela ONU, em 1975, tenha dado ânimo aos grupos de mulheres latino-americanas de se organizarem e produzirem conhecimento próprio, incorporando ideias produzidas nos EUA e Europa, adaptando-as as suas realidades. A fundação de grupos como o GRECMU apenas demonstra que o feminismo acadêmico foi a grande marca das organizações feministas da década de 1980. *La Cacerola* sempre se disse feminista pois suas colaboradoras assim se reconheciam, viviam na pele as dificuldades impostas pelo sistema no ser mulher e fizeram desta vivência seus objetos de estudo e análise.

*Mulherio* também se torna inovador no Brasil ao inaugurar um novo formato na imprensa alternativa, agora institucionalizada e profissional, igualmente influenciada pela década da mulher e os incentivos financeiros de agências não governamentais de fomento à pesquisa. Desta forma, corroboro com a crítica feita por Crescêncio à clássica ideia de Bernardo Kucinski de que a imprensa feminista fosse uma ala feminina da imprensa alternativa (KUSCINKI, 1991, p. 81). Como já visto no capítulo 2, a imprensa feminista, mesmo nos periódicos de cunho mais político (como o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, por exemplo), traçou um caminho particular ao levar em consideração não

apenas as questões de gênero atreladas às lutas políticas, mas também por serem produções feitas por e para mulheres, garantindo-lhes um protagonismo ainda não experimentado na imprensa tradicional brasileira. Analisar as inovações e a longevidade de alguns periódicos, como o próprio *Mulherio*, que sobreviveu por quase toda a década, confirma para mim que a imprensa feminista foi um acontecimento alternativo à própria imprensa alternativa típica dos anos de ditadura (CRESCÊNCIO, 2016).

Perceber os periódicos inseridos em uma rede transnacional feminista em circulação na América Latina apenas reitera seu caráter de experimentação e excepcionalidade, com mulheres dando a si mesmas a oportunidade de criar espaços próprios de fala. Conforme visto neste capítulo, *La Cacerola* e *Mulherio* estavam interligadas por uma rede feminista que propiciava ascensão de mulheres intelectuais a espaços de poder simbólico. No próximo capítulo, será analisada outra faceta que contribui para a reflexão sobre a existência desta rede, baseada na análise de temáticas abordadas pelos dois periódicos de forma comparada.

## CAPÍTULO 4 - AS REDES SE MOSTRAM ATRAVÉS DOS TEMAS

Pontuei, anteriormente, o fato de que o feminismo latino-americano que se reorganizou a partir da década de 1970 lidava com o contexto político de ditaduras militares que restringia os direitos básicos fundamentais e reprimia com violência grupos de oposição, os colocando cada vez mais às margens da sociedade. Ancorado nesta premissa de supressão de direitos, estava também um implícito reforço na opressão patriarcal, que buscava calar àquelas que ousassem levantar voz contra os abusos sofridos no período.

Isto posto, identifiquei que as feministas que se organizaram em espaços autônomos de atuação aqui estudados tiveram de se dedicar a um duplo esforço: de um lado formar resistência às ditaduras (no Brasil e no Uruguai já enfraquecidas em meados da década de 1980), em uma ampla frente de resistência, e, por outro, associar às discussões políticas sobre voto direto, retorno democrático, eleições de mulheres parlamentares, e outras causas, temas que ainda não haviam sido incorporados como problemas sociais, como as lutas contra o sexismo, a hegemonia masculina, a violência sexual, o direito ao exercício do prazer, os arquétipos femininos e as expectativas de gênero.

Percebo nas intelectuais por trás de *La Cacerola e Mulherio* o esforço em deixar claro como as ideias feministas buscavam aliar mudanças nas estruturas e nas instituições às transformações na vida cotidiana. Buscavam isto a partir do questionamento global de tais estruturas, fortemente ancoradas no patriarcado, e no empenho em inserir o debate contras todas as formas de opressões de gênero nas pautas políticas. A meu ver, os periódicos propagavam a ideia do “pessoal é político”, tal qual definiu Eleni Várikas:

Esta afirmação insistia, ao contrário, sobre o caráter estrutural da dominação expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático tinha sido precisamente obscurecido, como se fosse o produto de situações pessoais. Não se tratava de escolher entre mudar as “mentalidades” e mudar as “instituições”, pois esta “escolha” implica numa concepção do privado e do público que as feministas denunciavam precisamente como uma mistificação. Tratava-se sobretudo de mostrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e assegurada através de poderosas instituições como a família, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuada do trabalho e do emprego (VÁRIKAS, 1996, p. 66).

Apesar da interpretação de Várkas ter sido feita a partir da observação do movimento feminista europeu, acredito que sirva, também, para compreender o conteúdo dos periódicos aqui analisados.

Acredito os periódicos aqui estudados se inserem de fato no empenho de conciliar questões micro e macropolíticas de poder sobre as mulheres em suas páginas, e isto, a meu ver, está intimamente ligado às escolhas temáticas de suas publicações. Os temas tratados por elas não eram exclusividade de Brasil e Uruguai – antes, eram a “pauta do dia” no movimento feminista de forma geral, e reconheço nestas intelectuais demonstrar, através das páginas dos periódicos, tais questões sob seu ponto de vista local.

Muitas intelectuais estavam imersas na produção de conhecimento, e de posse deste conhecimento produzido, se esforçaram conjuntamente na tarefa de se ganharem visibilidade. *La Cacerola* é criado com o objetivo de levar os conhecimentos produzidos no interior do GRECMU para outras mulheres uruguaias e latinas, logo, foi organizada em dossiês temáticos nos quais cada edição se dedicava a um assunto específico, a saber: trabalho doméstico, mercado de trabalho, participação política, educação, sexualidade e saúde.

Já *Mulherio* era multitemática, sendo seus temas espalhados por todas as suas edições. De acordo com Freitas (2017, p. 100), *Mulherio* contou com 1.757 textos jornalísticos ao longo de sua existência, dos quais as principais temáticas estavam assim distribuídas: organizações de mulheres (16%), família (13%), direitos sexuais e reprodutivos (10%), discriminação das mulheres (8%), política institucional (7%), mídia e produção cultural (6%), trabalho (6%), estudos sobre mulheres (5%), violências contra mulheres (4%) e comunidade negra (3%). Esta divisão temática, a meu ver, reforça minha ideia principal de que o feminismo latino-americano estava, na década de 1980, entrando em um movimento de valorização das ideias e teorias das mulheres do Sul do mundo, amparados em suas vivências cotidianas.

Divulgar grupos feministas era, em suma, a tarefa primeira de *Mulherio*: que o conhecimento gerado por brasileiras alcançasse as brasileiras. A questão da família, que aparece em segundo lugar nas temáticas analisadas, é outro fator preponderante para a questão feminina da época, uma vez que nela se englobam subtemas como o trabalho doméstico, questões de sexualidade e reprodução, falta de acesso a educação. A família, âmbito primeiro de socialização, se torna também o primeiro local onde as disparidades de gênero são colocadas a prova.

Não menos importante está o destaque dado pela publicação à política institucional, com reportagens que mostravam a participação das mulheres nos protestos das Diretas Já, na eleição para a Constituinte, e as consequências da pouquíssima eleição de mulheres para encampar pautas feministas importantes, como por exemplo, a questão da legalização e descriminalização do aborto.

As duas publicações se baseiam, a meu ver, na premissa de que não é possível falar de direitos e igualdade de condições de cidadania para as mulheres, se estas não fossem consideradas como sujeitos políticos heterogêneos, com demandas próprias de sua cor e sua classe social. Acredito que colocar a produção das feministas envolvidas no desenvolvimento de *Mulherio* e *La Cacerola* em diálogo consigo mesmas foi uma forma de demonstrar que estes grupos de mulheres estavam conectados por esta rede feminista que unia, em um fio invisível, brasileiras e uruguaias em um tecido consistente. E é esta a razão que justifica a minha seleção por estes temas.

Neste capítulo relaciono as temáticas do trabalho doméstico, mercado de trabalho, participação política, educação, sexualidade, temas quase universais nos debates feministas, mostrando a forma na qual estas mulheres os compreendiam a partir de suas pesquisas acadêmicas e vivências locais. A estabilização dos movimentos feministas, a lenta reabertura política, a influência das discussões sobre as pautas levantadas pelas feministas europeias e norte-americanas trazidas à América do Sul pelas mãos das exiladas que estavam retornando, o intercâmbio entre mulheres latino-americanas propiciados pelos Encontros Feministas latino-americanos e do Caribe, todos estes fatores são fundamentais para que estas temáticas se tornassem a pauta do dia das discussões no Brasil e no Uruguai.

O fato de estes temas serem comuns aos periódicos não significa que os mesmos se restringiam a elas, pelo contrário. Diversos foram os assuntos abordados nas páginas nos periódicos, porém, priorizei aqueles que apareceram nos dois casos, ainda que os pontos de vista expostos em cada publicação nem sempre tenham sido harmônicos e com as mesmas conclusões.

#### **4.1 Trabalho Doméstico: o debate sobre a institucionalização e a naturalização da divisão sexual do trabalho.**

A consciência de exploração feminina no trabalho doméstico é uma tarefa a ser superada pelas mulheres inseridas no sistema patriarcal que domina as sociedades ocidentais. A situação daquelas que trabalham fora de casa também é bastante

complexa, pois compreende inúmeras outras esferas, como a problemática da falta de vagas nas creches, as políticas de planejamento familiar, a dupla jornada de trabalho, a desigualdade salarial e de oportunidades, questões estas que se baseiam em um pensamento no qual o gênero feminino é considerado inferior ao masculino e exclusivamente responsável pelo cuidado, administração e organização da casa e da família. A naturalização da associação do trabalho doméstico com a mulher e a não capacidade de compreensão disto como um trabalho real, mas sim como tarefas que devem ser executadas por mulheres, cria uma hierarquização do trabalho, sendo o homem aquele que realmente trabalha, é o provedor, por sua vez, é o único trabalhador da casa. Incompreensivelmente, isto ainda é comum a nós, no século XXI.

A meu ver, esta situação pode ser entendida se compreendermos a chamada divisão sexual do trabalho, termo nascido na França na década de 1970, a partir do momento de consolidação dos movimentos feministas na Europa, e da tomada de consciência de uma opressão específica sofrida pelas mulheres. Em termos gerais, a divisão sexual do trabalho seria uma forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos. É a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, ao mesmo tempo em que revela aos homens a apropriação das funções com maior valor social adicionado.

A divisão sexual do trabalho, segundo Hirata e Kergoat (2007), tem dois princípios organizadores: o da separação, no qual existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres, e o princípio hierárquico, no qual o trabalho do homem seria superior ao da mulher. Sobre as relações entre a esfera doméstica e a esfera social, as autoras apresentam quatro modelos existentes na relação entre os gêneros: o modelo “tradicional”, no qual cabe à mulher assumir o papel doméstico e ao homem o papel de provedor; o modelo de “conciliação”, no qual cabe quase exclusivamente às mulheres conciliarem as tarefas profissionais com as tarefas domésticas; o modelo da “delegação”, no qual o trabalho doméstico é terceirizado a alguém contratado; e o modelo de “parceria”, baseado na igualdade, no qual mulheres e homens dividiriam de forma igualitária as tarefas domésticas (IDEM, p. 604).

Os dados trazidos pelas publicações demonstram que o modelo “tradicional” era o que vigorava nos países analisados. No Uruguai da década de 1980, mais de 40% das mulheres maiores de 12 anos declararam se dedicar exclusivamente das tarefas domésticas (S/A, 1984, p. 1). Esta estatística vem acompanhada de outro dado

desconcertante divulgado pelo censo nacional de 1975: cerca de 57% das mulheres eram economicamente dependentes de outras pessoas (S/A, 1984, p. 2).

Nesta edição, é trazida a questão central que permeia a mulher uruguaia que realiza trabalhos domésticos: a que seu “trabalho” como dona de casa está intrinsecamente ligado a seu sexo biológico. Nascer mulher, para aquelas mulheres, era ter relegado a si o papel de esposa e cuidadora da casa e dos filhos. Em artigo assinado por Suzana Prates, intitulado “Las razones de un sistema” (PRATES, 1984, p. 4-5), a problemática do trabalho doméstico é demonstrada na forma como o próprio governo enxergava tais mulheres: nos dados e censos oficiais, mulheres “do lar” eram enquadradas na categoria de “população economicamente inativa”, incapazes de produzir e sempre relegadas ao segundo plano.

A questão de inserir a mulher no ambiente doméstico é, para Prates, uma questão ideológica. Em suas palavras,

La ideología, sea consciente o inconsciente, contribuye para mantener y legitimar el funcionamiento de sistemas sociales donde el poder, las riquezas, el descanso y el bienestar están distribuidos en forma desigual entre los diferentes grupos. En la medida que una ideología no es cuestionada por nadie, su vigencia es sin duda mayor. Incluso es aceptada por los grupos que se ven directamente perjudicados por ella. (PRATES, 1984, p. 3).

Dialogo com Silvia Federici (2019) na compreensão que esta é a razão pela qual muitas mulheres aceitam, sem questionamentos, os locais que designaram como pertencentes a elas, a ideia de que não possuem “trabalho”, mas sim “afazeres”. A autora italiana afirma que o capitalismo é muito eficaz em transformar trabalho não remunerado em “prova de amor”: obteve uma enorme quantidade de trabalho gratuito e assegurou que as mulheres procurariam este trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (FEDERICI, 2019, p. 44). A crítica repousa no fato de que, ao executar as mais variadas tarefas dentro dos lares – cozinheira, arrumadeira, jardineira, babá – as mulheres estão, mesmo sem receber um salário, contribuindo para a economia do país, gerando recursos para toda a sociedade.

O necessário recorte de classe na análise de Prates é fundamental para compreendermos o ponto de sua abordagem sobre o trabalho doméstico. Ao manter estabelecida a ordem do lar, a mulher não está apenas contribuindo para o bem estar de sua família, mas também para a indústria, o comércio, as prestadoras de serviço e ao agronegócio, uma vez que entregam a estes setores trabalhadores descansados e saudáveis para executar as tarefas a eles designadas em seus empregos nestes setores,

assim como produzem uma nova geração de trabalhadores que continuará alimentando a economia. Ou seja, o trabalho não remunerado da mulher é condição fundamental para a manutenção do sistema capitalista.

Esta perspectiva dialoga com a demonstrada por Joana Pedro, Soraia Carolina de Mello e Veridiana Oliveira (2005) no artigo que explicita as ideias da socióloga marxista Heleieth Saffioti. De acordo com Pedro, mais importante que analisar o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho feminino não remunerado, é analisar as estruturas que mantinham e legitimavam este tipo de exploração. Estas estruturas – o patriarcado e o capitalismo – eram as responsáveis pela manutenção de uma ideia de subordinação feminina, e apenas uma mudança social profunda faria com que essas estruturas se alternassem. Acredito que esta mudança passaria, necessariamente, por uma mudança na estrutura social patriarcal que deixasse de pensar a mulher trabalhadora doméstica como mercadoria e força de trabalho.

Para as pesquisadoras de *Mulherio* e *La Cacerola* estava claro que a divisão sexual do trabalho começa muito cedo, ainda na infância, a ser apropriado pelos indivíduos e reproduzido na sociedade, fato este que naturaliza quais papéis devem ser desempenhados por homens e mulheres.

O artigo de Célia Chaim, “Em casa quem manda é o papai” (CHAIM, 1981, p. 20), demonstra que a situação dos manuais de educação moral e cívica destinados para o 1º grau (atual ensino fundamental) trazia em suas páginas estereótipos sociais reforçados no ambiente escolar. Nas ilustrações, a figura masculina sempre está desempenhando atividades produtivas e criativas, enquanto a figura feminina é representada na cozinha ou em volta de vassouras. Ela exemplifica com um livro da coleção Débora, publicado pelo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas:

Nas páginas 9 e 10 do livro, sob os títulos “O que faz meu pai?” e “Mamãe faz estas coisas”, o livro que segue as novas normas curriculares, como enfatiza na capa, fala da profissão do pai, o homem que nas horas de folga brinca com os filhos ou lê, e mostra a mãe fazendo compras, lavando roupas, preparando a comida – ou seja, com um universo totalmente restrito as quatro paredes da casa (CHAIM, 1981, p. 20).

Alguns anos depois, em artigo escrito por Mercedes Sayagués (SAYAGUÉS, 1984, p. 6), intitulado “La Construcción de una identidad”, percebemos que a situação se repetia de forma muito semelhante no Uruguai. No texto, é destacada a forma como os papéis de gênero são colocados no teatro da vida real desde o nascimento das crianças. As roupas azuis ou rosas, meninas com as orelhas furadas ainda na

maternidade, tudo usado como uma forma de demarcar a distinção entre os sexos e, por conseguinte, a forma como esses indivíduos seriam tratados ao longo de suas vidas. Os processos de socialização vêm a ratificar para meninos as reais formas de “ser homem”, e as meninas a real forma de “ser mulher”, fazendo com que pareça “natural” tais papéis, dialogando com as definições acerca da definição de um “ser mulher” cunhada por Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1960). Para a autora, a diferenciação biológica existente entre os sexos não é suficiente para determinar os papéis sociais de homens e mulheres, uma vez que todas as características femininas tidas como “frágeis” eram interpretações sociais que justificavam o exercício do poder masculino. A mulher, em si, era uma construção social que mantinha uma estrutura política que garantia a sustentação da dominação masculina. Desta ideia que surge a clássica passagem de Beauvoir,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1960, p. 9).

É através do destaque de que as categorias homem e mulher são socialmente construídas que Simone de Beauvoir galgou os caminhos de releituras dos espaços e atores sociais, assim como foi fundamental para compreendermos que a adoção histórica das categorias homem/mulher tidas como naturais criou uma hierarquização social que envolvia questões como o público e o privado, o masculino e o feminino, delegando ao homem o ambiente público e político e à mulher o ambiente privado e apolítico.

Estas construções ocorrem desde cedo e de forma contínua, sendo alimentada tanto no ambiente familiar quanto no escolar. Assim como Chaim, Sayagués analisa livros utilizados em escolas de ensino fundamental, que contém os seguintes trechos:

Madre: lleva y trae a los hijos de la escuela; limpia la casa; hace las compras sola, enseña a vestirse y asearse, cuida planta y animales, teje cuando la familia está reunida; llora de emoción, suspira y si asusta con facilidad, rezonga a los hijos y siempre está a la hora de las comidas. Casi no trabaja fuera del hogar.

Padre: va e viene del trabajo, juega con el hijo varón, lo lleva a pescar, le explica a los hijos nociones acerca de la naturaleza y la sociedad; maneja el auto, cuenta historias, lee el diario cuando la familia está reunida, da órdenes, pone en penitencia y no está a la hora de las comidas (SAYAGUÉS, 1984, p. 6).

Ambos os artigos contam também com ilustrações que corroboram com a análise desenvolvida, com a diferença de que *Mulherio* se utiliza de uma ilustração retirada de um manual escolar (figura 33), e *La Cacerola* demonstra a situação através de uma ilustração própria do periódico, sem autoria definida (figura 34).

**Figura 33:** ilustração retirada de material escolar reproduzida em *Mulherio*.



Fonte: *Mulherio*, no. 4, 1981, p.20.

**Figura 34:** ilustração presente em *La Cacerola*.



Fonte: *La Cacerola*, ano 1, no. 1, 1984, p. 6.

Em outro artigo, intitulado “La solución es el salario?” (SAYAGUÉS, 1984, p. 6), igualmente assinado por Mercedes Sayagués, as proposições de grupos feministas sobre a possibilidade de pagamento de um salário e aposentadoria para as donas de casa. A autora demonstra que existem grupos feministas da França, Itália e Bélgica a favor do pagamento dos benefícios, uma vez que recebendo seu próprio salário, a mulher se colocaria em uma posição de independência financeira e já não aceitaria passivamente imposições no ambiente familiar.

Contra essa proposta, *La Cacerola* contempla a opinião de grupos feministas brasileiros. De acordo com a autora, feministas se reuniram em São Paulo e saíram contra a ideia de pagamento de salário para donas de casa – recomendação esta proferida pelo Papa João Paulo II, em 1983 –, uma vez que não seria o recebimento de salário que libertaria as mulheres, mas a tomada de consciência das mesmas. Outras ainda afirmavam que o recebimento de salário transformaria a mulher em empregada oficial da família.

Nesta reunião, Benedita da Silva, ativista do movimento negro, fundadora do Departamento Feminino da Associação dos Moradores da Favela e então vereadora da cidade do Rio de Janeiro, afirmava que “o salário pretende profissionalizar essa vida melancólica da mulher doméstica. Pretende reter a mulher dentro de casa justamente agora que ela começa a despertar para um mundo novo” (LA CACEROLA, ano 1, no. 1, 1984, p. 8). A opinião da importante escritora Rose Marie Muraro<sup>51</sup> vai ao encontro das ideias de Benedita: “dar dinheiro para uma dona de casa apenas reforça os papéis tradicionalmente estreitos do homem e da mulher, além de aumentar o grau de submissão desta” (IDEM). Não há dúvidas de que, na visão da revista, o trabalho doméstico deveria ser uma opção e não uma obrigação, além de ser dividida entre todos os moradores da casa.

Este polêmico debate também aparece nas páginas de *Mulherio*, no artigo “Repousa Leoa” (NESTLEHNER, 1982, p. 7). A jornalista Wanda Nestlehner escreve sobre um projeto de lei protocolado pelo então deputado João Pacheco e Chaves que daria o direito às donas de casa se inscrever na Previdência Social e receber seus

---

<sup>51</sup> Escritora feminista nascida no Rio de Janeiro, com proeminente atuação no mercado editorial, ganhadora de diversos prêmios com reconhecimento de sua importância nos debates feministas da década de 1980 no Brasil. Para mais informações, ver: LISBOA, Teresa Kleba; ZUCCO, Luciana. Rose Marie Muraro: uma mulher impossível. *Revista Estudos Feministas*. Vol 22, no. 2, Florianópolis, maio/ago, 2014.

benefícios como todos os outros trabalhadores brasileiros. A proposta foi discutida com representantes de diferentes grupos feministas em entrevistas publicadas no jornal.

A jornalista Irede Cardoso, membra da Frente de Mulheres Feministas de São Paulo, fazia parte do grupo de mulheres que acreditava na urgência da aprovação do projeto, uma vez que o mesmo representaria um ganho de renda para o enorme grupo de mulheres que eram economicamente inativas no Brasil.<sup>52</sup> Estas defendiam que o recebimento do benefício de aposentadoria serviria como conscientização da população para o trabalho doméstico, transformando a mentalidade social de que o trabalho doméstico era algo feito por “amor” ou “vocaçãõ” feminina. Defendiam, inclusive, que as filhas destas beneficiárias também deveriam poder contribuir para receber o benefício, quando ficassem em casa para que a mãe trabalhasse fora, quando fosse o caso.

Uma das representantes do grupo contra a proposta fazia parte da Associação das Donas de Casa de São Paulo, ligada as mulheres da periferia. Ela representava o grupo que afirmava que, ao receber algum rendimento pelas tarefas executadas, o serviço doméstico seria legitimado, impedindo que a mulher exercesse tarefas remuneradas fora do ambiente do lar, passo fundamental para a libertação feminina. Para elas, o ideal seria que o governo socializasse algumas tarefas – tais como refeições coletivas e ampliação no número e no acesso às creches – para que não houvesse sobrecarga para as mulheres.

Os dois periódicos mantiveram uma postura neutra em relação aos diálogos que aconteciam a respeito do assunto. Não há a expressão da opinião das autoras em relação ao tema, apenas a explanação dos diálogos, provavelmente por conta da incerteza dos rumos que a aprovação ou reprovação dos projetos de lei poderia vir a ter para a emancipação das mulheres.

A meu ver, a questão central na análise de *La Cacerola* em torno do debate sobre o trabalho doméstico refere-se a invisibilidade do trabalho e da própria mulher no ambiente do lar. No artigo “Veó...veó...que vés?” (PERELLI, 1984, p. 9), Carina Perelli afirma que o trabalho doméstico é invisível aos olhos daqueles que não o executa, praticamente intrínseca à noção de feminilidade – o que normalizaria a ideia de que os

---

<sup>52</sup> O censo de 1980 demonstra uma enorme diferença entre as mulheres que possuem rendimentos e aquelas consideradas inativas. Enquanto aproximadamente 32 milhões de mulheres não possuíam nenhuma fonte de renda própria, apenas aproximadamente 12 milhões possuíam fontes de renda própria. Informação disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/trabalho/1030-populacao-economicamente-ativa>. Acesso em 27 fev 2019.

trabalhos devem ser exclusivamente desenvolvidos por mulheres, uma vez que não há materialidade desta atividade que é repetida diariamente. A justificativa para este pensamento é mostrada no periódico como fruto da ideologia da domesticidade, que naturaliza os afazeres domésticos como uma espécie de predestinação das mulheres, que no máximo são “ajudadas” pelos outros membros do grupo familiar. Este trabalho é invisível e por esta razão nunca termina e nunca é visto, e por conta desta ideologia é praticamente confundido com a própria existência das mulheres, uma espécie de segunda pele do gênero feminino. Esta ideologia também é base para que as autoras de *La Cacerola* afirmem que o trabalho doméstico não remunerado das mulheres serve de base para sustentar e beneficiar grupos de maior poder econômico, mantendo, desta forma, a estrutura da sociedade em pleno funcionamento. O debate ocorrido em *La Cacerola* ocorreu dois anos após o projeto de lei que tramitou no Brasil e foi divulgado em *Mulherio*, o que me leva a acreditar que, mesmo sem nenhuma menção nas páginas do periódico uruguaio às publicações do *Mulherio*, é possível que as integrantes tenham se inspirado nas conclusões que tempos antes haviam sido apresentadas no periódico brasileiro.

A mulher se torna também um ser invisível, quase uma parte da mobília da casa. A saída para esta situação, de acordo com Nea Filguera no artigo intitulado “Una forma de compartir” (FILGUERA, 1984, p. 10), deveria ser a tomada de consciência das mulheres do seu papel fundamental na manutenção da estrutura social, colocando o trabalho doméstico em uma esfera social e, portanto, que deveria ser feito por todos. Filguera afirma que a divisão sexual do trabalho reflete em uma divisão na sociedade, na qual ao homem caberia uma esfera – a pública – e à mulher caberia outra esfera, a privada, fazendo desta forma com que cada um se ocupe de sua esfera de forma particular, nunca conseguindo compreender as questões referentes a ambas esferas como sendo de todos. A saída para isto deveria ser a criação de uma terceira esfera, na qual as tarefas pudessem ser fruto de uma eleição, e não baseadas no sexo biológico para serem executadas, e onde todas as responsabilidades fossem compartilhadas, sejam elas a educação de crianças ou a participação política, por exemplo.

Esta forma de pensamento não apenas ressignifica o trabalho doméstico, tirando-o de um posto de trabalho menor, mas também permitiria que mulheres e homens compartilhassem as responsabilidades e os sentimentos acerca de todos os âmbitos sociais, pois “solo así construiremos un mundo donde lo cotidiano sea visto y vivido como algo tan importante como votar y legislar” (IDEM).

Este ideal também foi levantado como uma possibilidade de resolução para o problema em *Mulherio*, através de uma reportagem escrita por Tânia Maria Mendes, intitulada “Trabalho doméstico, função de todos” (MENDES, 1981, p. 15), na qual é mostrado o caso de uma família – pai, mãe e quatro filhas – que dividiram entre si todas as tarefas domésticas, com o objetivo de tirar o peso dessa obrigação da mãe. Com a participação coletiva, a invisibilidade do trabalho desapareceu, e todos tomaram consciência de todo o processo, fazendo com que os afazeres domésticos fossem valorizados por todos os membros da família.

Esta breve análise não pretende abarcar todas as nuances do trabalho doméstico discutidas nas páginas dos periódicos, mas demonstrar que as ideias acerca do assunto eram muito parecidas entre os dois grupos aqui estudados. Por mais que a realidade dos dois países fosse diferente, há um consenso sobre a realidade das mulheres que exerciam “apenas” o trabalho doméstico, que faz com que o fio invisível que une as propostas dos dois grupos se mostrasse real ao inter cruzar realidades distintas, mas tão parecidas.

Apesar disto, existe uma distinção importante na abordagem dos dois periódicos acerca da questão. No Brasil, exposto nas páginas de *Mulherio*, a preocupação inicial foi com a institucionalização do trabalho doméstico, debates de grupos feministas a favor ou contra as possibilidades de trabalhadoras de casa poderem ou não se inscrever na Previdência Social. O debate, desta forma, esteve inserido no âmbito das políticas públicas, afinado com outros temas que estavam ocorrendo em outros movimentos sociais. No Uruguai, as feministas discutiram a questão sob outro viés: a naturalização da divisão sexual do trabalho doméstico e suas implicações não só na esfera privada, mas também, na vida pública. Estas mulheres concebem, nas páginas de *La Cacerola*, críticas ao sistema capitalista e ao patriarcado e suas repercussões na vida das mulheres. Nos dois casos, a pauta do trabalho doméstico é elevado a uma discussão política mais ampla, ainda que no caso uruguaio a mesma não tenha ocorrido dentro das instituições políticas.

Outro assunto que também compunha esta rede refere-se as dificuldades e opressões das trabalhadoras “de fora de casa”, conforme veremos na seção a seguir.

#### **4.2 “O Trabalho Dignifica o Homem. Já a Mulher, Quem Dignifica?”: mulheres e legislação trabalhista.**

Na década de 1980, a situação feminina no mercado de trabalho<sup>53</sup> passava por uma transformação, marcada pela saída de alguns grupos de mulheres de classe média para o trabalho fora de casa, muito influenciada pela revolução sexual em voga desde meados da década de 1960 que promoveu políticas de controle de natalidade. Porém, isto não foi suficiente para garantir igualdade de oportunidades no mundo do trabalho. Uma matéria assinada por Maria Otília Bochini, com o título “O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?” (BOCHINI, 1982, p. 4), afirma que entre 1970 e 1980, o número de mulheres que trabalhava fora de casa pulou de 18,5% para 26,9%.<sup>54</sup>

Se nesta estatística fossem incluídas as horas que as mulheres trabalham dentro de casa, a proporção seria de, aproximadamente, 75,5%, muito próxima à taxa de ocupação dos homens no mesmo período. A questão do trabalho doméstico invisibilizado, tanto pelos moradores das casas, tanto pela própria sociedade, fez com que gerações de mulheres deixassem de ter seu trabalho reconhecido para a economia do Brasil, conforme discutido na seção anterior.

Na década de 1970, 80% das brasileiras trabalhavam em apenas dez ocupações diferentes, todas com mínimas exigências de qualificação profissional para serem executadas: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras primárias, funcionárias de escritório, costureiras, lavadeiras, balconistas, serventes, enfermeiras e tecelãs (IDEM, pág. 5).

Quando conseguiam ser inseridas no mercado, as mulheres contavam com o fator discriminação: baixa remuneração, serviços que exigiam menor grau de instrução, salários muito inferiores aos pagos aos homens, dispensa do trabalho em virtude de casamento ou gravidez, prova mensal de não gravidez, além do fator determinante da falta de creches para deixar suas crianças enquanto trabalham.

Em outro artigo do mesmo número, a jornalista Leda Cristina Orosco entrevista a advogada e membra do Movimento de Mulheres Profissionais em Direito do Rio de Janeiro, Comba Marques Porto, em uma matéria intitulada “O que deve mudar na velha CLT?” (, p. 6), no qual afirma que a situação do trabalho remunerado feminino alcançou

---

<sup>53</sup> É preciso assinalar que as publicações analisadas enfocam a situação das mulheres trabalhadoras urbanas. Apesar de *Mulherio* citar em alguns momentos a situação das camponesas no Brasil, *La Cacerola* não trata do assunto em suas páginas.

<sup>54</sup> A matéria publicada no periódico é o fragmento de um estudo que seria lançado ainda no mesmo ano, com o título de *Mulher, Estado e Sociedade*, organizado por Carmem Barroso. E publicado pela editor Brasiliense. Este capítulo, referente à questão das mulheres e trabalho, foi escrito por Cristina Bruschini e Felícia Madeira.

poucas conquistas desde as primeiras lutas femininas para inserção no mercado de trabalho.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada em 1943 durante o governo Getúlio Vargas, garantia direitos às trabalhadoras, mas segundo Porto, muito distante da realidade das mulheres de fins dos anos 1970, ainda consideradas como “sexo frágil” e indefesas, deixando várias lacunas no que diz respeito aos direitos para as mulheres trabalhadoras, como a proibição do trabalho noturno, a garantia da permanência no emprego de gestantes, a falta de estabilidade após o parto, a efetiva garantia de creches para as crianças, e o recebimento de horas extras, por exemplo. Ela ainda destaca que grupos feministas estavam pressionando o Congresso Nacional com propostas de emendas constitucionais que buscassem abarcar os novos pleitos, ainda sem sucesso efetivo.

Para trazer à tona as demandas da mulher trabalhadora, diversos grupos feministas de São Paulo organizaram o Tribunal Bertha Luz, um encontro plural no qual seriam discutidas as legislações trabalhistas e propostas para maior inclusão de direitos para as mulheres. A autora destaca questões que considera fundamentais e que seriam levantadas na discussão, mostrando um contraponto entre o que a CLT definia e as mudanças que seriam necessárias para atualizar a legislação. No campo maternidade, a CLT garante que a mulher não possa ser demitida por conta de casamento ou gravidez, porém, não há garantia de permanência no serviço após o período de licença maternidade, à época, com duração de 84 dias. A proposta das feministas era que a lei deveria garantir que a mulher não fosse demitida, a não ser por justa causa, além de um período de estabilidade e abono de faltas após o parto.

Outro ponto destacado seria a questão das creches. A lei vigente obrigava que o empregador com mais de 30 funcionários oferecesse abrigo para os filhos dos empregados durante o horário de trabalho. A questão, porém, sempre foi excessivamente burlada pelos empresários, uma vez que as consequências seriam irrisórias frente aos custos de implantação. Neste caso, a reivindicação seria apenas que a legislação fosse cumprida, facilitando a vida das trabalhadoras que, em sua maioria, trazia para si a responsabilidade dos cuidados com os filhos.

Algumas outras propostas seriam discutidas no Tribunal, porém, ainda demoraria para que as mesmas fossem debatidas e inseridas legalmente nas leis trabalhistas. Durante a constituinte, um grupo de mulheres assinou uma carta-manifesto

chamada Carta das Mulheres aos Constituintes, publicada em 1987.<sup>55</sup> Neste documento, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher afirma que, desde 1985, vinha percorrendo o país a fim de ouvir mulheres de diferentes realidades, com a campanha Mulher e Constituinte. O objetivo seria construir novas leis que considerasse as mulheres como sujeitos ativos na sociedade, sendo o exercício básico da cidadania a participação de mulheres e suas demandas.

No documento, algumas propostas são: salário igual para atividades iguais; igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional; garantia de emprego à mulher gestante; pagamento de salário família referentes aos filhos menores de 18 anos, dentre outros. A força dos debates e da ação de grupos organizados foi fundamental para que muitas das pautas presentes na carta-manifesto fossem, de fato, incluídas na versão final da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), tais como: o pagamento de salário família para o dependente do trabalhador de baixa-renda; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias; licença paternidade; proibição de diferença de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Se a situação da brasileira que trabalhava fora de casa era complexa, a da mulher uruguaia não estava distante. A segunda edição de *La Cacerola*, publicada em 1984, tem em sua reportagem de capa o relato de uma mulher, esposa de um operário, que busca ajuda para a inserção no mercado de trabalho. Na carta, a mulher enfatiza que tem qualidades e que sabe lavar, passar, costurar (tarefas usualmente atribuídas às donas de casa) e que não é *mala mujer*, algo equivalente a ter uma “boa reputação”. A carta, enviada ao grupo *Acción Femenina* em busca de ajuda, revela a situação das trabalhadoras uruguaias das décadas de 1970 e 1980. A maioria dos trabalhos disponíveis para as mulheres exigiam habilidades semelhantes às já desempenhadas em ambiente doméstico, que requerem delicadeza, destreza manual, minuciosidade e paciência, características tradicionalmente atribuídas às mulheres.

Assim como no caso brasileiro analisado em *Mulherio*, no Uruguai, quanto mais alto o posto de trabalho, com maior exigência de formação e qualificação, menor era a

---

<sup>55</sup>A carta-manifesto não possui uma assinatura única. O remetente da carta é assinado da seguinte forma: “Maria, Ana, Joana, Amparo, Raimunda, Vera, Sônia, Carla, Francisca, Patrícia, Márcia, Simone, M<sup>a</sup> de Fátima, Neusa, Teresa, Conceição, Socorro, Paula, Angela, Cristina, Valéria, Selma, Cremilda, Rosa, Carmem, Eliana, Marisa, Cecília, Regina...nós, Mulheres Brasileiras”. A carta pode ser encontrada no seguinte [sitio: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf). Acesso em 04 mar 2019.

participação feminina. A coluna fixa chamada “IDENTIKIT” traz uma representação de como era dividida a força de trabalho feminina uruguaia, de acordo com os dados da *Encuesta Familiar de Salud* de 1982, demonstrando que a maioria das mulheres trabalhadoras do país se concentrava em serviços pessoais. A população feminina economicamente ativa do país era dividida da seguinte forma: 30,9% das mulheres faziam serviços pessoais; 19,1% eram secretárias; 14,3% eram vendedoras; 16,6% exerciam atividades técnicas; 14,3% eram artesãs; 4,2% trabalhavam com agricultura e pecuária; 0,4% eram integrantes das forças armadas e 0,2% eram condutoras de meios de transporte (S/A, 1984, p. 2).

Os dados comprovam que as mulheres uruguaias na década de 1980 ocupavam postos de trabalho tradicionalmente atribuídos às mulheres, praticamente não aparecendo em categorias nas quais a presença masculina ainda era, naquele momento, predominante, como condutoras de meios de transporte ou oficiais das forças armadas. Não há como descontextualizar os dados da pesquisa da perspectiva de gênero que envolve as relações de trabalho nos países analisados. Alguns fatores que influenciam e condicionam a demanda de mão de obra feminina no Uruguai também são observados no caso brasileiro.

O relatório da Organização Mundial do Trabalho, publicado em 1979 e reproduzido em *La Cacerola*, com o título “Condiciones de trabajo y empleo de la mujer en los países latinoamericanos” (S/A, 1984, p. 2), demonstra que o primeiro fator é a legislação extremamente paternalista que impede que mulheres exerçam atividades como trabalho noturno, subterrâneos, pesados ou perigosos para garantir sua “segurança”, fazendo com que a demanda para estas funções sejam escassas ou mesmo inexistentes. Leis que tratam sobre maternidade, licença maternidade e cuidado com os filhos não se mostram sedutoras aos empregadores para contratar mulheres, o que faz com que o Estado absorva a responsabilidade de “cuidar” destas mulheres, potenciais trabalhadoras.

O segundo fator é fruto da visão patriarcal que apregoa que a produtividade feminina sempre será inferior à masculina, reproduzindo um sistema de ordenamento de padrões comportamentais. Se for uma mulher jovem, então, a ideia de que a mesma poderá abandonar o emprego para se casar e/ou ter filhos era bastante arraigada na sociedade. Desta forma, o baixo salário pago a elas é justificado pelo fato de o salário feminino ser visto como um “complemento” ao masculino, estes sim predispostos aos cargos de chefia, segundo este panorama.

O terceiro fator seriam os altos níveis de desemprego que acometiam as mulheres. Uma vez que a preferência era por mão de obra masculina, em qualquer crise econômica, as mulheres seriam as primeiras a ser dispensadas de seus postos de trabalho. Em épocas de recessão econômica, as mulheres seriam as primeiras a ser afetadas e sofreriam as maiores consequências.

Em um artigo sem assinatura intitulado “Hola, mujer maravilha!” (S/A, 1984, p. 3), há a informação que, assim como no Brasil, aproximadamente 26% da população feminina uruguaia acima de 12 anos trabalhava fora de casa na década de 1980. Deste percentual, poucas ocupavam cargos de poder e responsabilidade. A questão da desvalorização do trabalho feminino está implicitamente ligada às questões de gênero, simplesmente pelo fato de serem mulheres. É notório que o capitalismo explora homens e mulheres, mas o faz de forma diferente, ao relegar tarefas consideradas de menor prestígio para mulheres, além de naturalizar questões como a dupla jornada de trabalho. Mesmo contando com a “ajuda” de outros membros da família, a responsabilidade das tarefas domésticas ainda recai sobre as mulheres.

Não é natural que as mulheres tenham dificuldades em aceitar sua falta de tempo para si mesma ao articular o trabalho fora e dentro do lar, uma vez que a “ideologia da domesticação” cria nas mulheres um senso de culpa por não dar conta de todas as tarefas que lhes são atribuídas. Estes problemas são resultado de uma organização social que descarrega sobre a mulher responsabilidades que deveriam ser atribuídas ao conjunto da sociedade: saúde e educação das crianças, alimentação e cuidado com os trabalhadores (homens)<sup>56</sup>.

Outra característica semelhante localizada em *La Cacerola e Mulherio* é o destaque para o caráter “protetor” das legislações trabalhistas do Brasil e do Uruguai na década de 1980. Desde o início do século XX, existiam leis para regularizar o trabalho das mulheres no Uruguai.<sup>57</sup> Porém, de acordo com Silvia Rodríguez Villamil, no artigo

---

<sup>56</sup> Esta ideia é definida por Silvia Federici como “tarefa do cuidado e da reprodução”, que pode ser compreendida no artigo intitulado “O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”, disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici/>. Acesso em 20 jul 2020.

<sup>57</sup> O início do século XX marca um momento de mudança na mentalidade uruguaia, amparada pela ascensão do Partido Colorado ao poder (partido que representava o interesse da burguesia e das classes sociais emergentes, oposta a composição do Partido Blanco, que representava os setores tradicionais da sociedade uruguaia), inspirado nas ideias de José Batle y Ordóñez, que flertavam com a socialdemocracia. O governo tirava o poder das mãos do presidente e instituíam um colegiado que governaria o país, além de ter um projeto reformista que pretendia inserir o Uruguai em um processo de desenvolvimento capitalista, atendendo a diversos setores para conseguir sua almejada modernização social. Dentre as mudanças do chamado “primeiro *batlismo*” (1903-1933), destacaram-se a estatização e nacionalização de áreas

intitulado “Legislación Protectora” (VILLAMIL, 1984, p. 4), logo após o período batlista, as mulheres sofreram com leis que tornavam seu trabalho ainda mais difícil, leis com caráter “protetivo” que não agradavam em nada os setores empregadores da sociedade uruguaia, e que na verdade as excluía de possibilidades profissionais. De fato, os governos posteriores não buscaram uma forma de reinserir as mulheres, mas criar leis que as excluía do mercado de trabalho, como a proibição do trabalho noturno, fim da licença maternidade, entre outros. Esta legislação serviu para que as mulheres fossem afastadas ainda mais do mercado de trabalho, aumentando a possibilidade de ofertas de empregos para os homens.

Uma solução para isto, assim como visto na opinião expressa em *Mulherio*, passaria por uma legislação que igualasse as condições de trabalho entre homens e mulheres. Os números mostram que a discrepância entre os gêneros no mercado de trabalho uruguaio nas décadas de 1970 e 1980 era enorme: com a crise que afetou o país a partir de 1981,<sup>58</sup> 61% dos desempregados em Montevideu eram mulheres (S/A, 1984,

---

importantes da economia, como bancos e empresas de energia; estímulo à industrialização nacional; maior atenção à saúde e à moradia. Além disso, houve a regulação do trabalho assalariado, com leis que garantiam a jornada em 8 horas diárias, o descanso semanal obrigatório, proibição do trabalho de menores e a regulamentação do trabalho feminino. Para maiores informações, ver: SOUZA, Marcos Alves de. *O reformismo uruguaio sob a égide do batlismo na primeira metade do século XX*. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/marcos.pdf>. Acesso em 15 mar 2019.

<sup>58</sup> Entre as décadas de 1940 e 1950, o Uruguai tinha uma economia próspera, com taxas de crescimento do PIB em média de 5,2% ao ano. Esta realidade começa a mudar em fins da década de 1960, devido a uma estagnação do crescimento e aumento da inflação, muito influenciado pela expansão da concessão de crédito ao setor privado. Em 1968, para tentar conter a inflação, o governo adota uma política de congelamento de preços e salários, que vigoraria até 1971. Em decorrência desta política, quando os preços são finalmente descongelados, o país enfrenta problemas tais como o desabastecimento e queda nas taxas de crescimento. Uma solução encontrada é a abertura gradual da economia uruguaia para o capital externo, ideia que se materializa a partir do golpe militar em 1973. A liberalização da economia uruguaia causou diversos impactos sociais, forçando o governo a estabilizar gradualmente as contas públicas através de diversas manobras financeiras (como maior tributação, por exemplo) para que o país pudesse retomar o crescimento. Mesmo assim, a inflação ainda perdurava no país, o que fez o governo instaurar a “tablita”, política de controle da taxa de câmbio do peso uruguaio perante o dólar estadunidense que antecipava em meses a cotação do dólar estadunidense, resultando em aumento da produção de papel moeda de peso uruguaio para cobrir os déficits econômicos, fazendo com que os agentes econômicos buscassem dólares estadunidenses de forma desenfreada. Com a sensação de ter mais dinheiro disponível, os uruguaios desfrutaram de viagens e compras, porém, o setor produtivo foi severamente afetado pelo atraso cambial, obtendo muito menos pesos uruguaios por suas exportações, assim como desvalorização de matérias-primas. Esta situação gerou, entre 1981 e 1982, uma recessão econômica crescente, expandindo a ideia de que, mais cedo ou mais tarde, o Uruguai teria sua moeda desvalorizada. Com a crise econômica instalada no país, o governo decide por fim à “tablita”. Porém, a situação uruguaia já estava complicada: a questão gerou um grande desemprego no país. Para outras informações sobre as origens e consequências da crise econômica que assolou o Uruguai no início da década de 1980, ver: RUBIO, Pablo Montaldo. O marco teórico da tablita e a política macroeconômica do Uruguai entre 1978 e 1982. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/116/000100549.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 mar 2019. ARREGUI, Miguel. La “tablita” Del dólar y el crack de 1982. Una historia del dinero en Uruguay. Disponível em <https://www.elobservador.com.uy/nota/la-tablita-del-dolar-y-el-crack-de-1982-201874500>. Acesso em 15 mar 2019.

p. 6), demonstrando que as mulheres sempre eram as primeiras a ser descartadas pelas empresas ao menor sinal de crise.<sup>59</sup> Susana Prates afirma que estes dados confirmam que mulheres e homens ocupam lugares muito diferentes no mundo do trabalho: mulheres constituem uma força barata, que em momentos de crise devem retornar a seu “espaço natural”, o ambiente doméstico, e ceder o espaço que é dos homens, “por direito” (IDEM).

A saída para isto, segundo *La Cacerola*, seria a obtenção de consciência de gênero e de classe, reconhecer-se como mulheres trabalhadoras e, a partir daí, buscar o caminho para fazer valer nossos direitos e reivindicações. Em muitos países, mulheres organizadas conseguiram obter resultados positivos, como creches, extensão da licença maternidade, lavanderias coletivas, educação permanente, entre outras questões.

Nessa perspectiva, apenas uma mobilização própria das mulheres seria suficiente para que a realidade uruguaia fosse alterada. Sem concessões protetoras, mas com conquistas próprias e legítimas. O primeiro passo seria a integração entre a luta sindical e a luta política, com um viés feminista que reconheça os problemas gerais e os particulares das mulheres no ambiente de trabalho, para que seja criada uma cultura de dignidade para a classe trabalhadora.

Tanto *La Cacerola* quanto *Mulherio* estavam em consonância de que apenas quando as mulheres participassem efetivamente da política, suas demandas seriam ouvidas e colocadas em prática. Os dois periódicos destacaram a importância desta participação influenciados pelo contexto de suas criações: Brasil e Uruguai saindo de ditaduras militares e começando uma nova trilha rumo a democracia. Às integrantes dos grupos responsáveis pelos periódicos não restava dúvida de que era a hora das mulheres ocuparem um espaço mais efetivo na política institucional.

---

<sup>59</sup> É interessante observar que, após o período da crise econômica uruguaia, e mesmo no período de redemocratização do país, a taxa de desemprego entre as mulheres apresenta algumas variações, porém, ainda muito maiores que as dos homens. Analisando as taxas de atividade, emprego e desemprego por sexo, em Montevidéu entre 1980 e 2005, do *Instituto Nacional de Estadística do Uruguai* (INE), percebemos que as mulheres sempre apresentam menor empregabilidade que os homens (nas décadas de 1980 e 1990, a empregabilidade dos homens variava na casa dos 70%, enquanto a das mulheres, em torno de 40%). Esta tendência só tem ligeira alteração em 2005, quando a diferença cai, mas ainda permanece. A taxa de desemprego, analisada pelo instituto desde 1983, mostra que a quantidade de mulheres desempregadas supera, e muito, a de homens. Para acessar os dados completos, ver: <http://www.ine.gub.uy/web/guest/actividad-empleo-y-desempleo>. Acesso em 16 mar 2019.

### **4.3 “Política é Assunto de Mulher?” Redemocratização e o pleito pela ampliação da participação política feminina.**

Mesmo em um período no qual o mundo vivenciava experiências de globalização proporcionadas pela revolução técnico-científica informacional, o Estado ainda era a instância que definia a vida e as possibilidades de articulação entre cidadãos e governos, tanto no plano real quanto no plano representativo, no qual a dimensão do poder do Estado é indissociável do conjunto de seus serviços. Isto pode ser compreendido como a soberania, o poder de decidir sobre as formas de governo e execução das leis. O Estado é portador de identidades coletivas e, dentre todas estas, as mulheres configuram como, talvez, o grupo mais numeroso de cidadãos.

Os círculos de mulheres aqui estudados estavam, quando do momento de sua criação, passando por um período de transição de Estados que estavam sob domínios autoritários, controlados por governos militares que cerceavam liberdades individuais, para renovadas democracias que viriam a renascer depois de décadas de repressão. Mais do que denunciar a triste situação de viver em um contexto político de ditaduras, os periódicos aqui estudados buscaram focar no retorno dos pleitos eleitorais e qual o papel que caberia às mulheres neste processo.

Estando inseridos neste contexto político, não é de se estranhar que os boletins aqui estudados dessem um amplo enfoque às questões referentes à política: fosse a partidária, que envolve questões como o fim dos governos militares, redemocratização e novas eleições, constituinte, participação em partidos políticos, quanto a que compreende questões subjetivas relacionadas as políticas envolvendo corpo, e ainda as que se referem a questões do âmbito da vida social, como a inserção e ampliação do mercado de trabalho para mulheres, entre muitas outras esferas.

Com efeito, tanto a edição número 3 de *La Cacerola*, que é dedicada a pensar a relação entre mulheres e política, quanto nas matérias dos 8 anos de circulação de *Mulherio* que abordavam o tema política, circulam entre este paradoxo na vida das mulheres: o fato de que, mesmo sendo intrinsecamente seres e agentes políticas, as mulheres ainda estavam de fora da Política, com letra maiúscula. Cabe destacar que o periódico brasileiro sempre se dedicou muito profundamente às causas políticas do Brasil e do mundo desde seu ano de inauguração, destacando a situação da mulher cubana nos períodos pré e pós-revolucionário (SAFFIOTI, 1981, p. 4), o envolvimento do movimento feminista com os partidos políticos na Suécia (ALVES, 1982, p. 4), a

situação política em El Salvador (CHAIM, 1982, p. 10) e na Alemanha Ocidental (LEON, 1984, p. 9), o terror sexual da ditadura na Argentina (MORANDINI, 1985, p. 5).

As mulheres sempre exerceram a política cotidiana em seus lares, sendo muitas vezes responsáveis pela articulação da educação, da distribuição da renda na manutenção do lar, nas relações sociais ali envolvidas, ou seja, atribuições naturais dos gestores de cidades, estados e países. Por que esta capacidade de administração era incapaz de ganhar espaço fora do lar? Pelo fato de que às mulheres, neste momento, não era destinada a esfera pública. Esta era feita de homens para homens, e parecia não haver interesse público de inserir as mulheres neste jogo.

O periódico uruguaio inicia sua terceira edição com um artigo sem autoria, intitulado “Nuestra decisión importa!” (S/A, 1984, p. 1), afirmando que foi durante a ditadura que as mulheres reacenderam o ânimo em fazer política, incluindo a apropriação da ideia de que o “fazer político” das mulheres não repousava apenas nas atuações político-partidárias, mas na compreensão de que grupos de mulheres organizados eram uma forte força de pressão política que poderia criar e expressar propostas próprias para que as mesmas fossem defendidas pelos partidos políticos. Nas palavras da autora:

Nuestra participación no aparece como una dádiva sino como una conquista en la que aportamos lineamientos para la construcción de una sociedad diferente...Nuestras propuestas incluyen valores realmente humanos en los que calidad de vida y la igualdad en las relaciones predominen sobre la competencia despiadada, el autoritarismo y la destrucción en la que aparecen empeñados los *racionales* hombres que manejan y manejan la política. Por ello el espacio que hemos ganado las mujeres debe ser mantenido y fortalecido cuando conquistemos la democracia, para que esta no sea solo formal sino real (S/A, 1984, p. 1).

Em *Mulherio* a ideia de que a mulher não frequentava os espaços públicos também se mostra uma preocupação desde a terceira edição, a primeira que trouxe artigos refletindo diretamente sobre a relação das mulheres com a política. Note-se que este debate estava posto nas páginas de *Mulherio* desde 1981, bem antes dos debates sobre a nova Constituinte serem iniciados, quando a redemocratização ainda estava sendo planejada. Por isto, sou levada a acreditar que a publicação brasileira abriu as portas para os debates que se seguiram, anos depois, na publicação uruguaia.

No artigo intitulado “O Longo Caminho da Participação Política” (S/A, 1981, p. 12-13), sem assinatura, demonstra que, no Brasil de início da década de 1980, havia

uma confusão em relação a vivência política das mulheres. Apesar de serem consideradas inaptas para a atuação política - com justificativas de que as mulheres deveriam saber o mínimo apenas para demonstrar cultura geral e por serem consideradas sem coragem e força necessária para tal atuação - o que se viu desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e o Movimento pela Anistia foi uma intensa participação feminina, demonstrando que a vivência política das mulheres sempre foi real. Esse argumento é reforçado com diversas fotografias que reúnem mulheres em manifestações políticas desde o ano de 1912, incluindo o tempo da ditadura, conforme figura a seguir.

Figura 35: mulheres participando de manifestações políticas.



Fonte: MULHERIO, ano 1, no. 3, 1981, p. 12-13.

Porém, isto, naquele momento, não se refletia em atuação em partidos políticos, conforme a argumentação no trecho abaixo.

Contrapondo-se à participação direta, privilégio de poucas, existe o interesse amplo mas, ao mesmo tempo, vago, da maioria das mulheres. A política ainda parece estar muito distante de um cotidiano sobrecarregado de deveres e, muitas vezes, confinado ao espaço familiar. Falta ainda a percepção de que esse cotidiano, de que as próprias relações que se desenvolvem dentro de casa também são políticas (S/A, 1981, p. 12).

A política enquanto esfera indissociável de todos os grupos da sociedade se mostra, desta forma, em um duplo entendimento na vida das mulheres. Esta edição de

*Mulherio* traz uma interessante reportagem na qual mulheres de várias classes sociais e ocupações são entrevistadas pela repórter Célia Chaim, que se dirige às mesmas com uma simples pergunta: “Política é Assunto de Mulher? ”. As respostas são compostas por falas tais como “Temos o dever de trabalhar para ajudar em casa, porque não podemos falar de política?”, “A mulher precisa entender de política. No mínimo, para bater papo com o namorado.”, “A mulher, quando cuida da casa, lida com o bem público e sofre a política”, “Eu adoro o Lula porque ele favorece os trabalhadores. Gosto do assunto, mas só entendo um pouquinho”, “Me interessa muito pelo assunto, principalmente quando é para falar mal do governo. ”, “Eu não tenho tempo para falar sobre isso com ninguém, mas acho que as mulheres que podem devem caminhar pra frente. Gosto de saber que as mulheres estão se mexendo. ” (CHAIM, 1981, p. 14-19). Estas respostas demonstram que, apesar de possuírem uma concepção ampla sobre o que é política e os espaços políticos, não restritos aos espaços institucionais, nenhuma das entrevistadas foi capaz de definir, em poucas palavras, o local que as mulheres deveriam ocupar na política.

O tema central nas publicações versava sobre o pouco espaço na política institucional destinado às mulheres. Mais do que ganhar ou defender direitos, a luta demonstrada nas páginas dos periódicos era pela ampliação da representatividade.

A tensa relação entre feministas e partidos políticos foi abordada nos dois periódicos de forma semelhante: convidando mulheres que se dedicavam à luta política no interior das organizações partidárias para dar seus depoimentos sobre como conseguiam relacionar luta partidária e a militância feminista. *La Cacerola* (S/A, ano 1, no. 3, 1984, p. 6) convidou Fanny Puyesky, membra da *Frente Amplio*, Amalia Alonso, membra do *Partido Nacional* e Carmen Alvarez, membra do *Partido Colorado* para debater como lutavam através de seus partidos políticos para inserir a problemática feminina no projeto de novo Uruguai que se estava construindo com a transição para a democracia<sup>60</sup>.

Puyesky destaca em sua contribuição a importância de estabelecer um paralelo entre as lutas políticas contra o autoritarismo com uma revolução do cotidiano das

---

<sup>60</sup> A participação de partidos políticos na eleição de 1984 foi uma combinação dos principais grupos políticos do país com as forças armadas, a saber, a *Frente Amplio* e parte do *Partido Colorado*. O partido comunista e outros partidos considerados violentos ou derivados de grupos de guerrilhas urbanas não foram autorizados a disputar o pleito, ação esta que fez com que a Frente Amplio se tornasse refúgio de muitos socialistas e comunistas que não possuíam no momento representação oficial. Para maiores informações, ver: RIAL, Juan. *Uruguay: elecciones de 1984 – sistema electoral y resultados*. San José, Costa Rica: Centro de Asesoría y Promoción Electoral, 1986.

mulheres uruguaias, uma vez que a luta contra o autoritarismo só seria completa se atingisse também o interior dos lares, com a criação de um ambiente de respeito que atingiria a homens e mulheres da mesma forma, fazendo com que os direitos de cada um fossem garantidos e, conseqüentemente, fossem levados para o ambiente público, fora da família.

Alonso destaca em seu artigo a necessidade de se criar um ambiente acolhedor para que muitas outras mulheres se insiram nas lutas partidárias. Isto só aconteceria se houvesse uma mudança social profunda, na qual as mulheres não fossem mais sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho e o caráter patriarcal que o casamento a oferecia. Somente no momento em que a responsabilidade doméstica fosse compartilhada, haveria de fato uma maior participação feminina nos espaços dos partidos políticos.

Já Alvarez assinala que dentro do ambiente dos partidos, as mulheres não eram vistas como iguais por seus pares, que sempre adotavam alguma postura excludente para demarcar que aquele ambiente não pertencia a elas. Destaca que se as mulheres não demonstrassem suas reais necessidades, toda a sociedade acreditaria que tudo estava bem, e a ideia de que a política era assunto de homens nunca seria quebrada. Ela afirma que as tarefas que são relegadas às mulheres no interior dos partidos eram tais como as tarefas domésticas, indispensáveis, mas invisíveis, como dobrar papeis, atender telefone. Apenas com a entrada maciça daquelas que sempre foram discriminadas em seus ambientes de trabalho é que saberiam como mudar a situação, e, por fim, conclama as mulheres a aproveitar as eleições que se aproximam para tomar consciência política e ocupar estes espaços (LA CACEROLA, ano 1, no. 3, 1984, p. 8).

Três anos antes, o periódico *Mulherio* havia convidado mulheres filiadas a partidos políticos para falar sobre sua experiência, porém, dando um foco mais específico sobre as dificuldades de conciliar a militância partidária e a feminista (CHAIM, 1981, p. 16), o que reforça a minha premissa que esse periódico pode ter servido de fonte de inspiração para as hermanas uruguaias. Foram entrevistadas Lia Zats, membra do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que inclusive participou da fundação do periódico *Nós Mulheres*, Licia Peres, membra do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que havia sido dirigente do Movimento Feminino pela Anistia, e Elizabeth Souza Lobo, membra do Partido dos Trabalhadores (PT), exilada no Chile e na França entre 1970 e 1979.

Zats destaca em sua fala a dificuldade “de ser uma feminista para uma militante partidária e a de ser militante partidária para uma feminista”, deixando claro que a opção pela inserção no feminismo se deu após se tornar uma militante partidária, pontuando que essa foi uma característica comum a muitas mulheres com atuação política que demoraram a se sentir abraçadas pelo feminismo. Ela afirma que só atentou para a necessidade de levar o feminismo para sua atuação política quando percebeu que suas opressões eram iguais as de outras mulheres, e não era tratada (nem de longe) de forma igual aos companheiros homens. A autora também enfatiza o caráter machista no interior dos partidos de esquerda, que desprezavam as questões referentes às mulheres até perceberem que as mesmas estavam ganhando espaço. Termina afirmando a necessidade de surgir uma política feminista que seja capaz de fazer o movimento de mulheres se tornar um movimento social. Peres declara que escolheu o Partido Democrático Trabalhista por conter, em seu programa, três pilares básicos de atuação: a proteção às crianças, aos trabalhadores e às mulheres. Para dar visibilidade à causa, o partido organizava encontros de mulheres e criou a Ação da Mulher Trabalhista, braço do partido que apesar de não ser exclusivamente para mulheres, se constituiu em um fórum permanente de discussão sobre a situação da mulher no Brasil.

É relevante salientar a ideia comum em ambos os periódicos de que não seria possível se construir uma democracia no país sem que esta se iniciasse dentro dos lares. *Mulherio* pontua isto no artigo sem assinatura “E a Democracia Doméstica, Como Vai?” (S/A, 1981, p. 7), que destaca a assertiva da advogada Silvia Pimentel durante a defesa de sua proposição de mudança no código civil no intuito de dar mais autonomia às mulheres: “não é possível falar de democracia para a sociedade como um todo quando não existe a democracia em casa, onde se formam as personalidades”. Parece ser unânime que as mulheres, mesmo com todo o debate e movimentação dos países em torno da retomada democrática, ainda haviam de lutar por direitos básicos antes de conseguir adentrar no universo da Política.

Interessa-me destacar a importância dada a Emenda Constitucional no. 26, de 1985,<sup>61</sup> no *Mulherio*, uma vez que, a partir do primeiro número de 1986 um foco grande de debates sobre assuntos de interesses das mulheres e que deveriam ser colocados em

---

<sup>61</sup> A emenda constitucional número 26, de 1985 determinou a instalação da Assembleia Nacional Constituinte no dia 1º de fevereiro de 1987. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc26-85.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc26-85.htm). Acesso em 15 abr 2020.

pauta na construção da constituição democrática foi sendo discutido em suas páginas. A edição supracitada, trouxe um recado às leitoras sobre o momento em que viviam:

Apesar das frequentes queixas e críticas dirigidas aos partidos políticos em geral, impermeáveis as questões e candidaturas femininas, as mulheres vêm discutindo em todo o país os direitos a serem conquistados na próxima Constituição. Mulherio vem recebendo inúmeras sugestões de temas a debater no próximo período: maternidade, trabalho doméstico, exercício da sexualidade, enfim, tudo que afete a vida das mulheres. Neste número tratamos de três temas bastante intrincados entre si: a polêmica liberalização do aborto, uma visão de Emir Sader dos direitos do corpo e dos direitos a propriedade da terra e ainda uma contribuição de Florisa Verucci, que faz parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a respeito das mudanças a propor no texto constitucional sobre a família. Esperamos que os textos publicados contribuam para o debate. E ainda, pedimos a nossas leitoras e leitores que escrevam, relatem suas discussões e suas sugestões: Ânimo, moçada! (S/A, 1986, p. 16).

A partir daí, o foco político da publicação foi todo deslocado para as questões que envolveriam dar voz a possibilidade de retorno ao voto, do envolvimento das mulheres na Constituinte e sua sempre atribulada posição dentro dos partidos políticos, fazendo, desta forma, um mergulho nas questões relacionadas à reabertura política do país que sempre existiram nas páginas do periódico, mas que dividiam espaço com relatos e reportagens sobre experiências políticas de outros países. Os dois últimos anos da publicação viam os assuntos relacionados às mulheres sempre relacionados com as novas leis que entrariam em vigor em 1988.

A matéria “A nova cara da Constituinte” (S/A, 1987, p. 11), sem assinatura, chama a atenção para as 26 mulheres que foram eleitas para participar dos debates do Constituinte, destacando o caráter plural das escolhidas: ao mesmo tempo em que veríamos Benedita da Silva defender as minorias fazendo campanhas em favelas e sendo a única mulher negra no Congresso, haveria a participação de Sandra Cavalcante, que se declarava antifeminista, contra o aborto e o divórcio e a liberação sexual. Isto demonstra que o periódico buscava demonstrar o caráter amplo que a nova Constituição deveria ter.

A empolgação das editoras de *La Cacerola* e *Mulherio* com o retorno democrático após anos de ditaduras no Brasil e no Uruguai não se baseou apenas na possibilidade de votar. A tradição feminista passa, necessariamente, pela busca da igualdade de direitos e deveres. As sufragistas, pioneiras na luta feminista, conseguiram garantir às mulheres a possibilidade ao voto, mas não garantiram que mulheres tivessem representação política ao longo do século XX. As mulheres que lutaram durante as

ditaduras e se inseriram nos partidos de esquerda perceberam na pele que, mesmo inseridas nas instituições, não eram ouvidas nem tinham suas demandas colocadas em pauta. O retorno democrático foi percebido por estas mulheres como oportunidade de finalmente possuir alguma possibilidade de mudança política em suas vidas.

Concordando com Valcárcel (2012), entendo que após o advento do “pessoal é político” as mulheres tomaram consciência de que não seria possível separar suas vidas em esferas: a existência das mulheres é política. Desta forma, estas mulheres tomaram para si a oportunidade de serem pioneiras na possibilidade de poder agir em seus próprios interesses e buscar maior liberdade e igualdade em suas vidas social e política.

#### **4.4 Educar para Emancipar: por uma educação não sexista.**

Educar para a vida e o convívio em sociedade são umas das premissas básicas da educação acadêmica e formal, vista por muito tempo como fonte de inserção de indivíduos no mercado de trabalho e formação de mão de obra. Porém, há tempos existe a compreensão de que a educação está muito além do que se aprende nas escolas, principalmente quando pensamos em uma educação que busca a mudança de valores sociais.

A edição número 4 de *La Cacerola*, publicada em maio de 1985, se dedica a pensar o papel da educação na socialização das mulheres e o quão danosa pode ser a transmissão de valores que perpetuem as históricas desigualdades entre homens e mulheres nos ambientes formais e informais de educação. Esta noção, inclusive, está profundamente atrelada a divisão sexual do trabalho doméstico, que normaliza a invisibilidade das mulheres nos espaços públicos. Também é fundamental para compreendermos o duplo sentido que esta análise carece. Tomando emprestada a definição de Gohn (2006), podemos compreender a educação formal como aquela que aprendemos na escola, com conteúdos previamente demarcados e definidos por leis; a educação informal é aquela que os indivíduos apreendem em seus processos de socialização, na família, no bairro, no clube, com os grupos sociais dos quais fazem parte, carregadas de valores e culturas próprias de pertencimento; e educação não-formal como aquela que se aprende através das vivências de mundo, através de processos de troca de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas e cotidianas. A educação não-formal pode ser entendida como a aprendizagem dos

direitos políticos dos indivíduos como cidadãos, e de conteúdos que possibilitem as pessoas fazerem uma leitura de mundo que as auxiliem a se emancipar ideologicamente, a perceber de forma crítica as formas de educação que ocorre na mídia e o papel da mídia como formadora de opinião.

Na realidade social na qual estamos inseridas, sob o domínio do patriarcado, se observamos sob a ótica de gênero, existem práticas sociais que dividem e delimitam quem são os atores sociais (homens ou mulheres) que podem ser inseridos em determinados espaços, nos quais “incluímos a nós e aos outros na vivência e na produção de práticas discriminatórias as quais alimentamos com nossa discriminação” (MESOMO, 2004, p. 101). E o ambiente educacional, seja ele formal, informal ou não-formal pode ser reprodutor desta perpetuação de estereótipos. É deste ponto de partida, que compreende que os espaços não-formais de educação são tão eficazes na construção (e porque não na desconstrução) de estereótipos e que estes são fundamentais para a criação de uma real equidade entre homens e mulheres que deve ser lida a interpretação das editoras de *La Cacerola* e de *Mulherio* sobre a relação entre mulheres e educação.

No artigo de abertura da quarta edição do boletim uruguaio, escrito por Carmen Tornaría, denominado “Mujer, Educación y Cambio” (TORNARÍA, 1985, p.1), a premissa supracitada fica evidente. Para a autora, a ideia de educação deve ir muito além daquilo que se aprende na escola. Ela deve ser compreendida em um sentido amplo, com uma função social que atua na mudança de valores, buscando o fim da disseminação da discriminação contra as mulheres que deve ser propiciada desde a infância, através da transmissão de valores igualitários na criação de meninos e meninas.

Para Tornaría, este movimento deveria ser propiciado pelos espaços de saber, mas também deveria começar no interior de cada mulher, que deveria aproveitar todos as oportunidades disponíveis para quebrar o mito de uma suposta “igualdade” natural na criação de homens e mulheres, tratando, por exemplo, com naturalidade o fato de entregarem bonecas para meninas e carrinhos para meninos na infância. Em suas palavras,

El cambio pasa por atravesar la ferra cortina de la aparente igualdad. Podremos concurrir a la escuela juntos y sentarnos entreverados, pero alcanzaremos una situación de igualdad cuando a través de una actitud de rechazo crítico hacia los mensajes emitidos diariamente por el engranaje educativo en su conjunto, se destruyan los “mitos” por ellos afianzados (TORNARÍA, 1985, p. 1).

Desta forma, a publicação defende que ocorra uma revolução educativa, porém não apenas com crianças e jovens dentro dos espaços escolares, mas também na vivência de mulheres adultas, nos espaços de trabalho e dentro dos lares. Veículos de mídia alternativa, como a própria publicação, também teriam um lugar de destaque nesta tarefa pedagógica, uma vez que deveriam ser um espaço no qual a realidade das mulheres deveria ser mostrada a outras, e não a vida das mulheres “idealizadas” que a imprensa para mulheres geralmente oferecia para a sociedade. Tornería afirma que “las madres y amas de casa de la televisión, por ejemplo, no son reales, los pisos, las cocinas, el ir de compras de la televisión, siempre vinculados a señoras elegantes, y realizadas, resultan inencontrables en la vida real.” (IDEM).

Esta é, a meu ver, a proposta de *Mulherio* ao se colocar também como um espaço não-formal de educação de e para mulheres, ao deixar claro sua intenção de explorar a realidade da mulher real, se pautando na indicação de livros, programas, da exposição de iniciativas de grupos organizados de mulheres no Brasil e no mundo, ao enaltecer a ciência feita por e para mulheres através da publicidade de eventos científicos e também na divulgação de resultados de pesquisas científicas que envolvem mulheres.

Acredito que *Mulherio* enxergue os grupos de mulheres de todo o Brasil e espalhados pelo mundo como espaços não-formais de educação ao mobilizar mulheres organizadas que produziam e disseminavam conhecimento. Um exemplo é a Casa da Mulher do Nordeste, centro criado em agosto de 1980 por seis mulheres dissidentes de outro coletivo feminista, o “Ação Mulher”. O objetivo da Casa era “estudar, pesquisar, discutir e divulgar problemas relacionados com a mulher; promover cursos, seminários e conferências; organizar e participar de congressos regionais, nacionais e internacionais sobre a mulher e desenvolver trabalhos comunitários com grupos de mulheres” (SALGUEIRO, 1981, p. 4). Ou seja, um espaço que produziria e divulgaria conhecimento e arte de mulheres “reais” com foco no engrandecimento intelectual de outras mulheres.

Diversos outros locais foram divulgados por *Mulherio* ao longo dos anos, como a Casa da Mulher Paulista, que seria inaugurada em 1981 na cidade de São Paulo, com objetivo de “ser um centro de informações sobre os problemas da mulher, com a realização de cursos, debates e publicações” (IDEM, p. 4); a Associação de Pesquisas e Estudos da Mulher (APEM) no Rio de Janeiro, que objetivava “promover discussões, debates, e atividades múltiplas visando uma melhor compreensão da

realidade vivida pelas mulheres” (IDEM, p. 5); o Centro de Informação da Mulher (CIM), que se propunha a criar materiais que resgatassem a história das mulheres, esquecidas da historiografia naquele momento e, nas palavras de Vânia Debs, sócia da entidade, “construir a história das mulheres, abrindo espaço para o debate, para que, mais e mais mulheres aprendam seu passado e construam seu presente e seu futuro” (LEON, 1983, p. 7).

Estes são apenas algumas das inúmeras citações que existem acerca de grupos de mulheres que tem como objetivo o caráter de emancipar mulheres através da educação e do despertar de consciência de sua realidade. A publicação, que nasceu com um objetivo semelhante no interior de um grupo da Fundação Carlos Chagas, usou da visibilidade que alcançou para ampliar iniciativas semelhantes que existiam no Brasil inteiro.

Um outro espaço não-formal de educação defendido por *Mulherio* foi um programa de tevê que trazia através de linguagem acessível e informações objetivas discussões acerca de sexo e sexualidade feminina nas manhãs da Rede Globo: tratava-se de um quadro do programa TV Mulher chamado “Comportamento Sexual”, apresentado por Marta Suplicy entre 1980 e 1986, na Rede Globo, e entre 1987 e 1988 na Tevê Manchete. O quadro, que estava em vistas de sair do ar por conta da censura que o governo Figueiredo ainda impetrava nos meios de comunicação, era muito bem visto por mulheres de vários setores da sociedade, feministas ou não, pela forma naturalizada que Marta falava sobre o corpo e o prazer das mulheres, ao utilizar os nomes corretos para se referir a vulvas, pênis, clitóris, orgasmos e demais, ensinava em rede nacional para outras mulheres sobre uma vivência que até então não poderia ser falada à luz do dia. *Mulherio* foi um dos setores da sociedade civil que defendeu a permanência do quadro no programa TV Mulher enfatizando o seu caráter educativo e elucidativo para muitas mulheres Brasil afora.

Tanto *La Cacerola* quanto *Mulherio* dedicaram algumas páginas a pensar a situação da educação formal em seus respectivos países, sempre destacando o caráter sexista da educação tradicional. O sexismo presente nos manuais escolares foi abordado por *Mulherio*, em um artigo assinado por Célia Chaim, denominado “Em casa, quem manda é o papai” (CHAIM, 1981, p. 20), no qual há uma análise sobre a abordagem da distinção feita entre homens e mulheres em mais de 140 em livros da

disciplina Educação Moral e Cívica<sup>62</sup>. Nestes manuais, há figuras como meninos recebendo uma coroa e meninas um avental. Há a associação da figura paterna como o amigo, sempre envolvido em atividades criativas e produtivas, que sai para o trabalho de manhã e retorna no fim da tarde, enquanto a mãe fica em casa cuidando dos afazeres domésticos, sendo colocada como a “ajudante” do pai na organização familiar. Foi ainda encontrado durante a análise dos materiais tarefas para crianças completar frases, como: “Qual a profissão do papai?” e “A mamãe cuida da...”. Este tipo de conceito se mostrava deslocado da realidade de muitas alunas e alunos, principalmente os mais pobres, uma vez em muitas casas a mãe também era uma figura que trabalhava fora para complementar a renda familiar.

Este mesmo assunto também foi tratado em *La Cacerola*, anos depois, em um artigo assinado por Nea Filgueira chamado “Educar para la igualdad es educar para el futuro” (FILGUEIRA, 1985, p. 4-5), no qual a autora disserta sobre a importância do ambiente escolar na formação dos indivíduos, afinal são nestes locais que as pessoas aprendem não apenas as matérias escolares, mas conceitos necessários para a vida em sociedade. Partindo deste ponto, a autora questiona: nossa educação leva em conta os ideais de igualdade de uma sociedade mais justa na qual as pessoas sejam e se sintam mais autônomas e mais livres? Está preparando os jovens para enfrentar o futuro, ou mesmo para enfrentar a realidade de seu tempo presente? A própria responde que não, uma vez que não há como preparar indivíduos sem tocar nas questões que envolvem a relação desigual entre homens e mulheres. Para Filgueira, não tratar de temas como sexualidade, maternidade e paternidade responsáveis, e perpetuar um ensino baseado em livros e manuais que reproduzem uma família nuclear composta por pai, mãe e

---

<sup>62</sup> Apesar de já ter vigorado em outros momentos na história da república brasileira, a Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) foram disciplinas que voltaram aos currículos escolares de 1º e 2º graus após uma reforma na educação brasileira ocorrida no início dos anos de 1970. Esta reforma instituiu, entre outros pontos, o ensino obrigatório entre 7 e 14 anos de idade, sendo o 2º grau voltado para uma formação técnica que atenderia aos interesses do militares em formar mão de obra para atender às demandas de mercado, proporcionado pela livre competitividade. Como a economia e as práticas políticas e culturais do Estado brasileiro passaram a estar à mercê do Estado e da conjuntura internacional, a escola passou também a ter seu saber vinculado ao controle centralizador do governo militar. Nas palavras de Fonseca temos uma breve descrição do teor da disciplina: “A nação, a pátria, a integração nacional, a tradição, a lei, o trabalho, os heróis: esses conceitos passaram a ser o centro dos programas da disciplina Educação Moral e Cívica, como também deviam “marcar” o trabalho de todas as outras áreas específicas e das atividades extraclasse com a participação dos professores e das famílias imbuídas dos mesmos ideais e responsabilidades cívicas”. FONSECA, Selva G. *Caminhos da História Ensinada*. 5.ed. Campinas: Papyrus, pp. 37/38, 1993. Para mais informações sobre as intenções políticas da disciplina, ver: ABREU, Vanessa Kern de. *A Educação Moral e Cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar – Minas Gerais (1969-1993)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

filhos como a única forma de família visível e legítima ignora a realidade destes alunos e não os prepara para a vivência de mundo que os espera (IDEM, p. 4).

O deslocamento entre a realidade estudada e a realidade vivida pelos jovens é uma característica comum apontada pelos dois periódicos. Ambos também afirmam que esta diferença entre o que se vive e o que se aprende é profundamente danosa para o indivíduo em formação, uma vez que pode prejudicar o desenvolvimento das potencialidades de meninos e meninas.

Ainda neste cenário escolar, a educação no Uruguai sofreu uma forte intervenção estatal mesmo antes do período ditatorial. A educação no Uruguai foi utilizada, desde o fim do século XIX, como uma estratégia na consolidação da identidade da próspera nação do sul do continente, em consonância total com os objetivos do governo uruguaio de estimular o desenvolvimento econômico, formando mão de obra letrada, tendo como base o amparo cultural e social que uma boa educação proveria. As bases do sistema educativo uruguaio se mantêm até os dias de hoje: estatal, centralizado, gratuito e obrigatório em todo o país (CAFFERATA; MARRERO, 2008). Em 1963, a taxa de analfabetismo no país era de aproximadamente 10% da população (IDEM, p. 192), tendo o ensino secundário uma maior expansão, assim como cursos secundários noturnos voltados para trabalhadores.

Toda esta prosperidade educacional – que acompanhava a economia e bem estar vividos no país – começou a ruir na década de 1960, com os planos de recuperação europeia pós Segunda Guerra Mundial e a queda no preço e no volume de itens agrícolas uruguaio no mercado internacional. Os reflexos desta crise econômica que devastou o país foram vistos também na educação. Muitas manifestações e passeatas contra o arrocho financeiro foram organizadas e as classes intelectuais foram as que mais participaram destes movimentos. Nas palavras de Graciela Cafferata e Adriana Marrero,

En esta coyuntura, las clases intelectuales pasan a asumir un activo papel en el escenario nacional, interpelando al sistema político por la crisis, discutiendo el proceso de acelerada redistribución regresiva del ingreso y cuestionando, al fin, al propio sistema. Los planteamientos a la educación por el alza en la tasa de desempleo y el protagonismo creciente de los sindicatos de la enseñanza en la movilización social situaron en el sistema educativo, ante la opinión pública, un problema que en realidad estaba fuera de él (CAFFERATA e MARRERO, 2008, p. 194).

A resposta do governo uruguaio foi repressiva. Toda a liberdade até então vivida por professores e instituições foi interrompida pela repressão governamental, que tinha

como base uma ideia maniqueísta que colocava professores como ideólogos do mal que buscava desestabilizar o país, mesmo antes da deflagração do golpe militar. Com isso, sindicatos foram fechados, professores demitidos, organizações estudantis fechadas, e um massivo controle em todos os níveis de ensino começou a se organizar.

Em 1973, ano do golpe militar, também é promulgada a lei 14101, conhecida como “Ley de Educación General”, na qual, segundo Lucas D’avenia Frávega,

Hay una presencia muy fuerte del intento disciplinador y regulador de las conductas de todos los actores del sistema. Este ha sido el aspecto más destacado, en lo que Romano define como modificación de la noción de autoridad, basada en el miedo, la sospecha y la arbitrariedad (FRÁVEGA, 2015, p. 192).

São organizados, então, os *Cónclaves Gubernamentales*, cinco reuniões de altos membros civis e militares do governo que tinham como objetivo tomar decisões estratégicas em matéria de política econômica e outras áreas de atuação do Estado (FRÁVEGA, 2015, p. 191). A educação uruguaia, a partir daí, passa a ocupar um duplo espaço na vida social do país: ao mesmo tempo em que deveria cumprir seu papel fundamental de educar o cidadão de acordo com as ideologias vigentes – ocupando um espaço de formação de moral que por vezes não existia na instrução de crianças de famílias socialmente deficitárias –, deveria servir ao “desenvolvimento nacional”, como modo de formar mão de obra qualificada para os setores econômicos que reativariam a economia do país.

É perfeitamente compreensível perceber a abordagem que *La Cacerola* dá ao criticar a continuidade das discriminações de gênero que começam na estrutura familiar e se estendem ao ambiente escolar. Em um conclave governamental de 1977, há a definição de objetivos e políticas que devem reger a educação do país, sendo o primeiro deles “revisar integralmente la educación en todos los niveles haciendo referencia al papel de la familia en la formación moral y al papel complementario que tiene el sistema educativo” (FRÁVEGA, 2015, p. 201).

Percebo, desta forma, que a crítica feita pelas autoras do periódico se estende não apenas à perpetuação de uma realidade de desigualdade entre homens e mulheres, mas de uma política de Estado que reafirma, mesmo que de forma velada, a possibilidade da manutenção deste tipo de pensamento, principalmente nos sistemas educacionais implementados durante os governos militares. A educação no Uruguai ditatorial, por fim, determinava que a formação primária e secundária dos alunos uruguaio deveria se fundar na “formación espiritual, moral y cívica del alumnado,

fortaleciendo el sentimiento de orientalidad” (IDEM, p. 204). O sistema educacional deveria ter um aspecto conservador, ideológico e repressivo em seus mecanismos de vigilância e controle. Ao mesmo tempo, deveria servir como instrumento de construção de capital humano para gestar o desenvolvimento econômico para o país reconquistar o patamar de outrora.

A ideia de explorar o ensino de uma “moral” foi criticada por Rosário Beisso no artigo “Textos de Moral” (BEISSO, 1985, p. 8), que classifica a inserção da disciplina no ensino secundário como uma verdadeira “antologia do disparate”. Assim como demonstrei a indignação nos manuais brasileiros da disciplina semelhante, a autora também disserta sobre trechos de manuais uruguaios que traziam em suas páginas os seguintes ensinamentos: “Otro deber típicamente femenino es el tener la ropa limpia y en condiciones, y la comida pronta para cuando llegue el esposo” (IDEM), ensinando a meninas qual seria seu lugar e sua ocupação natural em um ambiente familiar. Em outro trecho, esta ideia é melhor desenvolvida no manual:

Toda sociedad necesita de un jefe que la gobierne y dirija...de las dos fuerzas integrantes de la sociedad familiar, por naturaleza la mujer es más débil, en ella predomina muchas veces, más el sentido que la reflexión, y la clase de medios de que ha sido dotada para adquirir ascendiente, indica que no ha nacido para mandar; en cambio el hombre, la naturaleza le ha dado el aire e el fuerza de mando, menos sensible de corazón, más reflexivo, sin los medios y las artes de seducir. Entonces por consiguiente la autoridad se halla en el padre (BEISSO, 1985, p. 8).

Os manuais saíram de circulação junto com o governo militar em 1985, mas o estrago feito em gerações ainda é perceptível na manutenção das estruturas de poder patriarcais que se estendem como naturais até os dias de hoje.

É consenso entre as duas publicações que as oportunidades de acesso e de permanência entre meninos e meninas nos sistemas educacionais não era o problema na escolarização feminina, uma vez que, pelo menos em tese, os dois países pregavam a educação universal e gratuita, garantida pelo Estado. Em uma publicação em *Mulherio* (ROSEMBERG, 1985, p. 13) em que explicita o resultado de uma pesquisa sobre mulheres e o universo educacional em 1978 (importante sublinhar que ela ainda localiza estes resultados se estendendo por toda a década seguinte), Fúlvia Rosemberg<sup>63</sup> destaca

---

<sup>63</sup> A maioria das reportagens de *Mulherio* que envolviam a temática educacional eram assinadas por Fúlvia, Rosemberg e não sem razão. Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, foi através dela que chegou à Fundação a ideia de se pensar as diferenças, com ênfase no mundo infantil. Pesquisou sobre a infância, as oportunidades educacionais brasileiras sob a ótica de gênero e raça, configurou o programa de ações afirmativas para negros e indígenas. Professora titular da USP, coordenou o NEGRI (Núcleo de

que, apesar desta universalidade, os microcosmos das escolas mostravam outras questões sutis, uma vez que as mulheres se estabeleciam no que ela chamou de “guetos educacionais”. Ela ressalta que em um destes guetos encontram-se as mulheres mais velhas e de zonas rurais, que são relegadas a uma convivência própria por possuírem níveis mais baixos de escolaridade, contrastando com as mulheres jovens dos meios urbanos. Outra importante questão levantada por Rosemberg está no fato de a experiência escolar ter uma função social diferente para homens e mulheres. De acordo com sua pesquisa, para as mulheres, a escola era mais do que o local para se obter um diploma, antes, um lugar de socialização legitimado fora do ambiente do lar.

Acredito que a escola, enquanto ambiente de socialização em que, a época aqui estudada, já não mais separava os indivíduos pelo sexo, se apresentava para as mulheres na década de 1980 com uma dupla função: se por um lado era um ambiente de reprodução do local socialmente atribuído às mulheres como inferiores ao homem presente na criação e difundido em muitos lares (e em manuais escolares, como vimos), em contraponto, também pode ser encarado como um local de resistência, no qual as mulheres iam não apenas visando um futuro melhor, mas também, para se socializar e trocar experiências. Apesar de ter de conviver com as desigualdades, a escola tira a mulher da posição de vítima das circunstâncias e lhe dá alguma condição de emancipação.

#### **4.5 Nosotras e Nuestros Corpos: a sexualidade feminina em pauta.**

O universo da sexualidade feminina tem sido objeto de interesse de diversas áreas de estudos ao longo dos tempos. A vida sexual das mulheres sempre foi moldada por padrões sociais e morais que estabeleceram a ideia de que as mulheres deveriam ocupar o papel de reprodutoras, extinguindo de sua realidade qualquer possibilidade de prazer no ato sexual, muito influenciado pelas questões difundidas pela Igreja Católica de que mulheres deveriam reprimir seus desejos para não cair em tentação e se tornar

---

estudos de gênero, raça e idade), além da coordenação e participação ativa em *Mulherio*. Atuou intensamente na defesa dos direitos das mulheres e no campo da infância e educação infantil, e no reconhecimento da importância e no aumento no número de creches. Aguerida na defesa das crianças e das minorias, Fúlvia faleceu em 2014, mas seu legado permanecerá como uma das maiores referências nos estudos da relação entre mulheres, classes sociais, classe e idade, assim como na área da educação infantil.

uma “desonesta” aos olhos da sociedade (GONÇALVES, OLIVEIRA E REZENDE, 2018).

O corpo e as formas de expressão da sexualidade de mulheres sempre foram debatidos e estudados a fim de chegar a uma compreensão que, a meu ver, só foi de fato apreendida quando as próprias mulheres chamaram para si a tarefa de fazê-lo. O movimento feminista fez das questões do corpo e da sexualidade das mulheres uma de suas pautas principais, uma vez que perceberam que a base das desigualdades culturais e sociais ao qual estavam submetidas estavam diretamente relacionadas às desigualdades de gênero sustentadas pela sociedade capitalista e patriarcal.

Uma das formas de romper com este ciclo seria trazer os debates sobre corpo, sexo e sexualidade para o interior do movimento de mulheres, romper tabus relacionados ao corpo feminino, discutir sobre processos fisiológicos como menstruação e menopausa, heterossexualidade compulsória, desejo, gozo e orgasmo, direitos reprodutivos, métodos de contracepção, direito ao aborto e à liberdade de escolha de parceiros, maternidade compulsória, refletir sobre políticas públicas e formas de atendimento médico voltadas para o bem estar, necessidades e desejos da mulher.

Esta pauta foi o tema da edição número 5 de *La Cacerola*, e de diversos artigos publicados no *Mulherio*. A edição n. 5 do periódico uruguaio inicia com uma matéria sem autoria intitulada “Hablemos de sexualidad ¿Un mundo privado?” (S/A, 1985, p. 1) que destaca a carência de estudos mais profundos sobre temas relacionados à sexualidade feminina e a importância de as mulheres opinarem a respeito, uma vez que o silêncio imposto favorecia a manipulação de seus interesses por outras pessoas. Ao mesmo tempo em que os debates acerca da legalização do aborto<sup>64</sup> e filmes e revistas pornográficos eram de fácil acesso, falar sobre sexo ainda se configurava algo complexo para a maioria das mulheres. O artigo afirma que grande parcela da desigualdade social

---

<sup>64</sup> O aborto era proibido no Uruguai desde o ano de 1938, quando se estabeleceu uma lei que determinava até nove meses de prisão para aquela que praticasse o ato. Com a ascensão dos grupos feministas no país a partir da década de 1980, os debates ganharam mais força. Em 1987 foi criada a *Coordinación de Mujeres*, composta por diversos grupos feministas que uniram para adentrar com o tema na pauta política e governamental e buscar o fim da lei contra o aborto. Em 1992, foi criado o *Espacio Feminista*, grupo que buscava denunciar nos meios de comunicação a omissão do governo em temas relacionados aos direitos das mulheres. A primeira tentativa legal de se debater no legislativo a legalização do aborto se deu em 1983 e depois em 1993. A primeira vitória foi em 1994, quando foi aprovado um projeto de lei que permitia o aborto até a 20ª semana de gestação, sem prejuízo legal para a mulher, desde que o mesmo fosse realizado dentro das regras estabelecidas em lei. Após diversas disputas de projetos de legalização envolvendo parlamentares e grupos feministas, foi promulgada, em 2012, a lei nº 18.987, que prevê a interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana. Para maiores informações, ver: FERREIRA, Fernanda Cristina Alvarenga. Uruguai em pauta: a legalização do aborto no contexto de ascensão da Frente Ampla. *Fronteira*. Belo Horizonte, v. 16, n. 32, p. 229 - 252, 2º sem. 2017.

vivida no país era oriunda da forma como a sexualidade era conceitualizada e assumida por toda a sociedade; finalmente, o artigo advoga que o ponto inicial para a construção de tal desigualdade é a capacidade reprodutiva da mulher, considerada como fundamental para a manutenção das estruturas sociais e capitalistas.

O argumento das autoras repousa na ideia de que a sexualidade feminina deve ser vista para além de seus aspectos reprodutivos, colocando o erotismo como um importante aspecto da vida e das relações sociais das mulheres. Era preciso libertar a sexualidade feminina dos extremos em que se encontrava: renegar a vida sexual da mulher à maternidade ou transformá-la em objetos sexuais de consumo e propaganda.

Discutir a sexualidade das mulheres deveria ser um exercício que envolvesse diversos aspectos devido a sua complexidade, tais como questões biológicas, psicológicas, emocionais e afetivas. Durante muito tempo a sexualidade feminina foi deixada de lado, suprimida dos debates, e a intenção de *La Cacerola*, nesta edição, era trazer tais questões à tona:

Reivindicar nuestra sexualidad no es entonces algo egoísta, es por el contrario un gesto político. El cambio en la sociedad implica también, el cambio de las personas. Ya lo dijo Emma Goldman hace 60 años: “La verdadera emancipación no empieza ni en las urnas ni en los jugados. ¡Empieza en el alma de la mujer!” (S/A, 1985, p. 1).

A reivindicação da sexualidade das mulheres foi pauta da chamada revolução sexual liderada pelas feministas a partir da década de 1960, mas nem de longe o processo de apreensão de sua sexualidade foi um movimento simples no universo feminino. Na matéria intitulada “Imitação da Liberdade” (KHEL, 1981, p. 22), assinada por Maria Rita Khel<sup>65</sup>, há a reflexão acerca das condutas sexuais de homens e mulheres em relação ao prazer e a “liberdade sexual”, baseada em uma visão psicanalítica (visto que Khel além de jornalista é, também, Psicanalista). O título já enuncia a visão da autora: por mais que mulheres agora possuam maior liberdade de exercer sua sexualidade, ela ainda não era, nem de perto, próxima àquela vivenciada historicamente pelos homens.

Por mais “livres” que as mulheres pudessem ser em relação a gerações anteriores, para elas o sexo ainda se encontraria no mesmo lugar que o “medo”, as “fantasias”, a sensibilidade. Se libertar disso e encarar o sexo com o objetivo puro e

---

<sup>65</sup> Paulista da cidade de Campinas, Khel é graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo, tendo atuação como editora do editorial *Movimento*, participou da fundação do jornal *Em Tempo* e fez trabalhos como *freelancer* em veículos de grande circulação como *Veja*, *Isto É* e *Folha de São Paulo*. Quando de sua contribuição para *Mulherio*, atuava atendendo pacientes exercendo sua profissão de formação.

simples do gozo é um lugar no qual as mulheres ainda não encontraram espaço. Apesar de terem encabeçado o movimento de defesa da liberdade sexual, as mulheres ainda seriam a face mais oprimida na relação sexual, que ainda era marcada pelo machismo e a repressão.

A fragilidade da construção de uma “liberdade” sexual que abarcasse a realidade das mulheres também foi tratada em *La Cacerola*. No artigo intitulado “La Gran Marginada”, assinado pela médica ginecologista Stella Cerrutti<sup>66</sup>, há o destaque para as inúmeras formas de opressão da sexualidade feminina fomentadas pelas sociedades através dos tempos, como valores éticos, religiosos e até mesmo científicos que colocaram as mulheres em uma dupla função sexual específica e estática: a de reprodutora e a de objeto de prazer, funções que, na esmagadora maioria dos casos, não era exercida pela mesma pessoa (CERRUTTI, 1985, p. 3).

Ao homem, o gozo sempre foi permitido e esperado, enquanto para a mulher, mesmo com os avanços já conquistados à época, ainda existiam normas sociais mais ou menos explícitas que incentivavam a submissão sexual, furtando seus desejos e fantasias, ainda mais se estes forem diferentes dos de seu parceiro. Ao mesmo tempo, a maternidade viria à esteira disto, purificando o ato sexual da mulher, adentrando-a a esfera de “mãe”, o que esvaziaria de vez sua sexualidade. Nas palavras da autora, “al vincular la sexualidad con la juventud y belleza, se les crean serios conflictos a las mujeres que no se adecuan a estos modelos” (IDEM).

Por fim, Cerrutti afirma a necessidade de as mulheres tomarem para si a responsabilidade de uma sexualidade que atenda a seus anseios, encarando-a como mais um aspecto da vida, fonte de bem estar, prazer e felicidade. A única forma de isto acontecer é garantindo um sério trabalho de formação e informação, para mulheres e homens criarem uma nova percepção sobre o sexo.

O desconhecimento acerca de seu próprio prazer gera, em muitos casos, problemas patológicos, conforme vemos na reportagem intitulada “Muito prazer, periferia”, sem assinatura (S/A, 1982, p. 17). A reportagem narra dois casos nos quais mulheres periféricas buscam centros de ajuda especializados em “problemas sexuais”, a maioria destacando a falta de prazer nas relações sexuais. A fala da psicóloga do

---

<sup>66</sup> Consultora independente em temas de sexualidade e saúde reprodutiva da Organização Mundial da Saúde, Cerrutti foi professora da Faculdade de Medicina da *Universidad de la República*, e trabalhou para o governo uruguaio como assessora e coordenadora do *Programa de Educación de la Sexuaidad* entre 1991 e 1995.

Hospital das Clínicas demonstra até que ponto a repressão da própria sexualidade pode adoecer mulheres:

“Há um grande número de mulheres que não se permitem sentir desejo e excitação. Elas sentem-se culpadas de ter desejo, como se pudessem ser confundidas com prostitutas. Conviver com as emoções de culpa vinculadas ao desejo e excitação é tão difícil que muitas fogem da situação simplesmente reprimindo o desejo”. A tática empregada pela maioria dessas mulheres é, então, a da “distração” no momento da relação sexual: elas pensam em outras coisas, nos problemas do dia-a-dia, nos filhos, etc., impedindo-se de sentir o estímulo sexual (S/A, 1982, p. 17).

A falta de autonomia e conhecimento do próprio corpo, assim como a desinformação e a responsabilização da condução do homem nas relações sexuais são as principais causas de problemas como este exemplificado na matéria acima. Mas como se ver livre deste círculo vicioso que prega que as mulheres devem ter autonomia de sua vida sexual, mas não fornece os meios necessários para que a verdadeira liberdade ocorra? Mercedes Sayagués escreve em “Nosotras e Nuestros Cuerpos” (SAYAGUÉS, 1985, p. 5) que parte do tabu acerca da sexualidade feminina advém do desconhecimento das mulheres sobre sua própria anatomia e zonas de prazer. Mesmo conhecendo algumas partes pelo nome científico, muitas não conseguem reconhecer seus órgãos sexuais. Apesar de internos, um espelho e uma boa luz já seriam capazes de mostrá-las os contornos de seus corpos, mas a vergonha de si próprias de adentrar a um território “proibido” as impedia de prosseguir. Afinal, apenas os médicos e os maridos possuíam autorização para “manusear” tais áreas, mesmo não estando em seus corpos.

A insegurança causada pelo desconhecimento do próprio corpo é fomentada pela publicidade de padrões de beleza irreais difundidas nos meios de comunicação e que reforçam a insegurança das mulheres perante outras. Em um artigo intitulado “Espelho, espelho meu”, a jornalista Leda Beck<sup>67</sup> entrevistou diversas mulheres em salões de beleza e constatou que o capitalismo cria e recria padrões estéticos femininos, sempre inatingíveis, mas extremamente rentáveis, pois a busca pela “beleza” sempre passará por produtos e procedimentos que enquadram mulheres em um “padrão universal”, tão impossível de ser atingido, quanto sedutor de ser buscado. O sentimento de inferioridade causado pela inadequação aos padrões estabelecidos faz com que as mulheres reais se considerem sempre mais baixas, mais gordas ou mais feias do que as

---

<sup>67</sup> Jornalista de formação, a paulista reside atualmente nos Estados Unidos e atua como escritora e tradutora, vinculada a Universidade de Stanford, na Califórnia. Atua na área jornalista a mais de 40 anos, se dedicando a projetos editoriais variados, como edição de livros, revisão e tradução. É citada em algumas edições como colaboradora do boletim.

“desejáveis”, afetando sua vida sexual e sua vontade de conhecer e amar o próprio corpo.

A situação é tão perversa que atinge meninas ainda crianças, quando percebem que o seu tipo físico não se enquadra no padrão difundido nas revistas e novelas da televisão. Ainda de acordo com Sayagués (1985, p. 5), desde pequenas mulheres são ensinadas a buscar a aprovação de um homem, por esta razão crescemos com vergonha de falar sobre certas partes do corpo e sobre os processos naturais que com ele ocorre. A falta de uma cultura na qual mulheres se empoderem de seus corpos faz com que meninas cresçam vendo seu corpo como sujo, sempre associado a censura e ao pecado.

A menstruação segue sendo como um dos grandes tabus relacionados ao corpo feminino. Sayagués afirma que, inclusive, na região do Rio da Prata, chegam a dizer que as mulheres estão doentes em sua semana menstrual, tamanho desconforto de dizer que estão menstruadas. Esta não era uma situação vivenciada apenas pelas uruguaianas. Em um artigo intitulado “Menstruação” (BOCCHINI, LEÓN, 1984, p. 16-17), as autoras Ethel León<sup>68</sup> e Maria Otilia Bocchini<sup>69</sup> destacam que, em plena década de 1980, falar sobre menstruação ainda era um grande tabu na sociedade brasileira, sendo vista como o lado negativo da feminilidade. Ao invés de se comemorar a chegada da menstruação em uma jovem, o que demonstra que ela é perfeitamente saudável, a menarca vem junto com uma série de temores e advertências. Associar menstruação a sujeira é apenas um dos mitos que crescemos ouvindo e reproduzindo, muito por falta de conhecimento acerca dos próprios processos biológicos que vivenciamos.

*La Cacerola e Mulherio* apresentam, ao longo dos tempos, consonância ao afirmar que a sexualidade feminina ainda na década de 1980 representava um grande tabu social semelhante nos dois países, e refletia também um aspecto da vida das mulheres em que elas ainda não possuíam total domínio. A opressão sexual feminina começava desde a falta de conhecimento sobre o próprio corpo, a demonização da menstruação, a culpa implícita nas relações sexuais que impedia que as mulheres buscassem o prazer genuíno. Mas talvez nenhum assunto envolvendo a sexualidade

---

<sup>68</sup> Jornalista fluminense, professora de História do Design e editora da revista eletrônica de design. Autora de diversos livros e curadora de exposições de design brasileiro em diversos países europeus. Foi militante da esquerda na década de 1970, quando cursava jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presa e torturada pela ditadura militar, se exilou no Chile. Ao retornar para o Brasil, trabalhou como editora de cultura no jornal Opinião, ajudou na formação do jornal Em tempo, ingressando em 1980 como editora de Mulherio.

<sup>69</sup> Professora, militante do movimento feminista paulista, formada em Letras pela Universidade de São Paulo, com atuação como docente no curso de Editoração da Escola de Comunicação e Artes da USP, e autora de diversos livros e associada a Sociedade Brasileira de Design da Informação.

feminina tenha tido tanta atenção de *Mulherio* quanto a questão do aborto, existindo, de acordo com Gonzaga (2014), quinze matérias que tratam da questão.<sup>70</sup>

Desde a primeira aparição do tema, na matéria intitulada “A lei ignora a realidade” (CUNHA, 1981, p. 5), assinada por Maria Carneiro da Cunha<sup>71</sup>, há a explanação no caso de uma mulher que pediu à justiça o direito de abortar após sofrer um estupro, e ter sua solicitação negada, uma vez que o juiz não considerou o estupro como legitimamente comprovado. Naquele momento, 1981, de acordo com a matéria, havia a ocorrência de três milhões de abortos clandestinos ocorrendo no Brasil, mesmo com a lei punitiva em vigor no país. A consequência disto é um número altíssimo de mulheres que morrem ou ficam danos permanentes após o procedimentos. Sendo que, de acordo com a autora, o procedimento realizado de forma legal, até o terceiro mês de gestação, tinha uma taxa baixíssima de risco, cerca de três por cem mil, de acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde à época.

A matéria termina com uma reflexão que permeia toda a abordagem acerca do aborto na publicação. Entre debates de pessoas contra ou a favor da prática, está uma questão política maior: a quem deve pertencer o controle da reprodução humana? Aos homens, às mulheres ou ao Estado? Uma vez que o último defende o “direito à vida” ao penalizar judicialmente as mulheres, detentoras dos corpos que carregam o feto, o debate gera outra pergunta: existe a defesa do direito à vida de quem?

A polêmica acerca do tema volta a ser abordada em *Mulherio* na reportagem intitulada “Aborto” (CASTILHO, 1983, p. 3), assinada por Inês Castilho, na qual começam a ser exploradas as possibilidades de levar as discussões acerca do aborto para uma esfera política, onde o tema se inseriria em debates de saúde pública. Narra a escolha do dia 22 de setembro como o Dia Nacional de Luta pela Legalização do Aborto, em que diversos grupos feministas do país promoveriam conversas sobre o tema, sem manifestações públicas de massas, mas sim, em debates públicos, núcleos

---

<sup>70</sup> No Brasil, o aborto sempre foi uma questão que mais foi debatida no âmbito criminal do que nas esferas da saúde pública. Desde o Estado Novo, a divulgação e a prática do aborto é considerado “crime contra a vida”, com pena que varia entre um e três anos de detenção para a executora. O aborto não é considerado crime apenas em casos específicos para salvar a vida da mulher e em casos de estupro. Em 2004, uma liminar do Supremo Tribunal Federal permitiu que as mulheres pudessem abortar em casos comprovados de má formação fetal (anencefalia), que foi cassada logo em seguida. Para mais informações, ver: ROCHA, M. I. B. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. *Revista brasileira de estudos da população*. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-374, jul/dez. 2006.

<sup>71</sup> Jornalista e escritora, é uma das fundadoras de *Mulherio*. Na década de 1980 já trabalhava com a temática do aborto na década de 1980, tendo publicado o livro *O que é o aborto* em co-autoria com Carmem Barroso, para a Frente de Mulheres Feministas, em 1980, e *Comportamento Sexual – a revolução que ficou no caminho*, em 1988.

universitários, grupos de bairros, e na culminância de um projeto de descriminalização elaborado por feministas cariocas. Tirar o movimento popular desta data era uma forma de organizar bases concretas para a tratativa do tema sem as paixões que envolvia o assunto quando levado para uma discussão com pessoas fora dos espaços feministas. De acordo com uma das entrevistadas da matéria, Clair Castilho Coelho, vereadora e membra do grupo feminista Vivências, de Florianópolis:

As poucas pessoas que acham que deve ser descriminalizado pensam assim por razões médicas e não do ponto de vista da mulher decidir sobre o próprio corpo. Por isso, penso que o debate deverá trazer alguém da Igreja, do feminismo e da saúde pública, para que possa analisar os vários lados da questão (COELHO, 1983, p. 3).

A temática retorna em *Mulherio* um ano depois, em outra reportagem denominada “Aborto” (ROSEMBERG, NESTLEMER, CASTILHO, 1984, p. 7), escrita por Fúlvia Rosenberg com colaboração de Wanda Nestlemer e Inês Castilho, e mostra a mudança que o debate acerca do tema obteve de um ano para outro. Se em 1983 a ideia dos grupos feministas era construir uma base discreta de atuação, evitando grandes movimentos de massa popular, na reportagem de 1984, as autoras demonstram que o debate acerca da descriminalização do aborto havia ganhado as ruas e as esferas populares, “mobilizando a opinião pública, setores da sociedade brasileira e ocupando posição de destaque nos meios de comunicação” (IDEM). Provavelmente inspiradas pela movimentação política impulsionada pelos movimentos das Diretas Já, que desde o ano anterior já agitavam regiões brasileiras e geraram uma oportunidade de ampliar o debate. Duas razões embasam o debate neste momento: a regulamentação e legalização do Dispositivo Intrauterino (DIU) no país, proibido até então por ser considerado um método contraceptivo abortivo; e um projeto de lei de autoria de Cristina Tavares, que propunha a ampliação das possibilidades de realização legal do aborto.

Apesar de ser um consenso entre as feministas, o debate acerca da legalização encontrou um forte oponente: a Igreja Católica. A movimentação acerca do tema animou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a lançar a campanha “direito à vida”, no qual defendia a não legalização em nenhuma situação, tendo grande apelo popular<sup>72</sup>. Os movimentos religiosos, desta forma, se tornaram os grandes porta vozes anti aborto no país, ganhando o apoio dos setores conservadores da sociedade.

---

<sup>72</sup> O movimento “pro life” ou “pró vida” surgiu nos Estados Unidos em fins da década de 1970 como um contra-movimento ao feminismo, pois suas propostas desafiavam e iam contra todas as conquistas dos direitos das mulheres até então naquele país. Após isto, o movimento cresceu e foi ampliando sua atuação

Até esta edição, a meu ver, *Mulherio* repousava seu discurso sobre o aborto nas lutas subjetivas que envolviam o assunto. A influência da Igreja, os debates na justiça, os projetos políticos, todos funcionando como vigilantes dos corpos das mulheres, todos dispostos a disciplinar e regular seus corpos, justo daquelas as quais deveriam ser as primeiras (e porque não dizer, as únicas) a serem ouvidas e consideradas no assunto. As feministas buscavam, desta forma, trazer novamente para as mulheres as rédeas da discussão.

A reabertura política que culminou com o fim do ciclo de governos militares, teve Tancredo Neves eleito indiretamente e seu vice, José Sarney, assumindo a presidência, o primeiro civil desde João Goulart. Esse período foi marcado pela movimentação política mais importante dos primeiros anos de democracia: a criação de uma nova constituição federal, aquela que recriaria as bases democráticas e que inseriria o Brasil nos novos tempos.

O momento foi fundamental para as feministas, que retomaram os diálogos mais articulados com os partidos políticos, e *Mulherio* se tornou uma grande oportunidade de mostrar às mulheres candidatas às eleições legislativas e suas pautas. A constituinte, desta forma, se transformou na oportunidade de inserir os debates pró-aborto e as mudanças nas leis reprodutivas na pauta do dia, legitimando politicamente o assunto mais polêmico que envolve a sexualidade feminina.

E os debates políticos foram enormes nestes tempos, até mesmo dentre aqueles que eram a favor da descriminalização. Na reportagem intitulada “Constituinte, vamos batalhar este debate” (LEON, 1986, p. 16-17), Ethel de Leon faz um panorama da discussão acerca do tema e destaca o poder da campanha contrária travada pela Igreja Católica, que propunha, inclusive, a proibição dos casos que já eram permitidos por lei. Havia aqueles que sugeriam que o assunto “aborto” deveria sair da esfera criminal e ser tratado como uma lei, como a escritora Rachel Gutiérrez, e que o momento era propício para tal. Estas eram aquelas que acreditavam que o debate devia estar em uma esfera da

---

para outras pautas progressistas, como direitos LGBTQI+, educação sexual, contracepção, pesquisas com utilização de células-tronco para pesquisas científicas, prostituição, e diversas outras pautas consideradas absurdas aos vieses conservadores. Com diversas instituições sendo criadas nesta forma de pensamento, destaco a fundação da *Human Life International* (HLN), em 1981. A instituição tem forte ligação com a Igreja Católica, apesar de aceitar como membros pessoas que se considerem “católicos não praticantes” e membros de religiões protestantes. Seu objetivo é criar uma espécie de “pan-cristianismo” que consiga unir setores amplos da sociedade a partir de uma concepção conservadora de vida humana. O Brasil é um dos países filiados a HLN. Para outras informações, ver: ROCHA, Camila. Cristianismo ou Conservadorismo? O caso do movimento antiaborto no Brasil. *Revista TOMO*. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 36, p. 43-78, jan./jun. 2020.

“legalização”; e aquelas que acreditavam que a manutenção do assunto na esfera penal era uma oportunidade para evitar que forças conservadoras conseguissem brechas para endurecer ainda mais as possibilidades de interrupção de uma gestação, como é o caso de Florisa Verucci, membra da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada pelo presidente Sarney, pertencente a uma linha de defesa da esfera da “descriminalização”.

Esta diferenciação se faz necessária por abranger dois aspectos de análise do assunto, e a posição de *Mulherio* se insere justamente na intercessão entre ambos. A meu ver, mesmo estando em um momento no qual o Estado democrático de direito permitia as mulheres discutirem as punições legais às práticas de interrupção da gravidez, a questão moral acerca do tema ainda é suficientemente forte para impedir que tais discussões avancem a ponto de se tornarem projetos de leis passíveis de serem discutidos no congresso nacional.

*Mulherio* se posicionava, sem dúvida, como aquelas que acreditavam que o tema deveria, sim, ser pauta principal das mulheres na nova Constituinte, apesar de todas as dificuldades em lidar com a tratativa no contexto histórico em questão, e que só desta forma a descriminalização poderia ser alcançada. A matéria intitulada “A Nova Constituição em Gestação” (CASTILHO, SAMPAIO, MOTT, PAES, 1986, p. 14), assinada por Inês Castilho com colaboração de Ana Matilde de Mesquita Sampaio, Maria Lúcia de Barros Mott e Pérola Paes, demonstra o tamanho da movimentação de mulheres organizadas em grupos espalhados pelo país que prepararam documentos para fazer chegar suas reivindicações às suas candidatas à eleição. O Clube de Mães de Embu (São Paulo), as participantes do 1º Encontro de Mulheres do Sertão em Petrolina (Pernambuco), o Coletivo de Mulheres Negras Nzinga (Rio de Janeiro), o Coletivo de Mulheres Negras (São Paulo), a Ação Lésbico-Feminista (São Paulo), a União de Mulheres (São Paulo), são apenas algumas das organizações destacadas na matéria e que estavam sistematizando documentos com propostas de mudanças nas leis que atingissem suas questões, tanto as mais amplas, que envolvem as mulheres em geral, como as mais específicas, como questões pontuais envolvendo raça, classe e orientação sexual.

Os direitos reprodutivos das mulheres estavam fortemente inseridos nos debates levantados nestes documentos, sempre prezando por destacar a livre opção pela maternidade, o acesso a contracepção e o direito a interrupção da gravidez. Com isto, uma grande parcela do movimento feminista brasileiro, a meu ver, estava em sua maior

demonstração de ação política social, capaz de organizar grupos de mulheres com distintas realidades em torno de uma causa comum, buscando lutar juntas contra o conservadorismo que impedia o debate.

O que obteve como resultado, porém, não foi o esperado pelas feministas organizadas que lutaram durante a década de 1980 pela legalização e, conseqüentemente, descriminalização do aborto. Na matéria “Aborto, momento de decisão” (SILVEIRA, 30, 1987, p. 5), assinada pela jornalista Santamaria Silveira, é levado a conhecimento da leitora que todas as tentativas de inserção da temática na nova Constituinte foram em vão. As eleições de 1986 compuseram um cenário político desfavorável às pautas defendidas pelas feministas e as discussões sobre a legalização da interrupção da gravidez foram massacradas no Congresso, sendo substituídas por outras propostas conservadoras. Uma das passagens da reportagem afirma que:

A legalização do aborto chegou a ser cogitada como uma possível conquista das mulheres na nova Constituição, mas, diante da predisposição de 60% dos parlamentares se posicionarem contrários a ideia, o entusiasmo arrefeceu. "O aborto continua a ser colocado como uma guerra santa", pondera Cristina Tavares, "está colocado indevidamente na Constituinte, e por ser um assunto complexo e delicado, deveria ser aprovado ou rejeitado mediante um plebiscito popular" (IDEM).

Pior que a não aceitação das propostas, foram as alternativas de alteração que circularam nos debates, como o proposto pela Subcomissão da Família, do menor e do idoso que propunha transformar o aborto em crime, mesmo nos casos já determinados em lei, e de que a vida deveria ser protegida desde a concepção. A reação possível das feministas foi tentar uma ação de iniciativa popular através de abaixo-assinado para ser enviado aos parlamentares manifestando repúdio às viradas conservadoras.

As reportagens aqui citadas relacionadas a questão do aborto não correspondem à totalidade encontrada nas 39 edições de *Mulherio*, mas foram por mim selecionadas pois são fundamentais para compreendermos os posicionamentos das intelectuais envolvidas na produção do periódico e as mudanças em relação ao tema ao longo da década na luta das feministas brasileiras pela legalização e descriminalização. Através delas, podemos compreender que os debates acerca da questão envolvem discussões sobre a demonização do prazer feminino, da falta de acesso a métodos contraceptivos eficazes e amplamente distribuídos, e do machismo presente no pensamento de que à mulher o prazer sexual não é permitido.

No Uruguai, os debates acerca do aborto caminharam em uma direção diferente da brasileira, e por esta razão, a abordagem dada por *La Cacerola* não segue uma linha parecida com a de *Mulherio*. No artigo chamado “Aborto: historia y salut” (CERRUTTI, 1985, p. 8), assinado por Stella Cerrutti, há a ênfase na necessidade de se debater o aborto no contexto da educação sexual, devido a todos os âmbitos que a questão abarca. A maior delas é a assistência para mulheres que pretendem fazer um aborto seguro e o quanto este procedimento é mais interessante para o Estado. A reportagem destaca que, um aborto clandestino tem como gasto aproximado em seus cuidados pós procedimento entre 850 e 7500 dólares, que envolvem equipes médicas, instrumentos, leitos hospitalares, bolsas de sangue e outros. A existência de um procedimento legal, inserido em políticas públicas de saúde do Estado, impediria as mulheres de buscarem procedimentos ilegais e gerar estes gastos, com o risco de incorrer na morte, que muitas vezes é pertencente às classes mais simples da sociedade.

Em outra reportagem, intitulada “Tan Viejo Cuanto El Siglo” (SAPRIZA, VILLAMIL, 1985, p. 9), escrita por Graciela Sapriza e Silvia Rodriguez Villamil, há uma análise entre as baixas taxas de natalidade uruguaias no início do século XX com as políticas em relação a aborto seguro no país. As autoras destacam que desde sempre o país vive uma baixa taxa de nascimento por questões sociais e econômicas, uma vez que não se podia aumentar a população por não haver postos de trabalho para todos nas cidades, assim como o aumento de mulheres estudando por mais tempo e trabalhando fora de casa. Mas como pensar em controle de natalidade em uma época na qual existiam poucas formas de se evitar uma gravidez indesejada? Algumas das razões são o retardamento da idade para casamento, a utilização do coito interrompido como método contraceptivo (mesmo com baixa eficácia comprovada), e o aborto como medida de se livrar de uma gestação não planejada. O objetivo das autoras, com isso, parece ser o de afirmar que mesmo em uma época em que o aborto era proibido, milhares de mulheres o faziam, fato este que ainda é recordado com certa naturalidade por mulheres mais velhas. Em 1938, ao entrar em vigor uma lei mais restritiva em relação a quem poderia abortar, pouco se alterou na prática no país, apenas penalizou ainda mais mulheres e profissionais que fossem denunciados. Mesmo com a utilização da prática de interrupção da gravidez, as taxas de natalidade no Uruguai começaram a aumentar, o que mostra que a prática em nada alterou o desenvolvimento demográfico do país.

Também há, nesta edição de *La Cacerola*, depoimentos anônimos que narram diferentes experiências de mulheres que buscaram o aborto, pelos mais variados

motivos. No depoimento a seguir, há a narrativa de uma mulher que fez um procedimento bem sucedido, legal e sem consequências:

Yo no tuve problemas con mi aborto. Tenía plata y contactos. Fui a una buena clínica en el centro. Entré a las 9 y salí a las 11. Me acompañó una amiga. Después me metí en la cama y le dije a mi madre que tenía una menstruación dolorosa y gripe. Al día siguiente fui a trabajar como si nada. Me dolía un poco, como una menstruación fuerte (S/A, 1985, p. 9).

Já a passagem seguinte narra o caso de uma mulher em que a irmã se submeteu a um procedimento ilegal e teve consequências terríveis:

Esto se pasó a mi hermana Mirta. Ella tenía 18 años y quedo embarazada del novio. Los dos estudiantes, no tenían mucha plata para un buen médico. Encontraron un estudiante de 5° de medicina que les dijo de sí. Cuando llegamos a la casa, en la periferia de Montevideo, y el estudiante descubrió que Mirta era asmática, no quiso darle anestesia por el riesgo. Mirta estaba desesperada porque ya estaba de tres meses y dijo que sí. Yo la agarraba de los pies y el novio la agarraba de los hombros. Mirta mordía un pañuelo para no aullar. El estudiante le decía que no hiciese ruido por los vecinos. Le hizo un raspado sin anestesia. Elle dice que fue el dolor más atroz que te puede imaginar. Demoró mucho tiempo, como un año, en quedar bien (S/A, 1985, p. 9).

Os relatos acima, transcritos nas páginas de *La Cacerola*, mostram o empenho do periódico em reafirmar sua inconformidade em ainda haver pessoas que não defendiam o acesso amplo e irrestrito das mulheres à possibilidade de interromper uma gravidez indesejada. O fato de não haver condições de se pagar por um procedimento ou de se enquadrar nos critérios legais nunca foi impeditivo para mulheres abortarem, apenas, determinou o grau de sofrimento a qual cada uma seria exposta.

Assim como o pensamento presente em todo o debate que *Mulherio* faz sobre a necessária escuta das mulheres sobre seus posicionamentos acerca da questão do aborto, em *La Cacerola* também há a defesa da atuação do movimento feminista nos debates acerca da questão. Em “Redefiniendo el Debate”, Mercedes Sayagués lança luz sobre o pensamento das feministas uruguaias acerca da interrupção da gravidez, quando estas questionam por que um feto que não consegue sobreviver fora do corpo de um hospedeiro deve ter mais direitos do que a mulher que o carrega.

Negar o direito ao aborto às mulheres, de acordo com estas feministas, responde a uma moral conservadora que não aceita que as mulheres desfrutem de sua vida sexual sem o medo e a culpa de engravidar sem vontade ou condições. O temor da gravidez seria utilizado, desta forma, como controle social dos corpos femininos. Permitir que mulheres escolham manter ou não uma gravidez confere maior autonomia sobre suas

próprias vidas, assim como a possibilidade de as mulheres ganharem espaço em outros campos sociais e políticos. Algumas feministas ainda afirmavam que nenhum direito conquistado pelas mulheres ao longo da história, faria sentido se outras pessoas tivessem o direito de definir o seu destino.

*La Cacerola e Mulherio* seguem abordagens distintas a respeito do tema mais sensível relacionado à sexualidade feminina, baseadas nos contextos locais de seus países e do local que o tema ocupava tanto na mentalidade, quanto nas esferas sociais e políticas. Apesar disto, ambas as publicações pairam sob a mesma premissa, demonstrando, desta forma, estarem inseridas em uma mesma rede na qual as ideias das mulheres circulam de forma parecida, se adequando a cada especificidade local. Ambas as publicações defendem que o debate acerca de legalização e discriminação do aborto deveria ser conduzido pelas mulheres, verdadeiras donas e reguladoras dos corpos envolvidos no processo, e não pelo Estado.

Outros assuntos relacionados à sexualidade feminina foram retratados nas páginas das publicações, de forma menos recorrente, mas não menos aprofundada. *La Cacerola* dedicou uma seção a pensar os efeitos sociais da menopausa na vida das mulheres (S/A, 1985, p. 7), destacando o quão injusto é associar o fim da vida reprodutiva com o fim da vida sexual e afetiva das mulheres, e o quanto é desgastante ter de lutar para não sermos encaradas como meras “fabricas de fazer filhos”. Já *Mulherio* se dedicou a pensar o polêmico tema do planejamento familiar em diversas edições, como na matéria intitulada “Repensando nossas Propostas” (ARAÚJO, CUNHA, 1982, p. 14), na qual existe a defesa de políticas de planejamento familiar, porém, que o Estado respeite as decisões das mulheres através da defesa da “maternidade voluntária”, mudando a atuação governamental de controle dos nascimentos como forma de resolução dos problemas sociais do país para o incentivo de ampliação ao acesso aos métodos contraceptivos independente de faixa de renda, em educação sexual para que seu uso não seja apenas estimulado, mas também adaptado a cada caso específico, e com uma atuação maciça das mulheres neste processo.

*Mulherio* também tocou em outros pontos como o drama da falta de acesso à métodos contraceptivos (S/A, 1984, p. 6), erotismo e pornografia (LEMOS, 1986, p. 7-8), e por duas ocasiões dedicou suas páginas a tratar de questões que envolviam mulheres lésbicas, uma em uma grande reportagem intitulada “Vida, Minha Vida” (S/A, 1982, p. 14), que trazia uma entrevista com Teca, uma jovem lésbica que respondeu

perguntas de todas as naturezas sobre as vivências e relações de uma mulher assumidamente homossexual.

Na outra reportagem, há um panorama das visões estereotipadas que seguem homens e mulheres homossexuais e como as concepções de “masculinidade” e “feminilidade” são difíceis para estes grupos. Apesar de ter poucas matérias direcionadas sobre as mulheres lésbicas, nas páginas de *Mulherio* sua ação política é sempre destacada, seja na atuação dos grupos organizados espalhados pelo país, seja pela publicidade dada ao editorial *Chana com Chana*, produzido pelo Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

O fato é que, a meu ver, *Mulherio* não se aprofunda muito nas questões específicas das mulheres lésbicas por conta da gênese do movimento lésbico ter se dado paralelamente à institucionalização do movimento feminista e o primeiro não ter sido, de fato, absorvido pelo segundo. As demandas dos feminismos que se desenvolveram aqui no Brasil não abarcavam as reivindicações das mulheres lésbicas, como talvez a questão básica que envolve sua existência: a heterossexualidade compulsória. Suas vivências não residiam nas pautas envolvendo a luta por creches, métodos contraceptivos e aborto, por exemplo. Por isto, vejo a publicação brasileira mais como uma aliada à luta da mulher lésbica, do que um palco para a militância lésbica.

Se o destaque dado às lésbicas em *Mulherio* foi pequeno, em *La Cacerola* a invisibilidade é ainda maior. Não há, em todas as edições da publicação, nenhum artigo que se dedique a pensar a situação da mulher lésbica uruguaia ou mesmo qualquer aspecto de sua existência, fosse sua sexualidade, seu espaço no mercado de trabalho, ou qualquer outro.

Os feminismos brasileiros e uruguaiois, analisados através dos textos das próprias participantes e fundadoras dos movimentos, nos mostra que apesar das diferenças locais existentes entre os dois países, se encontravam, ao fim da década de 1980, com o mesmo dilema em suas mãos: como tornar-se atrativo e amplo, de forma a agregar as questões que envolvem distintas realidades vivenciadas pelas mulheres destes países.

Os periódicos organizados por mulheres no Uruguai e no Brasil foram impulsionados pela identificação de problemas sociais e na construção de propostas para solucioná-los. Estas eram diretamente dirigidas à transformação da ordem político-institucional em um momento político em que parecia possível esta mudança a nível social, a saber, a transição para a democracia após anos de ditaduras militares. A meu ver, estas mulheres partiram de um questionamento global da ordem social, na qual

existia uma dupla necessidade: a criação de espaços próprios que permitissem que as mulheres pudessem discutir suas opressões gerais e desenvolver práticas adequadas de ação; assim como a criação de estratégias de inserção em outros espaços políticos, principalmente aqueles nos quais as decisões afetariam a ordem social geral, como a participação de eleições e ocupação de cargos políticos. Os periódicos seriam, desta forma, o produto material da atuação destas intelectuais nos espaços autônomos por elas criados, nos quais as mesmas poderiam discutir as questões mais amplas, nacionais e internacionais, e, também, de forma embasada em seus estudos acadêmicos e científicos, os debates feministas do período.

Desta forma, acredito que o enfoque das feministas envolvidas na concepção tanto de *La Cacerola*, quanto do *Mulherio*, inicialmente tenha sido mais político do que pessoal. E este foi o pano de fundo que possibilitou a institucionalização dos movimentos feministas enquanto espaços autônomos de desenvolvimento de ideias e propostas para a construção de novas possibilidades para as mulheres, vide a mobilização feita para a eleição de mulheres nas assembleias constituintes nas primeiras eleições diretas nos dois países. O lado pessoal começou a aflorar nos movimentos quando, passado o momento de construção das bases, foi necessário voltar os olhares para o próprio movimento e ver que a diversidade de mulheres precisava de enfoques direcionados às suas demandas próprias. O gênero as oprime de forma geral, mas não havia mais como não deslocar o olhar para as questões de raça, classe, geração, orientação sexual que eram a base da vivência destas mulheres. Observar o feminismo no plural foi, talvez, o maior legado desta geração.

A explanação dos temas acima não busca, e nem pretende, dar conta de todos os temas analisados nas páginas de *La Cacerola* e *Mulherio*. Seria uma presunção tentar fazê-lo, devido à riqueza de assuntos que, naquele contexto, perpassavam a situação das mulheres no Brasil e no Uruguai. Dois países geograficamente próximos, com realidades sociais distintas, mas que se aproximam quando damos o enfoque de gênero em nossa análise: mulheres brasileiras e uruguaias sofriam de opressões muito parecidas, opressões que sublimavam a geografia e, da mesma forma, careciam de um olhar que também conseguisse enxergar soluções para além das fronteiras.

A solução encontrada por estas intelectuais que se reuniram em espaços autônomos de pesquisa para traçar a situação das mulheres em seus respectivos países foi criar uma narrativa própria, que elas tinham consciência e a intenção de alcançar as vizinhas de Cone Sul, de América Latina, de “terceiro mundo”. Eram estas mulheres

que sofriam as mesmas opressões e precisavam buscar soluções adequadas às suas realidades de periferia do mundo.

A ideia da constituição de uma rede de solidariedade entre as mulheres era um objetivo destas feministas, plausível em um mundo globalizado em formação e impulsionado pelos periódicos como veículos de transmissão de ideias. É possível, hoje, ao olharmos pra trás, percebemos que estas redes sim, existiram, começaram a sua circulação a partir da década de 1980 e se consolidou com o advento da internet nos dias de hoje. Estas redes ficam visíveis quando percebemos que, mesmo sem palavras, estas mulheres se liam, se encontravam, se inspiravam umas nas outras, basta apenas observar as temáticas comuns e as estratégias comuns de emancipação das mulheres desenvolvidas nas páginas dos periódicos.

Não há dúvidas, por fim, que mesmo sem perceber, estas mulheres se colocaram em rede, estavam conectadas por fios invisíveis de um tear que as colocava em movimentos de aproximação, por vezes entrelaçados, mesmo mantendo cada linha em seu espaço. São nestes nós, nestas intercessões, que tudo acontece.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Desde algum tempo, as pesquisadoras latino-americanas interessadas na questão da mulher têm sentido necessidade de criação de mecanismos de estreitamento do intercâmbio, para a troca de experiência sobre o trabalho que realizam e para o estímulo ao desenvolvimento dessa área de estudos. [...] Só valeria a pena criar algo inovador em todos os aspectos: ampliando o conhecimento da condição feminina, tomando-o mais acessível, revendo as formas de sua transmissão, dentro ou fora de instituições acadêmicas. Em outras palavras, trata-se de criar algo que favoreça o desenvolvimento de estudos não somente sobre a mulher, mas principalmente a favor da mulher. E, mais do que isto, que seja uma entidade que reconheça e respeite as desigualdades existentes entre países, regiões e estudiosas individuais, e esteja aberta a plena participação de todas as pessoas interessadas.”

O trecho acima faz parte de um artigo de Mulherio intitulado “Juntando esforços na América Latina” (S/A, 1982, p. 10). Nele, há a notícia da criação de uma associação latino-americana de estudos sobre a mulher, grupo composto de mulheres de onze países (Brasil, Argentina, México, Peru, Uruguai, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Colômbia, Venezuela e Paraguai) que visava se colocar em rede e compreender quais as similaridades e diferenças que uniam as mulheres do Sul da América, trabalhadoras, indígenas, negras, latinas.

Os golpes militares que tomaram diversos países latino-americanos a partir da década de 1960 criaram o contexto de reaparecimento dos movimentos feministas no Brasil e no Uruguai, inicialmente ligados às políticas de esquerda, e foram fundamentais para colocar pessoas em circulação, muitas em situação de exílio. Com o avançar da década de 1980, a institucionalização do movimento feminista, o aparecimento de novas perspectivas teóricas que abarcassem, de fato, a realidade das mulheres do Sul, e a transição para uma retomada democrática acompanham um gradativo crescimento nos debates feministas nos grupos autônomos de pesquisa, e com movimentos que se estendiam para outros setores da sociedade.

Os centros de investigação se tornaram, desta forma, um espaço de promoção, produção e divulgação de saberes ligados às temáticas relacionadas às mulheres, sob os olhares feministas das diversas intelectuais que formavam estes centros. Foi a existência destes locais, fator principal para a constituição desta rede entre as brasileiras e as uruguaias, que mesmo distantes geograficamente e em condições sócio históricas características, estavam tomadas por um mesmo objetivo: criar a sua própria versão dos fatos, adequar as teorias vindas do Norte à sua realidade, criar novas teorias que

explicassem a realidade de suas mulheres e propusessem formas de ação e emancipação feminina.

Após a banca de qualificação do doutorado, no qual me foi iluminada a ideia das redes feministas, compreendi que Brasil e Uruguai estavam sob uma espécie de tecido, no qual havia tramas e urdiduras que, entrelaçadas, iam tecendo esta tela maior. A primeira vista, este pano é uma unidade, a qual compreendo como o feminismo feito no Sul, aquele que trazia em si a experiência antidemocrática das ditaduras, da militância que aliava as questões de Estado e as do âmbito privado, pois compreendiam que as relações familiares eram um microcosmo da sociedade capitalista. Um feminismo que reconhece que a sociedade latino-americana é formada na miscigenação violenta ao qual mulheres foram vítimas desde os primórdios da colonização, e todos os desafios que se colocam na luta de uma militância antirracista em sociedades que fecham os olhos para a exclusão de mulheres negras e indígenas de todas as esferas sociais.

À observadora mais atenta, é perceptível as urdiduras deste tecido, os contextos nacionais e suas semelhanças e diferenças. Enquanto o Brasil é um país com dimensões continentais e experimenta distintas realidades, o Uruguai é um pequeno país onde aproximadamente metade da sua população mora na capital, Montevidéu. Não a toa a cidade foi o palco do grupo estudado, por ser o local onde a Universidade do país estava localizada, e sendo o centro intelectual das mulheres organizadas, sendo a urbanidade fator principal para o desenvolvimento do GRECMU, o grupo estudado nesta tese. No Brasil, diversos grupos feministas se organizaram nos estados, atentas às questões gerais, mas também com foco em suas realidades locais. Este trabalho lança luz à atuação das feministas da FCC, de São Paulo, mas poderia ter focado em qualquer outro grupo ao redor do país.

Para além das diferenças sócio históricas, estão as tramas deste tecido – linhas dispostas transversalmente que transitam com liberdade por entre os fios das urdiduras – que compreendo como sendo os temas que circulavam entre as feministas dos dois países quase que ignorando as fronteiras geográficas. As feministas brasileiras e uruguayas possuíam semelhanças nos temas que as interessava, como as questões envolvendo as dificuldades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, a manutenção da chamada “economia do cuidado” que envolve toda a exploração do trabalho doméstico, as questões que envolveram a participação política, muito influenciadas pelas questões do retorno democrático das eleições e nos debates pelas novas constituintes, as questões envolvendo a educação formal e não formal de

mulheres, que perpetuam estereótipos de gênero, o problema da sexualidade das mulheres, e a polêmica questão do aborto foram os fios que levantei nesta trama que circundou os debates das feministas dos dois países. Longe de esgotar as temáticas que estavam sendo discutidas neste momento, minha escolha se pautou naquelas que tiveram mais destaque naqueles que foram a agulha que arrematou toda a costura do trabalho: os periódicos feministas.

*La Cacerola* e *Mulherio* foram boletins contemporâneos que em diversos momentos trataram das mesmas temáticas e foram, também, o elemento principal na confecção desta rede. Foi através deles que as feministas do GRECMU e do FCC colocavam suas ideias para que várias outras mulheres e grupos feministas pudessem compartilhar e debater suas propostas. Foram neles que percebi a existência desta rede, através de suas páginas que vi que a hipótese que defendi neste trabalho – que estas mulheres estavam interligadas por uma rede feminista que as unia e as fazia compartilhar conhecimento e ação feminista não apenas em seu país, mas em outros países também – se confirmar.

Foi através de suas páginas que percebi a importância dos Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe para a circulação das ideias feministas semelhantes em espaços geográficos distintos; através deles que percebi qual a impressão que um país tinha do outro, em muitos casos percebendo que *La Cacerola* se inspirou em temáticas, tirinhas e leituras feitas por *Mulherio* (o que se explica facilmente pela distância temporal entre ambos, uma vez que *Mulherio* circulou por quatro anos antes do primeiro exemplar de *La Cacerola*); confirmei minha ideia de que ambos estavam inseridos em uma rede ainda maior que envolvia também argentinas, chilenas, paraguaias e outras nacionalidades que buscava a solidariedade entre as mulheres do continente.

*Mulherio* e *La Cacerola* carregaram muitas semelhanças entre si, a maior delas é, a meu ver, a intencionalidade de servir de vitrine para os trabalhos desenvolvidos pelas integrantes dos grupos das quais pertenciam. Foi através de suas páginas que mulheres intelectuais brasileiras e uruguaias mostraram que era possível, sim, criar conhecimento feminista a partir de sua visão e vivência. Com a investigação que fiz nestas fontes para este trabalho, concluí que os boletins informativos foram, na década de 1980, antes da informatização do mundo, partícipes e responsáveis pela circulação de conhecimento feminista latino-americano, sendo reflexo dos espaços produtores de

saberes que os produziam, desenvolvendo temáticas relativas às experiências observadas e vivenciadas por suas criadoras.

Meu trabalho teve como recorte temporal os anos de 1981 a 1988, e nesta quase uma década de fontes analisadas muitos foram os temas e possibilidades que me vieram a mente como grandes possibilidades de investigação futura, seja por mim mesma, seja por outras pesquisadoras que se interessem pelas relações entre Brasil e Uruguai. Pensar na articulação destas mulheres e sua relação com os Estados nos governos neoliberais da década seguinte.

Partindo da afirmação de Sônia Alvarez de que na década de 1990 que os movimentos feministas na América Latina se “transnacionalizaram” (ALVAREZ, 2003), seria interessante pensar na ação destas mulheres em perspectiva comparada, em um contexto globalizado e informatizado, e no qual as mulheres de diferentes origens, etnias e classes sociais buscam emergir suas novas propostas de emancipação feminina em níveis regional e global. Dar prosseguimento em um dos milhares de fios que compõem esta rede entre brasileiras e uruguaias e perceber aproximações e afastamento nas décadas seguintes me parece ser um interessante trabalho a ser feito.

Para Nea Filgueira, (FILGUERA, 1988, p. 8), o movimento de mulheres no Uruguai começou a se articular de forma organizada em 1984, na esteira das lutas de vários setores sociais pela retomada democrática e na esperança coletiva de que demandas próprias das mulheres encontrariam acolhimento nas novas leis que iriam reger o país a partir de então e na sociedade civil em geral, que as abarcaria e lutariam junto com as mulheres. Porém, com o avançar da década, de acordo com a visão da autora, os movimentos de mulheres conquistaram poucos avanços concretos, manifestos por uma espécie de falta de interesse político na resolução de problemas que envolvem, direta ou indiretamente, as mulheres, como a reivindicação por um carga menor do trabalho doméstico, que depende diretamente de políticas educacionais, do aumento no número de creches e políticas de saúde pública. O maior temor destas mulheres era que, em um futuro próximo, o país voltasse a priorizar os problemas gerais e deixasse as pautas das “minorias” para cada segmento encontrar formas de resolução de seus problemas específicos.

E este fato seria crucial para a permanência da existência de um movimento feminista no país. Afinal, enquanto a luta destas mulheres se embasasse em mudar as estruturas sociais e econômicas que sustentavam a subordinação da mulher de forma geral, diversos subgrupos continuariam a ser oprimidos, ou até pior, deixariam de ser

contemplados pelas pequenas conquistas de representatividade que algumas mulheres lograriam.

Reconhecendo que o movimento feminista no Uruguai se organizou entre uma parcela muito pequena de mulheres letradas, a saída para a manutenção do movimento seria a necessária ampliação de suas pautas para a inclusão de análises e estratégias de ação que levassem em conta as especificidades de formação educacional, raça, faixa etária, etnias, de orientação sexual e outras características que definem as mulheres para além do fator “gênero”. Reconstruir os objetivos do movimento no país partiria do necessário diálogo entre estes grupos específicos de mulheres e a escuta atenta de suas demandas, para que novas posições fossem firmadas na luta contra as estruturas políticas que ainda necessitavam ser alteradas.

Esta visão acerca da necessidade de ampliação da atuação do movimento feminista uruguaio é completamente compreensível, visto que a maior parte da população do país é composta por brancos descendentes diretos de europeus e até meados da década de 1990 a categoria “raça” não era inserida nas estimativas oficiais dos censos feitos pelo governo uruguaio.<sup>73</sup> Apesar disto, as demandas das mulheres não brancas uruguaias se tornaram importantes no desenvolvimento de novas propostas de ação do movimento, a ponto de se tornar o principal ponto de inflexão do movimento em fins da década de 1980.

Tenho plena certeza que as mulheres do grupo estudado nesta tese são em sua maioria brancas, de classes mais altas, que tiveram acesso à educação superior. Por mais que não deixassem os recortes de classe de fora de suas análises, acredito que a questão da raça foi deixada de lado devido ao contexto da situação dos negros no país. Alguns estudos a respeito da situação e organização das mulheres afro-uruguaias vem sendo feitas nos últimos anos, mas ainda carecemos de estudos e ações concretas que tenham como objetivo a inclusão destas mulheres na sociedade uruguaia.

---

<sup>73</sup> A primeira vez em que a população negra foi medida oficialmente pelo governo uruguaio se deu no censo de 1852, enquanto ainda vigorava a escravidão negra no país, encerrada em 1862. Somente no censo de 2011 a população negra voltou a ser medida pelo governo, sendo considerada a maior minoria presente no território uruguaio. Cerca de 8% da população é afro-uruguaia, 6% de ameríndios e 1% de descendentes de asiáticos, segundo a medição de 2011. Mesmo sem a medição oficial do governo, é de se supor que as mulheres uruguaias não brancas, ancoradas no crescimento do movimento feminista do país, começaram a exigir que suas demandas específicas fossem atendidas. A interessante questão acerca das minorias étnicas uruguaias pode ser vista em: CABELLA, Wanda; NATHAN, Mathías; TENENBAUM, Mariana. *Atlas sociodemográfico y de la desigualdad del Uruguay*. Programa de Población, Unidad Multidisciplinaria, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2013.

No contexto brasileiro, *Mulherio* também dedicou diversas matérias para pensar a questão dos rumos do movimento feminista no país, inclusive, com destaque dado às reivindicações das mulheres negras que não encontravam espaço dentro do movimento negro e nem em diversas pautas do feminismo feito pelas mulheres brancas. Apesar das semelhantes opressões de gênero sofridas, mulheres negras tinham (e ainda tem) pautas específicas de lutas que muitas vezes não encontravam lugar para o debate. Os necessários recortes de raça e classe sempre estiveram presentes em *Mulherio*, vide o destaque dado à produção de Lélia Gonzalez, com colunas em quase todas as edições do periódico, às diversas matérias assinadas por Sueli Carneiro, Dulce Pereira Cardoso e o espaço dado a atuação política de Benedita da Silva no Partido dos Trabalhadores (PT) como vereadora do Rio de Janeiro (1982), com destaque para a sua bem sucedida campanha à deputada federal na eleição de 1986 nas páginas do periódico, com a notícia da inauguração do Coletivo Nzinga de Mulheres Negras, em 1983. Não quero com isso dizer que *Mulherio* se tornou porta voz das mulheres negras da época, até porque também foi na década de 1980 que o movimento de mulheres negras estava se organizando no país. Apenas destaco que a publicação parecia consciente de que as pautas envolvendo as mulheres negras tinham suas particularidades e que somente àquelas que com esta vivência deveriam ter espaço de fala em suas páginas.

Assim como o feminismo uruguaio, o movimento feminista brasileiro foi formado por mulheres brancas e de classes mais altas. Mas acredito que devido a questão da quantidade de mulheres negras na sociedade brasileira, as demandas deste grupo encontraram um pouco mais de espaço e de organização própria com o passar dos tempos.

A questão acerca da ampliação do acesso de mulheres de classes mais baixas também foi assunto tratado por *Mulherio*, na matéria intitulada “Feminismo: um olhar para dentro” (MIGUEL, 1986, p. 18), assinado por Sônia Malheiros Miguel, há a defesa de uma expansão das pautas do discurso feminista para além das mulheres da classe média e os locais de atuação para além dos encontros anuais que reúnem grupos organizados de mulheres. Outra autocrítica que é feita acerca do movimento brasileiro é o reconhecimento da existência de estruturas hierárquicas dentro do próprio movimento. Nem mesmo a afirmação da solidariedade entre as mulheres, as fugas das estruturas de hierarquia que sempre foi criticada nos partidos políticos ou outras estruturas, a convivência democrática com a diversidade, foi suficiente para impedir que mulheres oprimissem outras. O desafio do movimento, a partir de então, era se tornar cada vez

mais amplo e democrático, assumindo posturas acolhedoras e reforçando os necessários recortes de raça e classe.

Aliando teoria e experiência, as feministas brasileiras e uruguaias aqui estudadas podem, sim, serem vistas pela ótica do pioneirismo na retomada das discussões feministas latino-americanas. *Mulherio* é uma fonte largamente estudada pela historiografia feminista nos últimos anos, não apenas por seu contexto de produção, mas também pela riqueza de suas páginas, traduções, indicações de livros, discussões políticas, culturais e históricas. Muito já foi estudado, e muito ainda há de se estudar. *La Cacerola* é uma pequena publicação, da qual não existem muitos estudos que se dediquem a analisá-lo. Acredito que meu trabalho seja visto como uma oportunidade para que outras pesquisadoras também se encantem, e continuem tecendo os caminhos desta rede.

## FONTES CONSULTADAS

LA CACEROLA, Montevideú. Biblioteca Nacional de Uruguay. Montevideú, Uruguai. 1984 – 1988. Consulta em janeiro, 2018.

MULHERIO, São Paulo. Fundação Carlos Chagas. 1981 – 1988. Disponível em: <http://WWW.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/>.

ALVES, Branca Moreira. Suécia. In: *Mulherio*, ano 2, no. 5, p. 4, jan-fev, 1982.

ARAÚJO, Lúcia; Maria Carneiro da, CUNHA, Lúcia. Repensando nossas Propostas. In: *Mulherio*, ano 2, no. 8, p. 14, jul-ago, 1982.

BEISSO, Rosário. Textos de Moral. In: *La Cacerola*, ano 2, no. 4, p. 8, maio, 1985.

BOCHINI, Maria Otília. O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica? In: *Mulherio*, ano 2, no. 7, p. 4, jul-ago, 1982.

\_\_\_\_\_; LEON, Ethel. Menstruação. In: *Mulherio*, ano 4, no. 19, p. 16-17, nov-dez, 1984.

CASTILHO, Inês. Aborto. In: *Mulherio*, ano 3, no. 15, p. 3, set-out, 1983.

\_\_\_\_\_. A Nova Constituição em Gestação. In: *Mulherio*, ano 6, no. 25, p. 14, mar-ago, 1986.

CERRUTTI, Stella. La Gran Marginada. In: *La Cacerola*, ano 2, no. 5, p. 3, outubro, 1985.

\_\_\_\_\_. Aborto: historia y salut. In: *La Cacerola*, ano 2, no. 5, p. 8, outubro, 1985.

CHAIM, Célia. Política é Assunto de Mulher? In: *Mulherio*, ano 1, no. 3, p. 14-19, set-out, 1981.

\_\_\_\_\_. Em casa quem manda é o papai. In: *Mulherio*, ano 1, no. 4, p. 20, nov-dez, 1981.

\_\_\_\_\_. El Salvador. De armas na mão, a tentativa de mudar o país. In: *Mulherio*, ano 2, no. 7, p. 10, jul-ago, 1982.

CUNHA, Maria Carneiro da. A lei ignora a realidade. In: *Mulherio*, ano 1, no. 4, p. 5, nov-dez, 1981.

FILGUERA, Nea. Una forma de compartir. In: *La Cacerola*, ano 1, no. 1, p. 10, abril, 1984.

\_\_\_\_\_. Educar para la igualdad es educar para el futuro. In: *La Cacerola*, ano 2, no. 4, p. 4-5, maio, 1985.

- \_\_\_\_\_. Notas para una discusión. In: *La Cacerola*, ano 5, no. 7, p. 8, julho, 1988.
- KHEL, Maria Rita. Imitação da Liberdade. In: *Mulherio*, ano 1, no. 4, p. 22, nov-dez, 1981.
- LEON, Ethel. Rompendo o silêncio da história oficial. In: *Mulherio*, ano 3, no. 13, p. 7, mai-jun, 1983.
- \_\_\_\_\_. Um ar novo sopra no Parlamento. In: *Mulherio*, ano 4, no. 17, p. 9, jul-ago, 1984.
- \_\_\_\_\_. O Terceiro Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe. In: *Mulherio*, ano 5, no. 22, p. 9, jul-ago, 1985.
- \_\_\_\_\_. Constituinte, vamos batalhar este debate. In: *Mulherio*, ano 6, no. 24, p. 16-17, jan-fev, 1986.
- LEMONS, Maria Teresa Guimarães de. Apenas uma estória de amor. In: *Mulherio*, ano 6, no. 25, p. 7-8, mar-ago, 1986.
- MENDES, Tânia Maria. Trabalho doméstico, função de todos. In: *Mulherio*, ano 1, no.1, p. 15, mai-jun, 1981.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro. In: *Mulherio*, ano 6, no. 26, p. 18, set-nov, 1986.
- MORANDINI, Norma. O terror sexual da ditadura argentina. In: *Mulherio*, ano 5, no. 22, p. 5, jul-ago, 1985.
- NESTLEHNER, Wanda. Repousa Leoa. In: *Mulherio*, ano 2, no. 10, p. 7, nov-dez, 1982.
- PERELLI, Carina. Veo...veo...que vés? In: *La Cacerola*, ano 1, no. 1, p. 9, abril, 1984.
- PORTO, Comba Marques. O que deve mudar na velha CLT? In: *Mulherio*, ano 2, no. 7, p. 6, mai-jun, 1982.
- PRATES, Suzana. Las razones de un sistema. In: *La Cacerola*, ano 1, no. 1, p. 4-5, abril, 1984.
- ROSEMBERG, Fulvia. Aborto. In: *Mulherio*, ano 4, no. 16, p. 7, mai-jun, 1984.
- \_\_\_\_\_. Uma discriminação mais sutil. In: *Mulherio*, ano 5, no. 21, p. 13, abr-jun, 1985.
- S/A. Aborto: alto risco na constituinte. In: *Mulherio*, ano 6, no. 24, p. 16, jan-fev, 1986.
- S/A. A nova cara da Constituinte. In: *Mulherio*, ano 7, no. 27, p. 11, dez-fev, 1987.
- S/A. Cocina Internacional. In: *La Cacerola*, ano 2, no. 5, p. 15, outubro, 1985.

- S/A. Condiciones de trabajo y empleo de la mujer en los países latinoamericanos. In: *La Cacerola*, ano 1, no. 2, p. 2, julho, 1984.
- S/A. Contracepção: o drama nosso de cada dia. In: *Mulherio*, ano 4, no. 17, p. 6, julho, 1984.
- S/A. E a Democracia Doméstica, Como Vai? In: *Mulherio*, ano 1, no. 3, p. 7, set-out, 1981.
- S/A. Hablemos de sexualidad ¿Un mundo privado? In: *La Cacerola*, ano 2, nº. 5, p. 1, outubro, 1985.
- S/A. Hola, mujer maravilha! In: *La Cacerola*, ano 1, no. 2, p. 3, julho, 1984.
- S/A. II Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe. In: *Mulherio*, ano 4, no. 16, p. 23, mai-jun, 1984.
- S/A. Juntando esforços na América Latina. In: *Mulherio*, ano 2, no. 5, p. 10, jan-fev, 1982.
- S/A. Menopausia. In: *La Cacerola*, ano 2, no. 5, p. 7, outubro, 1985.
- S/A. Muito prazer, periferia. In: *Mulherio*, ano 2, no. 5, p. 17, jan-fev, 1982.
- S/A. Nuestra decisión importa! In: *La Cacerola*, ano 1, no. 3, p.1, novembro, 1984.
- S/A. O Longo Caminho da Participação Política. In: *Mulherio*, ano 1, no. 3, p. 12-13, set-out, 1981.
- S/A. Vida, Minha Vida. In: *Mulherio*, ano 2, no. 9, p. 14, set-out, 1982.
- SAFFIOTI, Heleieth. Do machismo ao socialismo. In: *Mulherio*, ano 1, no. 2, p. 4, julho, 1981.
- SALGUEIRO, Beth. Uma casa aberta para as nordestinas. In: *Mulherio*, ano 1, no. 1, p. 4, mai-jun, 1981.
- SAPRIZA, Graciela; VILLAMIL, Silvia Rodriguez. Tan Viejo Quanto El Siglo. In: *La Cacerola*, ano 2, no. 5, p. 9, outubro, 1985.
- SAYAGUÉS, Mercedes. La Construcción de una identidad. In: *La Cacerola*, ano 1, no. 1, p. 6., abril, 1984.
- \_\_\_\_\_. La solución es el salário? In: *La Cacerola*, ano 1, no. 1, p. 6, abril, 1984.
- \_\_\_\_\_. Nosotras e Nuestros Cuerpos. In: *La Cacerola*, ano 2, no 5, p. 5, outubro, 1985.
- SILVA, Carmem da. Abracadabra. In: *Mulherio*. Ano 1, nº0, p. 4, mar-abr, 1981.

SILVEIRA, Santamaria. Aborto, momento de decisão. In: *Mulherio*, ano 7, no. 30, p. 5, julho, 1987.

SILVERSTEIN, Leny. O encontro na Colômbia. In: *Mulherio*, ano 1, no. 3, p. 5, set-out, 1981.

TORNARÍA, Carmen. Mujer, Educación y Cambio. In: *La Cacerola*, ano 2, no. 4, p.1, maio, 1985.

VILLAMIL, Silvia Rodríguez. Legislación Protectora” In: *La Cacerola*, ano 1, no. 2, p. 4, julho, 1984.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Vanessa Kern de. *A Educação Moral e Cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar – Minas Gerais (1969-1993)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Das Análises Sociais aos Direitos Humanos. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary. *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo: EdUSP, 2002.

AGUIAR, Jórissa Danilla Nascimento. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? *Estudos Sociológicos*. Araraquara, v. 21, n. 41, p. 273-289, jul-dez, 2016.

ALVARES, Gustavo Alberto Carrera. Movimentos sociais e ditadura no Uruguai. *Anais do IV Simpósio Lutas sociais na América Latina*. Londrina, 2010.

ALVAREZ, Sônia (et alli). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

ANTUNES, M. A. *Guidelines para a realização de um boletim institucional*. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrázaga. Subjetividades sexo-genéricas em mujeres militantes de organizaciones político-militares de izquierda en el Cono Sur. *Revista Estudios de Género La Ventana*. n.41, pp. 7-34, enero-junio de 2015.

ARAUJO, E. A. de. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. *DataGramaZero – Revista da Ciência da Informação*, Brasília, v. 2, n. 5, out. 2001.

ARREGUI, Miguel. La “tablita” Del dólar y el crack de 1982. *Una historia del dinero en Uruguay*. Disponível em <https://www.observador.com.uy/nota/la-tablita-del-dolar-y-el-crack-de-1982-201874500>. Acesso em 15 mar 2019.

AVRITZER, Leonardo; BRAGA, Maria Socorro; MILANI, Carlos R.S. (orgs). *A Ciência Política no Brasil 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. No. 11, Brasília, maio-agosto, 2013.

BARBIERI, Teresita de; OLIVEIRA, Orlandina de. *Mujeres en América Latina: análise de una década em crisis*. IEPALA Editorial, 1989.

BARRIOS, Alice; BRUNNER, Jose Joaquin. *Inquisición, mercado y filantropia. Ciencias Sociales y autoritarismo en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay*. Santiago: FLACSO, 1987.

BARROSO, Carmen. Cristina Bruschini (1945-2012). *Cadernos de Pesquisa*. V. 42, nº 145, p. 284-297, jan-abr, 2012.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BETENCOURT, Paulo Ricardo. *Memórias Sonoras: micropolíticas de resistência e participação*. Monografia de especialização. Universidade de São Paulo – EACH: Cultura e extensão, São Paulo, 2011.

BIDASECA, Karina. Feminismo Pós/decolonial. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. *Dicionário crítico feminista*. 2 ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

BOGADO, Adriana Marcela. *As assembleias de bairro na Argentina: os Laços da Memória*. Revista Teoria & Pesquisa, ano 49, n.2, p.165-191, 2006.

BORGES, Joana Vieira. A grande dama do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Vol.14. nº 02. Florianópolis May/Sept, 2006.

\_\_\_\_\_. Leitoras e leituras feministas no Brasil, Argentina e Uruguai (1960-1985). *História Oral*. v. 12, n. 1-2, p. 35-57, jan.-dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 04 mar 2019.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo; FRANÇA, Karoline Veiga. O corpo feminino sob uma perspectiva foucaultiana: rumo à construção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil. *Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade* [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018. Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>. Acesso em 16 jul 2020.

BROCARDI, Daniele; TECCHIO, Caroline. Olhares para a História: pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade. *RELACult – Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V. 03, ed. Especial, dez, 2017.

BROQUETAS, Magdalena. Entre la reaccíon y la restauracíon. Derechas y violencia en Uruguay en los inicios de la crisis de la década de 1960. *Estudios Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v.42, n.1, p. 142-166, jan.-abr. 2016.

CABELLA, Wanda; NATHAN, Mathías; TENENBAUM, Mariana. *Atlas sociodemográfico y de la desigualdad del Uruguay*. Programa de Población, Unidad Multidisciplinaria, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2013.

CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIII, n. 2, dez. 2007.

CAFFERATA, Graciela; MARRERO, Adriana. Educación, Estado y Política en Uruguay: del imaginario estatista al ascenso de los corporativismos (o la nostalgia de la hegemonía). *Revista Iberoamericana de Educación*. n.º 48, pp. 187-206, 2008..

CARDOSO, Elisabeth P. *Imprensa Feminista Brasileira pós-1974*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2004.

CELIBERTI, LÍlian (org.). *Notas para la memória feminista – Uruguay, 1983-1995*. Montevideu: Imprenta Rojo, 2018.

CHIRICO, Silva Lopez. Forças armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs). *Democracia e forças armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. *Dicionário crítico feminista*. 2 ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

COSTA, Claudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional de tradução: reflexões do campo. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003.

\_\_\_\_\_. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro, 2005.

COSTA, Mariane Ambrósio. *Um diálogo imaginário: Richard Morse e Gilberto Freyre em perspectiva comparada*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima; MELLO, Soraia C. de. O trabalho dignifica o homem, mas e a mulher? O riso na imprensa feminista do Cone Sul. *Revista Ártemis*. Vol. XV, no. 01, jan-jul, pp. 44-58, 2013.

\_\_\_\_\_. *Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988)*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e Feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, jun. 2010.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. *Revista Estudos Feministas*. vol. 21, nº.1, Florianópolis, Jan./Apr. 2013.

Depoimento de Fúlvia Rosemberg. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/depoimentofluvia.html>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

FALCO, Aníbal. *Que tan bien le fue a la economía uruguaya tras la recuperación democrática?* 2018. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/-que-tan-bien-le-fue-a-la-economia-uruguaya-tras-la-recuperacion-democratica--2018526500>. Acesso em 25 maio 2019.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FELITTI, Karina. Traduciendo prácticas, tejiendo redes, cruzando fronteras. Itinerarios del feminismo argentino de los '70s. *Cadernos Pagu*. Nº.44. Campinas, Jan./Jun, 2015.

FERREIRA, Fernanda Cristina Alvarenga. Uruguai em pauta: a legalização do aborto no contexto de ascensão da Frente Ampla. *Fronteira*. Belo Horizonte, v. 16, n. 32, p. 229 - 252, 2º sem. 2017.

FERREIRA, Luis. *Mundo Afro: uma história da consciência afro-uruguaia no seu processo de emergência*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2003.

FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay – Desde la Estrella Del Sur a Internet*. Editorial Fin de Siglo, 2008.

FILGUERA, Nea. Entrevista concedida por Nea Filguera à publicação *Cotidiano Mujer*. Cotidiano Mujer. Año 1. Número 1, setiembre de 1985.

FONSECA, Selva G. *Caminhos da História Ensinada*. 5.ed. Campinas: Papyrus, 1993.

FRÁVEGA, Lucas D'avenia. Revisando continuidades. La agenda educativa de los cónclaves gubernamentales (1973-1981) durante la dictadura cívico-militar uruguaya. *Políticas Educativas*. Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 188-207, 2015.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *DE QUAL FEMINISMO ESTAMOS FALANDO?* Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília, 2017.

GEBRAN, M. P. C. A dependência da mulher na América Latina. *Revista do Mestrado da Universidade Severino Sombra*. Vassouras, 1998.

GIORGI, Ana Laura de. *A la calle con la cacerolla*. El encuentro con la izquierda y el feminismo en los ochenta. Buenos Aires: CLACSO, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20150730114605/InformedeGiorgi.pdf>. Acesso em 26 fev 2017.

\_\_\_\_\_. *Feministas, si, pero de izquierda*. 2015. Disponível em: <https://feminismos.ladiaria.com.uy/articulo/2017/3/feministas-si-pero-de-izquierda/>. Acesso em 15 fev 2020.

\_\_\_\_\_. Lo personal es político: Recepción y resignificación desde el feminismo Uruguayo pós ditadura. In: CELIBERTI, LÍlian (org.). *Notas para la memória feminista*. Uruguay, 1983-1995. Montevideo: Imprenta Rojo, 2018.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. *Proceedings online...* Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em 19 abr. 2020.

GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, 1987. 217p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Josiane Peres; OLIVEIRA, Edicleia Lima de; REZENDE, Jaqueline Martins. História da sexualidade feminina no Brasil: entre tabus, mitos e verdades. *Revista Ártemis*. vol. XXVI nº 1; pp. 303-314, jul-dez, 2018.

GONZAGA, Juliane de Araújo. *A suave voz do sexo: as mutações no discurso da sexualidade no jornal Mulherio (1981-1988)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GUIMARÃES, Anna Carolina Carrijo. *Caracterização dos nomes coletivos em português - aspectos estruturais*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Linguística. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. v. 37, nº132, p. 595-609, 2007.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

KAS, Leonel. Um olhar sobre elas, as revistas. *Mulheres em Revista – O jornalismo feminino no Brasil*. 2002. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101415/memoria4.pdf>. Acesso em 18 ago 2016.

KLAFKE, Raquel; BRAGA, Marcos da Costa. Mulherio: estudo de caso de publicação da imprensa feminista brasileira nos anos 1980. *Projética*. Londrina, v.9, n.2, nov. 2018.

KOROL, Claudia. *Feminismos populares: Pedagogías y políticas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; Editorial Chirimbote; America Libre, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

LAVRIN, Asunción. *Mujeres, Feminismo y Cambio Social em Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2005.

LEITE, Rosalina de Santana Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003.

\_\_\_\_\_. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

LISBOA, Teresa Kleba; ZUCCO, Luciana. Rose Marie Muraro: uma mulher impossível. *Revista Estudos Feministas*. vol 22, no. 2, Florianópolis, maio/ago, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAFFIA, Diana. Socialismo y liberalismo en la teoría política contemporánea. In: BORON, A. (Comp.). *Filosofía política contemporánea*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

MARTINÉZ, César Veja. *El origen del cacerolazo: el tipo de protesta que en Chile surgió de la clase alta*. 2009. Disponível em: <https://www.biobiochile.cl/noticias/sociedad/curiosidades/2019/10/24/el-origen-del-cacerolazo-el-tipo-de-protesta-que-en-chile-surgio-de-la-clase-alta.shtml>. Acesso em 30 nov 2019.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MESOMO, Aliandra Cristina. Educação e Infância: Ensaio sobre poder e controle. *Nuances: estudos sobre educação*. São Paulo, v.11, n.11/12, p. 99-113, jan./jun. e jul./dez., 2004.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2*. v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara: Unesp, 1990.

\_\_\_\_\_. O feminismo político e a luta contra a ditadura civil-militar. *Coletiva*. Recife, n.12, set/out/nov/dez. 2013. Disponível em: [http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=183:o-](http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=183:o-)

feminismopol%C3%ADticoealutacontraaditaduracivilmilitar&tmpl. Acesso em 13 março 2015

MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000.

NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1995.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a História e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiae*, Rio Grande, 2 (3), 2011.

ORLANDI, Eni P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. *Em Aberto*. Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817>. Acesso em 04 jul. 2019.

ORMUNDO, Joana. Análise social, linguagem e globalização: uma abordagem transdisciplinar da análise de discurso crítica. In: VIEIRA, Josenia Antunes. *Discursos nas práticas sociais*. São Paulo: Annablume, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como en el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato a ditadura civil-militar*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. *Vária História*. Belo Horizonte, v. 28, no. 48, 2012.

PAULA, Thaís Vieira de; GALHERA, Katiuscia Moreno. Feminismos plurais: a América Latina e a construção de um novo feminismo. *Revista Estudos Feministas*. vol.27, nº.2, Florianópolis, 2019.

PEDRO, Joana Maria; MELLO, Soraia Carolina de; OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. O feminismo marxista e o trabalho doméstico. *História Unisinos*. vol. 9, nº2, maio/agosto de 2005. p. 132-138, 2005.

\_\_\_\_\_. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. vol. 26, no.52, São Paulo, dec. 2006.

\_\_\_\_\_; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

\_\_\_\_\_. WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

\_\_\_\_\_. Narrativas do feminismo em países do cone sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Scielo online*, v. 12, n. 22, 2011.

PERCOVICH, Margarita. *Derribando las barreras invisibles*. Disponível em: <<http://innmayores.mides.gub.uy/innovaportal/v/41507/4/innova.front/derribando-las-barreras-invisibles>>. Acesso em 30 mar. 2015.

PICCOLO, Jerusa Corrêa. *Proposta de Estrutura para Boletim Informativo*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. Feminismo, História e Poder. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PIONERAS DEL BICENTENÁRIO. Comisión de Equidad y Género. Março de 2011, p. 9. Disponível em: <https://issuu.com/bicentenariouruguay/docs/mujerespioneras>. Acesso em 15 jan 2020.

PORTUGAL, Silvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>>. Acesso em 20 fev 2020.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a história comparada na América Latina. *Revista de História*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, no, 153, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-razionalidad. *Perú Indígena*. 13 (29): pp. 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em 30 ago. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em 01 out. 2020.

RAGO, Margareth. Luce Fabbri, o Anarquismo, as Mulheres. *Textos de História*, vol. 8, nº1/2, 2000.

RAVAZZOLA, Maria Cristina. Las mujeres y las redes sociales. Una mirada sobre las redes sociales teniendo en cuenta las diferencias de gênero. In: DABAS, Elina; NAJMANOVICH, Denise (Comp). *Redes el lenguaje de los vínculos*. 2. Ed. Braselona/Buenos Aires: Paidós, 2002.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

RIAL, Juan. *Uruguay: elecciones de 1984 – sistema electoral y resultados*. San José, Costa Rica: Centro de Asesoría y Promoción Electoral, 1986.

ROCHA, Camila. Cristianismo ou Conservadorismo? O caso do movimento antiaborto no Brasil. *Revista TOMO*. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 36, p. 43-78, jan./jun. 2020.

ROCHA, M. I. B. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. *Revista brasileira de estudos da população*. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-374, jul/dez. 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979). *XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. Depoimento Fúlvia Rosemberg. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/depoimentoflúvia.html>. Acesso em: 01 out. 2020.

RUBIO, Pablo Montaldo. *O marco teórico da tablita e a política macroeconômica do Uruguai entre 1978 e 1982*. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/116/000100549.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 mar 2019.

RUIZ, Marisa. Algunas consideraciones sobre las mujeres y la democratización en Uruguay. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (org.). *Entrelugares e Mobilidade – desafios feministas*. Tubarão: Editora Copiarte, 2014.

SANTOS, Luana Diana dos. Por um feminismo plural: escritos de Lélia Gonzales no jornal *Mulherio*. *Gênero na Amazônia*. no. 4, jul/dez, 2013.

SANTOS, Richard. *Maiorias minorizadas*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

SAPRIZA, Graciela. Dueñas de la calle. *Revista Encuentros*. Ceiu/ FHCE/, Udelar, Fundación de Cultura Universitaria. Montevideo, n. 9, 2003.

\_\_\_\_\_. Memórias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea; DOMÍNGUEZ, Nora; RODRÍGUEZ, María Inés. *História, Género y Política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. “Nos habíamos amado tanto”. Años revueltos. Mujeres, colectivos y la pelea por el espaço público. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015.

\_\_\_\_\_. Memoria y memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). *Deportate, esuli, profughe – Rivista Telematica di istudi sulla memoria femminile*. n°11, 2009. Disponível em: [http://www.unive.it/media/allegato/dep/n\\_1speciale/05\\_Sapriza.pdf](http://www.unive.it/media/allegato/dep/n_1speciale/05_Sapriza.pdf). Acesso em 04 mar 2017.

SILVA, Pâmela Guimarães da. Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio*. *Revista Dispositiva*. v. 9, no. 15, p. 194-214, jan/jul. 2020.

SMALDONE, Mariana. Las traducciones rioplatenses de *Le deuxième sexe* de Simone de Beauvoir: marcas de época en torno a la enunciación de identidades generizadas. *Mutatis Mutandis*. Vol. 8, nº2, 2015.

SOUZA, Marcos Alves de. *O reformismo uruguaio sob a égide do batismo na primeira metade do século XX*. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/marcos.pdf>. Acesso em 15 mar 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Foreword: upon reading the Companion to Postcolonial Studies. In: Schwarz, Henry; Ray, Sangeeta (orgs.) *A Companion to Postcolonial Studies*. Malden: Blackweel Publishing, 2000.

SUZIGAN, W. e ALBUQUERQUE, E. *A Interação entre Universidades e Empresas em Perspectiva Histórica no Brasil*. Texto para discussão nº 329. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, , p. 1-27, 2008.

TELECHEA, Roxana. Historia de los cacerolazos: 1982 – 2001. *Razón y Revolución*. nº16, Buenos Aires, pp. 141-184, 2006.

\_\_\_\_\_. Argentina y América Latina al compás de las cacerolas: 1980-2008. *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

THÈLÈNE, Catherine Coilliot. O conceito de política posto à prova da pela mundialização. *Revista de Sociologia e Política*. No. 12, 7-20, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

TOLENTINO, Luana. *Por um feminismo plural: o ativismo de Lélia Gonzalez no jornal Mulherio*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-um-feminismo-plural-o-ativismo-de-lelia-gonzalez-no-jornal-mulherio/>. Acesso em 18 set. 2020.

U.S CONTRIBUTION TO THE U.N. DECADE OF WOMEN: hearing before the Subcommittee on Human Rights and International Organizations of the Committee on Foreign Affairs, House of Representatives, Ninety-eighth Congress, Second Session, September 18, 1984.

VALCÁRCEL, Amelia. *La Política de las Mujeres*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2012.

VALDÍVIA, Olívia Bittencourt. Psicanálise e feminilidade. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 17, (3), 1997.

VÁRIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 2, no. 3, 1996.

VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em Rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970 – 1985)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

VERGÉS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERMELHO, Sônia Cristina; VELHO, Ana Paula Machado; BERTONCELLO, Valdecir. Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 41, n. 4, p. 863-881, out./dez. 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*. Vol. 27, nº 54. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>>. Acesso em 12 ago 2020.